



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**RAFAEL LUIZ LEITE LESSA CHAVES**

**ATIVISMO FAVELADO *VERSUS* ATIVISMO AMBIENTALISTA?  
O DESAFIO DAS ARTICULAÇÕES DAS LUTAS E PRÁTICAS ESPACIAIS EM  
PROL DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL NA ZONA DE  
AMORTECIMENTO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA (RIO DE JANEIRO)**

**RIO DE JANEIRO-RJ**

**2021**

**RAFAEL LUIZ LEITE LESSA CHAVES**

**ATIVISMO FAVELADO *VERSUS* ATIVISMO AMBIENTALISTA?  
O DESAFIO DAS ARTICULAÇÕES DAS LUTAS E PRÁTICAS ESPACIAIS EM  
PROL DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL NA ZONA DE  
AMORTECIMENTO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA (RIO DE JANEIRO)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, como quesito parcial de avaliação para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza.

RIO DE JANEIRO-RJ

2021

C512a Chaves, Rafael Luiz Leite Lessa  
Ativismo favelado versus ativismo ambientalista?  
O desafio das articulações das lutas e práticas  
espaciais em prol do desenvolvimento sócio-espacial  
na Zona de Amortecimento do Parque Nacional da  
Tijuca (Rio de Janeiro) / Rafael Luiz Leite Lessa  
Chaves. -- Rio de Janeiro, 2021.  
320 f.

Orientador: Marcelo Lopes de Souza.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de  
Pós-Graduação em Geografia, 2021.

1. Ecologia Política. 2. Geografia Urbana. 3.  
Ativismos sociais. 4. Justiça ambiental. 5.  
Qualidade de vida. I. Souza, Marcelo Lopes de,  
orient. II. Título.

**RAFAEL LUIZ LEITE LESSA CHAVES**

**ATIVISMO FAVELADO *VERSUS* ATIVISMO AMBIENTALISTA?  
O DESAFIO DAS ARTICULAÇÕES DAS LUTAS E PRÁTICAS ESPACIAIS EM  
PROL DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL NA ZONA DE  
AMORTECIMENTO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA (RIO DE JANEIRO)**

Defendida em 14 /12 /2021

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza (Orientador – UFRJ)

---

Prof. Dr. William Ribeiro da Silva (UFRJ)

---

Prof. Dr. Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)

---

Prof. Dr. Timo Bartholl (UFF)

---

Prof. Dr. Eduardo Tomazine Teixeira (UERJ)

RIO DE JANEIRO-RJ

2021

## AGRADECIMENTOS

Devo a elaboração dessa tese a muitas pessoas. São incontáveis as contribuições indiretas para a sua produção. Para ser minimamente justo, eu deveria reconhecer o papel das pessoas que foram fundamentais na formação da minha personalidade, desde os professores, professoras e companheiros do Ensino Básico, da graduação, do mestrado e do doutorado. Na mesma linha de pensamento, eu deveria me lembrar da minha família irajaense e de todos os amigos e amigas dos distintos cantos do planeta. Porém, para não redigir aqui um memorial, tomarei a liberdade de restringir o registro nominal àqueles e àquelas que viabilizaram diretamente a produção das páginas que seguem.

Uma pessoa merece todo destaque, pois ela ofereceu o apoio afetivo e material para que eu desse início a uma guinada pessoal e profissional, a minha querida Joice. Ela permitiu que eu, 6 anos depois de concluído o mestrado e já com um emprego estável, me reaproximasse da vida acadêmica. Obrigado por estar ao meu lado, principalmente no que toca ao estímulo nos momentos de dúvidas e à inspiração nos períodos de obscuridade.

Ao meu orientador, Marcelo Lopes de Souza, a quem, além da grande admiração que nutro há décadas, devo o meu mais sincero agradecimento pela acolhida em seu grupo de pesquisa. Apesar de reconhecer as minhas limitações, teve a generosidade de me orientar em um ramo da Geografia que não me era nada familiar. Nunca me esquecerei dos prazerosos almoços regados a muitos causos e dicas profissionais. Agradeço, entretanto, principalmente, pelas críticas mais honestas e diretas, pois, como diz o ditado: “mar calmo nunca fez bom marinheiro”.

Aos colegas do extinto Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-espacial (NuPeD) e do atual Núcleo de Pesquisas em Geografia Ambiental e Ecologia Política (GAEP), agradeço pelos anos de convivência e possibilidade de construção do conhecimento. Destaco, especialmente, os colegas com quem explorei, conjuntamente, o Alto da Boa Vista, o Tiago Boruchovitch Fonseca, o Eduardo Bayer Knopman e a Anna Maria Pereira Stauffer. Além deles, o companheiro de doutorado Thiago Roniere Rebouças Tavares foi fundamental, desde a preparação para a prova de seleção para o doutorado, até os últimos momentos da redação da tese.

Ao amigo Otto Alvarenga Faber, agradeço pela orientação e pelo uso de sua rede de contatos para me ajudar na pesquisa pelos meandros dos registros de tramitação dos projetos de lei no legislativo municipal, estadual e federal. À amiga Juliana Nunes Rodrigues, agradeço pelas conversas sobre a redação acadêmica e pelas dicas profissionais em geral.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) devo a viabilização desse projeto, materializada na bolsa desde o início do curso. Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG), em especial ao seu corpo docente agradeço pelo ambiente favorável ao desenvolvimento dessa pesquisa. À Biblioteca Mauricio de Almeida Abreu, agradeço pela acessibilidade de seu inestimável acervo. Ao Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), agradeço pela presteza na abertura de seus registros para consulta. Aos membros da banca avaliadora pela leitura atenta e pelas suas críticas. Ao jornal eletrônico Grande Tijuca Online, agradeço pela divulgação do nosso questionário em suas mídias.

Aos sujeitos da pesquisa devo o mais profundo agradecimento, pois, sem a abertura ao diálogo que me ofereceram, seria impossível a realização dessa pesquisa e o aprendizado que carregarei para a vida.

## RESUMO

Na vertente sul do Maciço da Tijuca, a cobertura vegetal e a terra urbana são dois recursos ambientais localizados na mesma porção do espaço geográfico. Estes despertam o interesse de diversos agentes sociais, fato que leva a um conflito ambiental. A dinâmica do conflito é marcada pela compatibilidade ou antagonismos entre os três objetivos para o aproveitamento da área em questão, sendo eles a conservação da floresta, o uso do solo urbano para habitação popular e a obtenção de lucro através da incorporação da terra urbana ao mercado imobiliário. Na presente tese, levantamos os agentes envolvidos, analisamos suas práticas espaciais e os categorizamos segundo sua atuação. Verificamos que algumas instituições estatais atuam favorecendo (estruturalmente) as classes dominantes e outras solidarizando-se com as classes dominadas. Já os ativistas favelados e suas organizações, que são os localmente baseados, têm suas ações fortalecidas ou enfraquecidas pelos agentes externamente baseados, sendo que estes podem atuar pela floresta e pelas favelas; pela floresta, apesar das favelas (?); e, pela floresta e contra as favelas. Nosso objetivo é analisar a fricção entre os ativismos focados exclusivamente no "meio ambiente" e na proteção ambiental e aqueles que lutam pelo direito à moradia digna.

## **ABSTRACT**

In the southern slope of the Tijuca Massif, vegetation cover and urban land are two environmental resources located in the same portion of the geographic space. These arouse the interest of various social agents. The dynamics of the environmental conflict is marked by the compatibility or antagonism between the three objectives for the use of the area in question, being forest conservation, urban land use for popular housing and profit making through the incorporation of urban land to the real estate market. In this doctoral thesis, we recognize the agents involved in the conflict, we analyze their spatial practices and categorize them according to their performance. We have verified that some state institutions act (structurally) in favor of the dominant classes and others in solidarity with the dominated classes. On the other hand, the favela's activists and their organizations, which are locally based, have their actions strengthened or weakened by externally based agents, who can act for the forest and for the favelas; for the forest, despite the favelas (?); and for the forest and against the favelas. Our objective is to analyze the friction between activism focused exclusively on the "environment" and on environmental protection and those who fight for the right to decent housing.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> — Chuva sobre o Maciço da Tijuca.....	16
<b>Figura 2</b> — Ilustração das diferentes abrangências espaciais dos campos de forças animados por agentes sociais diversos .....	45
<b>Figura 3</b> — Panfleto de convocação para um ato público “Grito das Lagoas”, publicado na página do ativista Mario Moscatelli, em sua página da rede social <i>Facebook</i> .....	68
<b>Figura 4</b> — Ato público “Grito das Lagoas”, convocado pelo ativista Mario Moscatelli na Barra da Tijuca.....	68
<b>Figura 5</b> — Cabeçalho do questionário distribuído aos moradores através da plataforma <i>Google Forms</i> .....	110
<b>Figura 6</b> — Publicação de divulgação do questionário de nossa pesquisa em um grupo de moradores do Alto da Boa Vista.....	111
<b>Figura 7</b> — Questão recortada do questionário aplicado na pesquisa.....	115
<b>Figura 8</b> — Caixa d’água e pavimentação com rede de drenagem pluvial da favela Mata Machado construídas pelo programa Favela-Bairro .....	137
<b>Figura 9</b> — Ecolimite na favela Fazenda .....	138
<b>Figura 10</b> — Agradecimentos a “nossa madrinha” .....	144
<b>Figura 11</b> — Inauguração da academia da terceira idade.....	144
<b>Figura 12</b> — Postagem de abertura da Praça Mata Machado .....	146
<b>Figura 13</b> — Publicação do deputado Bebeto em sua página do <i>Facebook</i> .....	147
<b>Figura 14</b> — Reunião dos moradores ameaçados de remoção com representante do NUTH na sede da associação de moradores da Fazenda.....	151
<b>Figura 15</b> — Caixa 1 (Decantador) do sistema de captações de água UT Gávea Pequena.....	157
<b>Figura 16</b> — Placa explicativa do sistema de captações de água UT Gávea Pequena.....	157
<b>Figura 17</b> — Mutirão de desassoreamento de uma das caixas de captação de água do sistema Gávea Pequena .....	159
<b>Figura 18</b> — Publicação na página da Associação de Moradores da Mata Machado em uma rede social de agradecimento a alguns moradores pela desobstrução da tubulação do sistema Gávea Pequena .....	160
<b>Figura 19</b> — Equipamentos de fisioterapia da Associação Pró-Melhoramentos de Vila Cachoeira na favela Mata Machado .....	164
<b>Figura 20</b> — Grafite do projeto “Cor e cultura na comunidade” .....	172

<b>Figura 21</b> — Praça vizinha à associação de moradores do Tijuacu .....	172
<b>Figura 22</b> — Praça vizinha à associação de moradores do Tijuacu .....	173
<b>Figura 23</b> — Equipamentos para ginástica e campo de futebol .....	173
<b>Figura 24</b> — Calçamento padrão das ruas da favela .....	174
<b>Figura 25</b> — Manifestação de apoio aos candidatos Marcelo Crivella e Dr. Carlos Eduardo.....	175
<b>Figura 26</b> — Reconhecimento do apoio do prefeito Eduardo Paes e do vereador Dr. Carlos Eduardo para a execução de um serviço público .....	176
<b>Figura 27</b> — Publicação em agradecimento pela visita da vereadora Laura Carneiro	182
<b>Figura 28</b> — Caixa d'água construída pela Associação de Moradores da Comunidade Agrícola .....	184
<b>Figura 29</b> — Café da manhã comunitário na horta da comunidade agrícola .....	185
<b>Figura 30</b> — Moradores da Agrícola visitam a horta comunitária plantada pelo presidente da Associação de Moradores da Comunidade Agrícola .....	185
<b>Figura 31</b> — Cisterna da favela Fazenda feita de concreto e reservatório mais recente feito de fibra.....	196
<b>Figura 32</b> — Sede da Associação de Moradores da Fazenda.....	198
<b>Figura 33</b> — Impacto da atividade de extração do granito no Alto da Boa Vista em 1986 .....	202
<b>Figura 34</b> — Organizações parceiras da cooperativa do Vale Encantado.....	206
<b>Figura 35</b> — Grupo de estudantes universitários dos Estados Unidos e ativistas de favelas cariocas visitando o biodigestor de resíduos sólidos no Vale Encantado .....	207
<b>Figura 36</b> — Trabalho de campo da disciplina Sociedade e Natureza do curso de Graduação em Geografia da UFRJ. Estudantes sobre a zona de dispersão e efluentes da ETE do Vale Encantado .....	208
<b>Figura 37</b> — Ponto de coleta coletivo construído pela Associação de Moradores do Vale Encantado.....	209
<b>Figura 38</b> — Primeira página da primeira edição do jornal digital <i>Últimas do Alto</i> ....	216
<b>Figura 39</b> — Página inicial do Blog do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista .....	217
<b>Figura 40</b> — Apresentação de representante de uma organização de catadores de resíduos recicláveis do bairro da Pavuna, no Rio de Janeiro, em evento na sede da Cooperativa do Vale Encantado .....	223
<b>Figura 41</b> — Mapa interativo das iniciativas identificadas pelo projeto Rede Favela Sustentável.....	224

<b>Figura 42</b> — Biodigestor de resíduos sólidos instalado na favela do Vale Encantado.....	227
<b>Figura 43</b> — Biodigestor utilizado no tratamento do esgoto produzido na favela do Vale Encantado e fornecedor de biogás para uso doméstico.....	228
<b>Figura 44</b> — Formulário de cadastro e relação dos documentos para participação no projeto A Casa é Nossa.....	233
<b>Figura 45</b> — Convite à participação dos doadores.....	239
<b>Figura 46</b> — Mapa mental produzido por associações de moradores de bairros de classe média .....	247
<b>Figura 47</b> — Recorte do comentário de Mario Moscatelli sobre a notícia do jornal O Globo: “Em 20 anos, quase cem novas favelas na cidade do Rio, aponta levantamento da prefeitura”.....	250

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> — Faixa etária dos respondentes .....	112
<b>Gráfico 2</b> — Gênero de identificação dos respondentes .....	112
<b>Gráfico 3</b> — Cor ou raça autodeclarados pelos respondentes .....	113
<b>Gráfico 4</b> — Favela de residência dos respondentes .....	114
<b>Gráfico 5</b> — Nível geral de satisfação em viver na favela. ....	114
<b>Gráfico 6</b> — Escala percentual dos fatores locais .....	116
<b>Gráfico 7</b> — Escala percentual de satisfação dos moradores com os fatores de qualidade de vida selecionados.....	117
<b>Gráfico 8</b> — Nível de imposição de sofrimento relativo aos fatores de qualidade de vida selecionados.....	119
<b>Gráfico 9</b> — Avaliação da associação de moradores pelos respectivos representados .....	120
<b>Gráfico 10</b> — Nível de participação dos moradores nos processos de tomadas de decisão das associações de moradores das favelas.....	122
<b>Gráfico 11</b> — Confiança dos participantes no processo eleitoral para representantes das associações de moradores .....	122
<b>Gráfico 12</b> — Participação dos moradores nas atividades das associações de moradores das favelas.....	123
<b>Gráfico 13</b> — Avaliação das ações das associações de moradores .....	124
<b>Gráfico 14</b> — Opinião dos moradores sobre a aproximação a políticos profissionais.	126
<b>Gráfico 15</b> — Percepção dos moradores sobre o impacto da proximidade da floresta. ....	127
<b>Gráfico 16</b> — Valorização relativa dos efeitos de vizinhança acarretados pela Floresta da Tijuca .....	127

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> — Maciço da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ.....	18
<b>Mapa 2</b> — Favelas na APARU do Alto da Boa Vista.....	88
<b>Mapa 3</b> — O Maciço da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro.....	93
<b>Mapa 4</b> — Sistema de abastecimento da favela Mata Machado pela Unidade de Tratamento de Água Gávea Pequena (CEDAE).....	158
<b>Mapa 5</b> — Práticas espaciais na favela do Vale Encantado.....	205

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> — Doações para campanhas eleitorais da empresa Carvalho Hosken.....	65
<b>Quadro 2</b> — Parâmetros particulares de qualidade de vida urbana.....	76
<b>Quadro 3</b> — Quadro de análise do impacto das ações dos sujeitos da pesquisa na justiça social a partir das favelas .....	86
<b>Quadro 4</b> — Ações estatais de gestão territorial no Maciço da Tijuca .....	108
<b>Quadro 5</b> — Lista das favelas ameaçadas de remoção pelo projeto de lei de regulamentação da APARU-ABV.....	136
<b>Quadro 6</b> — Financiamento da campanha de Aspásia Camargo em 2004 .....	143
<b>Quadro 7</b> — <i>Ranking</i> de satisfação com os serviços públicos na favela Mata Machado .....	165
<b>Quadro 8</b> — Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais da Associação Pró Melhoramento de Vila Cachoeira sobre a favela Mata Machado.....	168
<b>Quadro 9</b> — Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais da Associação de Moradores do Tijuacu.....	179
<b>Quadro 10</b> — Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais da Associação de Moradores da Comunidade Agrícola sobre a favela Agrícola. ....	188
<b>Quadro 11</b> — Impacto da Associação de Moradores de Furnas na qualidade de vida e na justiça social.....	192
<b>Quadro 12</b> — Pontos de importância hídrica, coordenadas e altitude .....	195
<b>Quadro 13</b> — Impacto da Associação de Moradores de Furnas na qualidade de vida e na justiça social.....	201
<b>Quadro 14</b> — Impacto da Associação de Moradores do Vale Encantado na qualidade de vida e na justiça social .....	211
<b>Quadro 15</b> — Impacto do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (CONCA) na qualidade de vida e na justiça social.....	218
<b>Quadro 16</b> — Impacto da ONG Comunidades Catalisadoras (ComCat) na qualidade de vida e na justiça social nas favelas do Alto da Boa Vista.....	226
<b>Quadro 17</b> — Impactos dos ativistas Leonardo Adler e Tito Cals.....	230
<b>Quadro 18</b> — Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais do Instituto Novo Brasil .....	234
<b>Quadro 19</b> — Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais da ONG Abaquar.....	235
<b>Quadro 20</b> — Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais da ONG Solar CITIES.....	237

<b>Quadro 21</b> — Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais da OSCIP Amigos do Parque .....	240
<b>Quadro 22</b> — Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais da Associação Defensores da Terra.....	244
<b>Quadro 23</b> — Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais das Associações de Moradores dos bairros valorizados atuantes no Conselho Consultivo do PNT.....	248
<b>Quadro 24</b> — Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais de ambientalistas conservadores .....	252
<b>Quadro 25</b> — Matriz dos agentes, recursos ambientais e os objetivos que movem o conflito ambiental na APARU-ABV – Alto da Boa Vista.....	254
<b>Quadro 26</b> — Quadro relacional dos impactos dos agentes na qualidade da habitação.....	258
<b>Quadro 27</b> — Quadro dos tipos de impactos dos agentes sociais na mobilidade urbana .....	260
<b>Quadro 28</b> — Quadro dos tipos de impactos dos agentes sociais no uso do espaço ...	261
<b>Quadro 29</b> — Quadro dos tipos de impactos dos agentes sociais nas condições de habitabilidade.....	263
<b>Quadro 30</b> — Quadro dos tipos de impactos dos agentes sociais na organização política.....	266
<b>Quadro 31</b> — Quadro dos tipos de impactos dos agentes na infraestrutura social nas favelas da APARUABV sociais nos fatores de justiça social selecionados para as favelas da APARU-ABV .....	269
<b>Quadro 32</b> — Quadro dos tipos de impactos dos agentes sociais nos fatores de justiça social selecionados para as favelas da APARU-ABV .....	273
<b>Quadro 33</b> — Quadro relacional dos impactos e interações dos agentes sociais na qualidade de vida e justiça social nas favelas da APARU-ABV.....	277

## LISTA DE ABREVIACOES

AEIS	Áreas de Especial Interesse Social
APARU-ABV	Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana do Alto da Boa Vista
ACP	Ação Civil Pública
APP	Área de Preservação Permanente
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CODESCO	Companhia de Desenvolvimento de Comunidades
CONCA	Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista
EIA-RIMA	Relatório de Impactos Ambientais
GAEP	Núcleo de Pesquisas em Geografia Ambiental e Ecologia Política
IAT	Índice de Aproveitamento do Terreno
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPP	Instituto Pereira Passos
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITERJ	Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro
MPE-RJ	Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro
NuPeD	Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-espacial
NUTH	Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública Estadual do Rio de Janeiro
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da sociedade civil de interesse público
PNT	Parque Nacional da Tijuca
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZA	Zona de Amortecimento
ZCVS	Zonas de Conservação da Vida Silvestre
ZOC	Zonas de Ocupação Controlada
ZPVS	Zonas de Preservação da Vida Silvestre
ZRA	Zonas de Recuperação Ambiental
ZVS	Zonas de Vida Silvestre



## SUMÁRIO

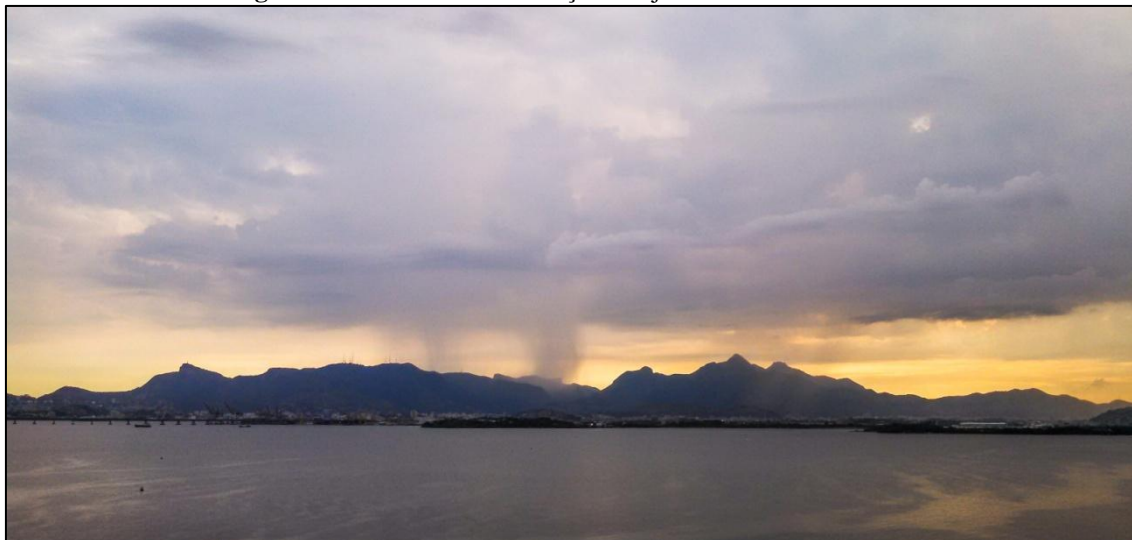
1	INTRODUÇÃO.....	16	
<b>PARTE I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E CONCEITUAL .....</b>			<b>23</b>
2	ABRINDO A CAIXA DE FERRAMENTAS.....	24	
3	A ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL.....	30	
4	RECORTANDO A SOCIEDADE A PARTIR DO TERRITÓRIO.....	42	
5	A INSTITUIÇÃO DAS REMOÇÕES NO IMAGINÁRIO SOCIAL CARIOCA .....	53	
6	TÉCNICAS DE PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	69	
7	CONSTRUÇÃO DA ESCALA DE ANÁLISE .....	87	
<b>PARTE 2: O CONFLITO AMBIENTAL, OS SUJEITOS E SUAS PRÁTICAS ESPACIAIS .....</b>			<b>92</b>
8	O SÍTIO: SUBSTRATO ESPACIAL MATERIAL E SEU VALOR DE USO.....	93	
9	IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA E AS TÉCNICAS DE LEVANTAMENTOS DOS DADOS .....	100	
10	O CAMPO INSTITUCIONAL .....	130	
10.1	Favorecendo (estruturalmente) as classes dominantes .....	131	
10.2	Solidarizando-se com as classes dominadas.....	150	
11	O CAMPO DA AÇÃO DIRETA .....	153	
11.1	Agentes localmente baseados .....	153	
11.2	Agentes externamente baseados .....	221	
11.2.1	<i>Pela floresta e pelas favelas .....</i>	<i>222</i>	
11.2.2	<i>Pela floresta, apesar das favelas (?) .....</i>	<i>238</i>	
11.2.3	<i>Pela floresta e contra as favelas.....</i>	<i>246</i>	
12	ANÁLISE RELACIONAL ENTRE OS GANHOS E PERDAS DE QUALIDADE DE VIDA E JUSTIÇA SOCIAL .....	256	
13	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	279	
	REFERÊNCIAS .....	288	
	ANEXOS .....	295	

## 1 INTRODUÇÃO

No município do Rio de Janeiro, dois recursos ambientais estão no centro de um conflito social. O primeiro deles é a cobertura vegetal do Maciço da Tijuca. Esse recurso ambiental, produzido pela natureza e modificado pela intervenção humana, no passado, foi explorado pela sociedade carioca como fonte de energia (na forma de lenha e carvão vegetal) e de matéria-prima para a construção civil. Atualmente, ainda condiciona o ambiente urbano, pois influencia a regulação do clima, do ciclo hídrico e é fonte de água para a cidade do Rio de Janeiro (Figura 1). Não podemos deixar de mencionar que a floresta também proporciona a utilização da área para o lazer (dentro e fora dos limites do Parque Nacional da Tijuca) pela população local, atua como atrativo turístico, e que a geração de amenidades para os imóveis nas suas cercanias, confere especificidade a estes, influenciando o valor de troca da terra.

O outro recurso em questão é a terra urbana, essa porção da superfície terrestre fundamental para o estabelecimento da ocupação humana. A terra no Maciço tem sua singularidade condicionada pela combinação entre as características de seu sítio e sua localização relativa ao tecido urbano da cidade, ou seja, sua posição. Além disso, o valor de uso dos elementos formadores desse segmento da cidade do Rio de Janeiro varia ao longo das sucessivas conjunturas históricas. Da mesma forma, o interesse dos diversos agentes modeladores do espaço urbano, assim como o preço da terra também oscila.

**Figura 1** - Chuva sobre o Maciço da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ



Fonte: Fotografia do autor, 2015.

Nosso entendimento sobre a ideia de recurso se apoia em Pecqueur (2005). Para este autor, os recursos são metassistemas resultantes da combinação de dois sistemas

preexistentes: o sistema do próprio objeto e o sistema de produção. Os recursos podem ser compreendidos como uma reserva com potencial de incorporação ao processo produtivo, caso haja condições de produção ou de criação de tecnologia necessária a sua transformação. Em nosso texto, assumimos a noção de recursos naturais como sendo aqueles resultantes exclusivamente dos processos da natureza primeira. Já os recursos ambientais abarcam um conjunto bem mais amplo, pois também são integrados pelos objetos resultantes da ação social.

Ao reconhecermos que a cobertura vegetal ainda existente no Maciço da Tijuca é um produto da dinâmica geoecológica em associação com as dinâmicas sociais responsáveis pela sua permanência no espaço, assumimos que tratamos de um recurso ambiental. Mesmo tratamento é dado à terra, pois este elemento produzido pela natureza tem sua valoração e sua ocupação material originadas na sociedade.

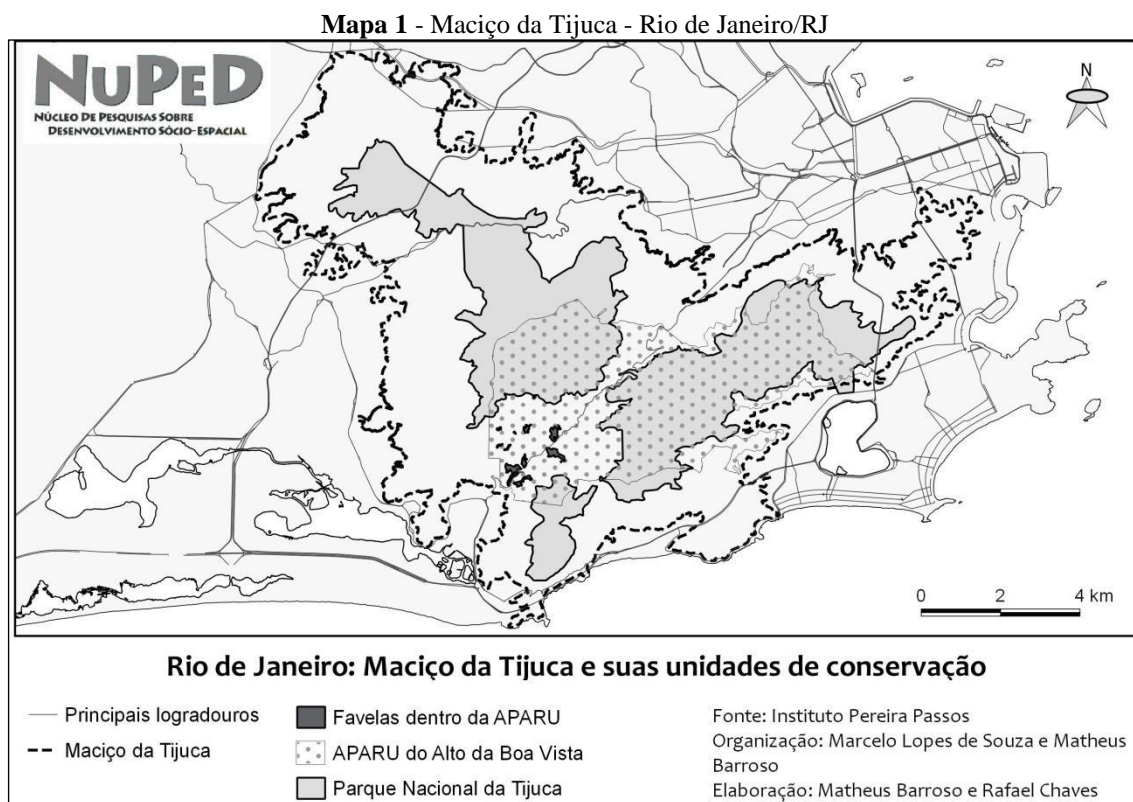
É possível identificarmos a existência de um conflito ambiental, cujos agentes orientam suas práticas espaciais para três finalidades gerais: a conservação da floresta e mananciais; a obtenção de lucro pela incorporação imobiliária; e o uso da terra para habitação. As duas últimas orientações citadas são temas tradicionais na Geografia, pois se baseiam em análises das práticas espaciais relacionadas, respectivamente, ao valor de troca e ao valor de uso da terra. Já a primeira mencionada, que, comumente, é assumida como neutra ou até mesmo inocente, revela ambiguidades quando analisada sob um ponto de vista mais acurado.

Apontamos, assim, que a pluralidade típica do discurso, da agenda e das práticas espaciais dos ativismos ambientalistas potencializa a complexidade das relações sócio-espaciais. Dependendo dos objetivos dos grupos ambientalistas, suas práticas se articulam, ora favorecendo grupos empresariais e proprietários fundiários, ora fortalecendo a luta pelo direito de moradia e a qualidade de vida da população local. Vemos esse denso campo de forças resultar em um emaranhado arranjo de projeção das relações de poder sobre o espaço, ou seja, territorialidades.

A partir desse dado da realidade, elaboramos a problematização de nosso objeto de conhecimento, tomando como recorte temático as interações entre os diferentes tipos de ativismos que influenciam a gestão do território. Somos, então, remetidos ao conceito de território, tal como trabalhado por Marcelo Lopes de Souza, em diversos textos. Ele, ao "(...) ilustrar o alcance socialmente crítico da análise conceitual sobre o território no âmbito de um repensamento da questão do desenvolvimento" (SOUZA, 1995, p. 82), critica a reificação do território feita por Claude Raffestin (que incorpora o substrato material ao próprio conceito de território), e sintetiza a discussão de Robert D. Sack sobre

a territorialidade. Ainda nesse sentido, a macroteoria aberta do desenvolvimento sócio-espacial desenhada por Marcelo Lopes de Souza, que é um enfoque procedural da mudança sócio-espacial, fundado filosoficamente sobre o princípio de autonomia (SOUZA, 2013a), é estruturante para a nossa pesquisa.

O recorte espacial de nosso problema contempla a vertente sul do Maciço da Tijuca (Mapa 1), o qual é uma parte da Serra do Mar, que abriga um importante fragmento de Mata Atlântica da cidade do Rio de Janeiro. Suas propriedades geológicas apresentam-se como integrantes do "*substrato espacial material*" (Ibid.) condicionante do padrão de ocupação contemporâneo do território. Essa materialidade do espaço carioca, que vem sendo apropriada e ocupada por interesses distintos ao longo da história, nos revela, em suas encostas, a presença de bairros de classe média e favelas, além de duas unidades de conservação: uma federal, o Parque Nacional da Tijuca (PNT), e outra municipal, a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Alto da Boa Vista (APARU-ABV).



Fonte: (CHAVES, 2019).

A APARU-ABV é contígua (e sobreposta, em alguns trechos) ao Parque Nacional da Tijuca (PNT), que compreende um extenso fragmento de mata atlântica sobre o Maciço da Tijuca. O Parque Nacional da Tijuca (PNT) é uma unidade de conservação dotada de singularidade em relação aos demais parques nacionais no território brasileiro,

pois ele está localizado no centro de uma capital metropolitana. Sendo o Parque a delimitação política de uma porção do espaço com o intuito de regulação do uso do solo, as práticas espaciais que tomam corpo em seu entorno, na sua Zona de Amortecimento (ZA), são fortemente influenciadas pela presença dessa unidade de conservação. Essa condição acarreta uma série de relações sócio-espaciais, que, quando cuidadosamente analisadas, podem nos revelar os ganhos e/ou perdas de qualidade de vida e justiça social pelos diferentes grupos sociais que interagem a partir de escalas variadas.

Nossa escala de análise enfoca as 12 pequenas favelas localizadas na APARU-ABV. Elas são formas materiais mais antigas do que a APARU-ABV, pois o registro de surgimento da favela mais recente dentre as analisadas, remete ao ano de 1956 (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2010), enquanto a Unidade de Conservação Municipal foi criada por decreto municipal, em 1992.

A extensão espacial se revela viável, na medida em que um dos recursos ambientais observados se encontra restrito a um fragmento do território do município do Rio de Janeiro. Esse recurso é a floresta que cobre o Maciço da Tijuca. O outro recurso que dá sentido à investigação é a terra, mais especificamente a terra urbana, cujo valor de uso e valor de troca no contexto da cidade do Rio de Janeiro pressionam pela incorporação de novas áreas ao tecido urbano. Apesar de esses dois recursos coexistirem na mesma porção do espaço, em uma escala que podemos considerar como "microlocal" (SOUZA, 2006), a regulação de seu uso é a manifestação das relações de poder oriundas de múltiplas escalas. Isso nos leva a reconhecer que, apesar de o fenômeno se manifestar localmente, devemos considerar os atores e relações sociais que atuam a partir de escalas diversas.

A periodização da nossa pesquisa assume o tempo presente como recorte (apesar de recorrermos a eventos passados para a contextualização). A dimensão temporal do objeto de conhecimento pode ser viabilizada por diversas formas de abordagem. Lawrence Estaville Jr. nos propõe 4 maneiras de operacionalização da temporalidade. Também trata de suas respectivas vantagens e desvantagens, porém, nos atemos às possibilidades de recortes temporais, sendo eles: o recorte temporal simples; o recorte sincrônico; subseções diacrônicas; e integrações entre dois ou mais destes (ESTAVILLE JR., 1991). Apoiando-nos nessas ferramentas, o primeiro passo da nossa análise é a elaboração de um recorte sincrônico para identificar padrões espaciais. Utilizamos, nesse passo, o conceito de *substrato espacial material* (SOUZA, 2013a), que se refere ao espaço social material, mas sem ignorar o sítio e os processos geocológicos. Assim, buscamos

compreender a importância dos recursos espaciais em questão para os grupos sociais que se lançam na arena de disputa pelos mesmos.

A tática diacrônica complementa a incorporação da dimensão temporal do fenômeno. Para tanto, devemos definir a espessura da camada de tempo que chamamos de presente. Consideramos como marco inicial da nossa periodização a criação, pelo poder executivo municipal, da Área de Preservação e Recuperação Urbana do Alto da Boa Vista (APARU-ABV) no ano de 1992, se estendendo até o momento do último levantamento de dados empíricos, em agosto de 2020. Tomamos aquele ponto inicial, pois essa ação do governo local simbolizou uma tentativa de regulação do uso dos recursos que estudamos (utilizamos os termos "simbolizou" e "tentativa", pois desde sua criação, a unidade de conservação ainda não foi regulamentada, permanecendo um instrumento jurídico inócuo).

Finalmente, no plano acadêmico, a justificativa para tais recortes se dá pela ausência de estudos teóricos sobre esse tema na área selecionada. E, no plano prático, justifica-se pela identificação da relação entre os grupos sociais enquanto um problema social. Portanto, nossa problemática trata da interação entre as práticas espaciais dos ativismos favelados e dos ativismos ambientalistas na produção do espaço, sob a perspectiva dos ganhos de qualidade de vida e justiça social, nas favelas da APARU-ABV.

O objetivo geral do presente trabalho é analisar a fricção entre os ativismos focados exclusivamente no "meio ambiente" e na proteção ambiental e aqueles que lutam pelo direito à moradia digna (mais especificamente protagonizados por moradores de favelas). Estudamos as *práticas espaciais* (SOUZA, 2013a) que, com origens escalares e territoriais diferentes, convergem, interagem, cooperam e se antagonizam na disputa pela organização do mesmo espaço. Para darmos conta dessa tarefa, contrastamos os ativismos ambientalistas espacialmente originados fora do Maciço da Tijuca, cujo alvo espacial de suas preocupações e atuação é a zona de amortecimento do PNT (que, na prática, corresponde à APARU-ABV), com os ativismos da população favelada residente nessa área. Os efeitos dos ativismos de cada grupo social sobre a dinâmica geocológica na APARU-ABV, e sobre a influência deles na efetivação/sobrepujamento do direito à habitação serão os fundamentos de referências para nossa comparação.

Nosso trabalho busca, especificamente: levantar e examinar as organizações coletivas dos moradores das favelas estudadas; identificar e analisar suas agendas e práticas espaciais; levantar e examinar as ações coletivas organizadas por ambientalistas que impactam na qualidade de vida e na justiça social nas favelas estudadas, identificando

e analisando os atores, suas agendas e suas práticas espaciais; e, verificar como os ativismos ambientalistas interferem ou podem interferir, e de que modo, na busca por melhor qualidade de vida e maior justiça social por parte das organizações de favelados.

O problema pode, então, ser formulado da seguinte maneira, em três etapas: 1) como as variadas ações coletivas organizadas pelos moradores das favelas que se encontram naquela área atuam na garantia do seu direito à moradia digna?; 2) como as ações coletivas organizadas por ativistas ambientalistas, que não residem naquelas favelas, e cujo ativismo tem como foco a proteção ambiental do Maciço da Tijuca, afetam ou podem afetar a vida dos moradores das referidas favelas?; 3) em que medida e de que forma esses dois tipos de ativismo (favelado e ambientalista em sentido estrito) se opõem ou cooperam entre si, real ou potencialmente?

Nossa hipótese inicial é a de que organizações de ativistas ambientalistas, compostas fundamentalmente por moradores de bairros de classe média fora da APARU-ABV, exercem práticas espaciais que privilegiam o direito ao meio ambiente em detrimento do direito dos moradores das favelas da APARU-ABV à moradia digna. Estendemos nossa reflexão às organizações de ativismo oriundas das favelas em foco. Pensamos que esses atores exercem práticas espaciais que imprimem prioridade ao direito à moradia digna em relação à preservação ambiental, colaborando, contudo, em alguns casos, para a conservação da floresta e dos cursos d'água.

Suspeitamos, ainda, que a lógica das tentativas de remoções se baseia na influência de incorporadores imobiliários sobre o Estado, pois, ao considerarmos que as favelas estudadas situam-se na vertente sul do maciço, aquela próxima ao bairro da Barra da Tijuca, cujo adensamento estimulou o interesse dos incorporadores nos eixos de expansão urbana sentido Recreio dos Bandeirantes e Itanhangá, gerou-se, dessa forma, um potencial incremento do preço das terras ocupadas pelas favelas que ora estudamos. A retirada das favelas também valorizaria o solo pela redução das externalidades negativas geradas pelas favelas para o mercado imobiliário de alto padrão.

Orientados por esse problema, nossa pesquisa empírica se baseia na reflexão sobre os resultados reais e potenciais das ações de ambos os grupos e tipos de ativismo no que diz respeito ao desenvolvimento sócio-espacial, considerando, sobretudo, a escala das favelas da área de estudo e, também, a escala do Maciço da Tijuca e suas áreas ambientalmente protegidas. Outras escalas (como a do Rio de Janeiro, de modo mais direto) funcionam como "camadas de contextualização". Assim, nosso objeto emerge de uma disputa pelo uso dos recursos ambientais no Maciço da Tijuca. Identificamos, então,

quais são os recursos em questão, quais são os grupos sociais envolvidos, seus objetivos, discursos, agendas e práticas.

O corpo do trabalho está dividido em duas partes. Na primeira delas, estabelecemos o diálogo com os autores e autoras que pavimentaram o caminho teórico-conceitual, permitindo, dessa forma, que construíssemos um trabalho calcado na análise da realidade empírica, sem, com isso, descambar para o empirismo. Ademais, demonstraremos como, sob a influência de diversas obras referências, construímos o nosso objeto e o percurso metodológico que seguimos para a sua abordagem. Na segunda parte, apresentamos ao leitor os dados da realidade que permitem apreender o conflito ambiental que pauta a nossa pesquisa e apontamos os resultados de nossa pesquisa empírica, bem como a análise dos dados produzidos.



**PARTE I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E**  
**CONCEITUAL**

## 2 ABRINDO A CAIXA DE FERRAMENTAS

O trabalho empírico que submetemos ao leitor necessita de uma base teórica para estabelecer o diálogo científico. A maior parte dos temas que sustentaram a nossa reflexão requereu um sistemático levantamento bibliográfico que, apesar de ser muito interessante, sua detalhada exposição extrapolaria os objetivos de nossa tese. Por esse motivo, aportamos um relato conciso do quadro teórico adotado, seguido, nos próximos capítulos, do aprofundamento nos conceitos mais relevantes para a nossa argumentação.

Organizamos os temas explorados em duas categorias: a primeira é aquela que abrange a fundamentação teórico-metodológica e conceitual e a segunda trata de produções prévias sobre a nossa área de estudos. Nosso ponto de partida é a macroteoria aberta do *desenvolvimento sócio-espacial* de Marcelo Lopes de Souza (que será melhor explorada no próximo capítulo). Esse é a estrutura central da nossa pesquisa: a partir dela, adotamos os conceitos de segregação sócio-espacial, ativismos sociais, relações entre sociedade e natureza, práticas espaciais, território.

Para estudarmos a espacialidade dos ativismos sociais nas favelas inseridas na APARU-ABV, nos dedicamos com vigor à análise diacrônica da sucessão de *conjunturas* que, pelas práticas espaciais dos ativismos, convergiram em contínuos avanços e recuos da *autonomia* naquele espaço. Através desses procedimentos metodológicos, observamos que as tentativas de remoção da população ali instalada, por parte do Estado, resultam em pressões que favorecem um processo de segregação residencial imposta.

Destarte, emerge a necessidade do debate sobre a segregação sócio-espacial, que é o processo espacial que dá a tônica da tese. Apesar da vasta produção de geógrafos sobre o tema, utilizamos as conceitualizações feitas por Corrêa (2013) e Souza (2013c), pois entendemos que os habitantes das favelas na APARU, assim como nas demais favelas, são vítimas do processo de segregação induzida, já que se territorializam nos sítios não apropriados pelo mercado imobiliário, ou seja, aqueles de baixíssimo preço e/ou expostos a riscos ambientais, como as encostas e as margens de rios. Mesmo já vivendo o resultado da segregação residencial induzida, há mais de uma década essas pessoas estão diante de um iminente processo de segregação residencial imposta.

Esclarecermos que, tanto os ativismos favelados, quanto os ativismos ambientalistas são tipos de ativismos sociais e estes se diferenciam dos movimentos sociais. Em um de seus livros, Souza (2006) refina o debate sobre os ativismos sociais como objeto de análise e teorização, enquanto delinea a diferença conceitual entre os ativismos e os movimentos sociais. Basicamente, ele afirma que os movimentos sociais

são ativismos sociais com caráter mais ambicioso. Dessa forma, os "meros ativismos" são um amplo conjunto de ações públicas, exercidas pela sociedade civil organizada e de relativa duração. O autor também nos traz uma reflexão sobre dois tipos de ativismos urbanos, os de sentido fraco e os de sentido forte.

Adotando a tipificação dos ativismos urbanos proposta por Souza, assumimos que os ativismos favelados são ativismos urbanos em *stricto sensu*, pois sua pauta se origina no "*direito à cidade*: luta por moradia e por infraestrutura técnica e social, luta por regularização fundiária e desestigmatização de espaços segregados, luta por um espaço urbano mais agradável, mais 'convivial' e menos injusto" (SOUZA, 2006, p. 280-281, Grifo no original).

Já os ativismos ambientalistas apresentam uma amplitude que pode se manifestar desde o preservacionismo explícito de algumas organizações, na preocupação com a incorporação/valorização imobiliária de áreas urbanas baseada no desenvolvimento urbano sustentável, ou até ativismos comprometidos com a superação da heteronomia, como aqueles caracterizados pelas práticas que conduzem e se afinam com propostas como a do Ecologismo dos Pobres (ALIER, 2017) e da Ecologia Social (BOOKCHIN, 2010). Devemos mencionar que as relações entre sociedade e natureza vêm sendo pensadas de forma diversificada há décadas. Em seu livro, Diegues (2000) traça um panorama das principais correntes. O autor descreve as principais características do Conservacionismo e sua fórmula de manejo eficiente da natureza, do Preservacionismo e a reverência da vida selvagem, da Ecologia Profunda com seu forte enfoque biocêntrico, da Ecologia Social que identifica os seres humanos como seres sociais<sup>1</sup>, do Eco-Marxismo de Moscovici com a oposição entre o naturalismo e o culturalismo. Essa colaboração é muito relevante para compreendermos as orientações das práticas espaciais das diferentes organizações que influenciam o uso do solo na APARU. Contudo, devemos conjugá-la com a apreciação sobre o debate a respeito da Justiça Ambiental introduzido por Bullard (2000) e sintetizado por Acselrad, Mella e Bezerra (2009), pois, munidos desse arcabouço intelectual, podemos interpretar a distribuição socialmente desigual dos riscos e impactos ambientais.

---

<sup>1</sup> Aproveitamos para trazer uma citação de Bookchin feita por Marcelo Lopes de Souza: "A ecologia social está baseada na convicção de que quase todos os nossos atuais problemas ecológicos se originam de problemas sociais profundamente arraigados. Daí se segue, a partir dessa perspectiva, que esses problemas ecológicos não poderão ser entendidos e muito menos solucionados sem uma compreensão cuidadosa da nossa sociedade e das irracionalidades que a dominam. Para tornar esse ponto mais concreto: conflitos econômicos, étnicos, culturais e de gênero, entre muitos outros, se situam no coração das mais sérias distorções ecológicas a que atualmente fazemos face - com exceção, decerto, daquelas produzidas por catástrofes naturais." (BOOKCHIN, 2007 apud SOUZA, 2014. S/N).

Organizamos a bibliografia acumulada sobre a relação entre sociedade e natureza em eixos. No primeiro eixo, temos os textos que tratam da apropriação da natureza pela sociedade e seu consequente impacto sobre o meio natural, como o artigo de Georgescu-Roegen (1975) e o capítulo de Erick Swyngedouw, com sua demonstração da "metabolização" da natureza e a importância da "política de escalas" na dinâmica da exploração dos recursos (SWYNGEDOUW, 2004). Já no segundo eixo levantamos textos que trazem uma perspectiva crítica da organização social, seus impactos sobre o meio natural e o resultado desses impactos nos diferentes grupos sociais. Para tanto, lançamos mão de dois livros do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2011; 2012), do livro do filósofo Enrique Leff (2006), dois livros de Murray Bookchin (1962; 2010), do livro do economista Joan Martínez Alier (2017) e da coletânea organizada por Acelrad, Mello e Bezerra (2009) e o debate travado entre Cornelius Castoriadis e Daniel Cohn-Bendit na Universidade de Leuven, em 1980 (CASTORIADIS; COHN-BENDIT, 1981).

Salientamos que nos é caro o conceito de práticas espaciais, que, segundo Marcelo Lopes de Souza, trata de “práticas sociais em que a espacialidade (...) é um componente nítido e destacado da *forma de organização*, do *meio de expressão* e/ou dos *objetivos a serem alcançados*” (SOUZA, 2013a, p. 241. Grifo no original). Posto que, apenas através da análise das práticas espaciais das diferentes organizações de ativismos ambientalistas e das organizações de ativistas favelados, pode-se buscar a compreensão das suas complexas estratégias sócio-espaciais, e, desta forma, verificar suas complementaridades, sobreposições e antagonismos no caminho para o desenvolvimento sócio-espacial.

Anteriormente à publicação de Lopes de Souza citada acima, Roberto Lobato Corrêa nos indicava que “[s]ão as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte, preservando-o em suas formas e interações espaciais” (CORRÊA, 1995, p. 35). Tal teorização sobre as práticas espaciais se baseia no estudo dos proprietários do meio de produção, dos proprietários fundiários e dos promotores imobiliários enquanto agentes modeladores do espaço urbano, conquanto o que também nos demanda atenção na presente pesquisa é a análise das práticas espaciais das organizações de ativismo como agentes modeladores do espaço. Nesse sentido, nos aproveitamos da conceitualização de Marcelo Lopes de Souza sobre as "práticas espaciais insurgentes", que são ações com o sentido emancipatório, críticas em relação à heteronomia (SOUZA, 2013a), cujos atores sociais executores de tais práticas são os grupos sociais aqui estudados.

No intento de solidificarmos nossa análise sobre o campo de forças escrutinado, recorreremos a algumas obras de Marcelo Lopes de Souza (1995, 1997, 2013a) que, tendo a questão do desenvolvimento como pano de fundo, delimitam o conceito de território. Tal acepção será explorada de forma mais aprofundada adiante e nos permitirá interpretar a projeção das relações de poder sobre o espaço, considerando o horizonte utópico da autonomia, o que nos permite adotar um olhar "estadocrítico" em vez de um olhar "estadocêntrico". Seguiremos ressaltando os pontos que mais nos interessam nas obras selecionadas de RAFFESTIN (1993) e SACK (1986), os quais se dedicaram ao estudo do território e da territorialidade.

Inspiramo-nos na utilização dos conceitos de Campo e Arena, feitos por Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981), que, por sua vez, adota a da formulação de Marc Swartz (1968). Tais conceitos são definidos da seguinte forma:

- O Campo seria composto pelos atores envolvidos diretamente nos processos sob estudo e 'cujo escopo territorial e social e as áreas de comportamento compreendidas mudariam de acordo com a entrada e saída de atores, ou com as mudanças nas suas atividades de interação' Ele se definiria 'pelo interesse e envolvimento dos participantes do processo estudado', incluindo 'os valores, os significados, os recursos e as relações empregados'
- A noção de Arena é complementar e mais abrangente. Ela seria 'uma área social e cultural imediatamente adjacente ao campo em espaço e tempo' onde estariam os que, ainda que envolvidos diretamente com os participantes do campo, não estivessem envolvidos em seus processos definidores. A Arena incluiria, 'além dos atores que a povoassem, o repertório de valores, significados e recursos que eles possuíssem e as suas relações com os membros do Campo. Também fariam parte da Arena valores, recursos e significados dos membros do Campo, desde que não fossem empregados nos seus processos definidores.' O universo fora da Arena seria classificável em 'Arenas secundárias, terciárias etc., de acordo com os envolvimento dos membros da Arena primária em relação ao Campo'. (SWARTZ, 1968, pp. 6 e 9, *apud* SANTOS, 1981, p. 215)

Para avaliarmos as interações entre sociedade e natureza que incidem no Maciço da Tijuca e verificarmos em que medida os ativismos ambientalistas e favelados colaboram para a conservação da "natureza primeira" ou aceleram o processo de degradação da mesma, temos claro que a análise do desenvolvimento sócio-espacial requer que conheçamos o substrato espacial material (SOUZA, 2013a) do Maciço da Tijuca. Através do capítulo de Abreu (1992), sabemos que o histórico de degradação ambiental, ao longo do século XIX, levou a um processo de reflorestamento que deu origem à formação vegetal atual. Diversos estudos sobre a dinâmica geo-hidro-ecológica foram elaborados por Coelho Netto e sua equipe nas encostas da feição. No entanto, nos atemos aos textos de Coelho Netto (1992; 2005) pelo seu nível de detalhamento e

observaremos os textos de AB'SÁBER (2003) e ROSS (2011), que situam o maciço no cenário regional.

Sobre o processo inicial de surgimento das favelas no Rio de Janeiro, associado à eliminação dos cortiços no centro da cidade, estudado por Abreu (1994), é salutar notarmos que as favelas ora estudadas são oriundas de uma dinâmica diversa, como levantado no banco de dados do SABREN do Instituto Pereira Passos (2010). Sua história, marcada pela ocupação inicial do solo por trabalhadores empregados nas atividades agrícolas e industriais, que existiam nesta vertente do maciço, nos explica sua localização na periferia da cidade de então (ABREU, 1997). Certamente, esse processo histórico integra a teia de dinâmicas que estruturam o relacionamento da população com o seu lugar, o que nos faz apelar para o conceito de lugar, sintetizado por Souza (2013a), para sua compreensão.

Considerando que:

Os ativismos sociais não se explicam, em última análise, sem a ajuda de uma contextualização estrutural, mas o que define a sua emergência e, sobretudo, a sua agressividade, a sua permanência e a sua eficácia maiores ou menores são as condições conjunturais, que são lidas pelos sujeitos históricos no processo de constituição da sua *experiência*. (SOUZA, 2006. p. 287)

Visando fazer uma análise diacrônica das sucessivas conjunturas, foi iniciado o levantamento da produção acadêmica realizada sobre as favelas que são nosso objeto. Localizamos algumas obras que nos serão úteis, tanto como fonte de informações, quanto como referência de fontes primárias e de outros trabalhos que deverão ser buscados. Destacamos o artigo de Compans (2011), que trata da ação civil pública, iniciada em 2006, exigindo a remoção parcial ou total de 6 favelas no bairro do Alto da Boa Vista. A tese de doutorado produzida por Magalhães (1983) e o artigo publicado junto com seu orientador (SILVA; MAGALHÃES, 1984) nos mostram um rico panorama das tentativas de remoção da favela Mata Machado e as estratégias de articulação da população com agentes externos à favela para a resistência.

Encontramos nos textos de Sacramento (1992) e de Soares (1999) duas contribuições sobre a relação entre a população favelada da Mata Machado e seu entorno, que é basicamente formado pela "natureza primeira". Chegamos até essas referências através da dissertação de mestrado de Silva (2002) e Almeida (2002). Recentemente, Fonseca e Diniz (2015) elaboraram um estudo sobre a favela do Vale Encantado. Este nos é particularmente interessante, pois foi produzido no âmbito do mesmo núcleo de pesquisa do qual fazemos parte. A geógrafa Ana Brasil Machado (2013) elaborou uma dissertação de mestrado, em que discute a política dos "ecolimites", cujo entendimento é

indispensável para a compreensão dos processos que estudamos. Já o historiador Humberto Salustriano da Silva (2010), utilizando técnicas de análise de discurso, nos oferece uma análise do papel da série de reportagens "Ilegal e daí?" para verificarmos a emergência do argumento ambiental como legitimador das remoções de favelas.

### 3 A ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL

As primeiras palavras a serem comunicadas sobre a abordagem do desenvolvimento sócio-espacial têm o objetivo de evitar um mal entendido e fazer justiça ao pensamento de seu fundador. Devemos deixar claro que, ao tratarmos do desenvolvimento sócio-espacial, não estamos seguindo as linhas das teorias acerca do desenvolvimento econômico. Apoiamo-nos nas palavras do geógrafo Marcelo Lopes de Souza, que vem, há três décadas, enriquecendo e lapidando a sua proposta teórica. Em suas próprias palavras, sua discussão é sobre a

(...) “*macroteoria aberta*” do desenvolvimento sócio-espacial, designando por isso um enfoque basicamente *procedural* da mudança sócio-espacial, fundado filosoficamente sobre o *princípio de autonomia* (que constitui, no fundo, quase que o único conteúdo *substantivo*, histórica e culturalmente falando, desse arcabouço teórico). A rigor, essa “*macroteoria aberta*” é uma ferramenta para escavar e explorar as possibilidades de pensar os vínculos entre espaço geográfico e relações sociais, dentro de uma perspectiva de mudança para melhor (superação de obstáculos e gargalos), sem recorrer às usuais “*muletas*” e sem incorrer nos vícios das diversas teorias do desenvolvimento, mormente nos marcos da ideologia capitalista do desenvolvimento econômico: *etnocentrismo* (mais especificamente, eurocentrismo), *teleologismo* (isto é: etapismo, evolucionismo, historicismo) e *economicismo*. Em vez de buscar definir um conteúdo específico para o “desenvolvimento”, como sói acontecer, a minha intenção tem sido a de propor, discutir e testar princípios e critérios tão abertos (mas também tão coerentes) quanto possível, de maneira que a definição do conteúdo da “mudança para melhor” seja deliberadamente reservada como *um direito e uma tarefa dos próprios agentes sociais* (sujeitos, protagonistas), e não um privilégio do analista. Por dizer respeito à complementação de um enfoque político-filosófico já existente (o enfoque castoriadiano da autonomia), a abordagem do desenvolvimento sócio-espacial inspirada no “projeto de autonomia” constitui uma “*macroteoria*” ou pelo menos um *esboço* de “*macroteoria*”; e por ser basicamente *procedural*, e não substantiva, pareceu-me merecer o adjetivo “*aberta*”. Essa opção por um enfoque procedural, sublinhe-se, é, na minha compreensão, a melhor saída para livrar o debate em torno da mudança social (ou mais precisamente sócio-espacial) de seu usual ranço etnocêntrico, e, por tabela, igualmente de seus não muito menos usuais outros vícios, que geralmente derivam do olhar eurocêntrico. (SOUZA, 2013a, p. 262-263, grifos do autor).

Nossa abordagem do desenvolvimento sócio-espacial se baseia na interpretação da *macroteoria aberta* elaborada pelo autor mencionado. Nossa reflexão parte da convicção de que a noção de desenvolvimento pressupõe uma transformação positiva, desejada ou desejável, ou seja, uma mudança de uma conjuntura inicial imperfeita, porém, perfectível, para uma conjuntura sucedente mais justa e aceitável para os membros daquele grupo e a sociedade como um todo. Quando não perdemos de vista a multiplicidade dos agrupamentos humanos espalhados sobre a superfície terrestre, portadores de variados traços culturais e instituições sociais, encaramos, então, como uma



quimera a assunção de que uma transformação desejável para um grupo social, também o seja para todos os demais, isto é, a pretensa universalização de um conteúdo específico para o desenvolvimento obscurece a multiplicidade das visões de mundo existentes no planeta.

Não são raros os casos empíricos, do passado e contemporâneos, que ilustram os diferentes entendimentos do que seriam mudanças para melhor e conflitos ocasionados pela imposição de uma cultura sobre a outra. Basta pensarmos que o desenvolvimento colonial desejado pela sociedade da metrópole lusitana não era convergente com a visão das sociedades nativas dos territórios ocupados no continente americano, como tampouco o foi para as sociedades do continente africano, vitimadas pela captura e escravização. Hodiernamente, não podemos conscientemente assumir que sociedades cujas práticas culturais estão assentadas em valores capitalistas típicos, como o individualismo e o consumismo (não raramente manifestados em patriarcalismo e racismo), como aquelas dos países centrais do sistema-mundo contemporâneo comunguem do idêntico anseio pelas mesmas mudanças que as sociedades baseadas em princípios éticos de apoio mútuo e solidariedade, como é o caso do povo curdo na região de Rojava.

Como esboçado, o desenvolvimento não pode ter uma definição fechada, porquanto seria a reprodução de uma prática moderna heterônoma de imposição de uma visão fechada e etnocêntrica. Para pensarmos o desenvolvimento de forma aberta, se faz necessária uma

(...) 'descentralização teórica', que é, ao mesmo, tempo um esforço de formulação de uma teoria 'aberta': ao invés de definir de uma vez por todas (...) o que seja desenvolvimento, cabe tão-somente (...) extrair um princípio norteador. Entendendo de modo muito abrangente (...), desenvolvimento simplesmente como um processo de aprimoramento (...) das condições gerais do viver em sociedade, em nome de uma maior felicidade individual e coletiva, o princípio mais fundamental sobre o qual se pode assentar esse processo parece ser a autonomia individual e coletiva, conforme discutida por CASTORIADIS(...) A autonomia é um princípio ético e político, o qual, conforme já enfatizado alhures (...), não 'define' um conceito de desenvolvimento, mas justamente propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as particularidades de sua cultura, o conteúdo concreto (sempre mutável) do desenvolvimento: as prioridades, os meios, as estratégias. (SOUZA, 1996, p. 9-10)

Apesar de reconhecermos que, no planeta, coexistem (não necessariamente em harmonia) várias noções de desenvolvimento em virtude da diversidade de coletividades que o povoam, não podemos ignorar que uma concepção é hegemonicamente imposta no atual momento histórico. Sabemos, ainda, que esta vem sendo sistematicamente forçada aos demais povos, a partir de uma matriz histórico-geográfica chamada de Ocidente. Tal

concepção é encarnada no desenvolvimento capitalista, cujos alicerces estão fincados no solo cultural da modernidade ocidental e seu mote é o permanente processo direcionado pelo binômio do crescimento do produto combinado com o progresso tecnológico. Dessa forma, o processo de modernização do mundo não pode ser dissociado dos atributos de seu berço epistêmico, que é a modernidade concretizada principalmente na ideologia do desenvolvimento capitalista, ou seja, trata-se da progressiva inclusão de novas áreas e povos ao sistema moderno ocidental.

O caráter emancipatório da modernidade, que serviu de legitimação para a sua expansão e a civilização de povos “atrasados” foi defendido por diversos pensadores ocidentais que nele criam. Uma elucidativa síntese das virtualidades da modernidade nos é oferecida pelo geógrafo David Harvey, quando este escreve que:

Embora o termo “moderno” tenha uma história bem mais antiga, o que Habermas (1983, p. 9) chama de *projeto* da modernidade entrou em foco durante o século XVIII. Esse projeto equivalia a extraordinário esforço dos pensadores iluministas “para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas”. (...) O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas. (HARVEY, 1992, p. 23, grifo do autor).

Contudo, este autor confronta tal visão idílica com críticas levantadas ao projeto da modernidade, quando enfatiza a imagem da “destruição criativa”, bem como quando explicita os seus reflexos na atuação de Haussmann na Paris do Segundo império, também na de Robert Moses na Nova Iorque pós Segunda Guerra Mundial e na de Schumpeter no campo da Economia (HARVEY, 1992). A expansão geográfica da modernidade, ou seja, do sistema técnico do desenvolvimento capitalista, implicou na destruição de sistemas político-econômico-culturais tradicionais e sua substituição por adaptações das realidades locais ao modelo ocidental, permanentemente orientadas pelos interesses etnocêntricos dos centros de comando da ação. Dessa forma, a imposição da modernidade ocidental alhures implicava a própria expansão do ocidente, pois, como nos mostrou Milton Santos, o sistema técnico de qualquer sociedade traz, embutida, a sociedade que o criou, ou de forma mais abstrata que “[o] espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes” (SANTOS, 2002, p. 63).

Ao construir a macroteoria aberta do desenvolvimento sócio-espacial, Marcelo Lopes de Souza revela o peso que a obra de Cornelius Castoriadis teve na consolidação do seu pensamento. Dentre outros elementos apropriados por aquele autor de Castoriadis, aqui ressaltamos que ele considera a posição de Castoriadis sobre o Ocidente a mais equilibrada, pois “(...) reconhece tanto as virtualidades negativas (degradação ambiental, etnocídio, exploração do homem pelo homem) quanto as positivas (onde se incluem as potencialidades emancipatórias da discussão racional) da cultura greco-ocidental” (SOUZA, 1996, p. 8).

A impossibilidade lógica de se tomar um único conceito de desenvolvimento, ou seja, de forma fechada, explicita que a tentativa de universalização teórica do conteúdo do desenvolvimento capitalista se assenta em uma base ética e política etnocêntrica, mesmo quando adotadas por intelectuais originários das regiões (semi) periféricas do sistema-mundo moderno. Não pretendemos propagandar uma total recusa do diálogo com os aportes intelectuais das regiões centrais do sistema-mundo moderno, mas é importante frisar que, como já foi demonstrado por Immanuel Wallerstein e replicado por diversos autores, o sistema capitalista opera pela expropriação das riquezas da (semi) periferia e sua respectiva acumulação nos centros do sistema através do estabelecimento de instituições modernas nos territórios a serem explorados. Portanto, pensar o desenvolvimento capitalista em um país (semi) periférico é alimentar e dar continuidade ao projeto ocidental de modernização do mundo. Marcelo Lopes de Souza nos oferece um sólido caminho (SOUZA, 1996, 2002, 2006) para entendermos que a noção, os conceitos e, em larga medida, as teorias hegemônicas sobre o desenvolvimento capitalista comportam mecanismos de invisibilização da humanidade das pessoas envolvidas (ou a serem envolvidas) no processo de otimização de um sistema abstrato e estrangeiro à maior parte do mundo.

Podemos tomar a conclusão inicial de que tratar do desenvolvimento capitalista é uma limitação teórica que, em nome de um caminhar rumo à emancipação da humanidade e à luz das contradições empíricas, deve ser superada. Para a superação de tal entrave, a macroteoria aberta do desenvolvimento sócio-espacial não abandona a teorização sobre o desenvolvimento em si, mas a complexifica. Tendo a autonomia como fundamento ético e político-filosófico, o autor retoma a discussão teórica sobre o conteúdo do desenvolvimento e sua respectiva adjetivação. Introduce-se muito mais complexidade na medida em que além da dimensão econômica da sociedade, outras dimensões passam a ser consideradas na análise. Esse fato cria o desafio metodológico de não se poder recorrer apenas a uma série de indicadores tomados até então como universais, os quais tendiam

a tomar a dimensão econômica da sociedade pela sociedade inteira. Uma vez que se entende que “(...) desenvolvimento não é conquistar ‘mais do mesmo’ no interior do modelo social capitalista, isto é, mais crescimento e modernização, mas superar a heteronomia e conquistar mais e mais autonomia” (SOUZA, 2006, p. 108), a análise do desenvolvimento deve ser enrobustecida com a rigorosa observância das dimensões política e simbólica da sociedade, sem que se negligencie a sua espacialidade, lançando, assim, luz sobre a sua concretude. Daí o prefixo “macro” da macroteoria aberta do desenvolvimento sócio-espacial, pois se trata de um ambicioso esforço de apreender as relações sociais e o espaço social de um dado recorte, que estão em contínuo processo de transformação.

Além do problema da imposição do sistema técnico (entendido de forma ampla, dando conta das instituições sociais) de uma sociedade para as outras, ou seja, de fora para dentro, uma outra questão deve ser observada: aceitando o caráter aberto do desenvolvimento, como é possível produzir uma análise de seu conteúdo concreto evitando, tanto o nível singular do indivíduo, quanto a abstração de uma sociedade supostamente homogênea? Ao assumir o desafio libertário de se opor ao individualismo do ideário liberal, ao mesmo tempo em que critica a tendência pasteurizadora da sociedade do centralismo democrático, Marcelo Lopes de Souza cuida para que o conteúdo do desenvolvimento observado não reflita meramente um desejo excêntrico, tampouco uma imposição de um grupo social dominante sobre os demais dominados. Para tal tarefa, ele incorpora as discussões de Castoriadis sobre o princípio ético e político da *autonomia* individual e coletiva. Vejamos as palavras de Castoriadis, definidoras da autonomia reproduzidas por Lopes de Souza:

Autonomia: *autos-nomos*, (dar-se) a si mesmo as suas leis. [...] Em que sentido pode um indivíduo ser autônomo? [...] A autonomia do indivíduo consiste em estabelecer uma outra relação entre a instância reflexiva e as outras instâncias psíquicas, assim como também entre o seu presente e a história por meio da qual ele se fez tal como ele é, permitindo-lhe escapar à servidão da repetição, refletir sobre si mesmo, sobre as razões de seus pensamentos e sobre os motivos de seus atos, guiado pela invenção do verdadeiro e pela elucidação de seu desejo. [...] Posso dizer que estabeleço eu mesmo a minha lei – uma vez que vivo necessariamente sob a lei da sociedade? Sim, em um caso: se eu puder dizer, reflexiva e lucidamente, que essa é também a minha lei. Para que eu possa dizer isso, não é necessário que a aprove: é suficiente que eu tenha a possibilidade efetiva de participar ativamente da formação e do funcionamento da lei. A possibilidade de participar: se eu aceito a ideia de autonomia *como tal* (não somente porque ela é “boa para mim”), o que, evidentemente, nenhuma “demonstração” pode me obrigar a fazer, nem tampouco pode me obrigar a colocar de acordo as minhas palavras e os meus atos, a pluralidade de indivíduos pertencendo à sociedade leva imediatamente à democracia, como possibilidade efetiva de igual participação de todos, tanto nas atividades

instituintes como no poder explícito [...]. (CASTORIADIS, 1990, p. 131-4, apud SOUZA, 2017, p. 309).<sup>2</sup>

Dessa forma, não podem existir indivíduos autônomos em uma sociedade heterônoma, cujas instituições não estejam imbuídas da tarefa de educar os cidadãos para o debate radicalmente democrático, de conferir equidade no processo de tomadas de decisões políticas, de promover a justa distribuição dos bens e serviços produzidos no seu interior, ou seja, de promover a justiça social e a qualidade de vida para seus membros, respeitando a autonomia das demais sociedades. Tampouco pode haver uma sociedade autônoma se os indivíduos não forem livres e não tiverem a possibilidade de, lucidamente, participarem em pé de igualdade, *de jure* e *de facto*, do permanente processo de construção dessa sociedade. É indispensável que contem, para tanto, com ampla circulação de informações suficientes e confiáveis sobre a realidade que os cerca, tal qual com reais condições de acesso e intervenção nas arenas do debate público, isto é, se os indivíduos não exercerem um papel que vá muito além do mero eleitor em uma democracia representativa. A essa dimensão da autonomia, Marcelo Lopes de Souza denomina de *autonomia no plano interno* (SOUZA, 2006), arrematando uma ideia que se apresentava de forma implícita no pensamento de Castoriadis.

Já a *autonomia no plano externo* se refere ao princípio da não intervenção de uma coletividade sobre a outra. Esse ponto clama por uma observação da sua dimensão espacial, pois, excluídas as coletividades autossuficientes, o intercâmbio de recursos ambientais e seus produtos nos diferentes territórios impõem a necessidade do diálogo entre diferentes coletividades. O caráter dessa interação pode variar em incontáveis níveis de uma escala que vai, em um de seus extremos, da máxima heteronomia de uma ocupação estrangeira, com base na dominação de um grupo assentado em um território controlado por forasteiros, os quais alienam completamente os nativos da tomada de decisões sobre o processo de construção da organização sócio-espacial, indo até, no outro extremo, uma situação de autonomia plena, na qual não existiriam atritos entre os diferentes povos, nesta situação a tônica das relações intergrupos seria a integração fundamentada na cooperação e no respeito mútuo. Contudo, no sistema-mundo resultante do histórico desrespeito ocidental à autonomia externa dos povos do planeta, a maior parte das sociedades já se encontra largamente (em maior ou menor grau) “ocidentalizadas”;

---

<sup>2</sup> Apesar de a obra de Castoriadis nos ser acessível, optamos por uma citação indireta para ratificar a importância desse autor na construção do pensamento de Marcelo Lopes de Souza, que é nosso interlocutor direto sobre o desenvolvimento sócio-espacial.

logo, regidas de forma bastante heterônoma pelo conjunto das instituições do Estado-nação capitalista.

Assumimos que, para a superação do modelo heterônimo imperante no mundo, no momento histórico atual, a autonomia é um horizonte para o qual devemos mirar na construção de um modelo de sociedade que tenha a democracia radical como fundamento procedural, sem que, com isso, o resultado do processo já tenha sido predeterminado para todos, ou seja, sem teleologismo. Assim sendo, consideramos salutar uma transformação das instituições da sociedade em prol da promoção da justiça social e da qualidade de vida para seus membros, tal como desejadas e democraticamente definidas por eles e elas próprios. À vista disso, podemos assumir que as mudanças de uma sociedade em direção à maior autonomia individual e coletiva podem ser vistas como o desenvolvimento daquela sociedade.

O conteúdo concreto do desenvolvimento a ser observado, então, é aquele dado pela própria sociedade concreta. Esta deve ser considerada diante da inseparabilidade entre as relações sociais acima delineadas e o espaço social, sem que, contudo, estas sejam tomadas uma pela outra. Daí surge a expressão *desenvolvimento sócio-espacial*, pois se trata de uma mudança para melhor de uma sociedade, tanto nas relações sociais em seu seio, quanto no espaço social, condicionador e produto dessas, tendo a autonomia como seu parâmetro subordinador geral.

Consideramos que o desenvolvimento sócio-espacial não é um ponto a se atingir, um estado da sociedade, mas sim um processo aberto, isto é, um movimento da sociedade que, partindo de qualquer conjuntura histórica e contando com qualquer forma espacial herdada do passado, pode gerar os avanços (ou, eventualmente, retrocessos, desde que fruto do exercício do direito de errar em liberdade) no sentido da superação da injustiça social e na satisfação das necessidades básicas e não básicas para cada vez mais pessoas, isto é, da superação da heteronomia. Metodologicamente, impõem-se desafios ao analista: Em um mundo largamente ocidentalizado, como operacionalizar o recorte da sociedade para observar avanços ou retrocessos no desenvolvimento sócio-espacial? Quais indicadores considerar para uma análise do desenvolvimento sócio-espacial? Em que medida a atuação dos diferentes grupos sociais impacta a autonomia individual e a autonomia coletiva?

Os questionamentos levantados não podem tropeçar nas limitações explicativas das teorias do desenvolvimento capitalista. Precisamos nos ater à construção da abordagem do desenvolvimento sócio-espacial no bojo do paradigma da complexidade, aplicado na epistemologia da pesquisa social. O paradigma da complexidade incorpora

um “enfoque que busca interações complexas (...), além de admitir que não apenas a *necessidade* (determinidade), mas igualmente o *acaso* (a contingência, o inesperado) são definidores da dinâmica do mundo real” (SOUZA, 1997a, p. 47).

Para opor a teorização sobre o desenvolvimento sócio-espacial às teorias do desenvolvimento surgidas no segundo pós-guerra, Marcelo Lopes de Souza explicita que essas são comprometidas com o paradigma da simplificação. Tentaremos, aqui, sintetizar alguns de seus apontamentos sobre os sintomas característicos desse tipo de abordagem. São eles: a *monodimensionalidade* das análises sobre a sociedade, quando se observa apenas uma das principais dimensões das relações sociais (economia, cultura, política), as explicações que partem desse princípio, que tendem à miopia da *monocausalidade*; a *separação simplista entre endógeno e exógeno*, quando, na explicação de fenômenos manifestos em uma dada formação social, usualmente se negligenciam os entrelaçamentos históricos e as reciprocidades que existem entre os processos de espaços e escalas de análise distintas. Turva-se, então, a identificação dos possíveis graus de influência de fatores externos, ou seja, com origem em outras formações sociais e espaços, tal abordagem também leva à invisibilização das variações na internalização de processos de outrem; as *abordagens monoescalares ou muito fracamente multiescalares*, que se refletem em uma tendência do exercício analítico da espacialidade dos fenômenos sociais, deixando à sombra relevantes articulações entre fatores com origens e lógicas de funcionamento pautadas em diferentes escalas geográficas. Ignora-se, portanto, que os fenômenos manifestados e analisados em uma determinada escala espacial são frutos de processos que têm origem em diversas escalas; a *negligência para com o papel do espaço*, pois, nas teorizações sobre o desenvolvimento em foco, a leitura das relações sociais destacada de sua espacialidade, ou seja, preterindo o papel do espaço social e natural na configuração das sociedades é um dos desdobramentos da *monodimensionalidade*; e, finalmente, o *caráter fechado, absolutizante, etnocêntrico e teleológico das teorias*, sobre o qual discorreremos alguns parágrafos atrás. (Ibid.).

Expostos os entraves do paradigma da simplificação, o autor ainda se questiona “[e]m que medida o ‘paradigma da complexidade’ inspirado nas ciências naturais contribuiria para expulsar a teoria do desenvolvimento de seu pseudoparaíso de certezas mumificadas?” (Ibid., p. 57). Ele utiliza três temas interrelacionados que envolvem questões sobre o desenvolvimento sócio-espacial para ilustrar a necessidade da adoção dessa forma de leitura da sociedade.

O primeiro “diz respeito à revisão, sob inspiração da Teoria do Caos, da importância da contingência e do significado da previsibilidade no domínio social-

histórico” (Ibid., p. 57). Sem subestimar o papel das estruturas e dos contextos históricos, a Teoria do Caos avigora os argumentos anti-historicistas, que previnem contra uma abordagem *teleológica* e *etapista* do processo de desenvolvimento de uma sociedade. Marcelo Lopes de Souza, mesmo levantando consideráveis ressalvas<sup>3</sup> acerca da adoção nas ciências sociais do termo *sistema* sob a inspiração das ciências da natureza, entende a sociedade como o mais complexo dos sistemas. Dessa forma, é impossível a apreensão (logo, também é incontornável a perda de considerável parte) de todas as informações necessárias para uma, minimamente adequada, projeção dos desdobramentos de eventos dados em um determinado momento histórico (Ibid.). O reconhecimento dessa perspectiva oferece uma base epistemológica para o entendimento do desenvolvimento de uma sociedade como um perpétuo processo em aberto. Tal linha de pensamento expurga a necessidade de se desenhar no presente a realidade sócio-espacial do futuro e abre as portas para que as pessoas se atenham mais aos *meios* de construção da sociedade, do que em seu *fim*.

Aproveitamos para introduzir o pensamento de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, apresentado em sua clássica obra *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro* (SANTOS, 1981). Ele nos oferece a ilustração de uma aplicação empírica da articulação entre a estrutura social e a contingência das transformações no seio de uma sociedade. Trazemos um breve excerto do livro em questão, que, mesmo sem adentrar em uma discussão sobre a Teoria do Caos, pode ser entendida como uma demonstração de sua utilidade na realidade empírica, especialmente quando discute o papel do “Catalisador”, o qual é definido como “(...) quem faz a intermediação entre o Evento Mobilizador e a resposta que suscita (reação ou programa de luta). Ele seria o intérprete da metonímia, o que teria a chave para decifrá-la” (Ibid., p. 223), sua atuação é a dinamizadora do adreço na reação dos “movimentos” às políticas estatais, eliminando a possibilidade da previsibilidade dos fatos seguintes. O autor escreve algumas páginas adiante que

[o]s Catalisadores dos movimentos sociais urbanos podem ser indivíduos, grupos ou instituições. Podem ser também *pools* de todos esses elementos (...) Afirmar que o ator Catalisador seria um mero sublinhador da dependência do grupo frente às estruturas sociais externas seria muito simplista. Isso equivaleria a negar qualquer potencialidade transformadora a partir dos Movimentos e não corresponderia à verdade completa. Nos Campos que se formam em cada lugar, seria impossível determinar quem se aproveita de quem. Nos meus exemplos, se cada ator for examinado de per si, logo se verá que, por trás das metas comuns, há uma porção de interesses particulares ou particularizados em jogo (...). No meio dessa trama, são criados vários espaços

---

<sup>3</sup> São elas: as suas contradições dialéticas internas se chocam com a noção de equilíbrio dos sistemas; que os limites de um “sistema social” são fluídos e imprecisos; e, apontar a irredutibilidade do “mundo da vida” à oposição sistema/ambiente devido a riqueza do primeiro (SOUZA, 1997a).



no jogo dos conflitos e das alianças pelo poder a nível geral e particularizado (interesses de cada ator). Nesses espaços podem surgir às vezes comportamentos inesperados (...). É assim que, a partir dos elementos preexistentes, a prática dos processos desencadeados pelos Movimentos pode fazer surgir elementos novos. (SANTOS, 1981, p. 226-227).

O segundo tema sob o paradigma da complexidade, tratado por Lopes de Souza, aborda a *dialética entre ordem e desordem*. Este versa sobre o entendimento da “*criação de ‘desordem’ a partir de uma ‘ordem’ que é pretensamente encarnação de progresso universal, assim como do surgimento de novas ‘ordens’ a partir da ‘desordem’*” (SOUZA, 1997a, p. 66, grifo no original).

Tal perspectiva nos orienta na direção de uma abordagem que articule diferentes escalas de análise e diferentes percepções sobre o mesmo fenômeno, pois aquilo que é tomado como ordem por um grupo social dominante, em uma dada escala geográfica mais ampla, é, na verdade, o resultado da operação do conjunto das instituições no sentido da manutenção e do aprimoramento das condições para a satisfação dos seus interesses particulares. No sistema-mundo moderno, por exemplo, a expansão da modernização de caráter pasteurizador é parte da ordem; logo, o processo de adaptação (ou eliminação) das instituições sociais de escalas mais restritas, concorrentes com os interesses hegemônicos, é conduzido pelas instituições que operam a partir de escalas mais amplas.

Ao reconhecermos que algumas coletividades constroem seus próprios modos de vida, damos destaque a uma escala de análise que privilegia a perspectiva dos grupos sociais subalternos, ou seja, ressaltamos que, ali, opera uma legítima ordem diversa da hegemônica. Tal ordem pode ser anterior, simultânea ou decorrente do processo de incorporação de porções do espaço pelo processo de modernização capitalista. Contudo, aquilo que é espontâneo, auto-organizado, não controlado pelo centro de comando heterônimo é encarado como desordem por ele. Em razão disso, com o fito de organizar o crescimento do produto e o avanço tecnológico para a acumulação do capital alhures (como o avanço da monocultura para exportação nas terras indígenas e as remoções de favelas para a valorização imobiliária), são disparadas intervenções de fora para dentro daqueles territórios (ou de cima para baixo), demandando a reorganização da vida local. Dessa forma podemos observar a ordem hegemônica criando a desordem em um sistema local.

Todavia, essa “adesão” à ordem dominante não se dá de forma harmônica, já que os permanentes atritos em um mecanismo impositor de uma organização da vida social adequados a interesses alóctones geram calor (ou até mesmo fagulhas). Devido à complexidade interna do sistema local, então, *des-re-organizado*, os diferentes elementos

que coexistem em seu interior podem reagir de incontáveis maneiras, variando desde uma eufórica adaptação alimentada por benefícios pontuais para alguns indivíduos, grupos sociais ou uma classe social inteira, até uma enérgica resistência daqueles que têm seu modo de vida involuntariamente degradado. Dessa forma, o conjunto das relações sociais que emergem desse processo passa a conter (se já não continham anteriormente) expedientes de controle dos revoltosos pelos nativos mansos oportunistas, cuja operacionalização requer o estabelecimento de novas instituições sócio-espaciais. Eis que, da desordem gerada por uma ordem, emerge uma nova ordem como síntese.

De forma complementar, a ordem de um sistema local, que é encarada como desordem quando contraria as ambições dos grupos hegemônicos acima esboçados, pode provocar respostas adaptativas em escalas mais abrangentes, ou seja, exportar a desordem e conduzir a uma nova ordem em uma escala geográfica mais dilatada. Verificamos esse fato, tanto na luta dos operários europeus do século XIX, que teve origem local e modulou a evolução do sistema capitalista no mundo, quanto no movimento por *justiça ambiental*, que tem como origem os EUA da década de 1960 e vem, a partir de várias localidades, desafiando a exposição desigual às externalidades negativas inerentes ao sistema produtivo moderno em escala global.

O último tema explorado por Lopes de Souza se refere à Sinérgica de Hermann Haken. Essa tem o mérito de ressaltar a relevância epistemológica e metodológica da consideração com a articulação das dimensões econômica, política e cultural (sem a negligência da espacialidade) nos estudos de problemas sociais complexos. É o caso do desenvolvimento. Quando levantadas consideráveis ressalvas a respeito da ambição preditiva na sua forma original, a interdisciplinaridade dessa forma de pensamento pavimenta o caminho para a recusa da monocausalidade nas explicações. Como disserta Marcelo Lopes de Souza, com aplicação do raciocínio sinérgico

(...) uma explicação consistente terá de articular um grande número de fatores, operando em escalas espaciais diferentes, da internacional à local; fatores com temporalidades distintas, e alguns deles comportando-se como determinações sistêmicas, enquanto que outros aparecem como flutuações. Fatores, por fim, que tanto podem indicar um movimento que vai da desordem à ordem. Pode-se verificar, assim, que a visão de uma sinergia positiva, gerando uma situação nova (às vezes inteiramente inesperada), ou a ultrapassagem de um limite crítico com base na confluência e no reforço mútuo de  $n$  processos distintos, oferece inclusive a possibilidade de se integrar as questões do “caos” e da dialética entre ordem e desordem em uma abordagem coerente e útil à investigação social. (Ibid, p. 76-77).

Acreditamos que já seja possível, a essa altura da discussão sobre o desenvolvimento sócio-espacial, concordar com Marcelo Lopes de Souza, quando ele nos diz que

[a] autonomia, entendida muito simplificada como uma democracia autêntica e radical, é, ao mesmo tempo, um *princípio ético-político* e um *critério de julgamento*, e é essa segunda característica que lhe confere um sentido operacional: os ganhos efetivos de autonomia são um critério que pode ser empregado no exame da utilidade social de situações e processos concretos, em substituição a critérios implícitos ou explícitos de corte liberal (...) ou marxista (...). (SOUZA, 2013a, p. 268-269).

Dessa maneira, nosso trabalho busca avaliar de maneira empírica o desempenho sinérgico de variadas organizações de ativismos, considerando, primordialmente, a sua “(...) contribuição, no curto e no longo prazos, direta ou indiretamente, para a redução ou ampliação da heteronomia, ou para ganhos maiores ou menores (ou nulos) de autonomia” (Ibid, p. 269).

Após essa breve síntese sobre a necessidade de uma perspectiva complexa para a abordagem do desenvolvimento sócio-espacial, façamos um pequeno esclarecimento antes de seguirmos mais detalhadamente na tentativa de oferecer respostas aos questionamentos do primeiro parágrafo dessa seção. Como o lastro teórico da pesquisa empírica que desenvolvemos se baseia na produção da pena de Marcelo Lopes de Souza, por uma questão de coerência, mas também de reconhecimento a sua densidade e versatilidade, essa será a principal fonte dos conceitos mobilizados para a nossa investigação, pois

[o] desenvolvimento sócio-espacial é, acima de tudo, o enfrentamento da heteronomia e a conquista de mais e mais autonomia. *E isso não pode ser feito sem a consideração complexa e densa da dimensão espacial em suas várias facetas*: como “natureza primeira”; como “natureza segunda” material, transformada pela sociedade (...); como território, espaço delimitado por e a partir de relações de poder, ou, mais rigorosamente, projeção espacial das relações de poder; como lugar, espaço dotado de significado e carga simbólica, espaço vivido em relação ao qual se desenvolvem identidades sócio-espaciais, ou, no fundo, imagens espaciais e sentimentos e afetos espacializados; e assim sucessivamente. (Ibid, p. 285)

#### 4 RECORTANDO A SOCIEDADE A PARTIR DO TERRITÓRIO

Iniciamos o enfrentamento do desafio de estabelecer um recorte da sociedade. A análise das relações sociais (nas suas dimensões cultural, econômica e política), inscritas nas formas espaciais presentes no substrato espacial material é uma boa porta de entrada. A presença de um fragmento de floresta no coração da segunda maior região metropolitana do país, assim como a ocupação das encostas do Maciço da Tijuca por favelas compõem a parte visível da complexa interação humana nessa porção do espaço geográfico. Não obstante, essas formas materiais também dão sentido a um amplo conjunto de relações sociais que se desdobram em várias escalas.

Sendo a autonomia uma forma de relação de poder, seguimos, mais uma vez, Marcelo Lopes de Souza, com o intuito de apreendermos a complexidade do fenômeno. Esse autor nos mostra um caminho para a operacionalização analítica dessa relação através do espaço social; mais especificamente através da conceitualização do território, pois nos possibilita trazer inteligibilidade à projeção (material e imaterial) dos acordos e desacordos entre os agentes do conflito pelo uso do solo na porção do espaço observado. Concordando que esse conjunto de interações sociais se projeta sobre o espaço demarcando territórios, as análises em múltiplas escalas ganham importância.

Além disso, como a abordagem do desenvolvimento sócio-espacial tem a autonomia no papel de parâmetro subordinador geral, a espacialidade das relações de poder está na sua essência. Portanto, a provocação “*quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?*” (SOUZA, 2000, p. 79, grifo do autor) nos convida a identificar os sujeitos envolvidos nos ganhos e perdas de justiça social e qualidade de vida para a sociedade como um todo, a partir de nossa escala de análise, sendo esta recortada com base na coexistência das formas espaciais apontadas. Nesse sentido, o conceito de território, que é a conjunção dos conceitos de espaço e poder nos serve de marco referencial, pois

[a]s razões específicas para se desejar territorializar um espaço e manter o controle sobre ele são várias, sempre ligadas ao substrato espacial em seu sentido material e, eventualmente, também aos significados atribuídos às formas espaciais: as *características geoecológicas* e, em particular, os *recursos naturais de uma certa área; o que se produz ou quem produz em um dado espaço; as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço* ou objetos geográficos específicos (um santuário, por exemplo). Não se pretende negar, em absoluto, que esses aspectos possam ser de vital importância para que se compreenda a gênese de um território ou as razões do interesse por apossar-se de um espaço ou mantê-lo. Contudo, o território não deve, por conta disso, ser simplesmente confundido com o substrato espacial material que serve de referência para a territorialização. Os territórios não são "coisas", matéria tangível, e sim "campos de força"

(SOUZA, 1995a, p. 97) que só existem enquanto duram as relações sociais das quais eles são projeções espacializadas. O verdadeiro *Leitmotiv* do conceito de território é *político*, e não ecológico, econômico ou, como ocorre com o conceito de "lugar", cultural-simbólico. (SOUZA, 2006, p. 335, grifo do autor)

O conceito de território foi explorado em diversas obras do geógrafo Marcelo Lopes de Souza. O texto “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento” (SOUZA, 2000 [1995]) é um marco para a Geografia brasileira. Nele, o autor assume uma dupla tarefa: demonstrar o potencial do uso do conceito de território para além do “território nacional” e de ilustrar que, a liberação deste conceito das suas amarras ideológicas conservadoras permite conferir criticidade à releitura do conceito de desenvolvimento.

Ao resgatar o surgimento do conceito de território na tradicional Geografia Política, o autor critica a perspectiva que vê o território como o espaço concreto apropriado por um grupo social. Uma das consequências dessa via de interpretação do território era a associação da identidade sociocultural do grupo à materialidade da porção do espaço por ela ocupada, bem como à fonte de poder que a controla. Essa visão ofereceu a possibilidade de justificar ideologicamente o recorte do território enquanto o “território nacional”. Um dos principais problemas de tal acepção do conceito é o fator limitador de tornar opacos os conflitos internos da sociedade que ocupa um dado Estado-Nação.

O autor propõe, então, uma forma mais abrangente e crítica de se abordar o território, na qual “(...) o território será um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*” (Ibid., p. 86). Essa perspectiva permite a diferenciação entre o território e o espaço concreto, mas não a desvinculação total do território de sua materialidade, uma vez que esta é o substrato para o exercício da territorialidade. Dessa forma,

[t]erritórios, que são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos (...), podem (...) formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simples anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular, mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo. (Ibid., p. 87).

A ampliação da compreensão do conceito de território permitiu a apreensão das *territorialidades flexíveis*. Das metrópoles modernas o autor extraiu uma série de exemplos para ilustrar a *territorialidade cíclica*, a *territorialidade móvel*, a *territorialidade de baixa definição*, e a *territorialidade em rede*. Esta última forma nos é

deveras interessante, pois ela oferece uma ponte conceitual entre *território* e *rede*. Tal ferramenta intelectual nos permite articular relações de poder projetadas em espaços contíguos e em pontos dispersos no espaço. O fenômeno que investigamos empiricamente parte da análise das práticas espaciais componentes das relações de poder projetadas sobre um conjunto de áreas contíguas em escala microlocal (as favelas), sendo que uma parcela das práticas partícipes do campo de força emana de pontos remotos do espaço em disputa. Inicialmente, pensamos que o *território contínuo* em escala microlocal, sobre o qual se projetam as relações de poder, quando observado a partir de uma escala geográfica mais abrangente, assume as características de um nó onde se entrecruzam as práticas espaciais de sujeitos dispersos no espaço, marcando, assim, um *território descontínuo*. Nesse sentido, nos desincumbimos de investigar a estrutura interna de cada um dos demais nós, concentrando nossos esforços na análise no espaço delimitado pelo *território contínuo*.

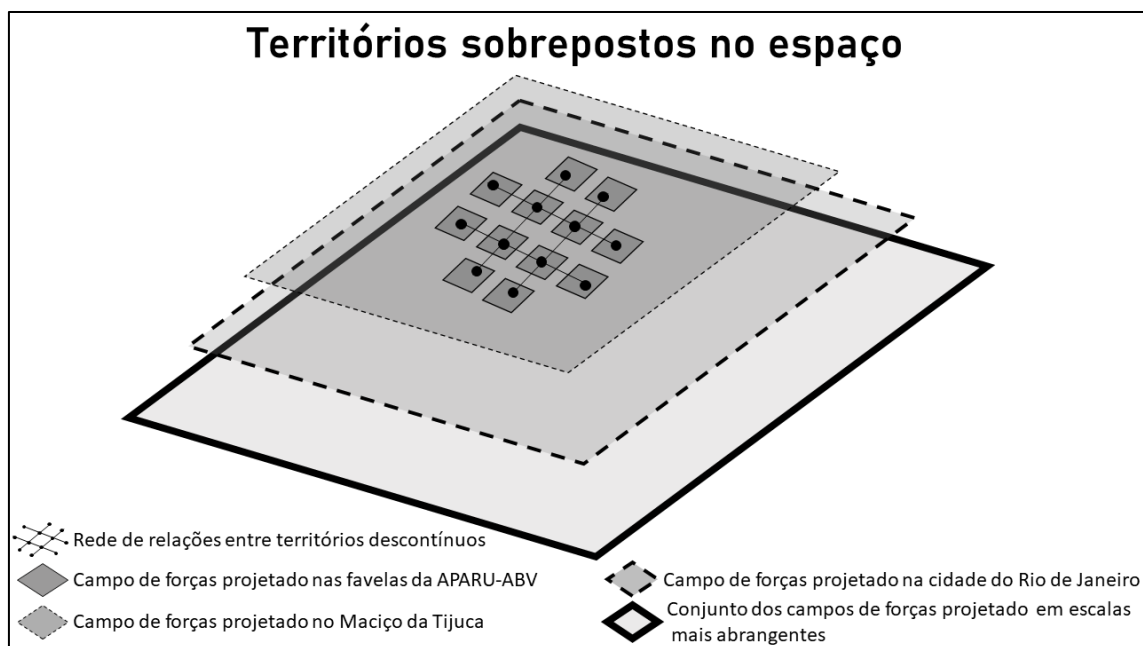
No entanto, o caso que estudamos tem características diferentes do exemplo apresentado por Marcelo Lopes de Souza no capítulo discutido, no qual os nós da rede do território descontínuo são favelas territorializadas por uma organização criminosa, ou seja, o de uma rede de territórios contínuos do mesmo tipo (Ibid.). A dinâmica que verificamos trata de um conjunto de territórios contínuos e articulados por laços de solidariedade entre si. Além de fazer parte da sobreposição de campos de forças institucionais com dimensões espaciais variadas<sup>4</sup> (os territórios estatais na escala da federação, na escala estadual, na escala municipal e, mais especificamente, na escala da APARU-ABV), essas porções do espaço também são o ponto de sobreposição de campos de forças animados por atores sociais baseados em outras localidades.

Partindo da premissa de que onde há relações sociais o poder é onipresente, a territorialidade desses atores pode ser verificada na abrangência da projeção no espaço dos campos de forças por eles influenciados. Dessa maneira, o que verificamos empiricamente é que tratamos de uma sobreposição da ação de diferentes agentes sociais que, mesmo enquanto afetam (e são afetados) por porções de amplitude diferentes da superfície terrestre, contam com o mesmo trecho do espaço na sua atuação (Figura 2), fato que condiciona as relações entre tais sujeitos. Assim, não observamos um território descontínuo, mas a sobreposição das práticas espaciais de diferentes agentes sociais que atuam sobre territórios contínuos em diferentes escalas.

---

<sup>4</sup> Lopes de Souza também reconhece esse tipo sobreposição na obra que discutimos.

**Figura 2** - Ilustração das diferentes abrangências espaciais dos campos de forças animados por agentes sociais diversos.



Fonte: Autor, 2021.

Assim,

[t]erritórios os mais variados, emanações das muitas fontes de poder (complementares/subsidiárias ou concorrentes) que coexistem simultaneamente em um determinado lugar e são atinentes, em parte, a escalas de ação muito diversas, da nanoterritorial à global, como que se decalcam sobre a materialidade espacial, em uma interação no curso da qual “campos de força” (os territórios propriamente ditos) e substrato espacial material se influenciam reciprocamente. (SOUZA, 2019, p. 84).

Dessa forma, dialeticamente, as relações de poder projetadas sobre uma superfície mais ampla compõem e são compostas de forma inseparável pelas relações que ocorrem em uma superfície mais restrita. Contudo, apenas para o exercício de análise do papel dos diferentes sujeitos, operacionalizamos uma distinção. Por exemplo, uma associação de moradores de bairros comuns que atue em prol da remoção das favelas para a preservação da cobertura vegetal na escala da cidade também integra o conflito territorial na escala das favelas da APARU-ABV, pois aquela porção do espaço é um dos alvos que condicionam a sua atuação como um todo. Ali, no substrato espacial material, em escala microlocal, está a favela, que é a inscrição da segregação residencial (um conflito de classes projetado em uma escala muito mais ampla do que a da cidade), ou seja, a resultante material da territorialização das pessoas sem acesso à moradia formal. Considerando, ainda, que “[o] espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos

fortemente, catalisador cultural-simbólico — e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia” (SOUZA, 2000, p. 108).

Então, dali podem emergir lutas de defesa do território, pois as redes de solidariedade tecidas entre as pessoas que vivem em territórios vitimados pelos mesmos dramas podem inspirar a reorganização das correlações de forças entre as classes sociais, tanto na escala da cidade, quanto em escalas mais amplas. O vislumbre dessa possibilidade já modula o estabelecimento de alianças entre sujeitos com cobertura espacial microlocal, bem como entre eles e outros sujeitos com capacidade espacial mais ampla (além, é claro, na modulação da atuação das classes dominante em relação aos espaços segregados como um todo).

Como já deve estar evidente para o leitor, seguimos Marcelo Lopes de Souza e não associamos o *poder* exclusivamente ao poder do Estado (em verdade, consideramos o próprio Estado como a condensação material e específica da relação de forças entre classes e frações de classe da sociedade [POULANTZAS, 2015]). Partindo dessa premissa de que, sendo o poder “(...) uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: *uma relação social tornada espaço* (SOUZA, 2013a, p. 97-8, grifo no original), vemos que cada grupo social, no intento de atingir seus objetivos, influencia (de forma mais ou menos assimétrica) os demais sujeitos envolvidos na relação social. Dessa forma, considerando que os sujeitos tenham capacidade de influenciar os demais grupos (e, a partir dessa interação, modular a sua forma de ação) por frações da superfície terrestre de tamanhos diferentes, em nosso caso de estudo, *o território se revela como a projeção espacial da síntese da dimensão política (a correlação de forças) nas relações sociais entre variados sujeitos que alcançam diversas escalas*, ou seja, um território dinâmico e permanente conflito. Já que Lopes de Souza nos oferece a possibilidade de classificar o território “(...) de acordo com a variável que se deseja ressaltar: o tempo (de existência), a presença ou ausência de contiguidade espacial” (Ibid., p.107) optamos por classificar o território segundo a densidade do poder exercido por cada um dos sujeitos do conflito.

Finalmente, a partir de uma análise multidimensional das formas espaciais de nosso recorte (notadamente, as favelas e a floresta), conseguimos identificar quais sujeitos participam das relações sociais responsáveis pela configuração espacial de nosso recorte. Esse procedimento também nos possibilita saber quais são e onde estão os grupos sociais envolvidos nas relações sociais condicionadas pelo espaço social em questão. Para tanto, nos apoiamos na premissa de que é inconcebível a apreensão das relações sociais sem a investigação do espaço social e vice-versa. Assim, a fração da sociedade que



recortamos para a nossa investigação é particularizada por sua participação no conjunto das relações sociais marcantes e marcadas pelas formas espaciais presentes na APARU-ABV.

Dada a configuração sócio-espacial que observamos empiricamente, não podemos deixar de entender que estamos diante de uma frente da luta entre as classes sociais pelos recursos espaciais. Interpretamos que o nosso problema consiste em um (ainda) incipiente processo de expropriação das terras ocupadas por cidadãos das classes populares, o qual é açodado pela elite econômica. O objetivo de tal empreendimento pela elite é a reprodução ampliada do seu capital econômico, através da conversão da terra urbana em mercadoria, cujo valor é multiplicado pela sua posição em relação à floresta, com posterior realização dos lucros na comercialização dos imóveis para a classe média.

Destacamos, especialmente, o fato de que o mecanismo para a remoção dos pobres é operado por frações da classe média. Essas se fundamentam em discursos ambientalistas viesados para justificar e reclamar a mobilização do aparelho estatal em tal tarefa. Notamos, também, que outra fração da classe média atua no sentido da defesa dos direitos dos favelados. O ponto central de nossa análise é a observação de que ganhos e perdas de desenvolvimento sócio-espacial, na escala das favelas estudadas, são influenciados pelas ações coletivas das classes populares, pelos ativismos das diferentes frações da classe média e suas articulações com o aparelho de Estado.

Tendo claro que, na estrutura social, as classes sociais e suas frações desempenham papéis diferentes, essas se articulam em grupos e colonizam instituições que praticam ações diferenciadas, sendo tais ações não raramente conflitantes. Não devemos pensar as ações sociais de forma desconectada do substrato espacial material, sendo, pois, mister identificar quais são os grupos que disputam os recursos presentes no espaço para concretizarem sua atuação. Assim, para conduzirmos nosso estudo, evidenciamos os agentes que objetivam exclusivamente a preservação da floresta, em que ponto a atuação desses agentes se atrita, se complementa ou se sobrepõe com a dos agentes que disputam, sob variadas orientações, o uso do *solo urbano* na vertente sul do Maciço da Tijuca, mais especificamente, na APARU-ABV.

Entendemos que as relações de poder, nesse caso específico, são mediadas pelas práticas e discursos ambientalistas, e estes apresentam uma amplitude que pode se manifestar desde o preservacionismo explícito de algumas organizações afinadas com o *Culto ao Silvestre*, na preocupação com a incorporação/valorização imobiliária de áreas urbanas baseados no desenvolvimento urbano sustentável do *Evangelho da Ecoeficiência*, até ativismos comprometidos com a superação da heteronomia, como

aqueles caracterizados pelas práticas que conduzem e se afinam com propostas como a do *Ecologismo dos Pobres* (ALIER, 2017 [2007]) e da Ecologia Social (BOOKCHIN, 2010). Devemos lembrar que contamos com outras formas de classificação dos ambientalismo, como apresentado na revisão bibliográfica inicial. Assim, diante de amplo leque de possibilidades, na presente tese, por uma questão de objetividade, adotamos apenas a organização proposta por Alier (2017 [2007]).

Como esboçado anteriormente, apesar de ser uma considerável fonte de poder, o Estado não é a única. Esse fato nos leva a ponderar que existem ao menos dois tipos gerais de territorialidades sendo exercidas em nossa área de estudos: o tipo institucional e o tipo das organizações de ativismos. A óbvia diversidade de agendas e práticas espaciais das variadas organizações de ativismos justifica patentemente a pluralidade interna a esse tipo de territorialidade. Entretanto, para decodificarmos a multiplicidade das práticas espaciais oriundas do aparelho de Estado, precisamos assumir uma postura *estadocrítica* (SOUZA, 2010), sem perder de vista que:

(...) o Estado é uma instância de poder heterônoma, e a principal entre todas elas, por ser, ao mesmo tempo, expressão pilar da perpetuação de uma assimetria estrutural de poder, de uma divisão da sociedade entre dirigentes e dirigidos, de uma hierarquia institucionalizada e rígida. Para os libertários de todos os matizes, dos anarquistas clássicos a um autonomista como Castoriadis, não se trata apenas de ver o Estado capitalista como problemático, mas sim compreender o aparelho de Estado, *qualquer que ele seja*, como problemático, desse ponto de vista. (SOUZA, 21015, p. 61, grifo do autor).

Entendemos que o Estado é a instituição promotora da regulação do uso de cada um dos recursos em disputa no nosso estudo: a *floresta* e o *solo urbano*. Também assumimos que ele não é internamente homogêneo, um bloco sem fissuras, assim podemos notar que existe um campo de disputas no interior do próprio aparelho de Estado. Ater-nos-emos à análise da experiência de gestão sócio-espacial protagonizada pelo Estado no entorno do Parque Nacional da Tijuca, mais especificamente na APARU-ABV, que é o nosso recorte espacial. O estabelecimento de uma unidade de conservação de forma heterônoma em meio urbano acarreta, pois, uma série de tensões entre atores com práticas espaciais preservacionistas e conservacionistas em contraposição àqueles que já fazem ou desejam fazer o uso residencial do solo.

Para iniciarmos a correlação entre a ação estatal e os interesses da elite dos proprietários cariocas, recorreremos a um artigo de Rose Compans (2011). Ela nos mostra que, já em 1996, houve uma tentativa parlamentar de regulamentação da incorporação das encostas florestadas do município. Um conjunto de projetos de lei estabelecia uma

série de parâmetros urbanísticos que permitiriam o desmatamento parcial e a construção de condomínios para a classe média. Esses projetos já nos apontam que, para o setor do capital fundiário, o solo urbano é, hierarquicamente, mais interessante do que a floresta de pé. Em 1998, o então prefeito, Luiz Paulo Conde, se declarava favorável ao projeto de lei, pois, dessa forma, evitar-se-ia a favelização. Esse tipo de discurso evidencia a tomada de posição classista por parte dos operadores do Estado, nitidamente em favor dos lucros da elite em detrimento da cobertura vegetal da cidade e dos interesses das classes populares.

Cabe aqui esclarecer que os bairros Alto da Boa Vista e Itanhangá são periféricos em relação ao principal eixo de expansão da incorporação imobiliária no município do Rio de Janeiro. Por essa razão, a frustração de tais projetos de lei desacelerou temporariamente a atuação estatal em prol do plano de expropriação na nossa área de estudo. Já no ano de 2003, os ataques são retomados, através de um projeto de lei para a regulamentação da APARU-ABV, o qual foi elaborado pelo poder executivo e enviado para apreciação da câmara dos vereadores. Mais uma vez, as regras de uso e ocupação do solo levariam à remoção de algumas favelas consolidadas, enquanto favoreciam o estabelecimento de condomínios para a classe média. Esse projeto tramitou até o ano de 2009, quando foi proposto um substitutivo de caráter popular por um vereador de oposição.

As ações de estigmatização do espaço favelado, com fim de justificar a sua remoção de uma área tão valorizada da cidade, também percorrem outros caminhos, que não apenas o parlamento. No ano de 2005, publica-se uma série de reportagens especiais do jornal *O Globo*, sob o título de "Ilegal. E daí?". Nestas se alardeava para uma intensa degradação da cobertura florestal do Maciço da Tijuca. Em menos de duas semanas, o Ministério Público Estadual inicia uma série de cobranças ao prefeito (dentre elas, a de um plano de remoção das favelas), até culminar em um processo de improbidade administrativa contra o então prefeito, César Maia. Retomamos, pois, uma proposição de Jesse Souza (2017), que demonstra, em seu livro, o papel dos veículos de comunicação (principalmente a *Rede Globo*) como forma de controle do comportamento da *classe média* pela classe da *elite dos proprietários*. Interpretamos que, diante do malogro das investidas legislativas, ganha corpo um debate público pela proteção da mata, servindo de discurso legitimador para a remoção das favelas. Lembramos que, de acordo com Jesse Souza (Ibid.), os sujeitos operadores imediatos do Estado (como os promotores do MPE-RJ) são oriundos da classe média.

Propomos um diálogo entre as construções intelectuais sobre as frações da classe média brasileira, proposta por Jessé Souza (Ibid) e a das principais correntes do ecologismo de Joan Martínez Alier (2017 [2007]), pois as frações da classe média se posicionam de formas distintas, tanto quando tomam parte na luta institucional, quanto quando adentram o front da ação direta. Partindo, então, de uma afirmação do primeiro autor, de que a máquina estatal é operada pela classe média preponderantemente em prol dos interesses da elite, vemos as seguintes instituições agindo nesse sentido sob a sua batuta: o corpo gestor do PNT (ICMBio); o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural do Ministério Público Estadual; a Prefeitura do Rio de Janeiro e, por fim, parlamentares (e candidatos) da esfera estadual e municipal. Nesses órgãos se formam agregados das frações *protofascista*, *liberal* e *expressivista* (SOUZA, 2017) da classe média carioca, pois eles atuam pela remoção das favelas em nome da conservação de áreas verdes. Articulando essas informações com os tipos de discursos que Alier descreve, interpretamos que estamos observando as correntes ecologistas do *culto ao silvestre* e do *evangelho da ecoeficiência*.

Apesar de considerarmos que o Estado, estruturalmente, em uma sociedade capitalista heterônoma, atue em prol das classes do privilégio, ou seja, em prol daqueles que detêm a hegemonia no seu controle, não podemos ignorar as palavras de Poulantzas, quando nos diz que “[o] estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classes inseridas na própria estrutura do Estado” (POULANTZAS, 1980, p. 152). Dessa forma, entendemos que conjunturas mais ou menos favoráveis podem resultar em maiores margens de manobra para a obtenção de qualidade de vida e justiça social. No entanto, ainda no campo institucional, verificamos atores que favorecem as classes populares, sendo eles os operadores: da Assessoria de Direitos Humanos e de Minorias do Ministério Público Estadual; do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ); do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH); e, alguns parlamentares e candidatos da esfera federal, estadual e municipal. Em oposição aos grupos citados no parágrafo anterior e seguindo a classificação de Jessé Souza (2017), temos a fração "crítica" da classe média. Esta é a fração da classe média que considera a ocupação das encostas do Maciço, pelas classes populares, legítima e compatível com a conservação dos recursos ambientais. Dessa forma, eles atuam na preservação dos direitos de os favelados também usufruírem das benesses ambientais, trazendo um claro exemplo de apoio ao *ecologismo dos pobres* (ALIER, 2017).

Os ativismos, como sistematizados por Marcelo Lopes de Souza (2006), se concretizam no campo da ação direta. Este é composto, tanto por organizações e indivíduos territorializados nas favelas estudadas, ou seja, as classes populares localmente baseadas, quanto por organizações e indivíduos que exercem influência (direta ou indireta) sobre a porção do espaço geográfico em questão.

Os atores localmente baseados, como já fora mencionado, são os membros das classes populares e suas organizações: a Associação de Moradores de Furnas; a Associação de Moradores da Agrícola; a Associação de Moradores do Mata Machado; a Associação de Moradores do Tijuacu; a Associação de Moradores da Fazenda; a Associação de Moradores do Vale Encantado; e o Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (CONCA), que é uma organização formada pela articulação das associações de moradores mencionadas. O *ecologismo dos pobres* se revela presente, pois, além da captação de água das nascentes por todas as favelas investigadas (que, por si só, já é uma incomensurável vantagem em relação aos sítios carentes desse recurso natural), a Cooperativa do Vale Encantado (que é um braço econômico da Associação de Moradores do Vale Encantado) aproveita sua localização junto à floresta para gerar renda, através da exploração turística desse recurso espacial. Apesar de a floresta oferecer alguns recursos que amenizam o sofrimento cotidiano das classes populares, principalmente relacionados ao conforto ambiental, não identificamos nenhuma forma de dependência da floresta para a sua reprodução enquanto classe, tendo em vista que a maior parte dessa população está integrada (precariamente) à economia urbana.

Identificamos que as organizações externamente baseadas operam e se manifestam a partir de perspectivas ambientalistas diversificadas. Primeiramente, verificamos um grupo da classe média crítica e apoiadora do *ecologismo dos pobres*, compostas por ativistas e profissionais, que direcionam sua atuação para questões socialmente engajadas. Eles oferecem apoio técnico e financeiro para projetos de qualificação do espaço favelado. Optamos por reunir os atores que apresentam essas características em um conjunto que denominamos de *pela floresta e pelas favelas*. As organizações de pessoas da classe média liberal e classe média expressivista, que atuam pela conservação da floresta, muitas delas através do Conselho Consultivo do PNT, mas que não conseguimos identificar impactos diretos nos espaços favelados denominamos como: *pela floresta, apesar das favelas(?)*. As organizações da classe média “protofascista”, que, assim como na categoria anterior, atuam pela conservação da floresta, contudo, apresentando práticas espaciais que incidem em recuos no desenvolvimento sócio-espacial das favelas, chamamos de: *pela floresta e contra as*

*favelas*. Nessa última categoria também incluímos as organizações e indivíduos da classe média “protofascista”, que, apesar de se manifestarem pela conservação da floresta, potencialmente obteriam benefícios objetivos com a sua degradação parcial denunciando, de maneira míope, a degradação da área ao redor do PNT, e, assim, dando ênfase aos espaços favelados e ignorando os bairros tidos como formais.

Lembramos, mais uma vez, as palavras de Alier, que nos diz que “[e]xistem pontos de contato e pontos de desacordo entre esses três tipos de ambientalismo. Ressalvo que uma mesma organização pode pertencer a mais de um destes tipos”(ALIER, 2017[2007], p. 39). Portanto, por se tratar de um exercício para tornarmos inteligível a complexa dinâmica dos fenômenos sócio-espaciais que nos propomos investigar, nenhuma categorização é perfeita, definitiva e está livre de críticas, ressalva que também se aplica ao fracionamento da classe média que adotamos de Jessé Souza.

## 5 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS REMOÇÕES NO IMAGINÁRIO SOCIAL CARIOCA

Tomarmos as tentativas de remoção de favelas como um processo que compõe o nosso objeto do conhecimento, nos faz questionar sobre o porquê de sua aceitação no seio de uma sociedade, cuja carta magna a autodeclara democrática. Como se tolera que pessoas pobres sejam retiradas de suas residências? Hodiernamente, argumenta-se, por vezes, que esse processo é para a sua própria proteção contra “catástrofes naturais”. Outras vezes, alega-se que é para proteção da natureza contra sua degradação por agentes não autorizados (sim, em nossa sociedade existem agentes autorizados a degradar os recursos ambientais!), em nome de um suposto bem comum. Sem desconsiderar que, aqui ou ali, tais argumentos sejam válidos, a ciência já vem, há algumas décadas, mostrando que as remoções de favelas fazem parte da expressão espacial da luta de classes. Essa interpretação se explicita nas diferentes formas de tratamento dadas pelo Estado às residências da elite ou da classe média que se encontrem ameaçadas por riscos ambientais ou apresentando riscos ao ambiente.

O questionamento do parágrafo anterior pode ser radicalizado quando estendido à condescendência social em relação à negação do direito à moradia digna de uma ampla parcela do conjunto da sociedade, com especial ênfase no espaço urbano, onde se consolidou a situação em que a

(...) moradia ‘padrão’ é tão escassa em relação às necessidades, e mesmo as casas mais baratas custam tão mais caro do que as famílias de renda baixa podem pagar, que os terrenos baldios dentro e fora do perímetro urbano se enchem naturalmente [sic] de casebres para milhares de famílias migrantes. (PERLMAN, 2002 [1977], p. 39).

O avanço de nossa reflexão sobre os temas acima propostos demanda uma investigação sobre a forma de organização da sociedade brasileira contemporânea. Para tanto, buscamos elaborar uma síntese de uma parte da condensação material e específica da relação de forças entre classes e frações de classe, ou seja, daquilo que Nicos Poulantzas entende por Estado capitalista moderno (POULANTZAS, 2015 [1978]). Como fundamento inicial, está a concepção de que o Estado não é uma entidade em si, mas sim uma relação. Contudo, para além de uma simples relação, ele assume a definição apresentada acima.

Na obra *O Estado, o poder, o socialismo*, cuja primeira edição foi publicada em 1978, Poulantzas articula o arcabouço institucional do Estado com as relações capitalistas

de produção e a divisão social do trabalho. O pensador elabora uma análise do Estado com foco na dominação política e na luta política. Nesse sentido, ele afirma dizem que

[a] urgência teórica é então a seguinte: *compreender a inscrição da luta de classes, muito particularmente da luta e da dominação política, na ossatura institucional do Estado* (no caso a burguesia no arcabouço material do Estado capitalista) *de maneira tal que ela consiga explicar as formas diferenciais e as transformações históricas desse Estado.* (POULANTZAS, 2015, p. 128, grifo no original).

Sendo assim, o autor encontra, em um primeiro momento, a materialidade institucional do Estado, inserido nas relações capitalistas de produção e a divisão social do trabalho e suas implicações. Em outras palavras, o ponto de partida, para Poulantzas, é a operação do Estado na organização das formas de apropriação do trabalho, das ferramentas, da tecnologia, da terra, das fontes de energia e matéria-prima, que, em uma sociedade capitalista, realizam a manutenção da desigual distribuição dos meios de produção e do produto. Deste modo os trabalhadores são alienados do controle, do domínio dos processos de trabalho, e do poder econômico real sobre os meios de trabalho. O aspecto da divisão social do trabalho que, como enfatizado pelo autor, estrutura a atuação do Estado nas relações sociais de produção é a divisão social entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, em suas palavras

(...)[i]sso se traduz na própria materialidade do Estado. Inicialmente em sua especialização-separação dos aparelhos de Estado em relação aos processos de produção: é principalmente por uma cristalização do trabalho intelectual que esses aparelhos se afastam desse processo. Esses aparelhos, em sua forma capitalista (exército, justiça, administração, polícia etc.), para não citar os aparelhos ideológicos, implicam exatamente a efetivação e o domínio de um saber e de um discurso (diretamente investidos na ideologia dominante ou constituídos a partir de formações ideológicas dominantes) em que as massas populares são excluídas. Aparelhos baseados em sua ossatura numa exclusão específica e permanente das massas populares situadas ao lado do trabalho manual, que aí são subjugadas indiretamente pelo Estado. É a monopolização permanente do saber por parte do Estado-sábio-locutor, por parte de seus aparelhos e de seus agentes, que determina igualmente as funções de organização e de direção do Estado, funções centralizadas em sua separação específica das massas: imagem do trabalho intelectual (saber-poder) materializada em aparelhos, em face do trabalho manual tendencialmente polarizado em massas populares separadas e excluídas dessas funções organizacionais. É igualmente evidente que uma série de instituições da democracia representativa, dita indireta (partidos políticos, parlamento etc.), em suma da relação Estado-massas, dependem do mesmo mecanismo. (Ibid, p. 54).

Com um olhar complexo sobre as tensões entre as diferentes frações da classe dominante, Poulantzas aponta que o Estado capitalista tem o papel de organizar as classes dominantes e desorganizar as classes dominadas, pois



(...) representa, organiza o interesse político a longo prazo do *bloco no poder*, composto de várias frações de classe burguesas (pois a burguesia é dividida em frações de classe), do qual participam em certas circunstâncias as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista: caso clássico, ainda hoje em dia, nos países dominados e dependentes, dos grandes proprietários de terra. Organização, na perspectiva do Estado, da unidade conflitual da aliança de poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, o que se faz sob a hegemonia e direção, nesse bloco, de uma de suas classes ou frações, a classe ou fração hegemônica.” (Ibid, p. 128-129, grifo no original).

Enquanto relação, o Estado capitalista se edifica como uma organização jurídica que tem a característica de limitar o próprio arbítrio estatal e atuar como empecilho a algumas formas de violência, à conta de ser o detentor do monopólio desta. Assim, a lei é um componente da capacidade de repressão e da organização da violência do Estado, o qual é portador da legitimidade “racional-legal” fundamentada na lei, então

[o] Estado edita a regra, pronuncia a lei, e por aí se instaura um primeiro campo de injunções, de interditos, de censura, assim criando o terreno para a aplicação da violência. E mais, a lei organiza as leis de funcionamento da repressão física, designa e gradua as modalidades, enquadra os dispositivos que exercem. A lei é, nesse sentido, o código da violência pública organizada. (Ibid, p. 74-75).

Poulantzas prossegue em seu raciocínio e ressalva que é uma ilusão acreditar que o poder e o domínio modernos não se baseiam na violência física, muito frequente entre os pensadores do *poder* que fazem a leitura da violência e do consentimento como um jogo de soma zero. Ele defende que os procedimentos que geram o consentimento têm, subjacentemente, a o monopólio da violência pelo Estado como determinante.

*A violência física monopolizada pelo Estado sustenta permanentemente as técnicas do poder e os mecanismos do consentimento, está inscrita na trama dos dispositivos disciplinares e ideológicos, e molda a materialidade do corpo social sobre o qual age o domínio, mesmo quando essa violência não se exerce diretamente. (...) [Dessa forma, a] colocação das técnicas do poder capitalista, a constituição dos dispositivos disciplinares (...), a emergência das instituições ideológico-culturais (do Parlamento ao sufrágio universal e à escola) pressupõem a monopolização da violência pelo Estado, recoberta precisamente pelo deslocamento da legitimidade para a legalidade e pelo reino da lei. (Ibid, p. 79).*

Não podemos negligenciar que Poulantzas também argumenta que as leis materializam a luta de classes em uma determinada sociedade. Primeiramente, devemos lembrar que os agentes que possuem o capital cultural para a elaboração das leis, sejam elas passivas (repressivas) ou ativas (impositivas) são aqueles que, diante da divisão

social entre trabalho manual e trabalho intelectual, encontram-se na segunda fatia. Em uma sociedade capitalista, as leis são desenhadas para proteger a propriedade e perpetuar a exploração do trabalho das classes dominadas. Dessa forma, o mecanismo de materialização das leis opera em prol da manutenção dos interesses de longo prazo das diversas frações do bloco hegemônico. A luta de classes pressupõe uma disputa com perdas e ganhos de ambos os lados. Assim, os eventuais ganhos da classe trabalhadora em uma conjuntura em que as correlações de forças a esta favorecem são materializadas nas leis, mesmo que elas apresentem lacunas que possibilitem seu descumprimento por parte do Estado, em conjunturas adversas. Desse modo, a perspectiva de Poulantzas nos permite observar que o moderno Estado representativo tem o potencial de acomodar os diferentes interesses das variadas frações da classe dominante, em prol de uma coesão de classe e da manutenção da exploração no longo prazo das classes subalternas.

Como as relações sociais são sujeitas a metamorfoses diante das mudanças de conjunturas, ao mesmo tempo em que são por elas condicionadas, a perspectiva proposta por Poulantzas nos permite analisar a dinâmica da correlação de forças entre as classes sociais em embate no Estado brasileiro, ou seja, sua singularidade no real sócio-espacial. Podemos, então, desviar, tanto da assunção Estado como um instrumento neutro, sendo alienado de qualquer autonomia frente à classe que o controla, quanto do seu entendimento como um sujeito dotado de absoluta autonomia, cujo poder e racionalidade estatal são portados pela burocracia e a elite políticas.

Saindo um pouco do nível mais abstrato e apontando a lupa para as especificidades da sociedade brasileira, iniciamos um breve diagnóstico das mãos que redigem as leis e operam os aparelhos do Estado e dos sujeitos que por ele são regidos. O sociólogo Jessé Souza, que vem se debruçando há muitos anos sobre a divisão da sociedade brasileira em classes e o conteúdo de cada uma delas, nos oferece, em seu livro *A elite do atraso*, uma perspectiva das classes sociais não apenas como um fenômeno socioeconômico, mas, sobretudo, como um fenômeno sociocultural, cuja interpretação incorpora tanto o capital econômico, quanto o capital cultural e o capital social. Para o autor,

(...) a dinâmica das classes, ou seja, seus interesses e suas lutas, é a chave para a compreensão de tudo que realmente importante na sociedade. Isso se aplica sempre que não percebamos as classes como meras relações econômicas, como o fazem tanto o liberalismo dominante quanto o marxismo. (SOUZA, 2017, p. 84).

O autor critica as leituras liberal e marxista das classes sociais, igualando-as por terem o economicismo como fundamento, ao mesmo passo que as diferencia por focalizarem, respectivamente, a primeira, na distribuição e consumo, enquanto a segunda

se atenta à ocupação e produção. Tais tendências analíticas não são tomadas como similares em seu potencial explicativo, posto que o “(...) foco na produção e no consumo permitem perceber a distribuição e o consumo como variáveis dependentes da instância de produção” (SOUZA, 2017, p. 87). Dessa forma, Jessé Souza reconhece que a leitura marxista oferece um alcance elucidativo mais amplo, pois permite observar que o vínculo genético esclarece a razão da renda diferencial entre os indivíduos. Até esse ponto concordamos com o autor; contudo, dele nos afastamos quando afirma que a razão da renda diferencial “(...) é o que importa saber e descobrir para que se entendam as lutas entre as classes” (Ibid, p.87).

Do trecho citado acima nos é possível interpretar a concepção limitada do papel da luta de classe para o autor em questão, para quem a luta de classes se reduz à disputa entre indivíduos pelo acesso aos escassos capitais existentes. Esse aroma darwinista ofusca a possibilidade da construção de uma sociedade fundamentada na cooperação operacionalizada por instituições de ajuda mútua, pois toma a divisão da sociedade em classes como um desafio intransponível. Parece-nos que, em seu entendimento, para cessar a luta de classes seria suficiente construir uma sociedade capitalista menos desigual, na qual a meritocracia poderia ser aplicada de forma equitativa. É curioso que, mesmo o autor propondo que a tentativa liberal de ofuscar a luta de classes sirva de meio para a profusão ideológica da meritocracia (cujo pressuposto é a percepção de que todos os indivíduos nascem iguais, com as mesmas oportunidades de sucesso, portanto, na disputa pelos escassos recursos existentes no mundo), possa, implicitamente, propor que sua implementação prática seja um horizonte a ser atingido com a luta de classes, homogeneizando todas as diferenças culturais contidas no bojo de uma formação social.

Devemos saudar a multidimensionalidade da análise das classes sociais de Jessé Souza, posto que explora, de forma articulada, a distribuição e reprodução do capital econômico (a riqueza material propriamente dita), do capital cultural (conjunto de conhecimentos úteis e prestígio incorporado pelo indivíduo) e do capital social (relações pessoais de afeto e interesse que se constroem entre os indivíduos). No entanto, devemos ressaltar a negligência com a dimensão espacial, que incorre, logicamente, na monoescalaridade de sua construção intelectual. Ao observar a sociedade de forma fracamente espacializada, sua perspectiva obscurece a margem de manobra e a atuação dos grupos sociais subalternos territorializados em diversas escalas, os quais, tanto com o exercício da ação direta quanto da luta institucional, são capazes de flexionar a ação da classe média e da elite. Ou seja, o autor invisibiliza totalmente os ativismos sociais e desconsidera a pluralidade de formas e o potencial emancipatório da *desordem*. Outra

consequência desse entendimento da sociedade é a total inobservância dos grupos sociais (ainda?) não incluídos no processo produtivo capitalista, como diversos povos indígenas e quilombolas.

Consideramos muito salutar e didático o diagnóstico das classes sociais brasileiras elaborado por Jessé Souza. As classes sociais brasileiras são tipificadas por ele como as classes dos privilégios (“elite dos proprietários” e “classe média”) e as classes populares (“batalhadores” e “ralé dos novos escravos”). De forma bastante sucinta, todas as classes sociais detêm, em alguma medida, esses três tipos de capitais. Contudo, a elite seria a grande detentora do capital econômico, mas não necessariamente do capital cultural necessário para a gestão das instituições (Estado e mercado) em prol da reprodução ampliada e acumulação do capital econômico. A classe detentora de tal capital cultural seria a classe média, pois, mesmo não sendo a proprietária do capital econômico, seus membros têm acesso à qualificação profissional de diversos níveis, ou seja, a habilidade necessária para a gestão do aparelho estatal e dos empreendimentos privados de acordo com os interesses da elite. As classes subalternas são compostas pelos trabalhadores técnicos inseridos no mercado formal e informal, cujo trabalho incorpora um certo nível de especialização, mas não muito sofisticado, ou seja, os trabalhadores precarizados. Na base da pirâmide social e praticamente desprovida de capital econômico e cultural está a classe que Jessé Souza denomina como “ralé dos novos escravos”.

Reconhecemos o potencial provocativo que a denominação “ralé” incorpora no meio das discussões epistemológicas. Porém, não utilizaremos mais essa palavra. Isso se dá menos por discordâncias em relação à formulação do recorte social o qual ela descreve, do que por uma sensibilidade pessoal em relação ao respeito com os companheiros e companheiras de sociedade. Na experiência como professor substituto, em um curso de graduação, no qual muitos estudantes são sujeitos que vêm dessa classe, nos impuseram a embaraçosa tarefa de discutir em algumas aulas essa conceituação, devido ao seu inegável valor explicativo. Todavia, nos deparamos com o visível constrangimento por parte dos discentes, que, além de enfrentarem cotidianamente todos os percalços do sistema social massacrante delineado nessa tese, ao se depararem com uma abordagem científica da sua realidade, a encontram acompanhada de uma ofensa. Situação tão grave quanto a descrita é a extrema dificuldade ética em substantivar os sujeitos da pesquisa como parte da “ralé”. Acreditamos que, mesmo diante de um esforço para a produção de conhecimento com o fito de dar visibilidade a um problema social e avançar rumo a sua mitigação, ninguém gosta de ser chamado de “ralé”. Não pensamos, portanto, ser digno impor mais essa humilhação aos membros mais vulneráveis de nossa sociedade.

Tampouco julgamos adequada a expressão “excluídos”, quando aplicada como substituta de “ralé”, já que aquela, mesmo sendo adotada por Jessé Souza em relação a um “mercado competitivo”, contrasta com o conjunto da obra do autor, pois estreita o papel desse conjunto de pessoas na sociedade, mesmo que de forma implícita, a sua inclusão recebe uma explicação diferente na própria pena do autor no seguinte trecho:

(...) [a] inclusão social de setores antes estigmatizados e marginalizados é sempre um ‘aprendizado político’ coletivo e jamais decorrência natural do dinamismo econômico do mercado. Ao contrário, o mercado, deixado a si mesmo, tende a adaptar a marginalização de alguns e torná-la produtiva e funcional para os estratos superiores. ([Jessé] SOUZA, 2017, p. 80).

Também no seguinte excerto:

Obviamente não existe uma exclusão total. Claro que as formas de exploração econômica dessa classe de despossuídos permanecem no novo contexto e até se acentuam. Porém, se antes lhes era dificultado o acesso à terra, agora se dificulta o seu acesso ao conhecimento, o recurso mais importante das classes não proprietárias. ([Jessé] SOUZA, 2018a, p. 92).

Dessa forma, ressaltamos que os setores subalternos da sociedade não estão excluídos. Pelo contrário, sua inclusão tem um papel produtivo e simbólico muito claro. Dentre as funções da inclusão hiperprecarizada dessas pessoas na formação social em questão, citamos a produtiva, na medida em que a sua força de trabalho, que é comprada por um preço aviltante para a execução das tarefas mais fisicamente desgastantes e/ou estigmatizadas, poupando, assim, o tempo e esforço (que podem ser investidos em instrução, em tarefas melhor remuneradas, lazer) das demais classes sociais. Outra função que não pode ser negligenciada é aquela simbólica, pois o hiperpreariado é depositário da carga estigmatizante mais pesada da sociedade. Como apontado pelo próprio autor em diversas de suas obras ([Jessé] SOUZA, 2017, 2018a, 2018b, 2018c), essa permite que as faixas sociais relativamente menos degradadas extraiam daí os atenuantes para a construção de sua autoestima obliterante da sua própria condição de dominados. Essa função é fundamental para a manutenção do *status quo*, uma vez que “(...) a ilusão da liberdade vale muito (...) e ainda permite aliviar o desgaste do arbítrio e da autoridade aberta. Mais que isso, convida o serviçal agradecido a adivinhar o desejo do patrão e identificar-se com seus interesses e vontades, abdicando dos próprios” ([Jessé] SOUZA, 2018a, p. 80).

Com o intuito de, mais adequadamente, recortarmos os extratos inferiores da pirâmide social brasileira, entramos em consonância com Marcelo Lopes de Souza

([Marcelo] SOUZA, 2015) e adotamos o termo “hiperprecariado”, o qual não é um simples substituto etimológico para “ralé”, posto que este parte do vínculo genético da classe, com suas raízes fincadas na herança escravocrata para os negros e mestiços, sendo posteriormente ampliada e acrescida por muitos brancos pobres, que constituem, contudo, a minoria desse extrato social. Já Marcelo Lopes de Souza define o hiperprecariado como o resultado do avanço do neoliberalismo, principalmente nos países (semi)periféricos, onde aqueles trabalhadores que já se encontravam em situação de precariedade no setor formal, são empurrados para a informalidade. Dessa forma, o hiperprecariado

(...) constitui um fenômeno histórica e espacialmente localizável: abrange, fundamentalmente, o heterogêneo universo dos trabalhadores informais urbanos e todos aqueles que sobrevivem em circunstâncias de grande vulnerabilidade e mesmo perigo, morando em espaços (extremamente) desconfortáveis e muitas vezes insalubres ou improvisados e exercendo ocupações estigmatizadas. ([Marcelo] SOUZA, 2015, p. 166).

Um ponto em comum entre o “hiperprecariado” de Marcelo Souza e a “ralé” de Jessé Souza é o reconhecimento de que a atual situação da classe trabalhadora nos países semiperiféricos, em geral, e no Brasil, especificamente, não decorre de uma crise do modelo fordista de produção em escala global. Tal reestruturação produtiva teve o papel de intensificar as consequências decorrentes do processo histórico do desenvolvimento capitalista desigual e articulado no sistema mundo para o Brasil e para os demais países semiperiféricos. Uma das vantagens operacionais que apreciamos na construção intelectual do hiperprecariado em relação à da “ralé” é o cuidado dispensado com a dimensão espacial. Marcelo Lopes de Souza demonstra que a hiperprecariedade, para além da esfera da produção, também se manifesta como “hiperprecariedade habitacional” ([Marcelo] SOUZA, p. 175, 2015), a qual, mesmo estando articulada em uma relação de reforço mútuo com a primeira, não se confunde com ela.

Quando utilizamos o conceito de hiperprecariado, podemos, então, estabelecer que as pessoas que fazem parte dessa classe são: trabalhadores, em larga medida ocupados no setor informal e sem acesso às garantias trabalhistas; moradores que se assentam nos sítios mais precários (em infraestrutura, segurança e estigmas) e dotados das posições geográficas mais desfavorecidas (nas distâncias em relação aos empregos e às fontes de perigo e desconforto ambiental) das cidades; e, também, consumidores muito dependentes do setor informal de comércio e serviços ([Marcelo] SOUZA, 2015). Portanto, de agora em diante utilizaremos a expressão “ralé” (sempre entre aspas) para nos referirmos especificamente à argumentação de Jessé Souza sobre o processo de

formação das classes sociais brasileiras, porquanto o conceito de hiperpreariado se mostra mais adequado para abordarmos a atual dinâmica das classes sociais.

Do conjunto da obra de Jessé Souza, reteremos dois pontos principais para a nossa tese: o primeiro é a reconstrução do processo histórico de formação, no Brasil, da estrutura de classes sociais, para a qual ele toma como ponto de partida o pensamento do sociólogo Florestan Fernandes, o segundo é o fracionamento (horizontal e vertical) da classe média brasileira e a caracterização do papel exercido por ela como operadora do Estado e do mercado.

Jessé Souza se apoia em Florestan Fernandes para afirmar que a situação da classe que ele denomina como “ralé” é fruto, dentre outros fatores, do abandono dos escravos, e que a existência dessa classe é constituinte de peso da contemporânea singularidade social, política e econômica brasileira. Seu argumento acerca disso aborda diversos aspectos da substituição da mão-de-obra negra, então liberta, pela importação em larga escala de trabalhadores brancos da Europa no final do século XIX e início do século XX. Sem entrar em maiores detalhes, não podemos deixar de trazer suas considerações, quando ele afirma que

[c]omo todo processo de escravidão pressupõe a animalização e humilhação do escravo e a destruição progressiva de sua humanidade, como o direito ao reconhecimento e à autoestima, a possibilidade de ter família, interesses próprios e planejar a própria vida, libertá-lo sem ajuda equivale a uma condenação eterna. ([Jessé] SOUZA, 2017, p. 74-75).

Ainda de acordo com o autor, a elite financeira é a herdeira da aristocracia rural que se modernizou, diante da sua inserção nas redes nacionais e internacionais de financiamento e comercialização. Essa modernização diversificou as atividades econômicas e demandou a ampliação e a criação de novos postos de trabalho (e oportunidades para pequenos negócios) para a gestão burocrática do mercado e do Estado, fertilizando o solo para a germinação da classe média. Tal conjunto de novas posições ocupacionais, que Jessé denomina como “mercado competitivo”, as quais valorizavam o conhecimento, foram preenchidas pelos imigrantes europeus e pelos segmentos mais cultos da sociedade brasileira de então (em sua grande maioria, descendentes dos europeus que chegaram a partir do desembarque da Família Real portuguesa em 1808, no Rio de Janeiro). O segmento da população formado por brancos pobres, que saíam do campo para a cidade buscando abandonar uma vida de privações, foi o embrião daqueles que viriam a formar a classe que Jessé chama de “batalhadores”, sendo que uma parcela foi posteriormente inserida de modo precário nos postos de trabalho técnicos formais da

incipiente indústria, enquanto a outra parte desse grupo de migrantes seria ocupada em trabalhos musculares e dessa forma impelida para a “ralé”.

Dessa forma, Jessé situa a singularidade da formação social brasileira como desdobramento de um passado recente escravocrata, cuja tendência se baseia na desumanização de uma ampla parcela das pessoas (no caso, a maioria da população se somamos pretos e pardos) pelas classes dominantes. Em suas palavras:

É que as classes excluídas (sic) em países de passado escravocrata tão presente como o nosso, mesmo que existam minorias de todas as cores entre elas, são uma forma de continuar a escravidão e seus padrões de ataque covarde contra populações indefesas, fragilizadas e superexploradas. ([Jessé] SOUZA, 2017, p. 82).

Avançando para o segundo ponto em que nos amparamos na obra de Jessé Souza, observamos que seu trabalho nos oferece os fundamentos para a melhor compreensão da ação de membros da “classe média real” no processo que investigamos, pois Jessé Souza joga luz sobre a heterogeneidade dessa classe, sua forma de construção do objeto se baseia, ora na sua secção em quatro frações horizontais dessa classe (liberal, expressionista, protofascista e crítica) ([Jessé]SOUZA, 2017), ora em duas frações verticais (alta classe média e massa da classe média) ([Jessé]SOUZA, 2018a).

Apesar da heterogeneidade interna da classe média identificada por Jessé Souza, devemos partir daquilo que a une e a constitui enquanto uma classe social. Primeiramente, apontamos que, para o autor em diálogo, uma classe social é definida pelos mesmos fatores que garantem a sua continuidade ao longo do tempo, ou seja, pela reprodução dos privilégios (negativos ou positivos). Dessa forma, a classe média tem como sua marca o domínio do capital cultural, o qual é fundamental para a reprodução do capital econômico (majoritariamente concentrado nas mãos da elite dos proprietários) no sistema capitalista, uma vez que, seja no mercado ou no Estado, a diversidade e a complexidade das funções necessárias para a sua reprodução demandam conhecimento técnico tão especializado quanto variado.

O autor atribui a singularidade do surgimento da classe média no Brasil ao domínio do grande capital comercial e financeiro no processo de modernização capitalista no país, bem como à herança escravista da degradação simbólica do trabalho manual. Esse contexto condicionou a classe média brasileira, historicamente, a buscar aproximação subordinada à elite de proprietários, ao passo que buscava se afastar das classes subalternas. Essa classe não logrou, entretanto, destaque na esfera política, uma vez que a sua origem estrangeira não conferia o capital social suficiente para sua atuação



no processo de tomada de decisões do Estado. Então, conclui-se que “[s]ão situações ao mesmo tempo econômicas, simbólicas e ideológicas que vão decidir a possibilidade de alianças de classe acima ou abaixo” ([Jessé] SOUZA, 2008a, 102).

O atuação da alta classe média brasileira contemporânea na esfera do mercado é marcada pela ação dos *white-collars*, ocupados da gestão, supervisão e justificação dos negócios da elite dos proprietários, ou seja, pela operacionalização concreta da multiplicação do capital econômico (por meio da rapina ambiental, da extração da mais-valia da classe trabalhadora e do assalto aos cofres públicos) para os seus padrões em troca de acesso a bens de consumo e aos privilégios de classe (tempo livre para seus filhos construírem o conhecimento útil, que viabiliza a sua reprodução enquanto classe).

A otimização da reprodução do capital econômico requer um ambiente institucional favorável, na medida em que existe a necessidade de controle das instituições que regulam o funcionamento da sociedade. Recordamos, aqui, a formulação de Poulantzas (2015 [1978]), apresentada nas páginas anteriores, e retomamos a definição do Estado como a condensação material e específica da relação de forças entre classes e frações de classe. Dessa forma, na gestão estatal, a força da elite se manifesta na subordinação da classe média como sua intermediária para a operacionalização da elaboração de leis<sup>5</sup> que permitam o melhor desenvolvimento das suas atividades (geração de oportunidades, liberação de barreiras).

Encontramos, em Paulo Freire, um argumento que explica a docilidade da classe média em aceitar a sua manipulação pela elite, mesmo em detrimento de sua aproximação com as classes subalternas, em prol de uma reorganização da sociedade. Ele nos alerta que

[h]á (...) em certo momento da experiência existencial dos oprimidos, uma irresistível atração pelo opressor. Pelos seus padrões de vida. Participar destes padrões constitui uma incontida aspiração. Na sua alienação querem, a todo custo, parecer com o opressor. Imitá-lo Segui-lo. Isto se verifica, sobretudo, nos oprimidos de “classe média”, cujo anseio é serem iguais ao “homem ilustre” da chamada classe “superior”. (FREIRE, 2014, p. 68)

Aproximando a abstração teórica à especificidade da realidade empírica, na escala do Rio de Janeiro, lembramos que o fenômeno da segregação residencial ocupa posição central no contexto de nosso estudo. Consequentemente, apontamos que a força motriz do plano de expropriação que nele se desenvolve é a incorporação de novas áreas ao

---

<sup>5</sup> Na atual fase de avanço neoliberal, seguindo a mesma lógica de multiplicação do capital econômico para a elite dos proprietários (estrangeira e nacional), vemos também a revogação de leis já existentes (lembrando de Poulantzas, a materialização das conquistas de outrora da classe trabalhadora) que protegiam alguns direitos trabalhistas, a qualidade ambiental e a prestação de serviços públicos.

mercado imobiliário formal dominado pela elite e consumido pela classe média. Assim, a condição (e a consequência) esperada pela elite<sup>6</sup> é a remoção (integral ou parcial) de algumas favelas e a flexibilização das regras de proteção ambiental e ocupação do solo urbano. Interpretamos que as práticas institucionais do Estado repercutem o controle da elite através de seus *lobbies*, sobre os membros da classe média eleitos como representantes, às custas de suas doações para campanhas, dentre outras formas de financiamento. Apoiamos nossa interpretação em David Harvey (2014), quando este nos fala da influência do Partido de *Wall Street* na gestão do Estado nos EUA, e em Jessé Souza (2017), que demonstra como a elite financeira brasileira se aproveita da classe média para a instrumentalização do Estado brasileiro em prol de seus interesses econômicos.

Por não termos acesso às entranhas das relações entre os políticos profissionais e os gestores das grandes empresas, não podemos afirmar que tal ou qual empresa exerça pressão sobre os “representantes da população”, eleitos pelo sufrágio universal, nos poderes executivo e legislativo. Contudo, seria uma ingenuidade ímpar ignorar o seu enorme poder de influência (mesmo que não exercido) da sua atuação na elaboração das regras de gestão do território. Em nossa pesquisa empírica, tomamos como exemplo de atuação empresarial do setor imobiliário a Carvalho Hosken S. A., cujas doações diretas para campanhas eleitorais (excluindo-se as doações indiretas, feitas por meio de consórcios integrados com outras empresas do setor imobiliário) totalizaram R\$12.345.070,00, entre os anos de 2002 e 2014 (Quadro 1).

---

<sup>6</sup> A fração da elite que explora os diversos setores do mercado imobiliário é a beneficiária primeira do processo, porém a fração financeira tende a realizar bons negócios, posto que a classe média não detém capital econômico para a aquisição à vista de um bem com o custo de um imóvel, para tal fim ela recorre aos longos financiamentos dos bancos públicos e privados.

**Quadro 1** - Doações para campanhas eleitorais da empresa Carvalho Hosken

<b>Doações de Carvalho Hosken S. A. Engenharia e Construções para campanhas eleitorais</b>			
<b>Ano</b>	<b>Doações a candidatos</b>	<b>Doações a comitês/diretórios</b>	<b>Total de doações</b>
2002	R\$ 146.000	R\$ 0	R\$ 146.000
2004	R\$ 310.000	R\$ 0	R\$ 310.000
2006	R\$ 330.000	R\$ 0	R\$ 330.000
2008	R\$ 400.000	R\$ 300.000	R\$ 700.000
2010	R\$ 1.280.000	R\$ 2.300.000	R\$ 3.580.000
2012	R\$ 750.000	R\$ 1.000.000	R\$ 1.750.000
2014	R\$ 1.829.070	R\$ 3.700.000	R\$ 5.529.070
<b>Total</b>	<b>R\$ 5.045.070</b>	<b>R\$ 7.300.000</b>	<b>R\$ 12.345.070</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/contas-eleitorais/contas-eleitorais-normas-e-regulamentos>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

Para conhecermos a natureza da empresa Carvalho Hosken, recorreremos a uma entrevista concedida pelo seu único acionista, o engenheiro Carlos Carvalho, ao jornal *The Guardian*, publicada com o título "O empresário carioca na esperança de um legado olímpico próprio de bilhões", e republicada pelo jornal BBC Brasil, em 10/08/2015, sob o título "‘Como é que você vai botar o pobre ali?’, diz bilionário ‘dono da Barra da Tijuca’". Essas publicações nos revelam que esse agente modelador do espaço urbano utilizou a prática espacial descrita por Roberto Lobato Corrêa (1995) de "antecipação espacial". Ao observarmos o quadro das doações acima, temos indícios de que ela não apenas especulou sobre o adensamento e implantação de infraestrutura urbana na zona oeste da cidade, como buscou influenciar as ações do Estado através de aportes financeiros nas candidaturas de parlamentares que se afinassem com seus interesses.

Jessé Souza (2018a) demonstra que a cadeia de comando entre a elite e os seus subordinados que atuam no Estado é intermediada pelos membros da classe média, que ocupam os cargos de gestão nos grupos econômicos. Em alguns casos, os próprios profissionais do setor privado concorrem e são eleitos para cargos públicos estratégicos, ou passam a ocupar postos no Estado por meio de indicação dos governantes eleitos, vinculados, estes, ao projeto da elite. Em situação diversa, funcionários do serviço público, ocupantes de postos-chave em setores estratégicos, são contratados e incorporados à folha de pagamento das corporações como empregados e/ou consultores, brindando as companhias com informações privilegiadas e o capital social construído

dentro da esfera pública<sup>7</sup>. O último caso pode ser observado na empresa Carvalho Hosken S.A., que tem, atualmente, em seu quadro de funcionários, o senhor Ayrton Xerex, que é ex-deputado federal, ex-deputado estadual, ex-funcionário do Banco Nacional de Habitação (BNH), ex-secretário estadual de Habitação e Assuntos Fundiários (1997-1998), ex-secretário municipal de Meio Ambiente no Rio de Janeiro (2002-2006) (VELOSO; SOUZA, 2010).

Retornando a uma observação mais geral e abstrata, sabemos que não basta apenas dinheiro para que os escolhidos pelos grupos econômicos sejam eleitos para os cargos públicos. É necessário que a população vote nessas pessoas. Para tanto, é fundamental que no modelo representativo os candidatos conquistem os eleitores através da demonstração de afinidade com seus interesses. Com o fim de realizar essa aproximação, em paralelo com a captura do Estado, a elite, mais uma vez, se aproveita dos serviços da classe média e impõe uma lógica *mercadófila* à produção de bens simbólicos, ou seja, dos elementos que atuam na construção do imaginário social, sendo este dinâmico ao longo do tempo e capaz de permear todas as práticas sociais (incluindo as espaciais). Jessé Souza se apoia na noção de Charles Taylor sobre o imaginário social e o entende da seguinte forma:

Ao contrário das teorias, o imaginário social significa o que as pessoas comuns percebem como sendo seu ambiente social, percepção que quase nunca assume forma explícita de teorias, mas que se manifesta, ao contrário, sob a forma de imagens, estórias, lendas, ditos populares, etc. É esse imaginário que permite a pré-compreensão imediata de práticas cotidianas ordinárias, permitindo um senso compartilhado de legitimidade da ordem social. ([Jessé] SOUZA, 2018c, p. 144).

Uma vez que a elite também é a proprietária da maior parte dos meios de comunicação de massa, do mercado editorial e da imprensa, a colonização da esfera pública se dá, tanto pela potencialização (irrigação financeira e concessão de prestígio) da produção dos bens simbólicos que desestimulam o pensamento crítico em um país, quanto através do papel da imprensa. Esta se apropria de explicações convenientes ao propósito da elite, produzidas pela classe média conservadora na academia, e as circulam sem um digno confronto de ideias contrárias. Dessa maneira, se molda o “senso comum” de uma sociedade, preparado para convergir com os interesses da elite, em detrimento dos interesses das demais classes. Esse mecanismo parte das explicações

---

<sup>7</sup> O leitor deve estar se perguntando sobre a hipótese de a contratação ser uma forma de pagamento por um serviço adiantado enquanto o empregado ainda estava na instituição pública, ou da possibilidade de manutenção de vínculo para garantia do silêncio concernente a atos escusos. Como não temos formas de testar essas hipóteses, não as descartamos nem as abraçamos nessa tese.

acerca da desigualdade social no Brasil, que se assentam em um paradigma clássico da modernização, como discutido anteriormente, o qual, por sua vez, naturaliza a desigualdade, pois se supõem tratar apenas de uma questão de tempo até a sua superação.

É com base nessa perspectiva que vemos, na escala do Rio de Janeiro, o discurso ambientalista conservador sendo cada vez mais reverberado pela mídia impressa e televisiva. Sua apresentação é marcada por uma postura bastante ácida contra sujeitos indeterminados ou genéricos (eles, os políticos, os responsáveis) quando se trata dos agentes mediatos das ações que causam a degradação dos recursos naturais. Pululam termos como “irregular”, “ilegal” sobre a forma de gestão dos recursos, e “omissão”, “negligência” em relação aos órgãos públicos. Em suas linhas, quase sempre a sociedade é tratada como um bloco homogêneo, exceto as favelas, que, enquanto espaço dos agentes imediatos da degradação, são individualizadas e têm seus nomes mencionados e fotografias destacadas. Já os “condomínios de classe média” são genericamente abordados de uma forma que beira o moralismo. Dessa maneira, seu posicionamento público reveste superficialmente com um verniz crítico a preocupação em relação aos recursos naturais, ao mesmo tempo em que dissimula seu conteúdo preconceituoso e classista.

Em negligência a ambientalistas cujas denúncias apontam para as causas sociais da degradação ambiental *lato sensu*, a classe da elite se beneficia e realça as manifestações dos membros da classe média que alardeiam o óbvio (que pode ser percebido por todos, como a poluição de uma lagoa ou o desmatamento de uma floresta). Nesse contexto, também são recebidas de bom grado as manifestações de revolta contra os traços culturais de uma sociedade supostamente negligente, que permite a perpetuação da “malévola ‘ação humana’”, que é considerada conivente pelo suposto fato de não se mobilizar para combater a poluição, e por ser excessivamente tolerante com a corrupção dos governantes. Atribuímos a metáfora da rolha de cortiça a esse tipo de discurso, pois apresentam baixíssima densidade explicativa e exercem a função de impedir que o debate público flua para fora dos limites predeterminados.

Na medida em que, no universo dos ativismos ambientalistas, uma mensagem ecoa com muito mais vigor do que as demais, além de ela ofuscar a pluralidade do debate, condiciona sua incorporação enviesada pelos demais membros da sociedade, privados de acesso a debates críticos. Tal destaque na mídia confere prestígio social ao indivíduo que (re)produz o conteúdo discursivo, já que, ao dialogar com problemas também vividos por outros membros da sociedade, ele atrai para si a sua atenção e solidariedade. Dessa forma, vemos sujeitos como o biólogo Mario Moscatelli encabeçar ativismos dotados de

considerável capacidade de mobilização, porém de inócuo vicejar e engajamento de curtíssimo fôlego. Trazemos o exemplo de uma manifestação pública convocada (Figura 3) exclusivamente por ele na Barra da Tijuca (Figura 4). Pudemos contar algumas dezenas de participantes aplaudindo discursos carentes de argúcia, insossos e repletos de frases de efeito como: "A guerra é hoje, a guerra é amanhã, a guerra é pelo meio ambiente de uma cidade que já foi conhecida como maravilhosa" (Mário Moscatelli, 02/09/2017).

**Figura 3** - Panfleto de convocação para um ato público “Grito das Lagos” publicado na página do ativista Mario Moscatelli em sua página da rede social *Facebook*



Fonte: Página pessoal do ativista Mario Moscatelli na rede social *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/mario.moscatelli.98/photos/a.10818445622498.1073741828.107789092928701/458066301234310/?type=3&theater>. Acesso em: 19 ago. 2017

**Figura 4** - Ato público “Grito das Lagos” convocado pelo ativista Mario Moscatelli na Barra da Tijuca



Fonte: Foto do autor em 02 set. de 2017.

## 6 TÉCNICAS DE PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Como discutido no terceiro capítulo, a macroteoria aberta do desenvolvimento sócio-espacial é uma poderosa ferramenta para a análise da realidade concreta. Seu compromisso com a democracia radical tem a autonomia (individual e coletiva, tal como proposta por Castoriadis) no papel de parâmetro subordinador dessa abordagem. Assim, essa perspectiva do desenvolvimento se afasta das concepções que elegem o crescimento econômico e a modernização tecnológica de uma sociedade como principais parâmetros. A abordagem do desenvolvimento sócio-espacial, que é comprometida com “uma mudança positiva das relações sociais e da organização espacial” (SOUZA, 2006, p. 129), assume que, enquanto houver heteronomia, se justifica a jornada em busca da autonomia, sendo esse caminho pavimentado pelo incremento de *qualidade de vida e justiça social*. Com o objetivo de analisarmos o movimento de transformação de uma sociedade, aqueles dois últimos são tomados como parâmetros subordinados na avaliação do resultado das práticas espaciais em foco.

Dado o caráter abstrato de tais parâmetros, estes devem ser assumidos como parâmetros subordinados gerais, ou seja, a operacionalização analítica demanda o detalhamento de seus fatores para a construção dos parâmetros subordinados particulares. Fitando esboçar o nosso entendimento a respeito da qualidade de vida e da justiça social, devemos destarte frisar que existe uma substancial diferença entre a qualidade de vida e a justiça social, mas não podemos perder de foco a sua mútua complementaridade e imprescindibilidade inerentes a uma perspectiva autonomista.

Sua complementaridade se revela ao assumirmos que qualidade de vida é concernente à esfera individual, ou seja, às condições materiais e imateriais para que o indivíduo realize a sua vida com a maior amplitude possível de oportunidades para a satisfação das suas necessidades básicas e não-básicas. Ponderamos que tais necessidades são concebidas e hierarquizadas, a partir de critérios objetivos e subjetivos, pelo próprio sujeito inscrito no bojo do corpo social no qual se insere. Já a justiça social<sup>8</sup> remete à esfera pública, ou seja, ela pode ser entendida como uma maneira de tipificar as relações entre os indivíduos de uma sociedade como mais ou menos aceitáveis (mais ou menos [in]justas). Seu conteúdo (variável no tempo e no espaço) é produto da construção subjetiva dos seres humanos diante da reflexão sobre as relações entre os indivíduos de uma sociedade. Como o seu conteúdo varia de uma sociedade para outra, é perfeitamente

---

<sup>8</sup> A justiça social é o centro de um longuíssimo debate filosófico, cuja análise aprofundada é merecedora de uma atenção que não temos condições de conceder no momento.

coerente, nos marcos de uma cultura intensamente ocidentalizada como é aquela de nossa análise, adotarmos, de modo pragmático, a proposição de Marcelo Lopes de Souza, que assume como ponto de partida, para a apreensão da justiça social a formulação aristotélica de “tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente”. O autor ainda problematiza que

(...) essa definição não encerra uma exposição do *conteúdo substantivo* da justiça, mas apenas um *critério de identificação* extremamente abstrato do que é ou não é justo. O conteúdo substantivo dependerá de como se vier a entender, concretamente, igualdade e desigualdade: igualdade *em relação a quê?* Desigualdade *em relação a quê?* Em relação a que atributos os homens podem ser legitimamente considerados iguais ou desiguais? (SOUZA, 2006, p. 134, grifos no original).

A indispensabilidade de promoção da qualidade de vida e da justiça social de forma articulada e complementar previne contra situações em que os ganhos de autonomia de uma coletividade se deem às custas da autonomia de outra, seja de forma vertical (de cima para baixo, na exploração de um grupo social por outro da mesma sociedade), seja de fora para dentro (pelo intervencionismo de uma sociedade sobre outra). Dessa maneira, uma não pode ser conquistada às custas da outra. Uma boa qualidade de vida (ou seu contrário, na forma de imposição de privações) para apenas um segmento da sociedade incorre em casos de desigualdade social, em outras palavras, de injustiça social. Já a justiça social em uma sociedade perfeitamente igualitária, contudo carente de condições materiais e imateriais mínimas para a satisfação das necessidades básicas e não-básicas (lembrando: tais como definidas por tal coletividade) pode tratar de uma distribuição igualitária da miséria resultando em uma generalizada baixa qualidade de vida.

Um cenário que exemplifica um movimento articulado da sociedade em prol de melhor qualidade de vida e maior justiça social seria o esforço para a priorização do atendimento das necessidades básicas para os membros dos estratos inferiores de uma sociedade desigual, frente à satisfação das necessidades não-básicas dos membros dos estratos superiores. Nesse modelo, as disparidades distributivas em relação aos diferentes níveis de qualidade de vida no interior da sociedade seriam reduzidas, ao mesmo tempo em que há um ganho na média geral para a sociedade como um todo. Esse rearranjo só seria viável como resultado da reorganização sócio-espacial da dita sociedade, assim como resultaria dialeticamente em nova síntese sócio-espacial. Veríamos, dessa forma, uma transformação para melhor da sociedade em sua espacialidade, ou seja, de seu desenvolvimento sócio-espacial.



Para aferirmos os avanços e retrocessos no que tange ao desenvolvimento sócio-espacial, não podemos perder de vista algumas premissas. Dentre elas, a de que por ser procedural a abordagem do desenvolvimento sócio-espacial, não existe um ponto de desenvolvimento, a partir do qual poderíamos adjetivar as sociedades como desenvolvidas ou subdesenvolvidas (ou outros eufemismos como “em desenvolvimento”), mesmo que determinadas políticas centralizadas de redistribuição da riqueza resultem na redução da desigualdade social em determinado território e haja ali o aumento geral da qualidade de vida. Enquanto não se concretizar a real democratização do Poder no interior das sociedades e enquanto houver a exploração de uma coletividade por outra, não há política que conduza inexoravelmente à superação da heteronomia<sup>9</sup>.

Outra premissa é a de que, assim como não podemos deixar de admitir que qualquer mudança para melhor no curto prazo deva ser reconhecida, não podemos nutrir a ilusão de que, no longo prazo, a distribuição justa dos recursos disponíveis em uma sociedade dar-se-ia através de uma mudança moral espontânea nas classes dominantes, ou mesmo conquistada pelos dominados por meio de uma pseudoparticipação popular na política, principalmente quando essa é tutelada e/ou mediada por representantes.

A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm a sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do *ser mais*. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, *destino dado*, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o *ser menos*. (FREIRE, 2014, p. 40-41, grifos no original).

Assim, dado o escopo multiescalar que a análise do desenvolvimento sócio-espacial demanda, a operacionalização da análise dos avanços ou retrocessos de qualidade de vida requer que a investigação empírica parta de parâmetros verificáveis de forma tangível, considerando os diversos recortes espaciais envolvidos. Faz-se mister identificar variações concretas de tais parâmetros em cada escala, pois, dessa forma, contradições entre o ganho em qualidade de vida em uma dada localidade que custe o seu respectivo recuo para outras coletividades (ou para grupos internos ao próprio recorte) são evidenciadas e indicam que a justiça social está comprometida. Dessa forma, não é todo e qualquer ganho em qualidade de vida que significa um avanço no desenvolvimento

---

<sup>9</sup> Tampouco seu inverso é capaz de garantir a autonomia no longo prazo, mas não identificamos cenário mais propício para sua realização e manutenção.

sócio-espacial. É inegável que uma floresta preservada representa um significativo fator para a qualidade de vida na escala da cidade, mas, se ela servir de mote para a negação à moradia digna, para os habitantes do seu entorno, principalmente quando escolhidos arbitrariamente no conjunto da sociedade, flagra-se o recuo do desenvolvimento sócio-espacial.

Para a nossa pesquisa, não cabe uma avaliação quantitativa dos indicadores de qualidade de vida urbana. Nossa intenção não é a de comparar a área de estudo com outras, visamos analisar de que forma as práticas espaciais dos agentes observados impactam (para melhor ou para pior) a qualidade de vida e a promoção de justiça social nas favelas em foco. Como discutido anteriormente, uma análise que articule variadas escalas e múltiplas dimensões nos oferecem um eficaz panorama da complexidade das relações socioespaciais. Dessa forma, a seleção dos parâmetros para a avaliação da variação da qualidade de vida e da justiça social, em dado recorte espacial, requer um esforço de levantamento dos fatores que fomentem a satisfação das necessidades básicas e não-básicas, tal como percebidos pelos sujeitos em questão. Por esse motivo, devemos identificar os parâmetros subordinados particulares constituintes da qualidade de vida e da justiça social, que, por sua vez, são os parâmetros subordinados gerais da autonomia individual e coletiva.

Partindo de uma abordagem multiescalar atenta aos diversos fatores da qualidade de vida e da justiça social, verificamos as convergências e contradições na atuação dos agentes apresentados no capítulo anterior. Como o nosso recorte espacial é parte da cidade do Rio de Janeiro, estamos analisando o desenvolvimento urbano como uma especificação do desenvolvimento sócio-espacial em geral. Devemos, então, particularizar as suas vertentes básicas e complementares, a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social.

Sem perder de vista a ponderação de que a percepção da qualidade de vida pode variar de uma sociedade para outra, e até mesmo de indivíduo para indivíduo, reconhecemos, contudo, que pode ser identificada uma convergência fundamental das necessidades básicas em um mundo cada vez mais urbanizado com base nos moldes ocidentais. Tais necessidades tendem a conter a demanda por condições para a existência e reprodução saudável (física e emocionalmente) das pessoas no ambiente onde habitam, assim como os requisitos para sua inserção no sistema produtivo local e assim garantir a sua subsistência, ou, de maneira mais específica:

(...) a melhoria da *qualidade de vida*, [...] corresponde à crescente satisfação de necessidades, sejam elas básicas ou não-básicas (distinção subjetiva e intersubjetivamente variável), sejam materiais ou imateriais, de uma parcela cada vez maior da população: educação, saúde, moradia adequada (na escala da habitação e na escala do bairro, o que pressupõe coisas como saneamento básico, equipamentos de lazer e outras facilidades), e por aí vai. (SOUZA, 2006, p. 133-134).

Nesse sentido, os *objetivos do desenvolvimento sustentável das cidades*, expressos na Nova Agenda Urbana da ONU-Habitat, nos servem como ponto de partida para a escalação dos fatores de qualidade de vida apreendidos pelo imaginário social hegemônico. Admitindo que as orientações contidas nessa declaração representam um consenso mínimo entre os Estados que se fizeram presentes na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), não podemos esperar nada além de uma perspectiva pouco crítica (reformista, na melhor das hipóteses) típica das declarações internacionais, cujos protagonistas são os representantes dos Estados. Preliminarmente, valorizamos os pontos contidos no consenso obtido, pois, no bojo das sociedades capitalistas, com suas limitações no combate à desigualdade social, é inegável que a vida se torna muito mais aceitável em cidades e assentamentos humanos que:

(...) (a) cumpram sua função social, inclusive a função social e ecológica da terra, com vistas a alcançar, progressivamente, a plena concretização do direito à moradia adequada como um componente do direito a um padrão de vida adequado, sem discriminação, com acesso universal a sistemas de abastecimento de água potável e saneamento seguros e acessíveis, assim como acesso igualitário para todos a bens e serviços públicos de qualidade em áreas como segurança alimentar e nutrição, saúde, educação, infraestrutura, mobilidade e transporte, energia, qualidade do ar e subsistência;

(b) sejam participativos; promovam a participação cívica; estimulem sentimentos de pertencimento e apropriação entre todos seus habitantes; priorizem espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, adequados para famílias; fortaleçam interações sociais e intergeracionais, expressões culturais e participação política, conforme o caso; e propiciem a coesão social, a inclusão e a segurança em sociedades pacíficas e plurais, nas quais as necessidades dos habitantes sejam satisfeitas, reconhecendo as necessidades específicas daqueles em situação de vulnerabilidade;

(c) alcancem igualdade de gênero e empoderem todas as mulheres e meninas, garantindo a participação plena e efetiva das mulheres e direitos iguais em todas as áreas e em funções de liderança em processos decisórios em todos os níveis; garantindo emprego decente e remuneração igual para trabalho igual ou de igual valor para todas as mulheres; e previnam e eliminem todas as formas de discriminação, violência e assédio contra mulheres e meninas em espaços públicos e privados;

(d) estejam aptos a enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de um crescimento econômico inclusivo e sustentável, presente e futuro, utilizando a urbanização para transformação estrutural, alta produtividade, atividades de alto valor-agregado e uso eficiente de recursos, aproveitando economias locais, reconhecendo a contribuição de setores informais e apoiando sua transição sustentável para a economia formal;

(e) cumpram suas funções territoriais para além de suas fronteiras administrativas e atuem como polos propulsores de desenvolvimento urbano e territorial equilibrado, sustentável e integrado em todos os níveis;

(f) promovam o planejamento e investimentos sensíveis à idade e ao gênero para uma mobilidade urbana sustentável, segura e acessível a todos e todas e sistemas de transporte de passageiros e de cargas que façam uso eficiente de recursos e que efetivamente conectem pessoas, lugares, bens, serviços e oportunidades econômicas;

(g) aprovelem e implementem políticas de redução e gestão de risco de desastres, reduzam a vulnerabilidade, desenvolvam resiliência e capacidade de resposta a perigos naturais e de origem humana, promovam a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas;

(h) protejam, conservem, restaurem e promovam seus ecossistemas, sua água, seus habitats naturais e sua biodiversidade, minimizem seus impactos ambientais e migrem para a adoção de padrões de consumo e produção sustentáveis. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 5-7).

Devemos notar que, além dos objetivos explicitamente vinculados com a satisfação das necessidades básicas e não-básicas, a declaração acima ainda tangencia pontos concernentes às desigualdades existentes no interior das sociedades. No entanto, sem jogar o bebê fora junto com a água do banho, e sob a luz daquilo que discutimos anteriormente, a respeito da relação entre as classes sociais e o Estado, entendemos que tais objetivos não vão muito além de um ordinário aceno às frações letradas das classes sociais dominadas dos países membros da ONU. Essas pessoas são as ocupantes dos postos de trabalho privilegiados no mercado e nos órgãos estatais de seus respectivos países, a partir dos quais, menos ou mais conscientemente, não deixam de ser funcionalmente comprometidas com o atendimento das demandas das classes dominantes. Isso se evidencia na absoluta negligência à possibilidade de superação da propriedade privada (na verdade, pelo contrário, esse grupo a legitima, através do objetivo de “função social da terra”) como fonte de desigualdade social. Vemos, dessa forma, o reforço a um dos pressupostos centrais de nossa tese: não se pode esperar que venha de cima para baixo uma radical democratização do processo político, tampouco a profunda redistribuição dos recursos entre os cidadãos.

Com o intuito de incorporarmos o conteúdo acima a um instrumento de avaliação do impacto do conjunto das práticas espaciais de agentes sociais selecionados na qualidade de vida urbana, articulando variadas escalas, recorreremos a um texto publicado anteriormente à citada conferência, mas que não destoia de sua tônica. Trata-se de um artigo da arquiteta e urbanista Jupira Mendonça (2006), que discute a qualidade de vida sob a ótica do planejamento urbano e apresenta um frutífero elenco de fatores para a aferição da qualidade de vida nas cidades, os quais partem dos princípios de universalidade, equidade, sustentabilidade e gestão democrática. Em seu artigo, ela afirma que o “(...) dimensionamento da equidade na distribuição espacial e no acesso

social a determinados serviços e recursos urbanos” (MENDONÇA, 2006, p. 14) é um elemento fundamental na qualidade de vida. Parece que mesmo sem distinguir explicitamente a justiça social da qualidade de vida, podemos inferir que Jupira Mendonça apresenta uma noção complementar entre ambas, pois, de uma alguma maneira, a satisfação das necessidades individuais e a redução da desigualdade são premissas fundamentais, ainda que não radicalmente exploradas.

Dessa forma, a autora constrói os indicadores de qualidade de vida urbana relacionando a medição da oferta de serviços e recursos urbanos com a medição do efetivo acesso da população a eles. Ressalvamos que, ao tomar a cidade como escala de avaliação, encontramos uma limitação para a adoção da ferramenta da autora para a exploração da escala intraurbana. Portanto, alguns fatores eleitos como indicadores carecem de operacionalidade para a análise da escala microlocal e nanolocal. Naquilo que concerne à articulação com escalas mais abrangentes, a autora apresenta um interessante jogo de escalas ao relativizar o peso que determinados indicadores podem ter na medição da qualidade de vida de uma cidade, pois considera que a depender da oferta dos serviços nas demais cidades da região, o acesso aos serviços será mais ou menos restrito, ressaltando a complementaridade da rede urbana. Em outras palavras, um serviço que seja escasso em toda a região, devido à relativamente baixa complexidade dos centros urbanos que a compõem, tende a ser mais valorizado.

Partindo das obras mencionadas, organizamos a seguinte matriz de fatores para a avaliação da qualidade de vida urbana (Quadro 2), o que possibilita a sua constituição enquanto parâmetro particular subordinado do desenvolvimento sócio-espacial.

Quadro 2 – Parâmetros particulares de qualidade de vida urbana

Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana				
Características da habitação	Padrão físico	Existência de banheiro interno		
		Materiais utilizados na construção		
	Conforto domiciliar	Adensamento domiciliar (número de dormitórios)		
		Adequação climática		
	Características do sítio	Interferência de fontes de externalidades negativas (fontes de poluição atmosférica, de poluição sonora, de contaminação do solo, de contaminação dos recursos hídricos)	Intensidade do impacto negativo	
			Frequência do impacto negativo	
			Consequências do impacto negativo	Imediatas
				Médio prazo
		Longo prazo		
		Proximidade de amenidades naturais (vegetação exuberante, cachoeira, praia, etc.)	Avaliação qualitativa da amenidade	
			Acessibilidade da amenidade	
			Proteção da amenidade	
			Consequências do impacto positivo	Imediatas
		Médio prazo		
	Longo prazo			
Proximidade em relação ao centro e subcentros urbanos				
Reconhecimento social		Avaliação do tipo de prestígio ou estigma da localidade		
Presença de moradias em áreas de risco	Grau do risco			
	Mitigabilidade do risco			
	Ações para redução das vulnerabilidades			
		Capacidade de resiliência		
Situação fundiária	Segurança da posse			
Mobilidade urbana	Condições para a mobilidade através de meios não motorizados	Ciclovias	Extensão das vias em relação ao sistema de veículos motorizados	
			Separação das pistas de circulação de veículos motorizados	
			Qualidade do pavimento e da sinalização	
		Demais meios (charrete, cavalo, canoa, carroça)	Pontos de embarque e desembarque	
			Sinalização	
			Transitabilidade das vias	
	Percentual de pessoas que se locomovem a pé por longas distâncias			
	Transporte coletivo	Adequação dos itinerários		Intervalos entre as viagens
		Frequência		Interrupções na prestação do serviço
		Custo do transporte		Integração multimodal
		Segurança contra acidentes		Percentual de comprometimento da renda com transporte
				Frequência de acidentes
			Gravidade de acidentes	
	Trânsito	Percentual das vias pavimentadas		
		Sinalização adequada		
Número de mortes no trânsito em relação ao total de óbitos				
Velocidade média do deslocamento				
Existência de políticas para educação no trânsito				
Uso do espaço	Grau de concentração de grupos sociais			
	Grau de concentração e de centralização dos tipos de uso do solo (residencial, comercial, industrial)			
	Espaços públicos	Espaços públicos destinados ao lazer		- Tamanho perante a população local
		Espaços públicos destinados à prática de esportes		- Conservação dos equipamentos
		Locais de encontro		- Diversidade de usos propiciados (faixas etárias)
Locais de descanso		- Estado de conservação		
		- Acessibilidade para pessoas com restrições de mobilidade		

<b>Condições de habitabilidade</b>	<b>Saneamento básico</b>	Extensão do abastecimento de água	Extensão da rede Frequência do abastecimento Quantidade relativa de domicílios com canalização interna Existência de fonte pública em áreas de baixo acesso à rede	
		Qualidade do abastecimento de água	Condições de proteção do manancial de captação Tratamento da água	
		Cobertura do sistema de esgoto	Extensão da rede coletora Quantidade relativa de domicílios com canalização interna de esgoto Quantidade relativa de domicílios com lançamento direto nos cursos d'água ou superfície do terreno	
		Qualidade ambiental resultante do esgoto	Existência e extensão relativa de interceptadores de esgotos Destino dos esgotos (tratamento ou lançamento <i>in natura</i> )	
		Extensão da limpeza urbana	Coleta de lixo doméstico Abrangência de varrição e capina	
		Qualidade ambiental resultante da limpeza urbana	Existência e quantidade relativa de coleta seletiva Disposição do lixo doméstico (lixão, aterro, reciclagem) Segurança e adaptação do transporte dos resíduos Presença de lixo em cursos d'água e costeiras Tratamento de esgoto industrial Coleta específica de lixo hospitalar	
		Qualificação da macrodrenagem (tipo de tratamento dos fundos de vale)	Canalização ou preservação do curso Preservação da vegetação marginal Presença de assoreamento Presença de voçorocas	
		Qualificação da microdrenagem	Presença de esgotamento doméstico na rede pluvial	
		<b>Controle de vetores</b>	Extensão de políticas públicas de controle de vetores	Eficácia das políticas públicas de controle dos vetores
	<b>Telecomunicações</b>	Extensão da rede de telecomunicações	Extensão efetiva do fornecimento de energia elétrica	Quantidade relativa de domicílios atendidos Custo proporcional à renda
	<b>Fontes de energia</b>	Energia para a preparação de alimentos	Geração local de energia	Quantidade relativa de domicílios atendidos Custo proporcional à renda Tipo de energia (gás de botijão, encaçado ou lenha) Custo proporcional à renda Existência de produção de energia de origem solar, eólica, biodigestores, etc. Proporção das residências atendidas pelas fontes alternativas
		<b>Formação de redes</b>	Laços de solidariedade com outras localidades	Propulsão do desenvolvimento de outras localidades
			<b>Coesão social</b>	Relações sociais intergeracionais
	Estímulo à participação política	Realização de processos de tomadas de decisões coletivas com a participação igualitária de todos		
Sentimento de pertencimento	Ações para a construção do reconhecimento enquanto membro de uma coletividade			
Construção de projetos coletivos	Promoção do protagonismo dos moradores			
<b>Empoderamento de grupos (via de regra) oprimidos</b>	Qualidade do relacionamento entre vizinhos	Emancipação feminina	- Participação igualitária nas tomadas de decisão	
	Respeito à diversidade (LGBTQIA+)	Respeito à diversidade de raça e cor	- Oportunidade de geração de renda - Prevenção contra discriminação e violência"	
			- Combate à estigmatização	

Infraestrutura social	Fomento cultural	Equipamentos culturais	Quantidade de equipamentos culturais (bibliotecas, museus, centros culturais, cinemas, teatros, sedes de organizações culturais, etc.)
			Custo do acesso ao equipamento cultural
		Fortalecimento de expressões culturais	Frequência de funcionamento
			Regularidade do funcionamento
	Segurança alimentar e nutrição	Acesso a alimentos	Ocorrência de festividades e manifestações tradicionais
			Suporte ao desenvolvimento de expressões criativas
			Disponibilidade de alimentos
	Saúde	Acesso a serviços de saúde	Variedade de alimentos
			Custo proporcional à renda
			Disponibilidade de alimentos livres de agrotóxicos
	Educação	Educação básica	Acesso a unidades de atenção primária à saúde
			Acesso a serviços complementares de saúde
		Educação complementar	Custo proporcional à renda
Disponibilidade de escolas de Ensino Básico			
Qualidade das escolas de Ensino Básico			
Subsistência	Geração de renda	Existência de reforço para o Ensino Básico	
		Complementação da oferta de Ensino Básico	
		Disponibilidade de cursos preparatórios ou profissionalizantes	
	Custo proporcional à renda		
	Quantidade relativa de pessoas ocupadas		
	Atividades geradoras de renda na própria localidade		

Fonte: Autor

Murray Bookchin nos chama a atenção para o fato de que a cidade não é apenas uma densa estrutura desenhada para prover bens e serviços para os seus residentes anônimos. É, também, no seu melhor, uma união ética entre as pessoas (BOOKCHIN, 1992). Essa consideração nos apoia na aceitação de que, para além da qualidade de vida oferecida pelos serviços providos pela estrutura urbana para os indivíduos, a cidade é um *locus* de relações sociais entre os indivíduos, ou seja, onde a dimensão individual da vida se dá em combinação com a vida coletiva. Tal articulação é mediada pela atividade política, a qual é descrita pelo autor da seguinte forma:

(...) Politics, conceived as an activity, involves rational discourse, public empowerment, the exercise of practical reason, and its realization in a shared, indeed participatory, activity. It is the sphere of societal life beyond the family and the personal needs of the individual that still retains the intimacy, involvement, and sense of responsibility that is enjoyed in private arenas of life. (BOOKCHIN, 1992, p. 244).

Dessa maneira, é no contexto das relações sociais que se (des)equilibram dinamicamente os anseios individuais e o interesse coletivo. A desigualdade social como uma forma de injustiça ganha um papel de destaque em nossa análise, porquanto temos como horizonte utópico o projeto da autonomia (que, repitamos, comporta a autonomia individual e a autonomia coletiva) e estamos cientes de que a heteronomia é o modo



predominante no qual essas relações se estruturalmente se concretizam. Para iluminarmos a noção de injustiça que adotamos, apresentamos os fundamentos da construção do nosso entendimento, empreendimento para o qual nos apoiamos nas palavras da cientista política Iris Marion Young:

Justice should refer not only to distribution, but also to the institutional conditions necessary for the development and exercise of individual capacities and collective communication and cooperation. Under this conception of justice, injustice refers primarily to two forms of disabling constraints, oppression and domination. While these constraints include distributive patterns, they also involve matters which cannot easily be assimilated to the logic of distribution: decision making procedures, division of labor, and culture. (YOUNG, 2008, p. 55).

A autora nos auxilia a entender que a injustiça, no seio de uma sociedade, está além da questão da iniquidade distributiva, já que que o papel ocupado por alguns grupos sociais no processo de tomada de decisão também é um dos seus componentes, posto que revela a desigualdade do Poder na estrutura social. Esse pensamento nos remete, mais uma vez, a Poulantzas, quando ele demonstra que os desequilíbrios entre as classes e as frações de classe na gestão da sociedade resultam na distribuição desigual do produto coletivo, que, por sua vez, reforça a divisão desigual do poder e atua na perpetuação das desigualdades nos procedimentos de tomadas das decisões coletivas e na divisão do trabalho. Portanto, metodologicamente, mesmo uma rigorosa análise dos fatores que compõem o parâmetro da qualidade de vida acima listados, caso realizada desconectada da observância das diferentes formas de opressão e das práticas sociais que as (re)produzem ou tentam superá-las, não representaria mais do que uma visão demasiadamente incompleta da realidade social.

A análise por nós almejada deve ser precedida de um nível mais profundo de detalhamento das manifestações concretas da injustiça. Dessa forma, mais uma vez recorreremos aos apontamentos da autora acima, que reconhece a opressão como uma das formas da injustiça. Apesar de Iris Young reiterar a impossibilidade de definição da essência da opressão, ela assera a sua designação como as desvantagens ou injustiças que algumas pessoas sofrem, sendo que essas não são apenas oriundas da coerção de um poder tirânico, mas também das práticas cotidianas das sociedades liberais. Nesse sentido, a opressão é estrutural e não está restrita à deliberação consciente de um grupo em oprimir outro. Sua manifestação também se encontra na interação usual de pessoas bem intencionadas, na mídia e nos estereótipos culturais, nas características estruturais da

hierarquia burocrática e nos mecanismos do mercado. Portanto, a opressão é sistematicamente reproduzida nas instituições econômicas, políticas e culturais.

Para descrever as diferentes formas de opressão que assolam variados grupos, a autora identifica cinco categorias amplas e articuladas. Interpretamos que essa construção conceitual oferece um potencial privilegiado para o reconhecimento das oportunidades de construção de alianças entre as vítimas das mesmas formas de opressão, mesmo que não façam parte do mesmo grupo social. Ainda podemos extrair daí um mecanismo que auxilia na elucidação da complexidade da realidade, pois nos permite reconhecer que grupos vítimas de uma (ou mais) forma(s) de opressão pode(m) protagonizar outras formas de opressão sobre outrem. Então, a partir da identificação e análise da multiplicidade de usos da expressão “opressão” por variados agentes sociais (pensadores e ativistas), Iris Young escreve que:

Consequently, attempts by theorists and activists to discover a common description or the essential causes of the oppression of all these groups have frequently led to fruitless disputes about whose oppression is more fundamental or more grave. The contexts in which members of these groups use the term oppression to describe the injustices of their situation suggest that oppression names in fact a family of concepts and conditions, which I divide into five categories: exploitation, marginalization, powerlessness, cultural imperialism, and violence. (YOUNG, 2008, p. 56)

Iris Young, com o propósito de situar o conceito de exploração na concepção de opressão,

(...) The injustice of capitalist society consists in the fact that some people exercise their capacities under the control, according to the purposes, and for the benefit of other people. Through private ownership of the means of production, and through markets that allocate labor and the ability to buy goods, capitalism systematically transfers the powers of some persons to others, thereby augmenting the power of the latter.

(...) Exploitation enacts a structural relation between social groups. Social rules about what work is, who does what for whom, how work is compensated, and the social process by which the results of work are appropriated operate to enact relations of power and inequality. These relations are produced and reproduced through a systematic process in which the energies of the have-nots are continuously expended to maintain and augment the power, status, and wealth of the haves (YOUNG, 2008, p. 61).

The injustice of exploitation consists in social processes that bring about a transfer of energies from one group to another to produce unequal distributions, and in the way in which social institutions enable a few to accumulate while they constrain many more. The injustices of exploitation cannot be eliminated by redistribution of goods, for as long as institutionalized practices and structural relations remain unaltered, the process of transfer will re-create an unequal distribution of benefits. Bringing about justice where there is exploitation requires reorganization of institutions and practices of decision making, alteration of the division of labor, and similar measures of institutional, structural, and cultural change. (Ibid, p. 63).

Apesar de a autora tratar a marginalização com um enfoque que parte da realidade social dos Estados Unidos, existem características dessa categoria de opressão que também podem ser verificadas em sociedades como a brasileira, mediante algumas ressalvas. O primeiro ajuste que devemos estabelecer é atentar para o fato de que, ao nos dizer que a marginalização consiste no impedimento do exercício de uma participação útil na vida social para as pessoas de um determinado grupo, a autora tem como premissa implícita que a “participação útil na vida social” seria a capacidade de geração de riqueza, e que esta depende da inserção das pessoas no mercado de trabalho formal. Devemos ratificar que, nas sociedades dos países (semi)periféricos do sistema-mundo contemporâneo, o circuito inferior da economia urbana tem grande peso nas cidades brasileiras. Dessa forma, o Mercado tem a capacidade de explorar de maneira lucrativa o trabalho, até mesmo dos membros mais miseráveis da sociedade.

Seguindo a premissa anteriormente mencionada, a autora aponta que a consequência da marginalização seria a dependência das pessoas em relação à sociedade, na forma dos programas de bem-estar social que garantiriam a sua subsistência. Para a nossa análise, essa concepção deve ser flexibilizada, devido ao modelo de Estado que não garante amplamente políticas de bem-estar social, e, conseqüentemente, abandona os marginalizados à própria sorte.

A autora indica que a marginalização resulta para as pessoas dependentes do Estado na privação material, na privação de direitos e liberdades que outros membros da sociedade desfrutam, no bloqueio ao exercício das competências individuais de forma socializada e reconhecida. Devemos ressaltar que, no caso do Rio de Janeiro, as pessoas sujeitas a esse tipo de opressão estão, também, sujeitas ao extermínio.

Ao refletirmos sobre as características que levam determinados grupos a serem escolhidos como alvo da marginalização em uma sociedade, notamos que a autora observa que, além do critério racial, o papel que as pessoas ocupam diante do mercado de trabalho também é um condicionante muito relevante:

Marginalization is by no means the fate only of racially marked groups, however. In the United States a shamefully large proportion of the population is marginal: old people, and increasingly people who are not very old but get laid off from their jobs and cannot find new work; young people, especially Black or Latino, who cannot find first or second jobs; many single mothers and their children; other people involuntarily unemployed; many mentally and physically disabled people; American Indians, especially those on reservations. (YOUNG, 2008, p. 63).

Não podemos deixar de apontar que, na cidade do Rio de Janeiro, também fazem parte dos grupos alvo da marginalização os moradores de espaços segregados, que são, em sua grande maioria, os trabalhadores hiperprecarizados. Além de encontrarem as consequências da marginalização nos locais onde têm a sua força de trabalho explorada, sujeitos a todas as humilhações descritas por Jessé Souza (2018b), no seu local de residência sua liberdade é restrita. Esses sujeitos são, via de regra, objetificados pelas políticas públicas, que são implementadas de forma arbitrária, invasiva, autoritária e, em muitíssimos casos, violenta.

Apesar de não identificarmos uma espacialidade clara na marginalização da população LGBTQI+, pululam os casos de pessoas que, devido à identidade de gênero, sofrem com as consequências desse tipo de opressão, seja no contexto familiar, quando muitos jovens são expulsos de casa, seja no mercado de trabalho, como analisam Almeida e Vasconcellos (2018), ou, ainda, nos espaços públicos, quando são vítimas da violenta intolerância da sociedade.

Entendemos que a marginalização é construída a partir do imaginário social das sociedades em foco, pois os grupos que são alvos da marginalização variam de uma sociedade para a outra. A exploração como forma de opressão se baseia na expropriação do produto do trabalho de uma classe social por outra. Este mecanismo pode ser reproduzido de forma mais ou menos independente da subjetividade dos indivíduos explorados. Já a marginalização é uma forma de opressão ainda mais cruel, pois seleciona um conjunto de sujeitos (seja por critérios mais objetivos de produtividade nas atividades socialmente valorizadas, seja por critérios subjetivos de identidade) e os classifica como inaptos para serem formalmente explorados ou mesmo passíveis de extermínio.

O terceiro tipo de opressão, escrutinado por Young, é a *alienação (powerlessness)*. A autora entende que a divisão social entre trabalho intelectual e trabalho manual é uma das fontes de injustiças na sociedade. Aqui ela estabelece uma distinção entre a classe média ocupante dos postos de trabalho qualificados, cuja realização depende de uma formação em nível superior e oferece uma relativa liberdade ao trabalhador para executá-lo. Ela segue dissertando que, nas sociedades de capitalismo avançado, como a dos EUA, as pessoas que ocupam os postos de trabalho não qualificados sofrem (além da exploração da sua força de trabalho) com a inibição do desenvolvimento das suas capacidades individuais, uma vez que as suas tarefas são, na maioria dos casos, mecânicas e repetitivas. Este fato é consequência da impotência desses trabalhadores em relação à tomada de decisão no processo produtivo, pois as suas atividades não são planejadas a partir dos seus talentos, mas sim das necessidades do contratante. Na prática, as pessoas,

nos postos de trabalho em questão, executam as tarefas planejadas nos escritórios das empresas e cuidadosamente supervisionadas de cima para baixo. As consequências de tal forma de divisão do trabalho se espalham para fora do *locus* de sua realização, pois os trabalhadores de cada uma das categorias apontadas são portadores de uma carga simbólica intersubjetiva, essa se concretiza na respeitabilidade conferida aos indivíduos devido ao tipo de função que ocupam nesse sistema.

Dando atenção à complexidade que permeia esse tipo de relação, devemos observar que as pessoas são posicionadas no sistema produtivo de acordo com a sua herança em termos de capital (econômico, cultural e social), da mesma maneira que se constituem as classes sociais segundo a abordagem de Jessé Souza (2017). Assim, os membros de uma mesma classe social compartilham um conjunto de códigos que permitem estabelecer o seu reconhecimento mútuo e a distinção frente às demais classes. Esses códigos se manifestam de múltiplas formas no cotidiano, desde o seu linguajar, a forma de se vestir, a sua alimentação, os espaços de lazer que frequentam, dentre outras formas. Portanto, nas interações sociais em geral, a respeitabilidade impressa no tratamento concedido às pessoas varia segundo o seu papel na divisão do trabalho (que, no fim das contas, é resultado e consequência da sua situação de classe), uma vez que os trabalhadores manuais são portadores dos códigos que os identificam como tais, e os trabalhadores especializados portam os seus respectivos códigos.

Partimos, então, do entendimento de que papel exercido pelos indivíduos, no sistema produtivo, não é determinado, exclusivamente, pelo seu esforço, mas é condicionado por fatores estruturantes da sociedade. Com o intuito de melhor nos aproximarmos da complexidade do caso brasileiro, que tem o racismo como estruturante, reconhecemos que a cor da pele ainda é adotada nas interações sociais cotidianas como primeiro parâmetro para o tratamento mais ou menos respeitoso. É anêmico atribuir-se de imediato uma classe social aos indivíduos de acordo com a sua cor, cabendo ao sujeito o gasto de energia para evidenciar (ou esconder, no caso de alguns brancos posicionados nos estratos inferiores da divisão do trabalho) o seu papel na divisão do trabalho, e, dessa forma, obter ganhos (ou diminuir perdas) em matéria de tratamento respeitoso. Assim, verificamos que, em nossa sociedade, os indivíduos recebem o tratamento de acordo com a sua cor, sendo este, posteriormente, modulado pelos demais códigos que a pessoa exhibe.

Diferentemente da marginalização, a alienação é uma forma de opressão exercida sobre os sujeitos que ocupam posições produtivas na sociedade, mesmo que subalternas. Contudo, sua realização não exclui a marginalização, posto que os sujeitos são marginalizados não apenas pela sua posição (ou falta dela) no mercado de trabalho, mas

também por questões como a sua cor, local de residência, faixa etária, condição física, dentre outros. Dessa forma, os indivíduos que são, simultaneamente, ocupantes dos postos de trabalho no mercado formal e moradores de favela estão sujeitos a ambas formas de opressão.

Além das três formas de opressão já discutidas, as quais se baseiam na divisão social do trabalho e suas consequências, a quarta que veremos se assenta nas relações de cunho simbólico. Ela é originalmente denominada por Young como “cultural imperialism”. A expressão *imperialismo cultural* nos remete ao subjugo de uma sociedade por outra, mas quando reconhecemos que a forma de opressão descrita pela autora também se reproduz em escalas mais reduzidas no interior de uma mesma sociedade, pensamos ser mais adequado adotarmos em língua portuguesa o termo mais abrangente *opressão cultural*. O núcleo dessa injustiça repousa sobre a dominação simbólica de uma coletividade por outra, assim, a ampla veiculação de interpretações do mundo vivido é reduzida à (quase que, exclusivamente) experiência das classes dominantes, enquanto estereotipa ou invisibiliza a experiência dos socialmente dominados. Assim:

These dominant cultural expressions often simply have little place for the experience of other groups, at most only mentioning or referring to them in stereotyped or marginalized ways. This, then, is the injustice of cultural imperialism: that the oppressed group’s own experience and interpretation of social life find little expression that touches the dominant culture, while that same culture imposes on the oppressed group its experience and interpretation of social life. (YOUNG, 2008, p. 66).

Essa forma de dominação é operacionalizada pela exclusividade de acesso aos instrumentos de construção da opinião pública de uma sociedade. Dessa maneira, ela incide de duas formas: no silenciamento das vozes oprimidas e na consolidação de estereótipos. Como apenas os produtos culturais do grupo dominante são promovidos (e alguns outros produtos dos grupos subalternizados, desde que inofensivos ao *status quo*), a percepção e os objetivos desse grupo são projetados como sendo os da própria sociedade. Os mecanismos da dominação simbólica na sociedade brasileira são minuciosamente esviscerados por Jessé Souza (2015), quando ele demonstra que, para a classe dominante exercer o seu domínio sobre as demais, é necessário que a injustiça seja naturalizada pela coletividade.

Na esteira da discussão sobre as formas de opressão, Iris Young também aponta a sistemática violência sofrida por alguns grupos como uma delas. Esta se manifesta no fato de pessoas saberem que estão sujeitas a ataques aleatórios a elas próprias ou às suas

propriedades, sendo tais investidas motivadas pelo desejo de causar prejuízo, humilhação, ou eliminar as vítimas, simplesmente por esses sujeitos comporem um grupo subalternizado na sociedade. Segundo a autora, esse tipo de violência deve ser tomado como uma face da injustiça social, pois

What makes violence a face of oppression is less the particular acts themselves, though these are often utterly horrible, than the social context surrounding them, which makes them possible and even acceptable. What makes violence a phenomenon of social injustice, and not merely an individual moral wrong, is its systemic character, its existence as a social practice. (YOUNG, 2008, p. 66).

Como a obra de Young nos ajuda a identificar as nuances da injustiça social através da análise das formas de opressão, nosso compromisso com a macroteoria aberta do desenvolvimento sócio-espacial nos leva a buscar identificar as ações para a superação dessa forma de heteronomia. Trazemos, então, os sujeitos do conflito ambiental para o centro do nosso campo de visão, visto que das suas práticas espaciais emergem as consequências (positivas ou negativas) para ganhos de autonomia individual articulada com a coletiva. Assim procedemos, pois sob inspiração de Paulo Freire pensamos que

[a] liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem a liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos (FREIRE, 2014, p. 46).

Por consequência do exposto acima, construímos um “quadro de análise do impacto das ações dos sujeitos da pesquisa na justiça social a partir das favelas” (Quadro 3) para nos auxiliar na identificação das consequências das ações de cada uma das organizações de ativistas que figuram em nossa pesquisa. Nela, adotamos as formas de opressão como parâmetros para identificar avanços ou retrocessos no que tange à justiça social, tomando o recorte espacial das favelas da APARU-ABV como escala de análise. Dispondo dos dados empíricos levantados e portando a ferramenta proposta, podemos estabelecer comparações e correlações entre os casos que foram individualmente analisados.

**Quadro 3** - Quadro de análise do impacto das ações dos sujeitos da pesquisa na justiça social a partir das favelas

Quadro de análise do impacto das ações dos sujeitos da pesquisa na justiça social a partir das favelas						
Parâmetros particulares de Justiça Social					Tipo de impacto	Detalhes da ação
Formas de opressão	Exploração	Transferência de energias de um grupo para outro	Criação/manutenção de instituições que operam a transferência sistemática do poder de decisão relativas ao mundo do trabalho	Definição do trabalho a realizar		
				Atribuição das tarefas e seus beneficiários		
				Definição sobre a forma de compensação pelo trabalho		
				Definição da distribuição do resultado do trabalho		
	Marginalização	Impedimento de participação produtiva de um grupo no sistema político-econômico predominante	Gozo das liberdades individuais prometidas pelo liberalismo	Mecanismos de prevenção à privação material		
				Mecanismos de proteção contra privação de direitos e liberdades		
	Alienação	Divisão social entre o trabalho intelectual e o manual	Capacidade de tomada de decisão no processo produtivo	Desenvolvimento das competências individuais		
				Poder de decisão na vida do trabalho		
				Proteção contra tratamento desrespeitoso devido ao status social da sua ocupação		
	Opressão cultural	Subalternização da experiência dos grupos oprimidos pela cultura dominante	Reconhecimento da pluralidade dos valores, objetivos e das realizações dos diferentes grupos da sociais	Reconhecimento da pluralidade de experiências vividas pelos diferentes grupos sociais		
				Reconhecimento da pluralidade de perspectivas de produções culturais		
				Disseminação plural da produção cultural dos diversos grupos sociais		
				Combate à imposição de estereótipos		
Combate à invisibilização de grupos sociais						
Violência	Violência sistemática contra os membros de um grupo simplesmente por sê-lo	Capacidade de prevenção contra possibilidade de ataques violentos e sua aceitação pelos grupos dominantes	Combate à tolerância social com a violência contra determinados grupos			
			Prevenção contra a ocorrência de ataques violentos			

Fonte: Autor



## 7 CONSTRUÇÃO DA ESCALA DE ANÁLISE

A escala do fenômeno que estamos investigando abrange a área da APARU do Alto da Boa Vista, pois a disputa pela sua regulação manifesta juridicamente conflitos de interesses pelo uso do solo. Verificamos que esse recorte da realidade é metodologicamente justificável, pois esta:

[s]e refere a uma das características de um suposto objeto real: a sua abrangência física no mundo. [...] abrangência de ação coletiva programática ou consciente, como resistências, lutas e movimentos sociais; e podemos estar lidando com fenômenos que, ao menos à primeira vista, se deixam apreender como áreas e territórios contínuos [...] ou, diversamente, como fenômenos que demandam uma compreensão de sua estruturação em rede [...]. (SOUZA, 2013a, p. 181).

Com a criação da Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Alto da Boa Vista, pelo decreto 11301/92, que traz, no seu segundo artigo e quarto parágrafo, o objetivo de "Promover a regularização das favelas existentes nos seus aspectos fundiário, urbanístico e ambiental", as pessoas que já habitavam, há décadas, nas favelas Açude da Solidão, Agrícola, Doutor Catrambi, Soberbo, Tijuacu, Fazenda, Furnas, Mata Machado, Rua Rodrigo da Silva, Sítio da Biquinha e Vale Encantado, todas localizadas nas encostas do Maciço da Tijuca (Mapa 3), foram impelidas à condição de ocupantes de área de proteção ambiental em vias de o uso do solo regulamentado. No ano de 2003, foi elaborado, pelo Poder Executivo Municipal, o Projeto de Lei N.º 1307/2003, para a regulamentação da APARU (cujo 13º artigo<sup>10</sup> demonstra seu caráter segregacionista). Este foi apresentado à Câmara dos Vereadores. De acordo com as regras de tal projeto, além dos problemas apontados no "Manifesto do Povo do Alto da Boa Vista"<sup>11</sup>, as favelas Açude da Solidão, Biquinha, Soberbo e Vale Encantado deveriam ser removidas por não apresentarem o mínimo de cem unidades residenciais, o que justificaria sua urbanização.

---

<sup>10</sup> Art. 13. As Zonas de Recuperação ambiental - ZRA têm caráter transitório e compreendem as áreas de ocupação irregular de baixa densidade, com até cem unidades residenciais existentes na APARU na data desta lei.

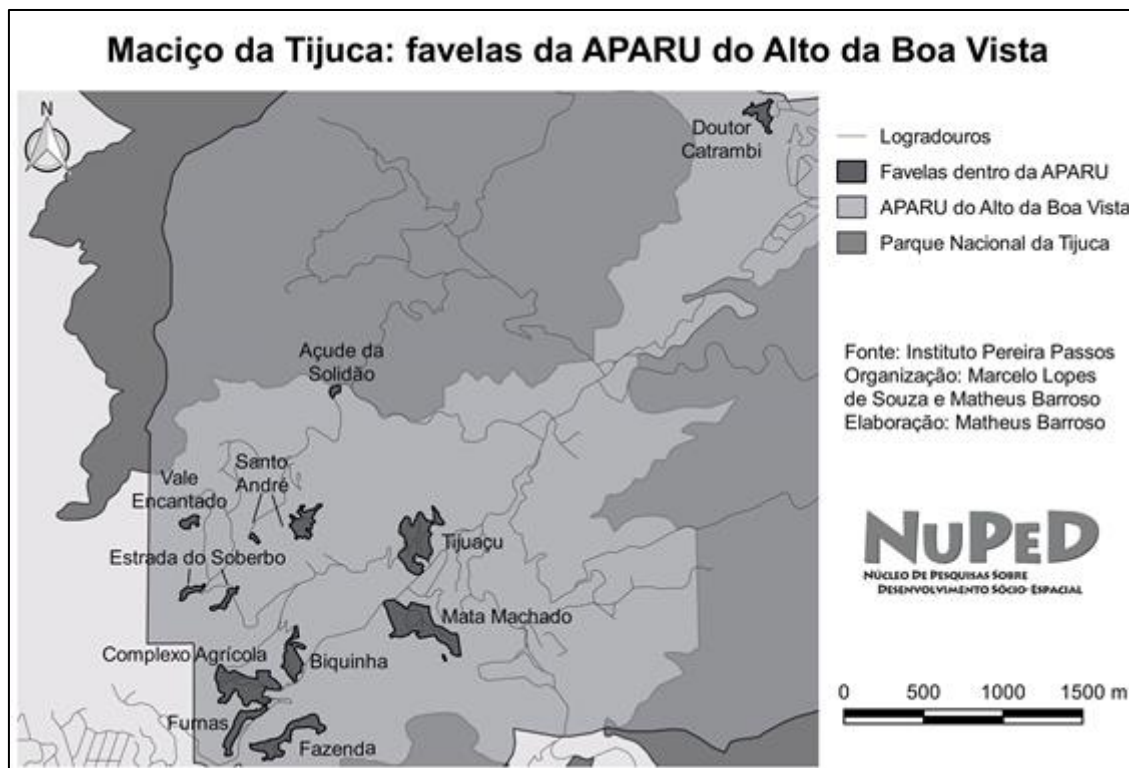
§1.º O poder público deverá promover o reassentamento das favelas situadas na ZRA, conforme o estabelecido para a matéria no art. 138 do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro - Lei Complementar n. 16º, de 1992.

§2.º Para o cumprimento das disposições do § 1.º o Poder Público deverá disponibilizar bens dominicais na área da APARU, bem como deverá buscar financiamentos para a desapropriação de imóveis, a construção de novas residências e o aproveitamento e a adequação de edificações existentes.

§3.º Após a efetiva remoção das favelas situadas nas ZRA, as áreas serão consideradas, para efeito de Zoneamento Ambiental, como Zonas de Conservação da Vida Silvestre - ZCVS.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://concacidadania.blogspot.com.br/2009/10/manifesto-do-povo-do-alto-da-boa-vista.html>, consultado em 7/05/2015.

Mapa 2 - Favelas na APARU do Alto da Boa Vista.



Fonte: SOUZA, 2015.

Verificamos que as favelas na área da APARU podem ser classificadas em duas categorias, segundo a sua localização em relação à área de proteção: as favelas Açude da Solidão, Agrícola, Doutor Catrambi, Soberbo, Tijuacu, Fazenda, Furnas, Mata Machado, Rua Rodrigo da Silva, Sítio da Biquinha e Vale Encantado estão completamente contidas na área da APARU, enquanto as favelas Floresta da Barra, Morro da Formiga e Rocha Miranda estão apenas parcialmente dentro da APARU. Concentraremos nossa pesquisa nas favelas do primeiro grupo apresentado. Assim, deixamos visível que

[...] a escala de análise é intelectualmente construída como um nível analítico (ou, a rigor, um dos níveis analíticos) capaz de nos facultar a apreensão de características relevantes de alguma coisa que estejamos investigando ou tentando elucidar, a partir de uma *questão* ou de um *problema* que tenhamos formulado [...] (SOUZA, 2013a. p. 181-182).

Tendo em mente que cada favela possui singularidades na história de seu desenvolvimento sócio-espacial, não esperamos que a organização de ativismos sociais tenha se dado de forma homogênea em todas elas. Portanto, partindo de um levantamento dos ativismos que operaram individualmente em nível microlocal nessas áreas, buscamos observar quais desafios foram impostos à população e quais práticas sócio-espaciais

foram adotadas pela população para a resistência e/ou luta por melhores condições ambientais. Entendemos cada favela como nível microlocal, quando

(...) equivale a recortes territoriais que, a despeito de apresentarem tamanhos diversos, teriam, todos eles, em comum o fato de que se referem a espaços *passíveis* de serem experienciados intensa e diretamente no cotidiano. [...] Os subníveis da escala microlocal são, além do mais, relevantes do ponto de vista tanto da auto-organização comunitária/associativa de cidadãos [...] quanto do planejamento e da gestão implementados pelo Estado, especialmente nos marcos de rotinas e esquemas participativos. Indo mais além do planejamento e da gestão implementados pelo Estado [...], essa escala microlocal é ou seria decisiva em qualquer tentativa de descentralização decisória fomentada por movimentos sociais e na esteira das lutas populares e processos de formação social rumo a uma superação da heteronomia [...]. (SOUZA, 2013a. p. 203-204).

Os grupos sociais organizados no interior das favelas se articulam em rede no Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (CONCA), avaliando o material publicado em seu *blog*<sup>12</sup>, podemos afirmar que se trata de uma articulação da escala de ação dos atores sociais baseada nas particularidades em nível mesolocal, principalmente na ameaça de remoção. Para isso, devemos atentar para

[...] a *escala de ação*[, que] diz respeito a um aspecto específico e muito diretamente político: aquele referente, em um raciocínio eminentemente estratégico, à reflexão acerca do alcance espacial das práticas dos agentes. É, portanto, um tipo de escala que se refere a determinados fenômenos sociais, concernentes a ações (em geral coletivas) e ao papel de agentes/sujeitos. (SOUZA, 2013a. p. 182).

Observando a agenda<sup>13</sup> do CONCA, percebemos que a população das favelas se organiza na escala microlocal (cada favela, especificamente) e se articulam na escala

<sup>12</sup> <http://concacidadania.blogspot.com.br/>

<sup>13</sup> 1 - Regularização Fundiária, reconhecimento das comunidades históricas como áreas de especial interesse social, início da urbanização das mesmas.

2 - Colégio de 2º Grau.

3 - Posto de saúde 24 Horas.

4 - Criação da Sub-Prefeitura Verde.

5 - Nova sinalização de trânsito na Estrada das Furnas.

6 - Ampliação da Cooperativa Comunitária para outras comunidades.

7 - Rádio, Jornal, site e TV comunitária.

8 - Batalhão Florestal da PM.

9 - Criação do Parque de Furnas de Agassiz.

10 - Creches do Mata-Machado e das Furnas.

11 - Linha do Metrô-ônibus da Sãens Pena até a Barra.

12 - Projeto de Cooperação Técnica com o PNT.

13 - Plano de Emergência contra as chuvas de verão.

14 - Participação ativa na elaboração do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro.

15 - Implementação da segunda fase do Planseg. Plano de Segurança do Alto da Boa Vista.

16 - Biblioteca Pública Digital.

17 - Curso permanente de garçom, confeitiro e cozinheira em parceria com as casas de festa.

mesolocal, através do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista, para resistir e lutar por melhoria das condições ambientais nas quais se situam. Entendemos a APARU como escala mesolocal na medida em que

[a] seletividade dos compromissos, das rotinas e dos deslocamentos diários, além do custo de deslocamento [...] e a complexidade e magnitude de um recorte espacial de nível mesolocal, impede que se possa formar a propósito da urbe uma visão de conjunto tão densa e forte quanto aquela que se forma a respeito do quarteirão e até mesmo do bairro [...] em que se mora. Não obstante, em um sentido importante a vivência do nível mesolocal é relativamente forte e bastante concreta: as notícias, os comentários e as impressões e as impressões, as críticas e os sentimentos de satisfação ou insatisfação com o espaço maior onde se vive definem uma 'ambiência' envolvente e tendencialmente criadora/mantenedora de sentimentos de lugar.[...]

[A] escala mesolocal, uma vez correspondendo a um nível de governo, definirá igualmente um espaço de referência para a organização política e as pressões sobre o aparelho de Estado, o que pode assumir as mais diferentes formas[...]. (SOUZA, 2013a. p. 205-206)

A articulação dos ativismos em rede foi vital para a elaboração do substitutivo ao PL 1307/2003, apresentado em 2010, pelo mandato de um vereador. O texto em questão porta traços mais progressistas, e contrasta com o projeto de 2003, que, além de negligenciar a ocupação humana nos seus objetivos, zoneia o parque em "Zona de Vida Silvestre" (ZVS), "Zona de Recuperação Ambiental" (ZRA), "Zona de Ocupação Controlada" (ZOC) e mantém "Zona de Conservação Ambiental" (ZCA) das áreas do Parque Nacional da Tijuca e do Parque Henrique Lage incluídas na APARU. Também transfere integralmente a responsabilidade de regularização das áreas de ocupação irregular com cem ou mais domicílios para a Secretaria Municipal de Habitação. Já o substitutivo de 2010 traz, no segundo artigo, que dispõe sobre os objetivos da lei, o seu décimo sexto parágrafo, que pretende promover a regularização urbanística e fundiária das comunidades definidas como Área de Especial Interesse Social, integrando-as ao bairro e ao processo de recuperação e preservação dos ecossistemas.

Devemos dar destaque ao zoneamento proposto pelo substitutivo, a área da APARU seria dividida em "Zona de Conservação Ambiental" (ZCA), "Zona de Ocupação Controlada" (ZOC) e "Áreas de Especial Interesse Social" (AEIS), sendo que essas últimas são formadas pelas favelas com posse comprovada há mais de cinco anos, são elas: Sítio da Biquinha; Ricardinho; Açude; Estrada das Furnas, 866; Fazenda; Agrícola;

---

18 - Vila Olímpica.

20 - Lona Cultural do Alto." Disponível em:

[https://docs.google.com/document/d/1D7TxYq\\_4Pd8Pes4EsVD4bL3wRf\\_A6lcRTdkMywmWE8A/previ ew?pli=1](https://docs.google.com/document/d/1D7TxYq_4Pd8Pes4EsVD4bL3wRf_A6lcRTdkMywmWE8A/previ ew?pli=1), Acesso em: 7 maio 2015.

Doutor Catrambi; Vale Encantado/Santo André; João Lagoa; Estrada do Soberbo; e Furnas.

## PARTE 2: O CONFLITO AMBIENTAL, OS SUJEITOS E SUAS PRÁTICAS ESPACIAIS

Na presente seção, trazemos o produto da etapa de levantamento, exame e categorização dos agentes atuantes na disputa pelos recursos, cujas ações acarretam ganhos ou perdas de qualidade de vida e de justiça social nas favelas estudadas. Destarte, adotamos o vínculo estatal das instituições como o primeiro corte do campo de ação dos diversos agentes. Dessa forma, temos o campo institucional (povoado pelos órgãos vinculados ao Estado em seus diversos níveis de operação) e o tipo da ação direta (composto por ativistas e organizações da sociedade civil). Retomamos o conceito de Campo, usado por Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981).

Debates inspirados, principalmente, em Henri Lefebvre e retomados por Marcelo Lopes de Souza, nos permitem partir da convicção de que as relações sociais produzem o espaço e são por ele condicionadas (SOUZA, 2013a). Por estudarmos as *ações sociais* que configuram as *relações sociais*<sup>14</sup> (cujos conteúdos são densos em espacialidade) entre variados sujeitos, temos o conceito de práticas espaciais como central na nossa análise.

O autor supracitado, a partir de Lefebvre, nos diz que as práticas espaciais são “[...] práticas sociais em que a espacialidade [...] é um componente nítido e destacado da *forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados*” (SOUZA, 2013a, p. 241, grifo do autor). Essa forma de prática social nos permite interpretar as complexas estratégias sócio-espaciais das diferentes organizações de ativismos ambientalistas e das organizações de ativistas favelados, para, assim, verificarmos as complementaridades, sobreposições e antagonismos no caminho para o desenvolvimento sócio-espacial.

Entendemos, então, que as relações sociais e a organização espacial formam um conjunto imbricado. Dessa forma, as ações dos sujeitos, direcionadas para a realização de seus objetivos (mesmo que produzam resultados não premeditados), no que concerne ao uso dos recursos ambientais em disputa, buscam, antes de tudo, alterar o jogo de forças componente das relações sociais em seu favor. Assim, assumimos que essas práticas sociais condicionadas pela organização espacial e resultantes em (re)organização do espaço social (das projeções das relações de poder sobre o espaço, [re]configuração do substrato espacial material, formação de redes espaciais, atribuição de significados) configuram práticas espaciais.

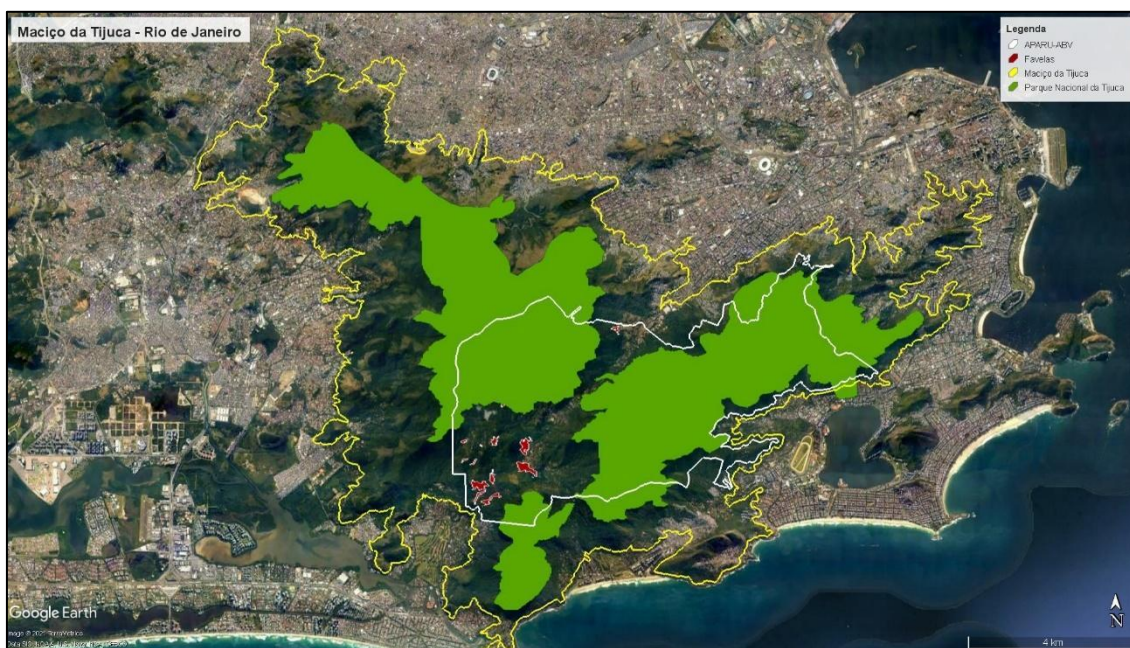
---

<sup>14</sup> Marcelo Lopes de Souza, em seu capítulo sobre *práticas espaciais*, estabelece uma articulação entre os conceitos de *relação social*, *ação social* e *práticas espaciais*. A respeito dos dois primeiros conceitos, o autor revisita a obra Weber e a põe em diálogo com Giddens (SOUZA, 2013a).

## 8 O SÍTIO: SUBSTRATO ESPACIAL MATERIAL E SEU VALOR DE USO

O trabalho que trazemos, o qual tem, como eixo principal, a abordagem da segregação residencial e do direito à moradia, não pode deixar de fora as características materiais do sítio sobre o qual se assenta, pois o "substrato espacial material" (SOUZA, 2013a) condiciona a ocupação humana nessa parte do espaço geográfico. Dessa forma, para melhor compreender o papel do sítio no processo estudado, nos interessa menos levantar os processos naturais de longa duração de formação dos elementos da paisagem e os processos recentes de remodelagem, do que as relações sociais, materiais e simbólicas que se projetam por e sobre esse espaço. Contudo, não podemos negligenciar as características naturais da região na qual o maciço da Tijuca está inserido (Mapa 3). Portanto, aportaremos uma breve revisão sobre a dimensão material do Maciço.

**Mapa 3 – O Maciço da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro**



Fonte: Instituto Pereira Passos (2010); Google Earth (2020). Organizado e digitalizado pelo autor, 2021.

O Maciço da Tijuca faz parte da serra do Mar, que, segundo a classificação do relevo brasileiro em unidades, efetuada pelo geógrafo Jurandyr Ross, encontra-se em uma porção de planaltos em cinturões orogênicos, mais especificamente, “[o] modelado dominante do planalto Atlântico é constituído por morros com formas de topos convexos, elevada densidade de canais de drenagem e vales profundos. É a área definida por Ab’Sáber como domínio dos mares de morros” (ROSS, 2011. p. 58).

Utilizaremos as palavras de Mauricio Abreu para traçar as primeiras características gerais da inserção do Maciço da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro:

Dentre os elementos que formam o quadro natural carioca, o maciço da Tijuca, cadeia de montanhas que se estende por uma área de 95 km<sup>2</sup>, e que divide a cidade numa "zona sul" e numa "zona norte", ocupa um lugar de destaque. Conhecido também pelos nomes de serra da Carioca e de serra da Tijuca, esse maciço (e os alinhamentos rochosos que lhe dão prosseguimento junto ao litoral), por razão mesmo de sua localização, sempre exerceu um papel fundamental na vida da cidade, a começar pela orientação que impôs ao seu crescimento. (ABREU, 1992, p.54).

Ainda sobre o maciço da Tijuca, temos o Parque Nacional da Tijuca: essa Unidade de Conservação foi intensamente estudada por diversos pesquisadores, mas gostaríamos de trazer para o diálogo a contribuição da professora Ana L. Coelho Netto, que nos oferece um texto de 1992, no qual demonstra os resultados de 15 anos de experiência na investigação do geocossistema da floresta da Tijuca. Dessa forma, podemos iniciar o aprofundamento sobre as características naturais:

A vertente sul do maciço da Tijuca apresenta declividade média superior à vertente norte, o que parece ter influenciado o maior adensamento urbano ao norte. Tal fato resultou dos eventos do terciário superior citados adiante. O vale do rio Maracanã que drena a vertente norte, no sentido SW-NE, junto com o vale do rio da Cachoeira, que drena a vertente oposta do NE para SW, subdividem o maciço em serra da Carioca e serra da Tijuca ou Três Rios. Os 3.300 ha de reserva florestal do Parque Nacional da Tijuca limitam-se na vertente sul da serra Carioca pelo conjunto Corcovado-Sumaré-Gávea Pequena, na vertente norte pelo conjunto Pedra Bonita-Pedra da Gávea. Já na serra da Tijuca o Parque Nacional abrange parcialmente as vertentes norte e sul englobando a área denominada floresta da Tijuca (IBAMA, 1981).

Em ambas as serras destaca-se uma feição morfológica que confere um dos aspectos mais singulares da cidade do Rio de Janeiro: os pontões montanhosos arredondados ou 'pães-de-açúcar', esculpidos nas rochas pré-cambrianas[...]. (COELHO Netto, 1992. p. 109).

Em um trabalho bem mais recente, a autora vai além da descrição da dinâmica natural e aborda algumas formas de interação entre sociedade e natureza no maciço da Tijuca, principalmente quando ela nos indica que:

No Maciço da Tijuca criou-se, na década de 60, o que hoje é o Parque Nacional da Tijuca, ora sob tutela do MMA-IBAMA, e eventualmente sob gestão compartilhada com o município, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC-RJ). Este Parque possui uma área total de 39,51 km<sup>2</sup>, ou seja, cerca de um terço da área do Maciço (119 km<sup>2</sup>) acima da cota de 40 m e está subdividido em três setores espacialmente descontínuos: setor 'Floresta da Tijuca' (A), na serra da Tijuca, e os setores 'Corcovado - Sumaré' (B) e 'Pedra Bonita - Pedra da Gávea' (C), na serra da Carioca [...].

Um outro território de proteção ambiental proposto pela Prefeitura do Rio de Janeiro é a Área de Proteção Ambiental e Regulamentação Urbana do Alto da Boa Vista (APARU-ABV, ainda não regulamentada), com uma área total de 31 km<sup>2</sup>. Vale destacar que 70% desta área superpõe-se à área do Parque Nacional; o restante (30%) situa-se na área intermediária dos três setores do Parque. Constitui uma das áreas mais visadas no processo de revisão do código de edificações pelo governo local, tendo em vista o atendimento aos interesses da construção civil. Incluem-se ainda as áreas protegidas do Parque Laje (já



incorporado ao Parque Nacional), o Jardim Botânico e o Parque da Cidade. (COELHO Netto, 2005. p. 5).

A autora nos traz uma perspectiva geocológica interdisciplinar, que busca explicar a influência dos fatores bióticos e da estrutura do solo, controlando, em parte, os processos hidrológicos e erosivos, através da articulação de conhecimentos geológico, geomorfológico, pedológico, biológico, climatológico e hidrológico. Dessa forma nos é dito que,

[a] pesar de mostrar uma aparência geral homogênea, a vegetação florestal pode apresentar subformações particulares em resposta às diferentes composições ambientais. Oliveira et alli (1991) destacam dentre os responsáveis por variações de manifestações florísticas locais os seguintes fatores: altitude, proximidade do mar, orientação das encostas, insolação, ventos e regime de precipitações. Em seus estudos recentes, esses autores observaram que apenas 22% das espécies vegetais são comuns às vertentes sul e norte do maciço da Tijuca [...].

O ecossistema florestal resulta da interação de diversos fatores físicos e biológicos destacando-se a geomorfologia, o substrato geológico, os solos, a fauna e as condições climáticas. Não se exclui a proximidade de um grande centro urbano no controle da dinâmica ecológica. (COELHO Netto, 1992, p. 107).

Para que o levantamento das características naturais do Maciço, em especial na vertente sul, fosse apresentado de forma mais completa, seria necessário que trouxéssemos informações sobre as funções ambientais da floresta conservada, as características pedogenéticas e sua influência biogênica, as relações entre a hidrologia e a erosão. Porém, como essa não é a questão central do presente trabalho, devemos encerrar essa seção reconhecendo a nossa limitação técnica para o aprofundamento nos temas aqui levantados. Aproveitamos para convidar outros pesquisadores a proporem questões que articulem o meio físico natural e a sociedade que dele se apropria. Nos permitiremos, contudo, aproveitar a síntese elaborada por Lopes de Souza:

[s]ob as condições de um clima tropical úmido, o intenso intemperismo químico que afeta as rochas cristalinas dos maciços montanhosos do Rio de Janeiro (maciços da Tijuca, da Pedra Branca e do Mendanha) conduz a uma constante lavagem e retirada de material mais fino, o qual se encontra entre os blocos maiores dos taludes, tornando estes cada vez mais instáveis. Quando um episódio climático mais forte ocorre, notadamente um dos temporais comuns no verão carioca [normalmente, sob influência da ação da Massa Polar sobre a Massa Tropical Atlântica] o risco de desmoronamentos e deslizamentos aconteçam nessa área é muito grande[...].

Movimentos de massa, não raramente com resultados catastróficos, não são novidade[...]. A eliminação da cobertura vegetal protetora, a construção de moradias e o bloqueio da drenagem natural das águas por moradias e outros obstáculos (como lixo) geram uma perturbação a mais diante de um equilíbrio já instável. (SOUZA, 2000. p. 121-122).

A apropriação social dessa porção do espaço é marcada pela criação do Parque Nacional da Tijuca (PNT), que é uma unidade de conservação dotada de uma singularidade em relação aos demais parques no território brasileiro, pois ele está localizado no centro de uma capital metropolitana. Sendo o Parque a delimitação política de uma porção do espaço com o intuito de regulação do uso do solo, o que podemos considerar como um zoneamento de tipo "coercitivo"<sup>15</sup> (SOUZA, 2002), as práticas espaciais que tomam corpo em seu entorno são fortemente influenciadas pela presença dessa unidade de conservação. Essa condição acarreta uma série de relações sócio-espaciais que, quando cuidadosamente analisadas, podem nos revelar os ganhos e/ou perdas de qualidade de vida e justiça social pelos diferentes grupos sociais que interagem a partir de escalas variadas.

A atuação do Estado no entorno do PNT se consolida através da criação de duas formas jurídicas por esferas diferentes. Essa regulação se dá, praticamente, sobre a mesma área. Na esfera federal, temos a zona de amortecimento (ZA) do Parque Nacional da Tijuca. Já na esfera municipal, a Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana do Alto da Boa Vista (APARU-ABV). Os dados que discutiremos são oriundos dos instrumentos jurídicos listados no Anexo I que representam a ação do Estado de, partindo de uma determinada situação, estabelecer os parâmetros de uso futuro da área em questão.

Podemos, assim, identificar que a ação de demarcação do Parque Nacional da Tijuca é um ato de planejamento que, potencialmente, promove uma relativa melhoria para a qualidade de vida da população da cidade em escala mesolocal, através da garantia das amenidades provenientes da floresta preservada. Sendo essas a regulação do equilíbrio hídrico, controle da erosão, conservação da qualidade do solo, prevenção do assoreamento e a regulação climática. Porém, não podemos deixar de ter em mente que esse zoneamento foi promovido de forma heterônoma, e, por isso, a justiça social acaba sendo comprometida.

De acordo com a legislação vigente<sup>16</sup>, a categoria Parque Nacional requer uma zona de amortecimento. Para o Parque Nacional da Tijuca, foi proposta uma zona de amortecimento com o objetivo geral de "[m]inimizar os efeitos ou impactos negativos

---

<sup>15</sup> "Coercitivos são instrumentos ainda mais fortes, que expressam uma proibição e estabelecem limites legais precisos para as atividades dos agentes modeladores. Os índices urbanísticos (...) ilustram perfeitamente este caso. Proibições e determinações relativas ao uso do solo e ao manejo ambiental, tais como as tipicamente contidas em zoneamentos e nos planos de manejo de parques nacionais, são também exemplos de instrumentos coercitivos" (SOUZA, 2002: 218 e 219).

<sup>16</sup> A Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que cria o SNUC, em seu Artigo 2º, Inciso XVIII define zona de amortecimento como o "entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade".

decorrentes da ocupação humana e de suas atividades sobre o Parque Nacional da Tijuca" (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2008: Volume III, Anexo III, pp. 102). No entanto, a forma utilizada nessa proposição acarreta graves problemas para a promoção da justiça social em escala microlocal, pois o grau de oportunidade de participação cidadã direta no processo decisório de gestão do território é muito limitado, além de pôr em risco o direito à moradia de uma significativa parcela da população local.

Devemos destacar que o Plano de Manejo do PNT se baseia no "Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica" (GALANTE; BESERRA; MENEZES, 2002). Este roteiro pauta o "Planejamento Participativo". Apesar da aparente horizontalidade da proposta, quando nos debruçamos sobre a metodologia de participação popular, fica claro tratar-se de uma pseudoparticipação, pois a possibilidade de inserção dos cidadãos comuns se limita à presença no Conselho Consultivo (sem poder deliberativo, portanto), que, por sua vez, é limitado ao papel propositivo. Mesmo dentro do conselho, podemos notar que o protagonismo não é legado ao cidadão comum.

O caráter verticalizado da gestão se torna ainda mais claro quando interpretamos haver o interesse do órgão gestor do PNT pela pseudoparticipação popular no conselho consultivo, pois, assim, se viabiliza a prática institucional de levar as decisões tomadas pela gestão do PNT até a população, combinada com uma blindagem contra o aporte de demandas populares na gestão do PNT, logo, também, na sua zona de amortecimento.

Devido à localização urbana do Parque, a delimitação da zona de amortecimento detalhada no Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca é prenhe de dificuldades políticas e metodológicas, pois essa impõe sérias restrições ao uso do solo, que conflita com a existência da ocupação residencial anterior ao seu estabelecimento. Uma solução para o ordenamento do uso do solo nessa área foi a criação, em 1992, de uma categoria de unidade de conservação municipal para tentar incorporar as funções descritas no Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca para a ZA.

A unidade criada levou mais de uma década para ter a sua proposta de regulamentação criada pelo executivo municipal e encaminhada para o legislativo. O projeto de lei em questão era uma afronta à justiça social, pois foi produzido sem qualquer participação popular e propunha a remoção de algumas favelas existentes na ZA elaborada pela gestão do PNT e, até mesmo, de algumas fora da área delimitada como ZA. Neste ponto, podemos perceber que, em escala microlocal, as ações consequentes da criação do PNT se revelaram como um recuo do desenvolvimento sócio-espacial, pois a

autonomia coletiva da população residente daquele espaço contíguo ao PNT ficou em xeque, pois concordamos que,

[n]ão há – natureza cuja preservação seja mais meritória e legítima que a da vida e da dignidade humanas – especialmente das pessoas mais pobres, que são as mais vulneráveis e com o mais restrito leque de opções. O que cabe, isso sim, é cuidar da melhor forma possível daquilo que constitui a base da existência das sociedades – onde se incluem a fauna, a flora, os solos e ecossistemas inteiros –, que precisam ser valorizados não estreitamente como coisas a serem objeto de rapina, mas sim como fatores de sobrevivência, bem-estar e satisfação. (SOUZA, 2014, s. p.)

Devido ao seu caráter antipopular, houve um movimento contrário ao projeto de lei. Um vereador, cuja equipe de gabinete era formada também por ativistas e técnicos com posicionamento progressista, articulado com organizações de ativismos de diversos matizes, levou uma proposta de projeto de lei substitutiva, que nos parece ser uma tática das organizações de ativismos, de que "(...) contra o *Estado*, é melhor se socorrer com subterfúgios, tergiversações estudadas, com ardis calculados" (SOUZA, 2012, p. 456). As favelas, antes ameaçadas pela remoção, no projeto substitutivo seriam abrangidas por um zoneamento incluyente, o qual as caracterizaria como Áreas de Especial Interesse Social (AEIS)<sup>17</sup>. Essa inclusão significaria um aumento, tanto da justiça social, através da redistribuição de renda indireta, quanto em qualidade de vida para os moradores desses espaços segregados, uma vez que abriria as portas para a implementação de serviços básicos pelo Estado.

Com a mudança do governo federal em agosto de 2016, a conjuntura política nacional assume características cada vez mais heterônomas. Em 11/11/2016, as terras do PNT foram transferidas da Secretaria de Patrimônio da União para o Ministério do Meio Ambiente, e deste para o ICMBio. Tal ação pode se desdobrar em variados cenários, pois transfere para o ICMBio a capacidade de promoção da gestão fundiária do PNT. A última ação identificada foi a regulamentação das funções das Organizações Sociais (OS) que,

---

<sup>17</sup> Art. 205. Para viabilizar soluções habitacionais de interesse social, o Município poderá adotar padrões diferenciados de exigências urbanísticas e de infraestrutura mediante a declaração de Áreas de Especial Interesse Social - AEIS, desde que sejam asseguradas as condições de segurança, higiene e habitabilidade das habitações, incluindo equipamentos sociais, culturais e de saúde, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local.

§ 1º Os Programas Habitacionais de Interesse Social – HIS, em Áreas de Especial Interesse Social, serão destinados a famílias de renda igual ou inferior a seis salários mínimos, de promoção pública ou a ela vinculada, admitindo-se usos de caráter local complementares ao residencial, tais como comércio, equipamentos comunitários de educação e saúde e áreas de esporte e lazer, abrangendo as seguintes modalidades.

I - AEIS 1 - áreas ocupadas por população de baixa renda, abrangendo favelas, loteamentos precários e empreendimentos habitacionais de interesse social para promover a recuperação urbanística, a regularização fundiária, a produção e manutenção de Habitações de Interesse Social – HIS.

através de um decreto federal de 1/11/2017, viabiliza a concessão da administração do PNT por uma entidade privada sem fins lucrativos.

Sintetizando as informações que buscamos trazer até aqui, compreendemos que a criação do Parque Nacional da Tijuca foi uma ação de gestão do Estado, a qual resultou em melhor qualidade de vida da população em uma escala geográfica mais ampla, sem interferir na justiça social, pois abrangeu áreas não ocupadas residencialmente no Maciço da Tijuca. Contudo, as ações estatais associadas ao estabelecimento da Unidade de Conservação indicam ter ocorrido a redução da justiça social em escala microlocal, ao ameaçar o direito de moradia de uma parte da população (notadamente a mais pobre) residente nas encostas da vertente sul do Maciço.

## 9 IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA E AS TÉCNICAS DE LEVANTAMENTOS DOS DADOS

Nossa pesquisa é formulada com base nos princípios éticos que subjazem a todas as etapas, desde a orientação do tipo de questão a ser estudada, passando pelos métodos de obtenção de informações, a apresentação dos resultados e a utilização dos dados produzidos. Tais princípios se assentam no horizonte da autonomia sob a perspectiva castoriadiana. Como discutido anteriormente, esta concepção nos chega por intermédio da macroteoria aberta do desenvolvimento sócio-espacial, elaborada por Marcelo Lopes de Souza. Operacionalmente, nosso ponto de partida para a investigação do fenômeno abordado parte do respeito ao caráter aberto do conteúdo do desenvolvimento baseado na autonomia, pois esse

(...) princípio ético e político, o qual (...) não 'define' um conceito de desenvolvimento, mas justamente propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as particularidade de sua cultura, o conteúdo concreto (sempre mutável) do desenvolvimento: as prioridades, os meios, as estratégias. (SOUZA, 1996, p. 9)

Por nos ser imperativa a identificação do conteúdo do desenvolvimento para os diversos grupos de humanos viventes da porção do espaço sob análise, a construção do nosso argumento se depara com a tarefa de ouvir a de cada um deles, arguir sobre seus interesses e observar a realização e as consequências das suas práticas espaciais na busca pela concretização de seus anseios. Obviamente, os sujeitos territorializados no local são os personagens principais da trama. Porém, como uma precaução contra a sobrevalorização da escala local, o conjunto dos coadjuvantes (e mesmo os figurantes) que operam a partir de diversas bases territoriais não são menos relevantes para o enredo. Todos os sujeitos devem ser cuidadosamente examinados em articulação para o entendimento do conflito em tela. Como nos lembra Marcelo Lopes de Souza:

Se o horizonte utópico castoriadiano depreende, especialmente em um mundo globalizado, a valorização da escala geográfica global, uma visão operacional do problema, a qual reconheça que a plena autonomia e heteronomia mais brutal são somente os dois extremos de uma gradação de situações possíveis, tem, de sua parte, forçosamente, de prestigiar muitas escalas e a combinação de escalas. (SOUZA, 1997, p. 32)

Urge, então, a necessidade de levantamento dos sujeitos da pesquisa. O artigo de Rose Compans foi a porta de entrada para a questão da nossa tese, por tratar da “apropriação do discurso da preservação ambiental para a retomada da discussão sobre

remoções de favelas do Rio de Janeiro” (COMPANS, 2003, p. 1). Ela nos introduz a dinâmica do conflito que aprofundamos aqui. Ao identificar um movimento conservador atuando na repressão às favelas em foco, a autora nos mostra alguns protagonistas das ações que impulsionam a dinâmica do conflito territorial em escala local, são eles: a Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público Estadual; a Prefeitura do Rio de Janeiro; as casas legislativas municipal e estadual; o jornal *O Globo*; duas organizações da sociedade, a ONG Ação ecológica e a Associação Permanente das Entidades de Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA); e representantes do setor de construção civil.

Para ir além do olhar sobrevoado, buscamos identificar, localizar e estabelecer contato com as possíveis organizações das pessoas assentadas no território em disputa e ameaçadas de desterritorialização. Antes de realizarmos o primeiro trabalho de campo, identificamos a existência de uma cooperativa de turismo sustentável na favela Vale Encantado e de associações de moradores das favelas Mata Machado, Tijuçu e Fazenda. Ao longo das entrevistas com os representantes das organizações mencionadas, utilizamos a técnica de “*snowballing*” (CLOKE et al., 2004, p. 156), que consiste na busca de outros sujeitos relevantes para nossa pesquisa, através da experiência dos entrevistados. Com essa prática, tomamos ciência da existência dos seguintes sujeitos que operam com base no território em disputa: as associações de moradores das favelas Agrícola e Furnas; do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (CONCA). Além deles, conhecemos mais alguns sujeitos que operam de fora das favelas: as ONGs Comunidades Catalizadoras (ComCat), Abaquar, Alto Sustentável, Solar Cities; os ativistas Leonardo Adler e Tito Cals; a Procuradoria de Direitos Humanos e de Minorias do Ministério Público Estadual; o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro; e alguns parlamentares que se opunham ao movimento em prol das remoções.

Como a nossa área de estudos faz parte da Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Tijuca, inferimos que o plano de manejo dessa unidade de conservação implicaria na regulação do uso do solo. Buscamos, então, verificar a atuação dos diferentes agentes envolvidos na construção do plano de manejo. Além do próprio órgão gestor do PNT, que é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), acompanhamos a atuação das organizações sociais que fazem parte do Conselho Consultivo do PNT. Assim identificamos: as associações de moradores dos bairros de Santa Tereza, São Conrado, Jardim Botânico e Cosme Velho; a OSCIP Amigos do Parque; e, a ONG Defensores da Terra.

A operacionalização de uma investigação do desenvolvimento sócio-espacial de determinado recorte se apoia nos parâmetros subordinados particulares, que viabilizam a avaliação, tanto da qualidade de vida quanto da justiça social. Alguns dados que viabilizam o diagnóstico da situação inicial da qualidade de vida (número de habitantes por domicílio, escolaridade dos habitantes, forma de abastecimento de água, forma de esgotamento, destino do lixo, fornecimento de energia elétrica) podem ser obtidos no nível de detalhe dos setores censitários<sup>18</sup> e aglomerados subnormais<sup>19</sup> diretamente no Censo de 2010 e complementado pelo Relatório Socioeconômico elaborado pelo ITERJ para o processo de regularização fundiária de algumas das favelas estudadas. Ainda utilizando o IBGE como fonte, podemos encontrar os dados espaciais da cobertura vegetal do Maciço e dos limites do Parque Nacional da Tijuca.

Contudo, os indicadores de qualidade de vida que formam o parâmetro subordinado singular só podem ser identificados e revelados pelos próprios sujeitos da pesquisa. Poderíamos, através da utilização de inquéritos na área de estudo, buscar levantar qual é a perspectiva dos sujeitos da pesquisa sobre o que seria uma “desejável mudança para melhor”. Para isso, chegamos a ponderar a possibilidade da realização de uma pesquisa quantitativa, para a qual pesquisamos, no Sistema de Assentamentos de Baixa Renda do Instituto Pereira Passos, que o universo dos moradores das favelas do APARU-ABV compreende 5181 pessoas, habitando 1620 domicílios. Ainda calculamos que um quadro amostral para uma pesquisa, com nível de confiança de 90% e com erro amostral de 5%, segundo a proposta por Jensen e Shumway (GOMEZ et al., 2010, p. 84), deveria ser composto por de 232 domicílios.

Reconhecemos que o questionário que aplicamos não alcançou esse volume de respostas e, mesmo que o fizesse, esse resultado não representaria a posição coletiva. De um ponto de vista autonomista, não teríamos mais do que um ponto de partida embebido em uma boa dose de arbitrariedade conferida pelo pesquisador, pois se trataria de uma coleção de perspectivas individuais, quando o que de fato interessa é a construção coletiva (ou seja, mediante o debate entre os envolvidos) de tal perspectiva.

Já a avaliação dos parâmetros subordinados que devem ser considerados no diagnóstico da justiça social depende de uma investigação que conjugue diversas fontes de dados e técnicas de análise, pois informações como o nível de segregação residencial,

---

<sup>18</sup> Microdados da amostra. Disponível em: <http://loja.ibge.gov.br/censo-demografico-2010-microdados-da-amostra.html>. Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>19</sup> Aglomerados subnormais. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados\\_subnormais/aglomerados\\_subnormais\\_tab\\_brasil\\_zip.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/aglomerados_subnormais_tab_brasil_zip.shtm). Acesso em: 08 maio 2021.



o nível de desigualdades multidimensionais internas ao recorte espacial estudado e em relação ao seu exterior assim como a participação dos indivíduos nos processos de decisão política não estão expressos em registros oficiais, nem dependem tão intensamente apenas da perspectiva dos indivíduos (nem por isso podem deixar de ser construídos coletivamente através do livre debate). A análise da justiça social está diretamente relacionada com a complexa relação entre os sujeitos do recorte adotado e a sociedade como um todo.

Dessa forma, uma análise que tenha o desenvolvimento sócio-espacial como base coloca as pessoas no ponto central da investigação. Contudo, sabemos que, na estrutura da sociedade, as pessoas ocupam papéis diferentes. Logo se articulam em grupos e instituições que desempenham ações diferenciadas, sendo estas não raramente conflitantes. Não devemos pensar as ações sociais de forma desconectada do substrato espacial material, sendo, pois é mister identificar quais são os grupos que disputam os recursos presentes no território para concretizarem sua atuação. Assim, para conduzirmos nosso estudo, evidenciamos quais agentes disputam a gestão da floresta, em que ponto a atuação desses agentes se atritam, se complementam ou se sobrepõem com a dos agentes que disputam, sob variadas orientações, o uso do solo urbano na vertente sul do Maciço da Tijuca.

Por considerarmos que as relações são capazes de tornar inteligíveis o poder político e suas manifestações espaciais, optamos por uma problemática relacional (RAFFESTIN, 1993), que requer a identificação dos atores e suas ações. Apoiado em Greimas, Raffestin classifica os atores em sintagmáticos, que são todas as organizações "constituíd[a]s por atores-indivíduos que se integram ou são integrados num processo programado" (RAFFESTIN, 1993, p. 40) e atores paradigmáticos, que "[s]ão uma pluralidade de homens e mulheres que têm em comum o fato de estarem fixados numa mesma porção de terra" (RAFFESTIN, 1993, p. 41). O nosso primeiro passo foi, então, estabelecer contato com os atores sintagmáticos vinculados aos interesses favelados, o que requereu o levantamento das associações formais de moradores das favelas estudadas, ensejando o primeiro trabalho de campo exploratório na favela Mata Machado, no dia 4/2/2015. A entrevista formal não estruturada, conduzida pela equipe do NuPeD com o presidente da associação buscou, dentre outros objetivos, achar a ponta do fio da meada para desenvolver a técnica de "snowballing" (CLOKE *et al.*, 2004, p. 156), ou seja, identificar outros atores relevantes para nossa pesquisa.

Mais três trabalhos de campo exploratórios da equipe do NuPeD foram realizados, dessa vez nas favelas Vale Encantado (1/4/2015), Fazenda e Tijuaçu (5/8/2015). Com o

mesmo intuito, buscamos levantar quem são os parceiros e os opositores das associações de moradores na luta pelo direito à cidade. No Vale Encantado, percebemos na paisagem ações apoiadas por organizações ambientalistas parceiras, assim como tomamos conhecimento da existência do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista e Adjacências (CONCA), que é um fórum das organizações sociais do Alto da Boa Vista, no qual se articulou a resistência contra as tentativas de remoção de algumas favelas. Na Fazenda, o presidente da Associação de Moradores nos conduziu em visita pela favela, enquanto o presidente da Associação de Moradores de Tijuacu, que tratou de guardar um crachá funcional de assessor da Prefeitura que chegou à entrevista usando, se limitou a responder nossas perguntas com aparente pouco entusiasmo.

No capítulo de David M. Smith, mencionado acima, o autor pontua que, na esfera da ética, existem mais perguntas do que respostas e que, em diversas situações, a decisão só pode ser tomada considerando-se o contexto (GOMEZ *et al.*, 2010). Nesse sentido, complementamos essa observação com aquela apresentada por Stuart Cook, no livro "Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais" (KIDDER, 1987), que aponta 10 categorias de práticas questionáveis encontradas nas pesquisas sociais. Atentos às etapas de nossa pesquisa, recuperaremos aquelas que consideramos incontornáveis para o processo de produção dos dados. Porém, buscaremos justificar o seu uso.

A primeira delas trata do envolvimento de pessoas na pesquisa sem o seu conhecimento. Incurremos nesse tipo de prática quando presenciamos anonimamente (ao menos em princípio e para uma ampla parcela dos participantes observados) fóruns e reuniões públicas para observamos os discursos e as reações dos participantes aos assuntos tratados.

Encontramo-nos em tal situação durante o trabalho de campo do dia 14 de abril de 2016, quando observamos a reunião realizada na sede da cooperativa do Vale Encantado entre representantes do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e os moradores de algumas das favelas estudadas; na reunião promovida pela representante da Defensoria Pública do Rio de Janeiro com os moradores das favelas ameaçadas de remoção pelo processo do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que teve lugar na sede da Associação de Moradores da Fazenda, no dia 7 de novembro de 2016; no ato público em defesa do ITERJ, ameaçado de extinção pelos cortes no orçamento estadual no dia 10 de novembro de 2016, que percorreu as ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro até a escadaria do Palácio Tiradentes, onde funciona a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; na reunião ordinária do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca, que ocorreu nos jardins do Parque Lage, no dia

8/8/2017; no ato de protesto ocorrido no dia 2/9/2017, no quebra-mar da Barra da Tijuca, quando o influente ambientalista carioca Mário Moscatelli convocou manifestantes para um "apitaco" com o objetivo de chamar a atenção para a situação das lagoas da Barra da Tijuca; e no XVIII Encontro Pacto de Resgate Ambiental promovido pela ONG Instituto Lagoa Viva, que teve lugar no Centro de Convenções Barrashopping, no dia 5/10/2017.

Nos três primeiros casos, a maioria dos participantes observados não foram informados sobre a pesquisa por uma inviabilidade operacional. Além disso, inferimos que, mesmo se informados sobre o projeto de pesquisa, diante da tensão dos eventos, seu comportamento não teria sido diferente daquele observado. Já nos casos seguintes, tendo em vista que são desempenhados por atores externos (e, em alguns casos, antagonísticos) às favelas estudadas, consideramos que o anonimato do pesquisador é um instrumento indispensável para a produção de dados sobre sua percepção a respeito das favelas.

Ao contrapor o dano causado aos participantes com a relevância dos dados construídos, consideramos que aquele foi inexpressivo, enquanto a segunda se revela fundamental para a construção de uma interpretação da percepção de alguns representantes de grupos ambientalistas concernentes aos espaços favelados. Ratificamos esse argumento esclarecendo que as observações se deram em eventos públicos e exemplificando que, dificilmente, caso revelada a natureza de nossa pesquisa, veríamos um grupo de representantes de associações de moradores de bairros de classe média produzir um mapa mental, cujos símbolos para as favelas seriam uma caveira e uma arma, como vimos no evento do dia 8/8/2017.

Para tratarmos das questões éticas nas entrevistas que estamos conduzindo, dialogamos, também, com o livro *Practising Human Geography* (CLOKE *et al.*, 2004), no qual os autores alertam sobre as relações de poder entre entrevistador e entrevistado, e propõem que o entrevistador aja de forma reflexiva utilizando cinco orientações éticas, sendo elas: a obtenção da autorização do participante com base no esclarecimento da pesquisa; o respeito à privacidade dos participantes; o esforço para que se evite causar constrangimentos aos entrevistados; o cuidado para que não se incorra em abusos contra os entrevistados; e, finalmente, a sensibilidade para diferenças culturais entre o entrevistador e o entrevistado.

Consideramos que estamos seguindo as orientações acima, mesmo quando adotamos uma outra prática questionável levantada por Cook, que é a ocultação da real natureza da pesquisa. Somos, enquanto pesquisadores da sociedade, obrigados a evitar esse tipo de ato, mas, considerando que estamos diante de uma situação de oposição entre grupos sociais, acreditamos que, dificilmente, alguns sujeitos ofereceriam informações

potencialmente fortalecedoras do lado oposto. Alguns ativistas ou representantes do poder público favoráveis à remoção das favelas do Maciço da Tijuca, pouco provavelmente aceitariam conceder entrevista ou apresentariam documentos a um pesquisador (como de fato ocorreu), cujo tema central da pesquisa é a luta pelo direito à habitação da população favelada. Mais uma vez, consideramos que o dano causado aos participantes seria de ordem de grandeza insignificante, principalmente por termos em conta que o anonimato dos entrevistados é preservado pelo pesquisador.

Demos especial atenção à quinta orientação ética de tentar apurar nossa sensibilidade para diferenças culturais entre o entrevistador e o entrevistado, principalmente quando entrevistamos sujeitos em situação de maior vulnerabilidade social. Ressaltamos que os diferentes papéis sociais são identificados, tanto pelo pesquisador, quanto pelo sujeito da pesquisa, e que o pesquisador não deve poupar esforços para tratar os participantes da pesquisa honestamente e de demonstrar-lhes consideração e respeito. Nossa técnica de entrevistas se pautou em Relações Interativas com os participantes (encontros frente a frente semiestruturados). Assim, o dado é co-construído entre pesquisador e sujeito da pesquisa. Nesse modelo, a estrutura imaginada pelo pesquisador para o encaminhamento da entrevista pode ser alterada, ou até mesmo subvertida (consciente, ou inconscientemente), ao longo do processo de construção do dado por parte de ambos. De acordo com Clocke (2004), as relações na pesquisa interativa podem variar significativamente de acordo com as relações de poder envolvidas. Interatividade, então, é repleta de diferenças sociais, políticas e éticas.

Os inquéritos são ferramentas imprescindíveis para a estratégia de incorporação da percepção (inter)subjetiva das pessoas a serem ouvidas pelo estudo, pois apenas eles podem revelar quais são os itens valorizados (ou repudiados) no seu cotidiano. O acesso a essas informações nos permite transcender as formulações genéricas sobre qualidade de vida, mesmo que as tomemos como ponto de partida, e, partindo do respeito à visão de mundo dos sujeitos da pesquisa, podemos identificar muito mais acuradamente quais são os elementos que devem ser observados para a singularização dos parâmetros de qualidade de vida e de justiça social.

Dessa forma, consideramos que o método da pesquisa participante é o mais útil para o aprofundamento da verificação. Assim pensamos, pois, diante do livro organizado por Louise H. Kidder, no qual se discutem diferentes métodos de pesquisa nas relações sociais, dentre eles o delineamento de pesquisas de experimentos, quase-experimentos, pesquisas de levantamento e observação participante (KIDDER, 1987), temos, além da clareza da impossibilidade de seguir com a investigação, contando com variáveis

controladas, a clareza de que as tensões existentes entre os atores sociais podem não ter uma causa única, sendo elas fruto de uma combinação de elos em uma cadeia causal. Como contamos com dados da realidade e buscamos uma teorização partindo destes, podemos considerar que seguimos o método indutivo. Não podemos deixar de mencionar que a pesquisa se iniciou com a hipótese preliminar apresentada, mas que, devido à verificação de casos negativos, nos mantivemos dispostos a revisá-la na medida em que a pesquisa transcorreu. Esses procedimentos fazem parte do arsenal investigativo da pesquisa da observação participante, ou apenas pesquisa participante.

Como identificamos que diferentes vozes podem ser ouvidas, baseando-nos na preocupação de entender as posições adotadas por diversos grupos sociais em um mesmo lugar, suas práticas e processos específicos. Uma das técnicas de produção de dados primários foi a aplicação de entrevistas formais e informais abertas, e as informações que buscamos são: a opinião dos participantes (dos diferentes grupos) sobre a importância dos diferentes recursos territoriais e o uso adequado que se deve dar para cada um deles; quais são seus objetivos em relação aos recursos territoriais; quais são suas ações para garantir seus objetivos; quem são os atores vistos como parceiros ou rivais; e, quais os impactos das ações dos demais atores para os seus objetivos. Para cada entrevista adotamos a orientação de dividir a questão principal em mini questões para, assim, auferirmos todas as informações necessárias. Ao conduzirmos entrevistas abertas, corremos o risco de deixarmos de buscar respostas para todos os pontos que almejamos, por isso adotamos a técnica de anotação dos tópicos que devem ser tratados com cada entrevistado (CLOKE *et al.*, 2004).

A fim de viabilizar a coleta de dados para o exame das práticas espaciais dos agentes levantados, realizamos uma classificação baseada na natureza institucional dos agentes, a sua base territorial de origem da ação e o recurso espacial privilegiado. Dessa maneira, nossa primeira operação foi a separação intelectual dos órgãos estatais, considerando as suas diferentes esferas e níveis, das organizações da sociedade.

O primeiro grupo de agentes a ser observado é composto pelas instituições estatais. A análise da ação estatal contemporânea é facilitada pela fartura de evidências disponíveis, pois sua comunicação oficial se dá por escrito, e o comando das ações deve permanecer registrado. Assim, o levantamento e reunião dos registros dispersos das ações estatais para a regulação do uso do solo nem nossa área de estudos foi o primeiro passo (Quadro 4).

**Quadro 4** - Ações estatais de gestão territorial no Maciço da Tijuca

<b>Ações estatais de gestão territorial no Maciço da Tijuca</b>			
<b>Ano</b>	<b>Ação</b>	<b>Esfera</b>	<b>Referência</b>
<b>1966</b>	<i>Criação do Parque Nacional do Rio de Janeiro</i>	<i>Federal</i>	<i>Decreto n° 50.923</i>
<b>1967</b>	<i>Altera o nome para Parque Nacional da Tijuca e amplia sua área</i>	<i>Federal</i>	<i>Decreto n° 60.183</i>
<b>1981</b>	<i>Elaboração do primeiro Plano de Manejo do Parque.</i>	<i>Federal</i>	
<b>1992</b>	<i>Criação da Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana do Alto da Boa Vista</i>	<i>Municipal</i>	<i>Decreto n° 11.301</i>
<b>1995</b>	<i>Criação do Programa Favela-Bairro</i>	<i>Municipal</i>	<i>Decreto n° 14.332</i>
<b>1998</b>	<i>Elaboração do Plano de Gestão Participativa do Parque</i>	<i>Federal</i>	
<b>2000</b>	<i>Elaboração do Plano Estratégico do PARNA Tijuca</i>	<i>Federal</i>	
<b>2001</b>	<i>Instalação dos ecolimites</i>	<i>Municipal</i>	
<b>2003</b>	<i>Elaboração do Plano de Negócios do PARNA</i>	<i>Federal</i>	
<b>2003</b>	<i>Projeto de lei de regulamentação da APARU-ABV</i>	<i>Municipal</i>	<i>PL n° 1307</i>
<b>2004</b>	<i>Ampliação da área do PNT</i>	<i>Federal</i>	<i>S/N</i>
<b>2006</b>	<i>Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Estadual (Exigindo a remoção parcial ou total de 6 favelas no bairro do Alto da Boa Vista)</i>	<i>Estadual</i>	
<b>2008</b>	<i>Atualização do Plano de Manejo</i>	<i>Federal</i>	
<b>2008</b>	<i>Emenda parlamentar (Ações de Regularização Fundiária nas Áreas Limítrofes ao Parque Nacional da Tijuca no Alto da Boa Vista - Rio de Janeiro - RJ (Deputada Federal Marina Magessi)</i>	<i>Federal</i>	<i>8866</i>
<b>2009</b>	<i>Apresentação de substitutivo para o projeto de lei de regulação da APARU-ABV</i>	<i>Municipal</i>	
<b>2014-2018</b>	<i>Estudos do ITERJ para a concessão da declaração de posse</i>	<i>Estadual</i>	
<b>2016</b>	<i>Transferência das terras da Secretaria do Patrimônio da União para o ICMBio</i>	<i>Federal</i>	

Fonte: Autor

O segundo grupo de nossa classificação demanda uma abordagem muito mais complexa, pois, nem sempre, as organizações de ativismos produzem registros escritos das suas ações. Antes de descrevermos os procedimentos que adotamos para levantar os dados concernentes a esse grupo, devemos frisar que, se é evidente que as ONGs e os ativistas individuais não reivindicam o papel de representantes de terceiros, esse não é o caso das associações de moradores. Apesar de essas últimas assentarem a legitimidade de



sua atuação no poder concedido pelos representados, não é coerente tomarmos os discursos e as práticas das associações de moradores dos bairros comuns e das favelas como se fossem reverberações perfeitas da base social. Partindo do princípio de que, no interior de instituições representativas, existem relações de poder mais ou menos tensas entre seus membros, assim como reconhecendo as nossas limitações de recursos e o escopo de nossa pesquisa, lançamos mão de inquéritos na forma de questionários para calibrar a nossa análise da relação entre representantes e representados nas favelas e através deles buscamos ouvir as suas vozes.

O meio que encontramos para veicular os questionários foi o digital. Esse se baseou em um formulário virtual da plataforma *Google (Google Forms)*<sup>20</sup> (Figura 5). No processo de sua construção, incorporamos um vídeo de poucos minutos e um pequeno texto, nos quais apresentávamos a pesquisa, introduzíamos as perguntas e orientávamos o preenchimento do questionário. O corpo do formulário era composto por questões que desejávamos apresentar aos moradores, organizadas em quatro blocos: o perfil dos respondentes; a relação do respondente com a favela onde habita; a relação do respondente com a associação de moradores da favela, quando existente; e, a relação do respondente com a floresta que cerca a favela. Como não conhecíamos o perfil do público alvo da pesquisa, optamos por uma linguagem bem simples e adotamos o usual eufemismo “comunidade” para nos referirmos à favela, com o fim de evitar possíveis melindres.

---

<sup>20</sup> O questionário digital segue disponível *online* no link: <https://forms.gle/JRzskVLo3nsqcRAV9>.

**Figura 5** - Cabeçalho do questionário distribuído aos moradores através da plataforma Google Forms

 **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
E-mail: [ppgg.geografia@gmail.com](mailto:ppgg.geografia@gmail.com)  
Site: [www.ppgg.igeo.ufrj.br](http://www.ppgg.igeo.ufrj.br) 

**Qualidade de vida e participação popular nas comunidades do Alto da Boa Vista**

Esse questionário faz parte de uma pesquisa de doutorado em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre as comunidades do Alto da Boa Vista.

Para essa pesquisa, eu gostaria de pedir a você, morador e moradora dessas comunidades que me desse alguns minutinhos do seu tempo para preencher esse questionário aqui embaixo, ele é totalmente sigiloso e seu anonimato é garantido.

Eu me apresento no vídeo abaixo e falo um pouco mais sobre a pesquisa. Caso tenha dificuldade em abrir o vídeo, deixei na descrição tudo o que digo no vídeo.

Ajude a ciência a conhecer melhor a realidade que você vive!

Desde já, agradeço pelo seu tempo!

Fonte: Formulário de pesquisa criado pelo autor na plataforma *Google Forms*. Disponível em: <https://forms.gle/JRzskVLo3nsqcRAV9>. Acesso em: 24 ago. 2020.

A estratégia de difusão do questionário, que se deu em meio à pandemia do Coronavírus, no ano de 2020, foi a sua distribuição digital para os moradores das favelas estudadas. As táticas foram: a sua ampla divulgação nos grupos de *Facebook* de moradores do Alto da Boa Vista (Figura 6) pelo próprio pesquisador; o pedido para a divulgação da pesquisa aos administradores de páginas locais de grande visibilidade no *Facebook* (como a página de notícias Grande Tijuca Online, páginas sobre o Alto da Boa Vista e a página da Associação de Moradores da Mata Machado). Também solicitamos o apoio dos líderes das associações de moradores das favelas do Alto da Boa Vista para que, através do aplicativo de comunicação *Whatsapp*, compartilhassem o *link* de acesso ao questionário com os demais moradores. Por último, a cada trabalho de campo realizado no período de aplicação dos questionários, divulgamos pessoalmente (via *Whatsapp*) o *link* do questionário para as pessoas com quem interagimos (respeitando as regras de proteção individual relativas à propagação do Coronavírus) e pedimos que também divulgassem a pesquisa para seus contatos.



**Figura 6** - Publicação de divulgação do questionário de nossa pesquisa em um grupo de moradores do Alto da Boa Vista.

**ALTO DA BOA VISTA - RJ**

Rafael Chaves compartilhou um link.  
20 de julho de 2020 · 🌐

Você pode me ajudar a dar visibilidade ao Alto da Boa Vista?

Se você é morador ou moradora de uma das comunidades do Alto da Boa Vista (Açude, Agrícola, Biquinha, Dr. Catambri, Fazenda, Furnas, Mata Machado, Ricardinho, Soberbo, Tijuçu, Vale Encantado e outras), eu preciso da sua opinião.

Só leva 5 minutinhos para preencher, é super fácil e ninguém conhecerá a sua identidade!

Esse questionário faz parte de uma pesquisa de doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**\*\*Por favor, MARQUE AQUI seus vizinhos, amigos e parentes que morem nas comunidades do Alto. Ajude a ciência a conhecer melhor a realidade que você vive!\*\***

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
E-mail: ppgg-geografia@gmail.com  
Site: www.ppgg.igeo.ufrj.br

**Qualidade de vida e participação popular nas comunidades do Alto da Boa Vista**

Esse questionário faz parte de uma pesquisa de doutorado em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre as comunidades do Alto da Boa Vista.

Para essa pesquisa, eu gostaria de pedir a você, morador e moradora dessas comunidades que me desse alguns minutinhos do seu tempo para preencher esse questionário aqui embaixo, ele é totalmente sigiloso e seu anonimato é garantido.

Eu me apresento no vídeo abaixo e falo um pouco mais sobre a pesquisa. Caso tenha dificuldade em abrir o vídeo, deixe na descrição tudo o que digo no vídeo.

Ajude a ciência a conhecer melhor a realidade que você vive!

DOCS.GOOGLE.COM

**Qualidade de vida e participação popular nas comunidades do Alto da Boa Vista**  
Esse questionário faz parte de uma pesquisa de doutorado em Geografia na Universidade Fed...

👍❤️ Gabriel Felipe e outras 14 pessoas · 7 comentários 5 compartilhamentos

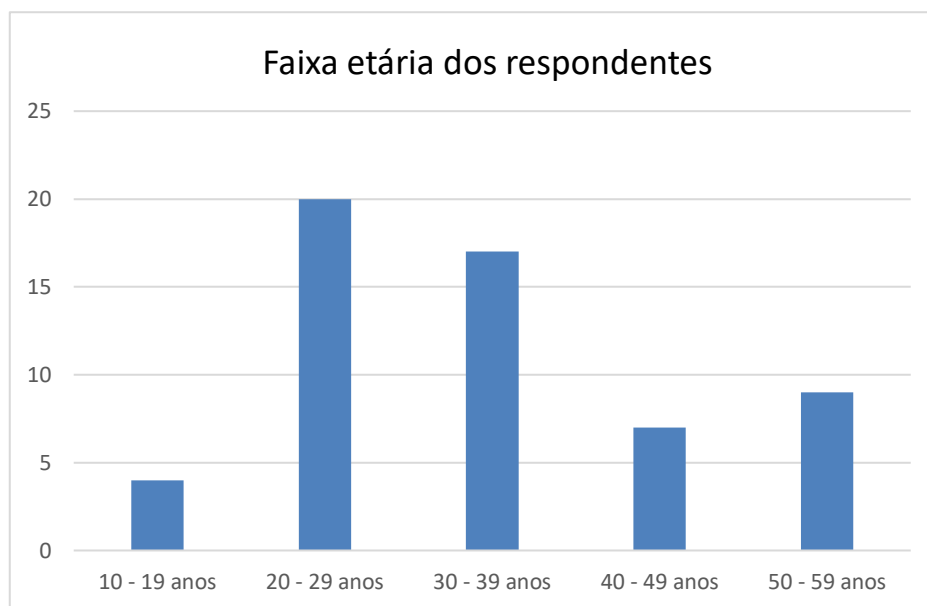
Fonte: Página do grupo ALTO DA BOA VISTA – RJ no *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/994307013912890/permalink/3508860445790855>. Acesso em: 24 ago. 2020.

Nossa estratégia de divulgação do questionário alcançou milhares de pessoas. Todavia, após o processamento dos dados com a exclusão das respostas dos não residentes nas favelas em estudo, restaram apenas 57 respostas. Reconhecemos que o tamanho da nossa amostra impõe sérias restrições a sua análise. Por esse motivo, assumiremos esses dados para uma interpretação qualitativa dos dados obtidos. Façamos, agora, a apresentação das questões elaboradas, bem como uma exploração inicial dos resultados auferidos.

O primeiro bloco de questões estava voltado a identificar o perfil dos sujeitos que se dispusessem a responder ao questionário. Indagamos sobre a faixa etária, o gênero de identificação (com a possibilidade de marcação das opções masculino e feminino, mas,

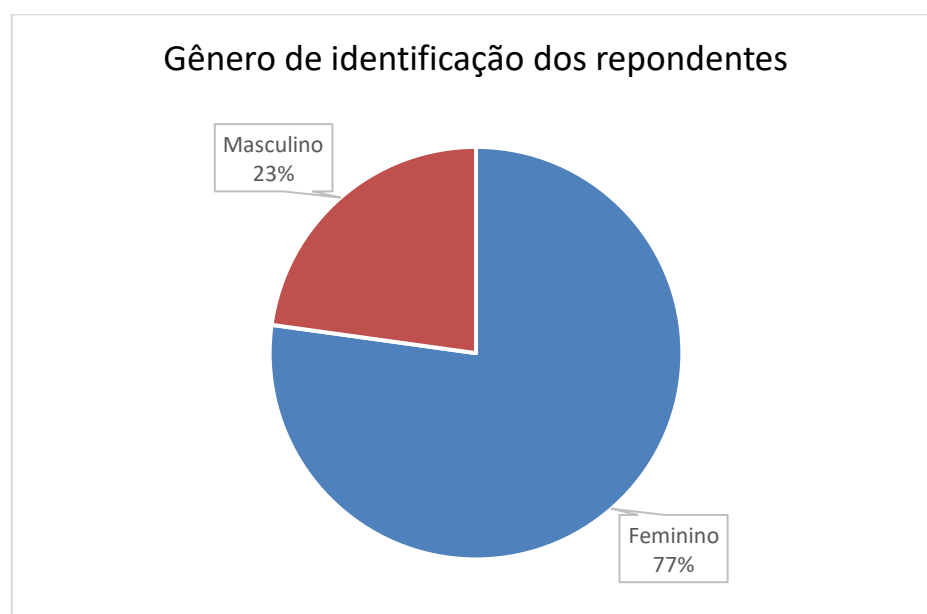
também, com um campo para que a pessoa digitasse outra opção, se assim o desejasse) e a raça ou cor. Logo, fica evidente que todos os participantes estão em idade economicamente ativa (Gráfico 1). Mais de dois terços das respostas vieram de mulheres (Gráfico 2) e, somado a isso, pouco mais da metade das pessoas se autodeclararam como branco (Gráfico 3).

**Gráfico 1** - Faixa etária dos respondentes

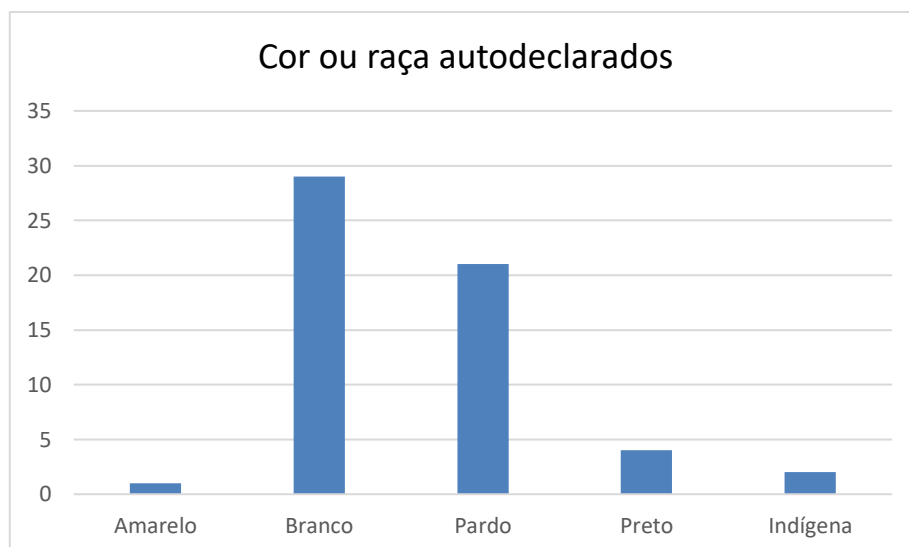


Fonte: Autor, 2020.

**Gráfico 2** - Gênero de identificação dos respondentes

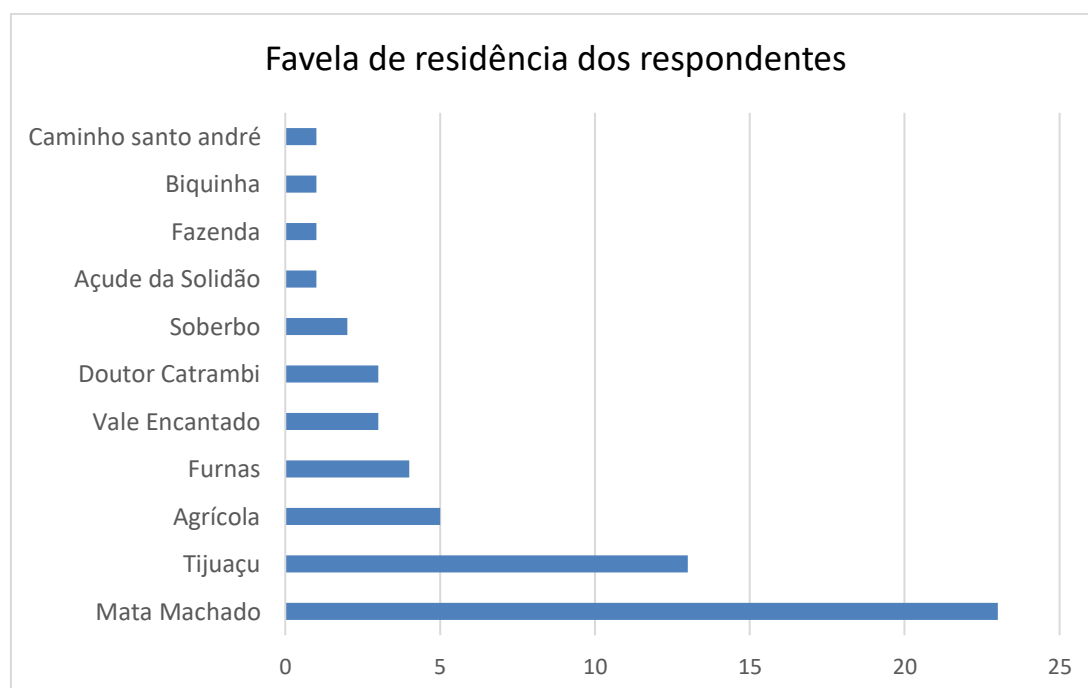


Fonte: Autor, 2020.

**Gráfico 3** - Cor ou raça autodeclarados pelos respondentes

Fonte: Autor, 2020.

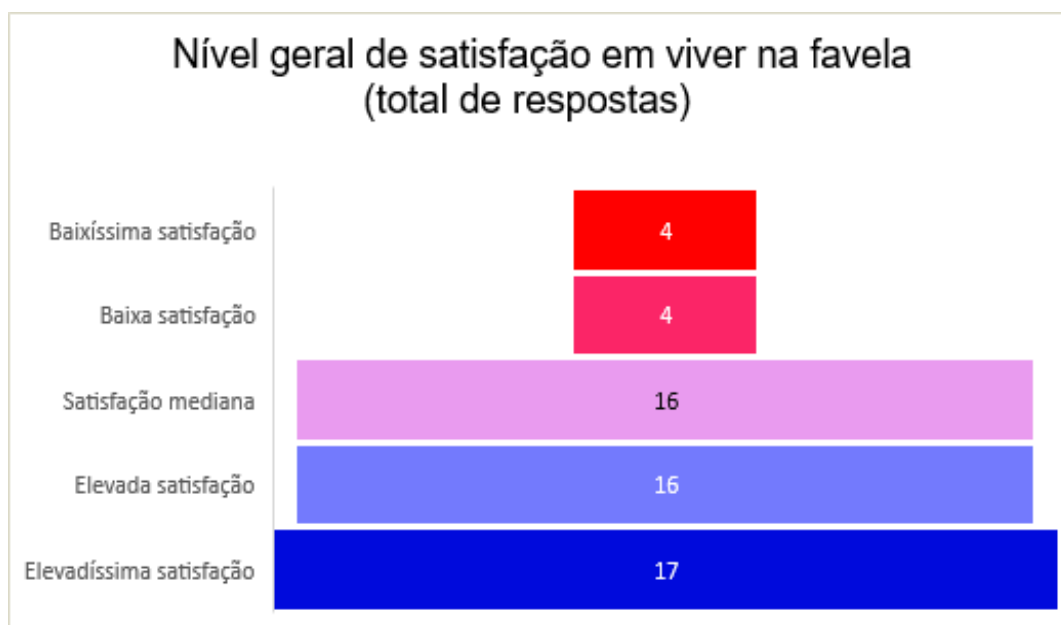
O bloco de questões seguinte buscou aferir a relação das pessoas com o espaço vivido de uma forma multidimensional. A primeira questão que abordamos foi a identificação da favela na qual residem (Gráfico 4), pois pretendíamos agrupar as respostas por favela para melhor qualificar a nossa análise. Contudo, devido ao reduzido número de respostas, esses dados nos serão úteis apenas na análise da atuação das associações de moradores. Eles também nos permitem verificar onde o nosso questionário apresentou uma maior penetração.

**Gráfico 4** - Favela de residência dos respondentes

Fonte: Autor, 2020.

Para ouvir os sujeitos sobre a sua relação com a favela, primeiramente perguntamos sobre o nível geral de contentamento de se viver naquele local (Gráfico 5). A partir das respostas oferecidas pelos moradores, que nos ajudaram a construir a nossa amostra de percepção, podemos observar que, de modo geral, a grande maioria está no mínimo satisfeita por viver no local em questão. Como buscamos evitar a invisibilização da opressão sobre os grupos minoritários e indivíduos em nossa pesquisa, esquadramos mais detalhadamente todas as respostas das pessoas que manifestaram “baixíssima satisfação” na questão anterior. O que poderia ser tão grave ao ponto de justificar o desejo de algumas pessoas se mudarem de um local onde a ampla maioria está satisfeita (e mais da metade muito satisfeita)? Retomaremos essa análise ao fim da presente seção, após a apresentação de todo o questionário.

**Gráfico 5** - Nível geral de satisfação em viver na favela



Fonte: Autor, 2020.

Ainda no segundo bloco, apontamos as questões para a observação do valor relativo atribuído a alguns fatores que não podem ser captados pelas estatísticas oficiais, pois tratam da percepção dos indivíduos a respeito de seu cotidiano no espaço vivido. Para essa tarefa construímos uma pergunta (Figura 7), na qual os participantes deveriam hierarquizar cada um dos fatores apresentados, são eles: relação com os vizinhos; custo de vida; proximidade da floresta; tranquilidade; segurança; proximidade de parentes e amigos; outros (com um campo para sua descrição na questão seguinte).

**Figura 7** - Questão recortada do questionário aplicado na pesquisa.

Marque a ordem de importância das coisas que você mais valoriza na comunidade onde mora. \*

	Valorizo mais do que tudo	Valorizo em 2º lugar	Valorizo em 3º lugar	Valorizo em 4º lugar	Valorizo em 5º lugar	Valorizo em 6º lugar	Valorizo em 7º lugar	Não valorizo esse item
Relação com os vizinhos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Custo de vida	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Proximidade da floresta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tranquilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Proximidade de parentes e amigos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros (descreva na próxima questão)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

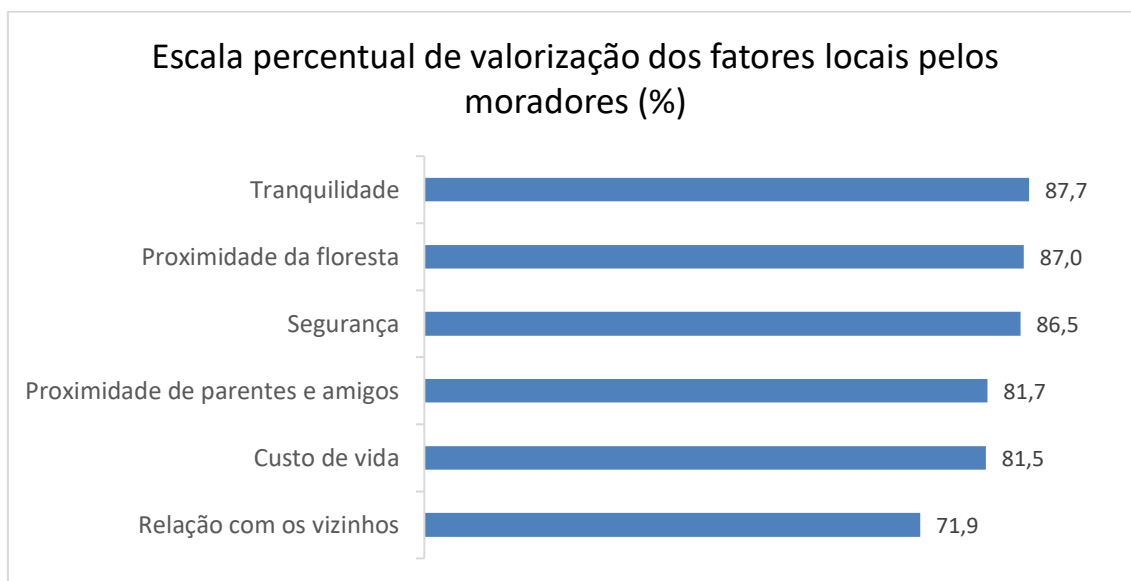
Fonte: Questionário - Qualidade de vida e participação popular nas comunidades do Alto da Boa Vista. Disponível em: <https://forms.gle/JRzskVLo3nsqcRAV9>. Acesso em: 24 ago. 2020.

Os seis primeiros fatores são fruto de uma reflexão de gabinete, orientada pelas conversas com os moradores, nos trabalhos de campo que antecederam a elaboração do questionário. Já o campo “outros” nos é caríssimo, pois, através dele, operacionalizamos a nossa convicção de que os pesquisadores não detêm a capacidade de antever a percepção do lugar pelos sujeitos da pesquisa, nos abrindo, dessa maneira, para o conhecimento autóctone.

De fato, essa estratégia nos rendeu frutos proveitosos, pois a valorização do conforto climático foi destacada em algumas respostas do campo “outros”. Não ignorávamos que esse fator é valorizado pelos moradores, mas considerávamos que os participantes o apreenderiam como consequência da “proximidade da floresta”. Ao que tudo indica, os participantes não atribuem exclusivamente a temperatura atmosférica mais amena à floresta (de forma acertada, pois a altitude também é um dos fatores condicionante do clima). Outro fator que emergiu dessa técnica foi a posição da favela em relação à praia e a “centros importantes”, que inferimos tratar-se do bairro da Barra da Tijuca e da Tijuca.

Construímos uma escala percentual de valorização dos fatores locais, a partir da questão em foco. No processamento dos dados, procedemos a uma atribuição de valores numéricos para cada uma das possíveis respostas sobre a posição dos fatores na hierarquia dos respondentes (1º lugar = 7; 2º lugar = 6; 3º lugar = 5; 4º lugar = 4; 5º lugar = 3; 6º lugar = 2; 7º lugar = 1; “não valorizo esse item” = 0). Após essa operação, somamos a pontuação total obtida por cada um dos fatores e relativizamos percentualmente ao total de pontos possíveis. Dessa forma, obtemos o gráfico abaixo (Gráfico 6).

**Gráfico 6** – Escala percentual de dos fatores locais



Fonte: Autor, 2020.

Também buscamos averiguar o nível de (in)satisfação com os fatores de qualidade de vida no local. Organizamos uma ampla lista dos fatores da qualidade de vida (cuja origem da inspiração esclareceremos adiante na tese) e solicitamos aos participantes que marcassem as seguintes opções para demonstrar a sua percepção sobre a qualidade dos serviços prestados: precisa melhorar urgentemente; precisa melhorar, mas não precisa ser urgentemente; seria bom se melhorasse, mas dá para conviver; já está bom, mas precisa melhorar; não precisa melhorar. Para representar graficamente o resultado das respostas, aplicamos um tratamento matemático semelhante àquele dado à questão anterior. Atribuímos valores numéricos em ordem decrescente de 7 a 3, de acordo com o nível de satisfação mais elevado (não precisa melhorar = 7) para o mais baixo (precisa melhorar urgentemente = 3). Somamos todas as respostas obtidas e, mais uma vez, relativizamos percentualmente, tomando como 100% o maior somatório possível. Dessa forma, quanto

mais próximo de 100%, mais satisfatoriamente o serviço vem sendo prestado. Assim, obtemos o gráfico abaixo (Gráfico 7).

**Gráfico 7** – Escala percentual de satisfação dos moradores com os fatores de qualidade de vida selecionados



Fonte: Autor, 2020.

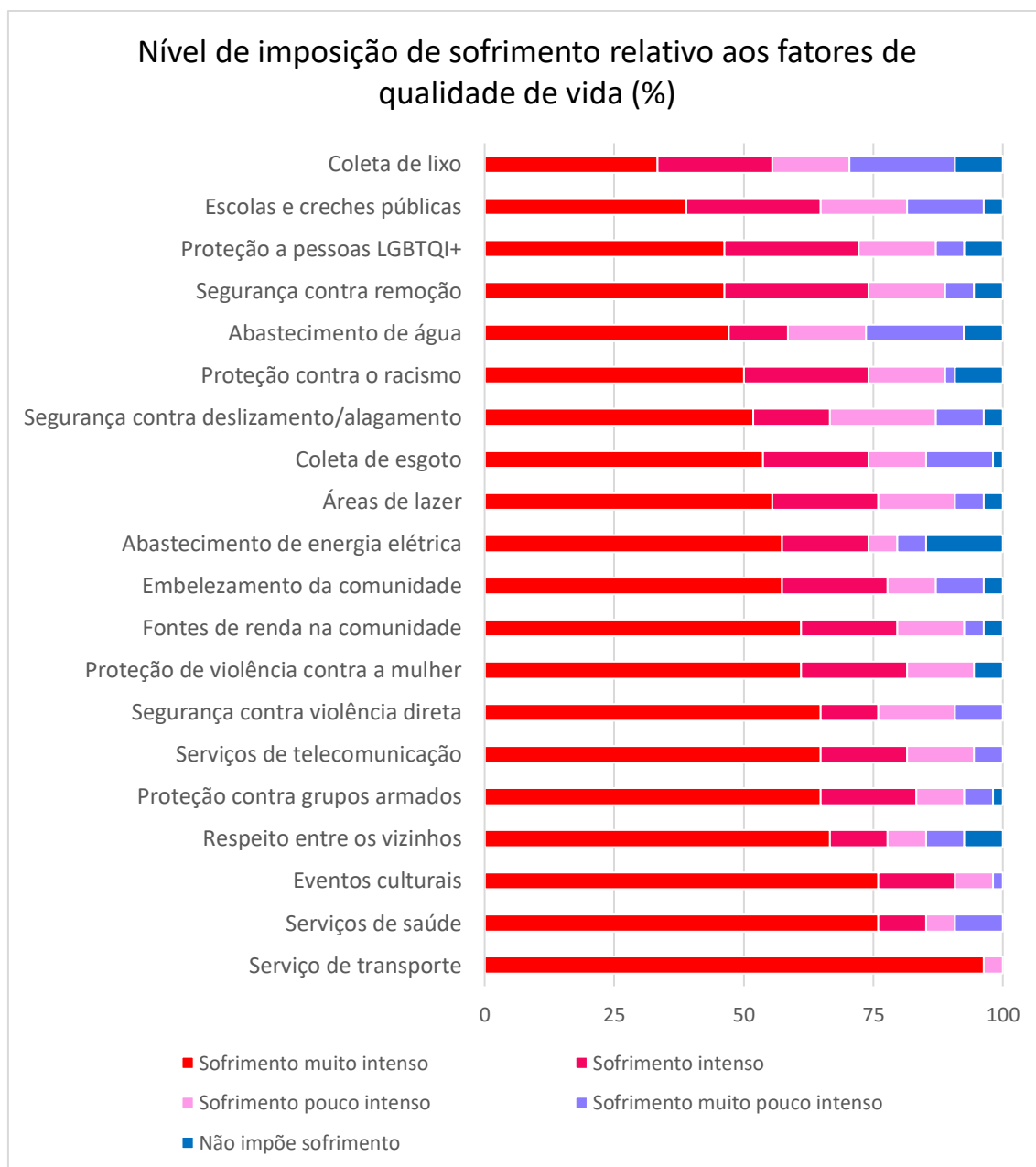
Os dados apresentados no gráfico acima nos permitem visualizar a hierarquia das carências vividas pelos moradores das favelas em questão. Não podemos deixar de destacar a insatisfação generalizada com os serviços, pois, se entendemos que a situação ideal seria a plena satisfação com a prestação dos serviços, o melhor avaliado não garantiu uma satisfação superior a 64,42%.

No gráfico acima, não plotamos os resultados obtidos pela opção “outros”, pois distorceria a quantificação e a construção da hierarquia apresentada. Contudo,

aproveitamos para enriquecer a nossa pesquisa, incorporando a insatisfação (Precisa melhorar, mas não precisa ser urgentemente) com o “crescimento urbano ordenado”. Essa resposta suscita a interpretação de que a pessoa deseja o crescimento urbano siga de forma ordenada, mas nos limita ir além, pois carece de pistas sobre o tipo de ordenamento desejado. Outro ponto levantado é a elevada insatisfação (Precisa melhorar urgentemente) de um morador com os mosquitos no local. Surgiram, ainda, algumas críticas em relação às associações de moradores, mas essas serão examinadas mais adiante no questionário.

Reconhecemos a necessidade de ir além da construção de um instrumento para a visualização da hierarquia da (in)satisfação geral dos moradores com os fatores de qualidade de vida elencados. Para essa tarefa, refinamos o tratamento dos dados obtidos e produzimos um gráfico (Gráfico 8), cujo papel é detalhar a variação do nível de intensidade de sofrimento imposto por cada um dos fatores considerados. Dessa maneira, fica evidente que, apesar de existir uma homogeneidade na intensa insatisfação com alguns fatores (como os serviços de transporte), existe uma grande discrepância na satisfação com outros (observem-se os casos de fatores como a coleta de lixo e abastecimento de água nas favelas estudadas). Isso nos permite afirmar que, ao mesmo tempo em que a coleta de lixo e o abastecimento de água são plenamente adequados para alguns moradores, esses mesmos fatores causam sofrimento muito intenso para outra considerável parcela dos participantes da pesquisa.



**Gráfico 8** – Nível de imposição de sofrimento relativo aos fatores de qualidade de vida selecionados

Fonte: Autor, 2020.

Talvez, por um cacete profissional de espacialização dos fenômenos, a informação extraída do último gráfico tenha nos sugerido, inicialmente, que o sofrimento com os fatores de qualidade de vida pudesse apresentar um padrão espacial. Através do cruzamento dos dados sobre as intensidades de sofrimento e os dados de residência dos respectivos respondentes, buscamos verificar se existe uma relativa homogeneidade espacial. Entretanto, não obtivemos um resultado que nos permitisse, consistentemente, considerar que os moradores de uma determinada favela, tendencialmente, sofressem mais ou menos com os fatores de qualidade de vida selecionados do que os moradores de outras. Ou seja, não é possível afirmar que os moradores de uma determinada favela

sofrem intensamente com a precariedade da coleta de lixo, enquanto os moradores de outra favela estão satisfeitos com esse serviço.

O que encontramos é que, na mesma favela, alguns moradores sofrem muito intensamente com os fatores de qualidade de vida, enquanto outros moradores estão satisfeitos com os mesmos fatores. Essa informação nos leva a considerar a hipótese de que a infraestrutura objetiva do espaço, bem como a percepção das relações intersubjetivas entre os moradores varia no interior de cada uma dessas áreas residências. Dessa forma, podemos afirmar que existe uma gradação dos níveis de qualidade de vida em cada uma das favelas, mas que, por falta de recursos, não temos condições de levantá-los para a exploração dessa informação.

Adentramos agora o terceiro bloco temático desbravado pelo nosso inquérito, que é a relação dos residentes com a associação de moradores da sua favela. O primeiro dado que observamos foi a avaliação dos participantes sobre a atuação da respectiva associação. Tivemos a preocupação de conferir um olhar crítico aos dados obtidos, pois previmos que os moradores próximos dos líderes das associações seriam os primeiros a receber e responder as questões favoravelmente, uma vez que esses últimos seriam agentes da divulgação dos questionários. Surpreendemo-nos, portanto, ao verificar que as avaliações negativas superaram as positivas (Gráfico 9).

**Gráfico 9** - Avaliação da associação de moradores pelos respectivos representados

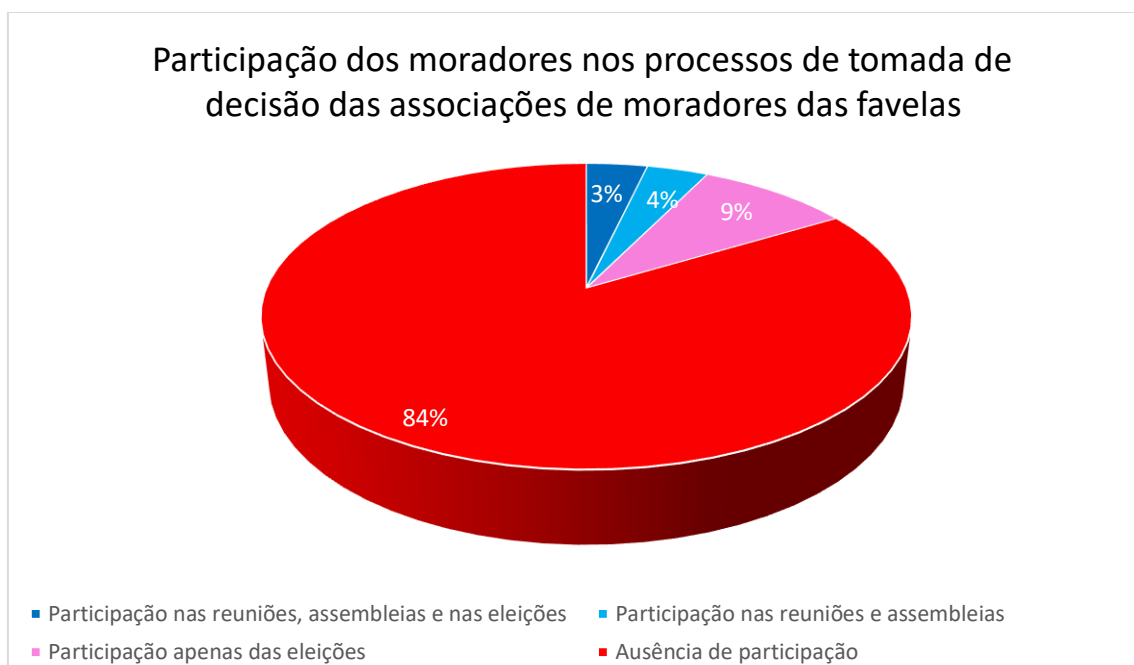


Fonte: Autor, 2020.

O resultado da pesquisa nos deixa ao menos três possibilidades para a interpretação do peso, no conjunto total, das respostas dos amigos, parentes e apoiadores em geral dos atuais representantes: a primeira delas é a de que a divulgação por outros meios foi eficaz ao atingir os moradores que não são próximos dos líderes das associações; a outra é a de que mesmo um considerável grupo de pessoas próximas dos representantes, quando convidados a preencher um questionário anônimo, manifestaram a sua insatisfação com a atuação da organização avaliada; e a terceira nos permite supor que a distribuição dos questionários pelos líderes das associações de moradores não foi muito eficaz. O baixíssimo número de respostas por moradores de algumas favelas específicas nos permite supor que a terceira possibilidade ocorreu em larga medida.

Com o fito de identificar o nível de envolvimento da base social com as organizações que representa os moradores das favelas, inserimos uma questão para que os participantes respondessem se têm o hábito de participar dos processos decisórios e de escolha de representantes. Nossa pergunta apresentava 5 opções para que o respondente apontasse se acompanhava os momentos de discussão nas reuniões e assembleias da associação; se participava apenas do processo de escolha dos representantes da associação; se participava de ambos; se não participava de forma alguma; ou, se a sua favela não contava com uma associação de moradores. Sistematizamos as respostas obtidas excluindo as respostas dos participantes das favelas sem associação de moradores e produzimos o gráfico abaixo (Gráfico 10). Temos, então, nítido que a maioria esmagadora (84%) dos participantes da pesquisa não tem papel algum na vida política interna à organização. Também se evidencia que menos de um décimo (3% + 4%) dos participantes participam dos fóruns de construção das políticas e ações das organizações.

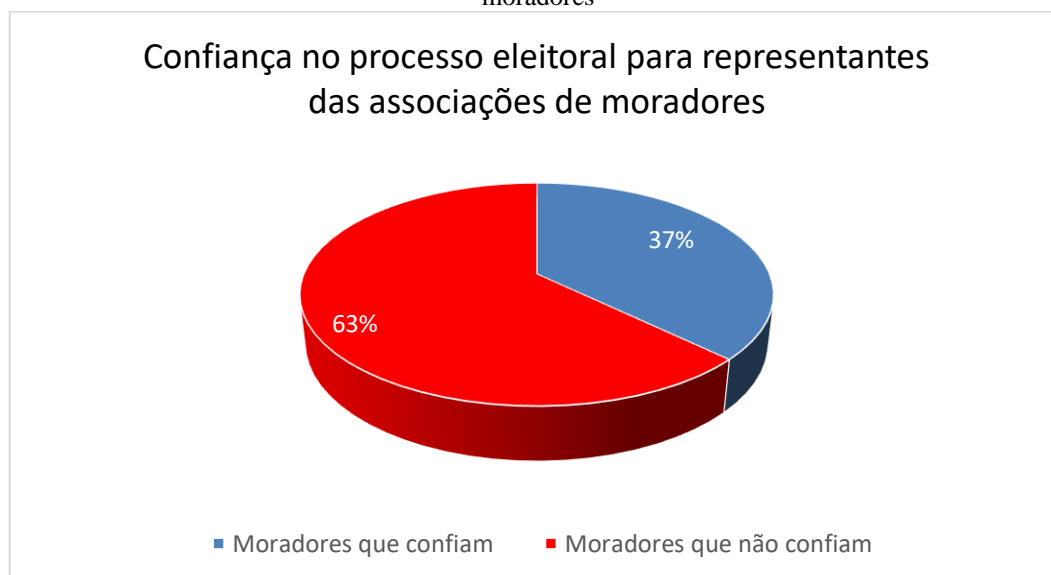
**Gráfico 10** – Nível de participação dos moradores nos processos de tomadas de decisão das associações de moradores das favelas



Fonte: Autor, 2020.

Quando perguntamos aos moradores se eles confiam no processo de escolha dos representantes das associações de moradores, vimos que (gráfico 11), apesar da elevada desconfiança em relação à lisura do processo (63% das respostas), a proporção de pessoas que confiam é maior do que aquela das pessoas que nem mesmo das eleições participam. Podemos, então, deduzir que a desconfiança não é o único fator que afasta os moradores das eleições para representantes.

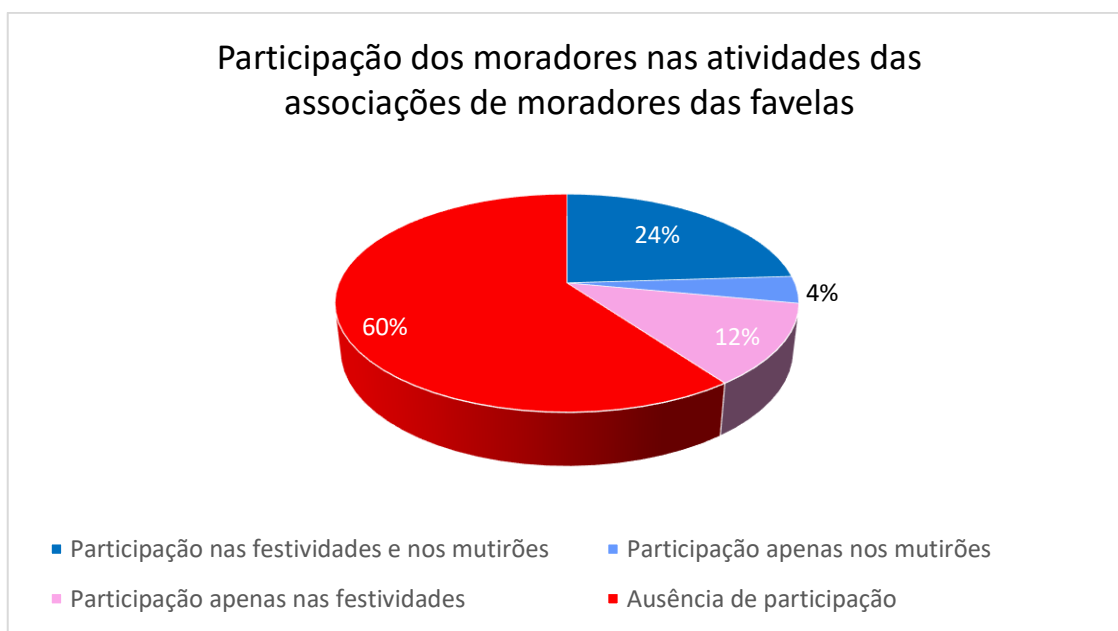
**Gráfico 11** – Confiança dos participantes no processo eleitoral para representantes das associações de moradores



Fonte: Autor, 2020.

Sendo muito limitada a participação da base social na construção intelectual das organizações, a situação se torna um pouco menos desfavorável quando se trata do emprego da força de trabalho na execução das ações deliberadas. Como podemos ver no gráfico abaixo (Gráfico 12), mais de um quarto dos respondentes empregam seu tempo e esforços nos mutirões convocados pelas associações (4% + 24%). Outra parcela significativa frequenta as festividades organizadas pelas associações de moradores, mais de um terço dos participantes (12% + 24%). Ainda assim, mais da metade das pessoas que contribuíram com a nossa pesquisa, não se aproximam das atividades da associação nem mesmo nos momentos festivos.

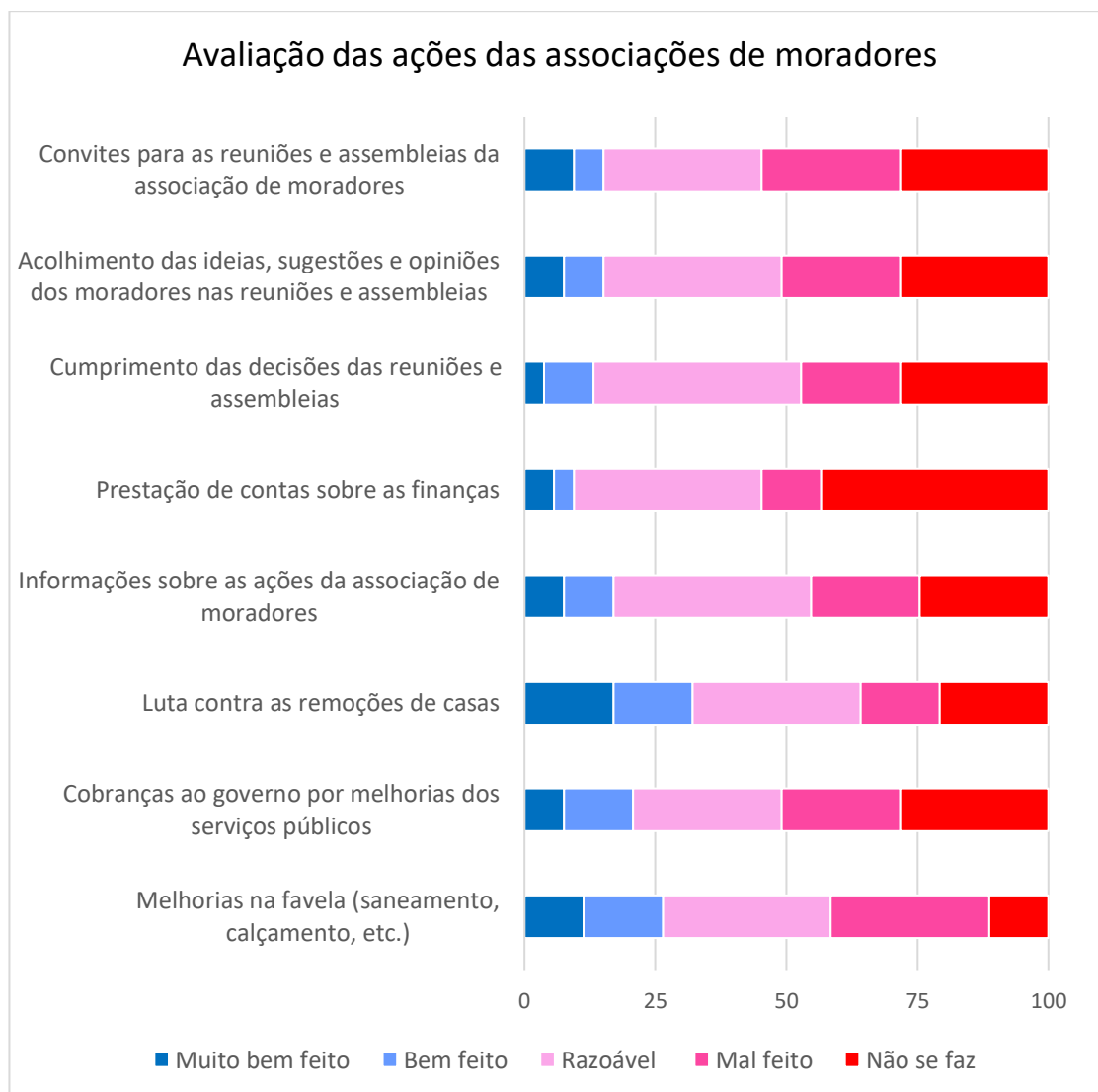
**Gráfico 12** – Participação dos moradores nas atividades das associações de moradores das favelas



Fonte: Autor, 2020.

Para tentar lançar luz sobre o papel das associações na mobilização e articulação da participação dos moradores nas suas decisões e ações, elaboramos uma questão na qual os participantes puderam avaliar os movimentos em prol daqueles fins. Em uma escala qualitativa que varia de “Não se faz” até “Muito bem feito”, os participantes avaliaram as seguintes práticas: convites para as reuniões e assembleias da associação de moradores; oportunidade para os moradores colocarem suas ideias, sugestões e opiniões nas reuniões e assembleias; cumprimento das decisões tomadas nas reuniões e assembleias; prestação de contas sobre as finanças; informações sobre as ações da associação de moradores; melhorias na estrutura da comunidade (limpeza, abastecimento de água, calçamento, etc.); cobranças ao governo por melhorias dos serviços públicos; e, luta contra as remoções de casas. O resultado foi plotado no gráfico a seguir (Gráfico 13):

Gráfico 13 – Avaliação das ações das associações de moradores



Fonte: Autor, 2020.

Buscamos, nas questões acima, identificar em que medida os moradores estão sendo convidados a participar da construção intelectual da associação; se o convite, quando existente, é demagógico, ou se a base social está tendo espaço para colocar a sua voz; se, quando ouvidos, as decisões tomadas coletivamente são postas em prática ou esquecidas; se existe transparência na gestão das contribuições financeiras voluntárias dos moradores da favela; se existe propaganda organizada da atuação da associação de moradores (que poderia contribuir em maior engajamento); se as associações confrontam o Estado em nome do direito à moradia; se as associações exigem do Estado o cumprimento dos seus deveres na prestação de serviços públicos; e, se as associações preenchem algumas das eventuais lacunas deixadas pelo Estado na prestação de serviços públicos.

O conjunto de dados referidos anteriormente pode ser organizado em três eixos, sendo o primeiro eixo composto pelas três práticas, que denominamos de “eixo da abertura à participação”. Este é muito problemático, pois observamos que, segundo os participantes da pesquisa, a convocação da base social se faz de forma precária, pois nem mais da metade considera que os convites são mal feitos ou inexistentes. Ao recordarmos da baixíssima participação dos moradores nas assembleias e reuniões, apontada algumas páginas atrás, as questões seguintes sobre o acolhimento das propostas e a execução das deliberações perdem relevância, pois, mesmo que fossem bem avaliadas, não revelariam necessariamente um elevado grau de respeito à coletividade, pois seria apenas o cumprimento das decisões tomadas por uma pequena parcela dos moradores.

O segundo eixo é o da “prestação de contas e propaganda”, que é constituído pela quarta e quinta práticas. Notadamente, os participantes da pesquisa estão insatisfeitos com a transparência em relação à alocação dos recursos financeiros auferidos das contribuições dos associados. Aproximadamente metade dos respondentes afirmaram que não se faz a prestação de contas, o que não significa que, de fato, não se faça, mas indica que a essas pessoas não chegam as informações sobre o uso do dinheiro. Quando se trata da propaganda das ações das associações, a situação melhora um pouco, pois três quartos dos moradores recebem algum tipo de informação, e mais da metade considera ao que essa prática é no mínimo razoável.

O terceiro eixo é formado pelas três últimas práticas pesquisadas. Esse revela as “ações diretas” contra o Estado e apesar do Estado, pois a instituição social que legitima e efetua remoção de residências é o Estado. Além disso, na sociedade brasileira, o Estado tem o dever institucional de assegurar os direitos básicos dos cidadãos, por meio do provimento de diversos serviços públicos. Contudo, na prática, algumas áreas são negligenciadas e só acessam as suas garantias através de pressão sobre os agentes públicos. A luta contra as remoções é a prática melhor avaliada dentre todas, seguida de perto pelas melhorias na infraestrutura da favela. Já a cobrança ao governo por melhorias na favela se apresenta satisfatória.

A melhor compreensão dessa última prática requer uma complementação, pois sabemos que existe um tênue limite entre a percepção do que é cobrança de direitos e do que é pedido de favor. Dessa forma, para melhor interpretar se os respondentes estimulam que as associações estabeleçam uma relação clientelista com políticos profissionais a fim da obtenção de vantagens para a favela, indagamos a opinião dos moradores. Como veremos no gráfico abaixo (Gráfico 14), a maior parte dos participantes (55%) prefere manter os políticos profissionais próximos, mas a uma distância segura, enquanto

aproximadamente um quinto (19%) prefere total afastamento. Assim, nos sentimos seguros para afirmar que as avaliações dos participantes, a respeito das cobranças efetivadas pelas associações de moradores aos governantes pelo cumprimento dos seus deveres não observam uma dócil relação clientelista, mas sim, de maneira geral, de enfrentamento ao Estado.

**Gráfico 14** – Opinião dos moradores sobre a aproximação da associação a políticos profissionais

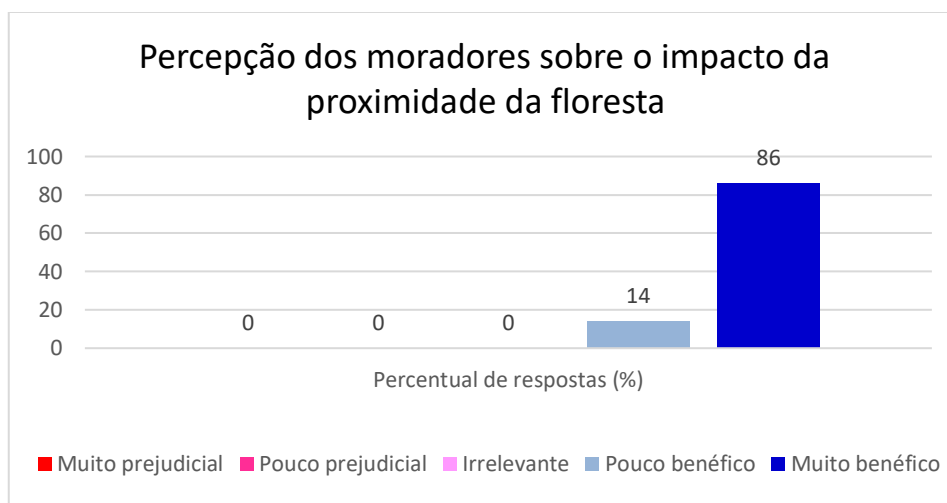


Fonte: Autor, 2020.

Para levantarmos a opinião dos participantes acerca do tipo de relação desejável entre as associações de moradores e os políticos profissionais, oferecemos a possibilidade de os moradores apontarem a sua posição através das seguintes opções: quanto mais próximo melhor; não vejo problema algum; sim, mas apenas em situações específicas; e, de jeito nenhum. Os resultados podem ser verificados no gráfico acima (Gráfico 14).

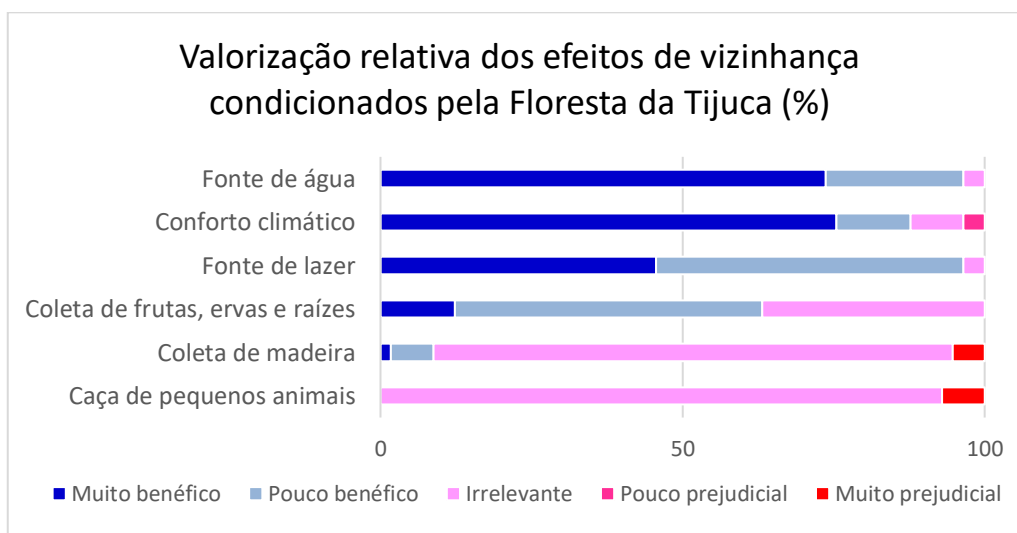
O quarto bloco do questionário tem um destaque especial na nossa pesquisa, pois, através dele, podemos ter um panorama acerca do papel que a floresta exerce na vida dos moradores das favelas. A forma como as pessoas encaram essa particularidade do seu espaço de vivência nos ajudará a elucidar as disputas que existem por esse território. Demos início a essa seção buscando identificar se a proximidade em relação à floresta é encarada como uma amenidade ou como uma externalidade negativa pelos seus vizinhos favelados. Destarte, pedimos aos participantes que sinalizassem, em uma escala de cinco opções variando de “muito prejudicial” a “muito benéfico”, de que forma eles encaravam a proximidade da floresta. Os dados obtidos nos revelam que é unânime (ressalve-se, entre os respondentes) a percepção da floresta como uma amenidade (Gráfico 15).



**Gráfico 15** – Percepção dos moradores sobre o impacto da proximidade da floresta

Fonte: Autor, 2020.

O detalhamento dos benefícios acarretados pela proximidade da floresta foi levantado através de uma questão que ofereceu a possibilidade de os participantes avaliarem o quanto se beneficiam (ou são prejudicados) por alguns fatores propostos pelo autor. Tais tópicos foram sistematizados a partir das conversas com os moradores nos trabalhos de campo que antecederam a aplicação do questionário. Além desses, como de praxe, em nossa pesquisa, a questão também oferecia uma opção em aberto para que os participantes inserissem outros fatores não previstos. No entanto, não houve o aporte de novas informações significativas pelos participantes. Observando os dados organizados no gráfico a seguir (Gráfico 16), dois fatores saltam de imediato aos olhos, são eles: Fonte de água e conforto climático.

**Gráfico 16** – Valorização relativa dos efeitos de vizinhança acarretados pela Floresta da Tijuca

Fonte: Autor, 2020.

Para apreciarmos a relevância das fontes de água para as favelas, devemos ter em mente que esses aglomerados são produto da autoconstrução. Como as favelas não são o resultado de um planejamento urbano centralizado pelo Estado, as soluções para o abastecimento desse recurso vital também são planejadas e executadas pelos próprios ocupantes do território. Dado o perfil socioeconômico dessas pessoas, elas não dispõem de vultosos recursos para o investimento na captação, tratamento e transporte da água por longas distâncias. Dessa maneira, a disponibilidade desse recurso natural no próprio sítio da favela ou nas suas cercanias é uma enorme vantagem locacional desfrutada por poucas favelas.

Ao compormos um quadro que situa o abastecimento pela água da Floresta da Tijuca no âmbito geral da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, verificamos que existem vantagens até mesmo em relação aos bairros comuns da malha urbana, principalmente naquilo que tange à qualidade da água. Para ficarmos em um exemplo recente, o abastecimento de água das favelas do Alto da Boa Vista passou incólume, no início do ano de 2020, pela crise da contaminação por Geosmina ( $C_{12}H_{22}O$ ) da água distribuída pelo sistema Guandu para a maior parte da RM.

Se não perdermos de vista que a cidade do Rio de Janeiro se localiza em uma área de clima tropical úmido, marcado por elevadas temperaturas, sobretudo no verão, fica perfeitamente compreensível o grande apreço manifestado pelos moradores no tocante às temperaturas mais amenas no Alto da Boa Vista. A farta cobertura vegetal combinada com a elevada altitude proveem as características microclimáticas da área que, e em contraste com as densamente edificadas partes mais baixas da cidade, formam um sítio singular no coração da Região Metropolitana.

A terceira maneira de se beneficiar da proximidade da floresta, sinalizada pelos participantes da pesquisa, é o seu gozo como fonte de lazer. Destacamos que o PNT, além de ser uma área de proteção ambiental, é um equipamento público de lazer extremamente relevante, pois ele é caro a pessoas de diversas partes do planeta. De acordo com a página de notícias do Governo do Brasil<sup>21</sup>, o Parque Nacional da Tijuca vem sendo, por anos, o mais visitado do Brasil. Nele, destaca-se o monumento do Cristo Redentor no Corcovado no Setor Serra da Carioca, que recebeu 1.940.327 pessoas no ano de 2019. Essa escultura se localiza em um setor relativamente distante das favelas. Interessa-nos observar que, vizinho às favelas analisadas, está o Setor Floresta do PNT, este foi visitado por 355.082

---

<sup>21</sup>Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2020/02/parque-nacional-da-tijuca-e-o-mais-visitado-do-brasil>. Acesso em: 03 jun.2021.

pessoas no mesmo ano. A distância que pode ser vencida a pé, bem como a gratuidade do ingresso ao PNT certamente confere centralidade aos atrativos desse setor (áreas de piqueniques, trilhas pela floresta e cachoeiras) como fontes de lazer para os moradores das favelas da APARU-ABV.

As amenidades discutidas acima, além de potencializarem o valor de uso para os ocupantes das favelas, também são absorvidas como aumento de preço de mercado à terra urbana por elas beneficiadas no mercado imobiliário. Apesar de serem imóveis, essas regalias são passíveis de aproveitamento por pessoas de diferentes classes sociais, desde que elas ocupem, de fato, aquela porção do espaço. Já os três últimos fatores apresentados no gráfico acima (Gráfico 16) tendem a representar um valor uso relativamente mais alto para as pessoas mais pobres, pois a obtenção dos bens móveis (parte de sua alimentação, essências terapêuticas, material para construção ou combustível) diretamente da floresta tem o potencial de desonerar o orçamento familiar. Quanto maior for a renda das pessoas, menor será o impacto desse fatores na renda, chegando ao ponto de se tornar insignificante para membros da classe média, os quais acessam a essas mercadorias no mercado regular.

## 10 O CAMPO INSTITUCIONAL

Discutimos, no capítulo 5, nosso entendimento de que o Estado, estruturalmente, atua em prol das classes dominantes nas sociedades capitalistas, ou seja, beneficiando aqueles que detêm a maior influência no controle das instituições, com base no monopólio do capital econômico. Recordando que as manifestações do aparelho de Estado se dão através dos procedimentos inscritos nas leis que regem o seu corpo, realizamos um levantamento das leis, dos projetos de leis e dos processos judiciais (que são interpretações da lei) que impactam a organização do território no recorte da nossa pesquisa (Quadro 4). Cabe, agora, elencarmos essas instituições e identificarmos a suas práticas espaciais em relação ao processo em foco.

Observando mais detalhadamente o papel do Estado como o promotor da regulação do uso de cada um dos recursos ambientais no cerne do problema, notamos que existe um campo de disputas no interior do próprio aparelho de Estado. Ater-nos-emos à análise da experiência de gestão sócio-espacial protagonizada pelo Estado no entorno do Parque Nacional da Tijuca, mais especificamente na vertente sul do Maciço da Tijuca, que é o nosso recorte espacial. O estabelecimento de uma unidade de conservação de forma heterônoma em meio urbano acarreta, pois, uma série de tensões entre atores com práticas espaciais preservacionistas em contraposição ao prévio uso residencial do solo. Para efetivarmos a avaliação, nos orientamos pelos questionamentos propostos por Marcelo Lopes de Souza: "[D]e que modo e em que extensão a intervenção ou estratégia em questão contribuiu, tem contribuído ou contribuiria para maior justiça social? e uma melhor qualidade de vida?" (SOUZA, 2002, p. 67).

Com foco na correlação de forças da luta de classes, organizamos a tipologia abaixo, tomando como referência o posicionamento das pessoas que animam as diferentes funções do Estado, bem como as consequências das suas ações para a qualidade de vida e a justiça social em escalas variadas, enfatizando, contudo, a escala da nossa análise. Dessa forma, classificamos os agentes institucionais em dois grandes grupos: o primeiro reúne os agentes que criam condições (mais ou menos voluntariamente) para a derrubada de barreiras impostas à acumulação do capital econômico pela elite do setor imobiliário, o qual denominamos como "favorecendo (estruturalmente) as classes dominadas". Já no segundo grupo aglutinamos os indivíduos e instituições que agem na garantia dos direitos consolidados nos marcos jurídicos do próprio Estado, ou seja, na salvaguarda da fruição contemporânea das conquistas arrancadas outrora na história da sociedade pelos membros das classes dominadas. Os agentes em evidência não são os protagonistas das lutas, mas

tomam partido ao lado dos favelados. Por essa razão intitulamos essa categoria como “Solidarizando-se com as classes dominadas”.

#### 10.1 - Favorecendo (estruturalmente) as classes dominantes

No conflito ambiental em questão, algumas instituições estatais vêm protagonizando as ações de gestão territorial que comprometem a permanência das favelas no seu lugar de origem em nome de uma suposta conservação da floresta. Observaremos mais detalhadamente a atuação da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, pois esta é a responsável direta pela operacionalização das ações de gestão do espaço urbano; de alguns membros do legislativo estadual e municipal, pois são os encarregados de estabelecer as regras da gestão ambiental do território analisado; e do órgão gestor do Parque Nacional da Tijuca, que é o incumbido de elaborar o plano de manejo da unidade de conservação, o qual incide sobre a área de amortecimento do Parque.

A arquiteta-urbanista Rose Compans já apontava a emergência do discurso ambientalista como justificava para a remoção de favelas na cidade do Rio de Janeiro, em seu artigo “A cidade contra a favela” (COMPANS, 2007). A autora sinaliza que, no contexto de recuo da política estatal de erradicação de favelas (materializada no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor do município do Rio de Janeiro), o princípio da não-remoção pode ser suprimido em situações em que as vidas das pessoas se encontrem em risco (desde que não seja tecnicamente possível a eliminação do risco) ou em casos de ocupações de Unidades de Conservação. Por mais legítima e defensável que possa ser a perspectiva de preservar vidas e a de conservar os recursos ambientais, essa brecha comporta uma possibilidade para que o Estado exerça, atendendo aos interesses das classes dominantes, as práticas de remoção das favelas. Dessa forma, as remoções são deslocadas do campo da política habitacional para o campo da política ambiental. Não podemos nos esquecer da formulação de Poulantzas sobre a materialização das conquistas das classes dominadas nas leis (POULANTZAS, 2008), pois, mesmo sendo a lei um resultado das lutas populares, ela é redigida e incorporada pelas instituições do aparelho estatal, o qual, em última instância, é fortemente controlado pelas classes dominantes. Com esse viés, mesmo as concessões da elite em um determinado momento podem, posteriormente, serem manuseadas contra os mais pobres, em uma conjuntura de esmorecimento da coesão das forças populares.

Rose Compans abordou a articulação entre mídia e poder público para expor o mecanismo de construção da imagem das favelas como espaços geradores de riscos para

o ambiente da cidade. Ela revelou que o objetivo dessa aliança era a mobilização da opinião pública para oferecer respaldo à remoção de favelas, a partir de duas perspectivas: a primeira seria o benefício para os próprios favelados, pois os protegeria de potenciais catástrofes ambientais. Já a segunda seria em proveito da cidade como um todo, porquanto preservaria a cobertura vegetal da devastação causada por um suposto crescimento das favelas.

No contexto acima, observamos que Prefeitura do município do Rio de Janeiro vem atuando, preponderantemente, em prol das classes dominantes ao longo das diferentes gestões que se sucederam desde a criação da APARU (Marcello Alencar [PDT] 1989-1992, Cesar Maia [PMDB/PFL] 1993-1996, Luiz Paulo Conde [PFL] 1997-2000, Cesar Maia [PTB/PFL/DEM] 2001-2008, Eduardo Paes [PMDB] 2009-2016, Marcelo Crivella [PRB] 2017). As ações dessa instituição, que privilegiaram as classes dominantes ao longo do período analisado foram a criação da APARU, o programa favela bairro, a instalação de ecolimites e, mais recentemente, o plano estratégico apontando para possíveis remoções no Maciço da Tijuca.

A história da criação da APARU-ABV é umbilicalmente ligada à singularidade da localização do Parque Nacional da Tijuca em área urbana, pois esse tipo de unidade de conservação requer a delimitação da sua zona de amortecimento (ZA) detalhada no Plano de Manejo. No caso específico do Parque Nacional da Tijuca tal demarcação é prenhe de dificuldades políticas e metodológicas, pois essa impunha sérias restrições ao uso do solo, entrando em conflito com a já existente ocupação residencial. A solução encontrada para o ordenamento do uso do solo nessa área foi a criação, em 1992, de uma categoria de unidade de conservação municipal para tentar incorporar as funções descritas no Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca para a ZA (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2008).

A unidade municipal foi criada por decreto (Anexo I) pela prefeitura, com a função de garantir a promoção do objetivo presente no plano diretor da cidade: o de “compatibilizar o desenvolvimento urbano com a proteção do meio ambiente, através da utilização racional do patrimônio natural, cultural e construído, e da sua conservação e recuperação em benefício das gerações atuais e futuras” (RIO DE JANEIRO, 1992, p.1). O decreto parte do princípio de que existe a necessidade de controle do crescimento das favelas e estabelece que um dos objetivos da APARU é o de regularizar as favelas já existentes nos aspectos fundiários, urbanísticos e no capcioso aspecto ambiental. Como veremos mais adiante, na gestão do prefeito César Maia, algumas das favelas estudadas foram beneficiadas pelo do projeto Favela Bairro, o qual promoveu um pouco mais de

conforto ambiental para os residentes desse espaço. Porém, a regularização fundiária permanece em aberto e a então chamada “regularização ambiental” vem ensejando um processo de remoção movido pelo Ministério Público Estadual.

O documento de criação da APARU encarna o preconceito da favela enquanto uma fonte ameaça que deve ter seu crescimento combatido. A Prefeitura repete seu papel histórico de ignorar a favela como o resultado de um processo desigual de urbanização, no qual o *déficit* habitacional para as frações depauperadas da sociedade é a tônica, ao passo que a especulação imobiliária propicia a acumulação do capital econômico para a elite. A prática espacial de estigmatização dos espaços segregados está, portanto, incorporada e materializada na ação estatal, uma vez que a favela não é vista como uma solução precária encontrada pelos pobres para o seu problema habitacional, mas sim como um problema para a conservação dos recursos ambientais caros à classe média e à elite.

Observamos que o decreto cria a APARU, mas não regulamenta o seu conteúdo. Ele aponta para a formação de um grupo de trabalho no âmbito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente para a construção do futuro ato de regulamentação. É sem surpresa que verificamos a indicação para a composição de tal grupo por 13 membros, os quais representariam 9 órgãos públicos de diferentes esferas, sem, contudo, a menor menção à participação de sequer uma única voz representante direta dos moradores das favelas ou de qualquer outra organização da sociedade civil nos debates. Esse fato reforça a interpretação de que, para o entendimento da Prefeitura do Rio de Janeiro, a favela é um elemento perturbador do ambiente natural que deve ser controlada sem qualquer dignificação da qualidade de vida das pessoas que lá habitam.

O ato de regulamentação que tinha um prazo previsto de 120 dias para sua elaboração levou mais de uma década para ter uma proposta encaminhada para o Legislativo. O projeto de lei foi apresentado sob o número 1307 para apreciação dos vereadores apenas no ano de 2003, no segundo mandato do prefeito César Maia, quando o secretário da pasta de Meio Ambiente era o ex-deputado federal Ayrton Xerez, mencionado na seção 3.1 dessa tese, ao propósito da relação entre membros da classe média com a elite. Cabe ressaltar que o projeto de lei foi construído a partir de estudos ecogeográficos elaborados pelo Laboratório de Geohidroecologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Como consta no próprio PL, ele propõe um novo zoneamento, novas condições de uso e ocupação e contempla as questões de “revitalização urbana” sob tutela da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Para tal finalidade, a área da APARU seria

dividida em Zonas de Vida Silvestre (ZVS), Zonas de Recuperação Ambiental (ZRA), Zonas de Ocupação Controlada (ZOC), cujas características são, respectivamente:

- ZVS áreas destinadas a garantir espaço e integridade aos ecossistemas de mata Atlântica presentes na área da APARU, divididas em Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS) e Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS).
- As ZPVS seriam as áreas ocupadas por Florestas Clímax, Florestas Secundárias e áreas de Alta Suscetibilidade a Movimentos de Massa. Teriam caráter de reserva e as únicas atividades permitidas (mediante aval do órgão de tutela) seriam as de manutenção de trilhas existentes, ações de recuperação ambiental e realização de pesquisas científicas.
- As ZCVS seriam caracterizadas como Áreas de Recuperação Florestal e Integração Ecológica, constituindo um prolongamento da Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Tijuca. As atividades previstas pelo projeto de lei são, além daquelas das ZPVS, as de ecoturismo, de educação ambiental, de construções de apoio à ZVS e de implantação de novas trilhas.
- ZRA teriam caráter transitório, pois compreenderiam as “áreas de ocupação irregular de baixa densidade”, ou seja, das favelas com até cem unidades que sofreriam remoção. Curiosamente, essas Zonas nem mesmo estão representadas no mapa anexado ao Projeto de Lei. Após a remoção das favelas, essas Zonas seriam convertidas em ZCVS.
- ZOC seriam as áreas onde a ocupação urbana já seria consolidada ou as áreas passíveis de ocupação. Essas Zonas são subdivididas nos tipos ZOC 1, ZOC2, ZOC 2A, ZOC 3, ZOC 4 e ZOC 5.
- ZOC 1 caracterizam-se por serem as áreas de ocupação urbana já consolidadas da APARU do Alto da Boa Vista.
- ZOC 2 e ZOC 2A caracterizam-se por serem as áreas da APARU do Alto da Boa Vista passíveis de ocupação urbana, porém de menor grau de intensidade.
- ZOC 3 caracterizam-se por serem as áreas da APARU de uso prioritariamente residencial, limítrofes às áreas ocupadas por importantes remanescentes de cobertura florestal.
- ZOC 4 caracterizam-se por serem áreas limítrofes ou ocupadas por significativos remanescentes de cobertura vegetal ou áreas suscetíveis a movimentos de massa e, como tal, possuem maiores restrições à ocupação urbana.
- ZOC 5 caracterizam-se por serem as áreas de ocupação irregular da APARU do Alto da Boa Vista, objeto dos programas de regularização da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Apesar de ter sido produzido sem qualquer participação popular, o documento, no seu primeiro artigo, institui a criação de um Conselho Gestor, no qual representantes de associações de defesa do meio ambiente e representantes de associações comunitárias tomariam assento junto a representantes dos setores econômicos e membros de diversos órgãos estatais. Isso pode parecer, sob um olhar superficial, como um avanço na democratização da gestão territorial. Contudo, o jaez segregacionista fica explícito já no 2º artigo, que trata dos objetivos da regulamentação da APARU, pois a única menção ao espaço urbano trata das relações funcionais que o Sistema Florestal Montanhoso mantém com a cidade do Rio de Janeiro<sup>22</sup>. Já aí se percebe a enviesada tentativa de

---

<sup>22</sup> “Art 2.º São objetivos da regulamentação da APARU  
(...)”



compatibilização entre a ocupação (regular e irregular) existente há décadas com a incensada conservação dos recursos ambientais. Os objetivos também omitem o explícito direcionamento à intensificação da ocupação urbana das áreas contidas nas ZOC 2 e ZOC 2A. O caráter classista se revela de forma implícita quando o mesmo Projeto de Lei preconiza que as pequenas favelas (ZRA) deveriam ser removidas para a área se tornar ZCVS, enquanto os lotes formais e suas benfeitorias presentes nas áreas que viriam a ser as ZCVS e as ZPVS poderiam permanecer e seriam enquadrados nos parâmetros urbanísticos da ZOC4.

O geógrafo Tiago Boruchovitch Fonseca, elaborou em sua dissertação de mestrado, uma detalhada exposição das contradições presentes no projeto de lei que ora apresentamos. Além de reeditar o mapa de péssima qualidade anexado originalmente ao projeto de lei, o pesquisador interpretou os aspectos urbanísticos propostos e calculou que, em caso de aprovação da lei, “o Alto da Boa Vista teria suas regras de ocupação do solo flexibilizadas em uma área de 1250881 m<sup>2</sup> (Soma das categorias ZOC 1, ZOC2 e ZOC 2A)” (FONSECA, 2018, p. 122).

Apesar de representar um agravamento na injustiça social por requerer a remoção das 7 favelas com menos de 100 domicílios destacadas no quadro a seguir (Quadro 5), e representar a abertura de um caminho legal para a diminuição da cobertura vegetal no Alto da Boa Vista, como apontado por Fonseca (2018), no ano de 2005, o projeto foi aprovado em todas as comissões da câmara de vereadores e encaminhado para o plenário. A partir do avanço para essa etapa, o projeto inicia um confronto legislativo que culminou na apresentação de um texto substitutivo em 2009 e a extinção do texto original, o que discutiremos mais minuciosamente adiante, quando salientaremos as práticas espaciais do legislativo municipal.

---

VI – assegurar as relações funcionais que o Sistema Florestal Montanhoso da APARU do Alto da Boa Vista mantém com a Cidade do Rio de Janeiro, a saber:

- a) preservação dos mananciais de água, entre os quais o reforço ao abastecimento da cidade;
- b) retenção das águas das chuvas;
- c) retenção dos sedimentos;
- d) controle de vazão dos rios, evitando enchentes nas baixadas;
- e) regulação do microclima da região, proporcionando conforto ambiental para a população e manutenção das encostas, entre outras funções”. (RIO DE JANEIRO, 2003, sem número de página)

**Quadro 5** - Lista das favelas ameaçadas de remoção pelo projeto de lei de regulamentação da APARU-ABV

<b>Favelas ameaçadas de remoção pelo Estado</b>			
Nome da Favela	Bairro	Domicílios (2010)	Ameaçada pela Regulamentação da APARU de 2003
<b>Açude da Solidão</b>	<b>Alto da Boa Vista</b>	<b>20</b>	<b>Sim</b>
Agrícola	Itanhangá	159	Não
<b>Sítio da Biquinha</b>	<b>Alto da Boa Vista</b>	<b>68</b>	<b>Sim</b>
<b>Doutor Catrambi</b>	<b>Alto da Boa Vista</b>	<b>61</b>	<b>Sim</b>
Fazenda	Itanhangá	154	Não
<b>Furnas</b>	<b>Itanhangá</b>	<b>88</b>	<b>Sim</b>
Mata Machado	Alto da Boa Vista	680	Não
<b>Estrada do Soberbo 176</b>	<b>Alto da Boa Vista</b>	<b>13</b>	<b>Sim</b>
<b>Estrada do Soberbo 803</b>	<b>Alto da Boa Vista</b>	<b>6</b>	<b>Sim</b>
Estrada do Tijuacu	Alto da Boa Vista	359	Não
<b>Vale Encantado</b>	<b>Alto da Boa Vista</b>	<b>12</b>	<b>Sim</b>
João Lagoa	*	*	*

Fontes: Instituto Pereira Passos - Armazém de Dados - Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN). Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/>. Acesso em: 22 ago. 2015.

Até aqui, podemos caracterizar a atuação da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, enquanto uma das partes do Estado (que, por sua vez, é um importante agente modelador do espaço urbano) como sendo a geradora de uma prática espacial heterônoma, ou seja, ratificadora do *status quo*, na medida em que expropria diretamente a classe social hiperprecarizada com as remoções e pavimentação o caminho para a incorporação do solo urbano pelo mercado imobiliário, o qual beneficia e é controlado pela classe da elite dos proprietários.

Contudo, o Estado não é um bloco uniforme e, em nome da dirimção de conflitos sociais mais intensos, por vezes a elite se vê obrigada a conceder vitórias às classes subalternas. O programa Favela-Bairro foi um desses casos relativos. Conforme adiantado nas páginas anteriores, o programa Favela-Bairro foi implementado no primeiro mandato de César Maia à frente do executivo municipal. Sem nos estendermos em demasia, podemos caracterizar tal ação como uma iniciativa municipal em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a urbanização das favelas do Rio de Janeiro,

(...) [n]esse sentido, o programa tinha como eixo central a realização de obras de infra-estrutura(sic), com a abertura de acessos e a criação de uma via de circulação interna, realização de obras de saneamento, eliminação das áreas de risco e construção de equipamentos públicos, como creches, quadras esportivas, praças, etc. (CARDOSO, 2002, p. 46)

Os critérios de seleção das favelas do município que seriam beneficiadas por ele consideravam o seu tamanho. Dessa maneira, dentre as favelas da nossa área de estudos, a única contemplada por esse programa foi a Mata Machado. As obras trouxeram a creche municipal, a pavimentação das vias internas, a implementação da rede coletora de esgoto, e construção de uma caixa d'água (Figura 8) para o abastecimento das casas na parte mais alta da favela, apesar do investimento na infraestrutura, que, indiscutivelmente, trouxe ganhos em qualidade de vida para os moradores dessa favela. Apenas em raríssimos casos na cidade o programa trouxe progresso no tocante à regularização fundiária das habitações, e nenhum deles faz parte do grupo de favelas de nossa pesquisa (COMPANS, 2003).

**Figura 8** - Caixa d'água e pavimentação com rede de drenagem pluvial da favela Mata Machado construídas pelo programa Favela-Bairro



Fonte: Fotos do autor em 01/08/2020.

Assim, as relações sociais na escala da cidade, que levaram à atenuação da política das remoções das décadas anteriores e ao fortalecimento das políticas de urbanização das favelas propiciaram uma série de intervenções no substrato espacial material na escala das favelas, o qual marcou uma reestruturação do espaço social a partir do Estado. Esse *nanoavanço* na qualidade de vida teve o efeito de reorganizar o cotidiano na escala *nanolocal*, arrefecer os ânimos (mesmo que parcialmente) dos membros da classe média solidários aos favelados na escala da cidade, e, ao mesmo tempo, manter inalteradas as estruturas fundamentais das relações sociais na escala local.

Uma outra prática espacial da prefeitura consistiu na instalação de barreiras físicas, os chamados *ecolimites*, a partir do ano de 2001. O projeto passou por algumas fases, mas a que nos interessa é a primeira, quando houve a instalação de cabos de aço (Figura 9) que delimitavam no sítio o limite entre a favela reconhecida pelo Estado e a floresta. Essa iniciativa foi comunicada pela mídia como uma estratégia para contenção do desmatamento ocasionado pelo crescimento das favelas. Em nossa área de estudos, as favelas que foram cercadas pelos ecolimites foram Agrícola, Biquinha, Fazenda, Furnas, Mata Machado, Ricardinho, Tijuçu e Vale Encantado.

**Figura 9** - Ecolimite na favela Fazenda



Fonte: Foto do autor no dia 05/08/2015.

A geógrafa Ana Brasil Machado (2013) produziu uma dissertação de mestrado sobre esse tema. Seu objetivo foi o de explorar os ecolimites como dispositivos que atuam na gestão do crescimento urbano. Devido à carência de fontes oficiais sobre o projeto, ela realizou uma ampla coleta de dados em diversas fontes não oficiais, principalmente na mídia impressa, a qual nos mostra que a política gerou polêmica na esfera pública e embates entre diferentes agentes estatais. Reconhecemos os apontamentos da autora sobre a polifonia com a qual o objeto pode ser abordado, assim como concordamos com a existência de conflitos e discordâncias no interior do aparelho de Estado e remetemos o leitor com maior interesse sobre o tema à sua dissertação. Entendemos que, para nossa

tese, não cabe aqui esmiuçar o projeto, pois o que nos interessa é utilizar a sua implementação como um argumento da nossa apreensão do papel da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro como perpetradora da prática espacial de estigmatização de um espaço já segregado.

Assentamos nosso olhar sobre o caráter heterônomo dessa ação de ratificação do *status quo*, pois ela se dá no bojo da ação uníssona entre um braço do Estado de nível local e os veículos de comunicação locais em benefício dos interesses da elite dos proprietários. Esse feito utilizou a tática de mobilização do discurso da proteção ambiental, o qual convoca setores da classe média preocupados com a defesa do “bem comum”, materializado no patrimônio ambiental da cidade. Então, vemos aqui um claro exemplo da estigmatização da favela (logo, das pessoas que lá habitam) como um espaço que oferece risco para a floresta, que é um “bem comum” a ser protegido. Essa ação manifesta o discurso implícito de que seria suficiente (ou mesmo justo) impedir a construção de novas unidades habitacionais nas favelas em escala *nanolocal* para conter o problema da favelização, ocultando, tacitamente, que o crescimento das favelas sobre a Mata Atlântica é o resultado de processos de expropriação das classes subalternas, os quais têm origem em diversas escalas geográficas e períodos históricos. Lembrando aquilo que discutimos anteriormente sobre a obra de Jessé Souza, essa é uma das práticas que imbuem às classes subalternas o papel de ameaça para a classe média. Dessa forma os reais mecanismos de dominação pela classe da elite dos proprietários são ofuscados, inviabilizando-se o fortalecimento dos possíveis laços de solidariedade entre a classe média e o hiperprecarizado.

Sobre o caráter claramente segregacionista dos ecolimites, trazemos as considerações de Marcelo Lopes de Souza:

Os ecolimites exemplificam perfeitamente a maneira como se vem tentando, em meio a uma conjuntura "democrática", viabilizar os interesses de valorização do espaço e retirada daqueles que são vistos como indesejáveis em certos espaços. A ideia da administração estadual de cercar umas tantas favelas da Zona Sul carioca com muros de concreto ou cabos de aço, o que gerou protestos e terminou com o recuo e um desgaste político para o governo, é sintomática do desejo das elites cariocas de lançar mão de todos os artifícios possíveis para "estancar" o crescimento das favelas. (SOUZA, 2015, p. 29)

Passando para uma ação que não se concretizou, abordamos o horizonte conjuntural da gestão municipal de Marcelo Crivella, o qual gerou apreensão para a população favelada do Maciço da Tijuca, pois sob a coordenação da subsecretaria de Planejamento e Gestão Governamental da cidade do Rio de Janeiro, chefiada pela

socióloga e ambientalista Aspásia Camargo, foi elaborado o "Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro - Rio 2020: mais solidário e mais humano". Este documento estabelece como uma das suas metas do tipo "Urbano Ambiental", a Meta 76, cujo texto é "Garantir que 14.204 moradias não estarão em área de alto risco geológico-geotécnico no Maciço da Tijuca até 2020" (RIO DE JANEIRO, 2017, p. 141). O plano não especifica se serão conduzidas obras para a eliminação dos riscos, garantindo, dessa forma, a permanência segura das favelas, ou se as favelas serão removidas das supostas áreas de riscos. Sobre esse plano, precisamos retomar dois pontos relevantes.

O primeiro é a vinculação da subsecretária citada com as grandes empresas do ramo imobiliário da cidade. Sua ligação com esse setor se torna patente quando observamos a tabela abaixo (Quadro 5), na qual, dentre as fontes das doações para o financiamento de sua campanha eleitoral para o cargo de vereadora no ano de 2004, destacamos as empresas do setor imobiliário. Estas, dos R\$ 732.292,00 totais declarados, doaram ao menos R\$ 437.500,00 (59,74%).

**Quadro 6** - Financiamento da campanha de Aspásia Camargo em 2004

<b>Financiamento de campanha de Aspásia Camargo em 2004*</b>	
<b>Origem da doação</b>	<b>Doação</b>
<b>Carvalho Hosken S A Engenharia e Construções</b>	<b>R\$ 130.000,00</b>
Aurizonia Empreendimentos LTDA	<b>R\$ 126.000,00</b>
<b>Lagoa Space Emp. Parc. LTDA.</b>	<b>R\$ 60.000,00</b>
<b>Option de Investimentos Imob LTDA</b>	<b>R\$ 50.000,00</b>
<b>Interrio Empreendimentos e Participações LTDA</b>	<b>R\$ 50.000,00</b>
Participações Industriais do Nordeste S.A	<b>R\$ 40.000,00</b>
Klabin S.A.	<b>R\$ 40.000,00</b>
Lakpar Emp. Mkt. e Partc. LTDA.	<b>R\$ 36.192,00</b>
<b>Icx do Brasil LTDA</b>	<b>R\$ 26.000,00</b>
<b>Brascan Imobiliaria Incorporações S/A</b>	<b>R\$ 25.000,00</b>
<b>Jardim Botanico Incorp Imob LTDA</b>	<b>R\$ 20.000,00</b>
<b>Cyrela Rjz Empreendimentos</b>	<b>R\$ 20.000,00</b>
Sendas Distribuidora S/A	<b>R\$ 20.000,00</b>
<b>Racional Engenharia LTDA</b>	<b>R\$ 20.000,00</b>
<b>Perugia Emp. Imob. S.A</b>	<b>R\$ 15.000,00</b>
<b>W3 Engenharia</b>	<b>R\$ 15.000,00</b>
Marcio Secchin	<b>R\$ 10.000,00</b>
Luís Fernando G. M. Pena	<b>R\$ 10.000,00</b>
José Albuquerque Costa	<b>R\$ 5.500,00</b>
<b>Torre Santos Dumont Emp. Imob.</b>	<b>R\$ 5.000,00</b>
Joaquim Francisco Montiro de Carvalho	<b>R\$ 5.000,00</b>
Ana Carolina Moura Gomes	<b>R\$ 2.000,00</b>
<b>Projeto Rio Emp. LTDA.</b>	<b>R\$ 1.500,00</b>
Alfredo Helio Syrkis	<b>R\$ 100,00</b>

**\*As empresas ligadas ao setor imobiliário estão destacadas em negrito.**

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/contas-eleitorais/contas-eleitorais-normas-e-regulamentos>. Acesso em: 25 abr. 2018.

O segundo ponto concernente ao Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro são os critérios adotados para o estabelecimento do nível de risco ao qual as localidades estão sujeitas. O Plano diz que “[d]e acordo com o levantamento realizado recentemente pela Fundação GEO-RIO, 20.664 moradias encontram-se em área de alto risco geológico-geotécnico no entorno do Maciço da Tijuca e nos Complexos do Alemão e da Penha” (RIO DE JANEIRO, 2017, p. 156).

A Fundação GEO-RIO é o órgão da Secretaria Municipal de Obras responsável pela gestão do risco geológico-geotécnico. Ela realiza intervenções públicas, licencia e fiscaliza obras particulares e a exploração mineral, com o objetivo de cumprir o papel institucional de promoção de segurança para os habitantes do Município. Contudo, como

apontado Mauricio Campos (2016), apesar de seu valoroso histórico no cumprimento de suas funções, desde o ano de 2010 (sob a gestão de Eduardo Paes) a produção técnica do dito órgão sofreu uma mudança (no mínimo) metodológica, que vem possibilitando a sua instrumentalização para viabilização de remoções de favelas.

De um ponto de vista estritamente técnico e metodológico, praticamente todos os relatórios preparados pela Geo-Rio em 2010 buscando justificar remoções de moradias em larga escala sob argumento de alto risco geológico-geotécnico, significaram uma ruptura com a metodologia de seus melhores estudos anteriores às chuvas daquele ano, bem como uma não-conformidade com o que é prescrito pelas normas técnicas brasileiras sobre o assunto, em especial pela Norma Brasileira ABNT NBR 11682, cuja atual versão entrou em vigor em 21/09/2009, e para cuja elaboração a própria Fundação Geo-Rio colaborou significativamente. (CAMPOS, 2016, p.6).

O desempenho do órgão, após o ano de 2010, indica seu aparelhamento a serviço de uma nova cruzada contra as favelas. Qualquer plano de ação estatal que utilize os dados produzidos a partir dos novos métodos de levantamento dos níveis de risco são merecedores de dúvida. Dessa forma, uma promessa de que “até 2020, que 14.204 moradias não estarão em área de alto risco geológico-geotécnico” (RIO DE JANEIRO, 2017, p. 157) deve ser apreendida com (sendo otimista) dubiedade.

Levantamos um conjunto de práticas espaciais perpetradas por parlamentares (ou candidatos) em nossa área de estudos. Trata-se de um tradicional exercício na democracia representativa brasileira: a cooptação de lideranças locais como cabos eleitorais na escala local. Com o apoio de Lopes de Souza (1997), interpretamos esse fenômeno como uma "desordem" que origina uma "nova ordem". A "ordem" original é o sistema de democracia representativa brasileira, que comporta a heteronomia inerente ao próprio Estado moderno capitalista, o qual, por sua vez, como discutido anteriormente, é constituído por uma série de artifícios que permitem a ocupação das cadeiras parlamentares por (frequentemente e majoritariamente) atores portadores e realizadores da vontade das múltiplas frações da elite. Como esses parlamentares são selecionados pelo sufrágio universal, eles devem contar com a legitimação das classes subalternas. Então, a transparência não é uma prioridade para aqueles que buscam otimizar a *acumulação por despossessão*. Dessa forma, a nebulosidade que envolve o funcionamento do parlamento beneficia as elites.

A instrumentalização dessa “falha” do processo democrático faz com que os representados desconheçam, não apenas em larga medida, a real atuação de seus representantes naquilo que os cabe ao longo de seu mandato, como também não é de domínio de grande parte da população (também nas frações da classe média) o

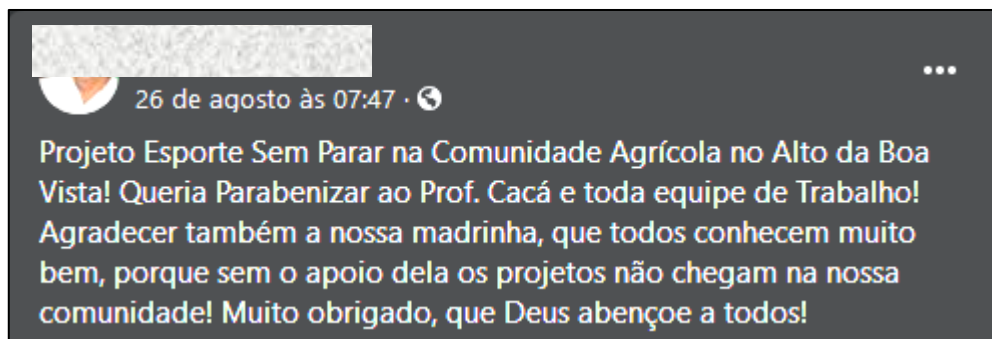


conhecimento sobre as atribuições de cada cargo na estrutura de gestão do Estado. Dessa conjuntura emergem as condições para a cooptação clientelista como desordem do sistema, pois diversos parlamentares e candidatos se apresentam como intermediários para a atuação do poder executivo. Esses políticos profissionais se aproveitam de seu capital social concretizado pela sua rede de influência nos diversos órgãos do Estado para, dessa maneira, suprirem demandas pontuais na escala microlocal (pequenas obras de infraestrutura, vagas em escolas, atendimentos médicos, etc.).

Seria um preconceito temerário associar a cooptação de lideranças e o clientelismo apenas à falta de conhecimento dos representados sobre o funcionamento da máquina governamental. Existem questões objetivas na atuação do Estado nos espaços segregados que devem ser observadas. Diante do fato da negligência de serviços públicos básicos pela estrutura institucional formal, os políticos profissionais que conseguem garantir ganhos imediatos em qualidade de vida na escala microlocal (apesar de, potencialmente, acarretarem perdas em justiça social no longo prazo) consolidam a imagem de parceiros por grande parte dos habitantes de tais localidades, instituindo, assim, uma nova ordem, que pode ser observada na vinculação dos líderes de algumas associações de moradores com políticos profissionais, pois, na medida em que, com o intermédio de membros do legislativo, os líderes das associações garantem melhorias para as favelas, esses últimos acumulam capital político para sua permanência à frente das organizações. Isso quando não obtêm benefícios individuais diretos.

Em entrevista realizada com o presidente da Associação de Moradores da Agrícola, em 23 de outubro de 2017, nos foi relatado que, no ano de 2010, a então deputada federal Laura Carneiro (PMDB) financiou a cobertura do terceiro andar da sede da associação e empregou o seu presidente como assessor. A contratação nos foi narrada como uma estratégia de patrocínio à associação de moradores, pois, garantindo o sustento do presidente, este não necessitaria de outras ocupações, dedicando-se, assim, em tempo integral, à organização. O fato é que o presidente da dita associação atua permanentemente como cabo eleitoral da deputada na própria favela e nas adjacentes. Isso pode ser observado no perfil do presidente da associação no *Facebook*, no qual as publicações a respeito de qualquer benfeitoria na favela levam um agradecimento à “nossa madrinha” (Figura 10). Também podemos perceber que essa distorção da percepção das atribuições parte da parlamentar, pois, em sua página institucional, conseguimos identificar mais uma ação sua na área de estudos. Trata-se da inauguração de uma “Academia da Terceira Idade” na favela Mata Machado (Figura 11).

**Figura 10** - Agradecimento a “nossa madrinha”



Fonte: Página pessoal do presidente da Associação de Moradores da Comunidade Agrícola no Facebook.

Disponível em:

[https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=3847157308644412&id=100000505435388](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=3847157308644412&id=100000505435388).

Acesso em: 30 dez. 2020.

**Figura 11** - Inauguração da Academia da Terceira Idade



Fonte: Página da política profissional Laura Carneiro. Disponível em:

<http://lauracarneiro.com.br/noticias/cafe-manha-projeto-academia-terceira-idade/>. Acesso em: 30 dez. 2020.

Lopes de Souza, quando fala sobre os graus de participação da sociedade nas tomadas de decisão é categórico ao afirmar que a

[...] cooptação estritamente individual, parte integrante e preparatória para a cooptação de organizações e grupos, serve, de maneira menos ou mais intencional e deliberada, a um propósito de conquistar respaldo popular a um custo mínimo, sem que o aparelho de Estado verdadeiramente partilhe o poder. (...) Um esquema participativo assim ambivalente pode ser muito vantajoso para indivíduos e até mesmo para organizações e certos segmentos sociais, mas, mesmo na ausência de uma intenção por parte do governo em

desmobilizar, ele pode, para a coletividade, no longo prazo, antes acarretar um problema do que trazer uma solução. (SOUZA, 2003, P. 416-417).

Se, por um lado, a cooptação de lideranças políticas acarreta um problema para a coletividade na participação política a longo prazo, esta prática pode acarretar perda de qualidade de vida em escalas mais amplas em curto prazo. A legitimação da atuação legislativa (em uma estrutura representativa viciada) deste ou daquela parlamentar pelos votos oriundos de coletividades cooptadas pode acarretar impactos negativos, quase que imediatos, na qualidade de vida de todos os habitantes do território na escala legislada. Essa hipótese confirma-se quando observamos que a deputada acima mencionada trouxe "*nanoavanços*" de qualidade de vida na escala microlocal, mas foi uma das legisladoras favoráveis à Proposta de Emenda Constitucional 55/2016, conhecida na mídia como "PEC do fim do mundo". Esta promulgou a Emenda Constitucional 95/2016, congelando os gastos primários do governo e fragilizando a seguridade social em escala nacional por 20 anos, deixando de fora do congelamento os gastos com amortizações e juros da dívida pública que favorece a elite rentista (ROCHA; MACÁRIO, 2016).

Outro parlamentar, cuja atuação pode ser interpretada da mesma forma é o deputado estadual José Roberto Gama de Oliveira (Bebeto), que está exercendo seu segundo mandato. Já no nosso primeiro trabalho de campo exploratório na favela Mata Machado, em 2015, notamos que os galhardetes de campanha da eleição anterior (2014), que restaram pendurados nas casas das pessoas, eram quase exclusivamente desse político. Seu nome foi citado nas entrevistas do dia 23 de outubro de 2017, tanto pelo presidente da associação de moradores da favela Fazenda, quanto pelo da Mata Machado.

Na Mata Machado, o representante da associação (que assumiu o cargo em 2016) descreveu o parlamentar como um apoiador, sem, contudo, entrar em detalhes. Na página da "Assoc Mata Machado" na rede social *Facebook*, comemora-se a abertura ao público da Praça Mata Machado, localizada em frente à sede da Associação de Moradores, e celebra-se a presença do parlamentar na inauguração (Figura 12).

**Figura 12:** Postagem de abertura da Praça Mata Machado



Fonte: Página da Associação de Moradores Mata Machado no *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100009354335350>. Acesso em: 15 jun. 2017.

Os nossos registros mais antigos da atuação do Bebeto na área estudos nos remetem ao ano de 2012, quando, no dia 24 de outubro, foi indicado, no plenário da ALERJ, que fosse encaminhado ao então presidente da CEDAE um ofício solicitando providências no sentido de promover estudos visando o oferecimento de abastecimento de água e esgoto para os moradores da Mata Machado. No ano seguinte, outra indicação de mesmo caráter foi apresentada na ALERJ, dessa vez solicitando ao presidente da *Light* estudos no sentido de viabilizar a instalação de pontos do programa Recicla *Light* na Mata Machado e em outras localidades fora do Maciço da Tijuca. Não encontramos desdobramentos de nenhuma dessas iniciativas.

Na favela Fazenda, o nome do parlamentar foi associado com uma situação bastante complexa. O presidente da associação afirmou que o abastecimento regular de água para as residências não seria uma empreitada de grande dificuldade, pois seria uma extensão de pouco mais de 1km, a qual os moradores superaram por conta própria com a instalação de canos. No entanto, o Estado (na forma da CEDAE) não estava disposto a implementar tal benefício enquanto a Associação não se posicionasse abertamente em apoio ao Deputado Bebeto. Contraditoriamente, ao investigarmos a página do Deputado na rede social *Facebook*, verificamos que este visitou a favela no dia 12 de setembro de

2015 para acompanhar obras de recuperação de uma ponte, alegadamente solicitada por ele (Figura 13).

**Figura 13** - Publicação do deputado Bebeto em sua página do Facebook.



Fonte: Página do deputado Bebeto no *Facebook*. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/deputadobebeto/photos/a.898126336947089.1073742095.267681699991559/898126406947082/>>. Acessado em 24 abr. 2017.

Casos semelhantes ao acima relatado não são raros nos demais bairros da cidade, independentemente do conteúdo de classe. Porém, não podemos deixar de observar que essa atuação enfraquece a participação popular no interior das favelas, uma vez que seu funcionamento depende da passividade dos representados frente à atuação do Estado, intermediado pelos representantes das associações de moradores, os quais não agem no sentido da mobilização dos moradores para a democratização da gestão da favela, tampouco da cidade. Percebe-se que os membros do poder legislativo (mesmo de outras esferas) estão se posicionando como intermediários de segundo nível (em primeiro nível estão as associações de moradores) entre os favelados e o poder executivo municipal, o real responsável pela gestão do espaço urbano. Interpretamos essa prática com o auxílio de Paulo Freire, quando nos diz que:

Por isto é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. Os opressores falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte

geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria.

Daí o desespero desta “generosidade” diante de qualquer ameaça, embora tênue, à sua fonte. Não pode jamais entender esta “generosidade” que a verdadeira generosidade está em lutar para que desapareçam as razões que alimentam o falso amor. (FREIRE, 2014, p. 41-42).

Quando se atém a sua função legislativa, alguns parlamentares atuam de forma ainda mais acintosa contra a justiça social e a qualidade de vida para os moradores das favelas na escala da cidade. Inflamados pela série de reportagens “Illegal. E daí?”, do jornal *O Globo* de setembro de 2005, alguns vereadores e deputados estaduais apresentaram emendas “(...) ao artigo 429 da Lei Orgânica e ao artigo 234 da Constituição Estadual, ambos prevendo a remoção de favelas exclusivamente quando constatada situação de risco” (COMPANS, 2007, p. 90). Vejamos o levantamento realizado por Compans:

Um deles, de autoria da presidente da Comissão de Meio Ambiente, vereadora Aspásia Camargo, do Partido Verde (PV), juntamente com a vereadora Leila Maywald – hoje no Partido da Frente Liberal (PFL), mas que iniciou a sua carreira política também no PV -, propunha uma mudança na Lei Orgânica de modo a permitir a remoção total ou parcial das favelas, nos casos em que o executivo achasse necessário, abolindo a obrigatoriedade de indenização ou reassentamento de famílias que estivessem em áreas de interesse ambiental ou paisagístico há menos de cinco anos. De acordo com Aspásia, a falta de controle sobre as áreas ocupadas irregularmente, admitida pelo Prefeito, exigiria uma intervenção federal imediata.

(...)

O segundo projeto, de autoria do vereador Wanderley Mariz (PFL), simplesmente suprimia o inciso VI do artigo 429 da Lei Orgânica, que trata da remoção, evitando assim que fossem obtidas liminares sustando ações da Prefeitura neste sentido. Finalmente, o terceiro projeto, de autoria do vereador Carlos Bolsonaro, do Partido Popular (PP), previa mudanças no referido inciso, permitindo a remoção quando as condições físicas se mostrassem adversas à ocupação, independentemente da existência de áreas de risco. Contudo, na perspectiva deste vereador, a remoção é uma medida paliativa se não houver controle de natalidade.

Na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), o processo encontrava-se mais adiantado. Dois projetos de lei alterando a Constituição Estadual haviam sido protocolados na Mesa Diretora da casa. De autoria dos deputados Luiz Paulo Corrêa da Rocha, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e Paulo Mello, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), um dos projetos previa remoções quando averiguado o risco de danos ambientais ou necessidade de realização de obras de urbanização na área ocupada. Já o segundo projeto, de autoria do deputado Jair Bolsonaro (PP), previa a remoção a qualquer tempo, em qualquer situação, sendo as famílias reassentadas onde o Executivo assim o preferisse.

(...)

O presidente da Comissão de Meio Ambiente da ALERJ, deputado Carlos Minc, do Partido dos Trabalhadores (PT), a despeito de possíveis divergências ideológicas e partidárias, corroborou com a preocupação de seus colegas parlamentares em relação ao suposto crescimento desenfreado das favelas. Ele iria preparar um relatório que seria encaminhado ao Ministério Público, identificando algumas áreas ameaçadas próximas a parques públicos, para que a Prefeitura, o Estado e a União fossem notificados. (COMPANS, 2007, p. 90-91).

Mais uma instituição que atua sistematicamente na defesa, em última análise, dos interesses das classes dominantes é o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural do Ministério Público Estadual. Esta é a instituição responsável quando, com base em um laudo pericial escandalosamente mal elaborado,

[e]m outubro de 2006, o Ministério Público Estadual deu entrada em ação judicial, elaborada pela Promotoria do Meio Ambiente, denunciando o Prefeito César Maia pela prática de crime ambiental, face à sua omissão em relação ao surgimento e/ou crescimento de favelas no bairro do Alto da Boa Vista que estariam situadas em Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU), criada pelo Decreto Municipal nº 11.301/92. Nesta ação [Civil Pública nº 0133369-78.2006.8.19.0001 (ACP)], o MPE solicitou a remoção de 13 comunidades, das quais sete integralmente, e seis parcialmente. (COMPANS, 2007, p. 93)

Rose Compans traz o argumento de que grupos sociais interessados nas remoções de favelas vêm utilizando o discurso da degradação ambiental, associando-o à ocupação irregular do solo, "(...) como se fossem os pobres os únicos responsáveis pelo desmatamento e a poluição dos corpos hídricos ocorridos ao longo de décadas" (COMPANS, 2007, p. 97).

## 10.2 Solidarizando-se com as classes dominadas

Em nossos trabalhos de campo e entrevistas, levantamos que alguns agentes institucionais questionam as ações anteriormente descritas, bem como se posicionam em favor da melhoria da qualidade de vida e avanços de justiça social para os residentes das favelas de nossa área de estudos. A esse tipo de Instituições estatais denominamos: *solidárias às classes dominadas*. Tal nomenclatura se inspira nas palavras de Paulo Freire, de que:

O opressor só se solidariza com os oprimidos quando o seu gesto deixa de ser um gesto piegas e sentimental, de caráter individual, e passa a ser um ato de amor àqueles. Quando, para ele, os oprimidos deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser homens concretos, injustiçados e roubados. Roubados na sua palavra, por isto no seu trabalho comprado, que significa a sua pessoa vendida. Só na plenitude deste ato de amar, na sua existenciação, na sua práxis, se constitui a solidariedade verdadeira. Dizer que os homens são pessoas e, como pessoas, são livres, e nada concretamente fazer para que esta afirmação se objective, é uma farsa. (FREIRE, 2014, p. 50).

Iniciemos pela Assessoria de Direitos Humanos e de Minorias do Ministério Público Estadual, na pessoa do procurador Leonardo Chaves, que é um desses casos. De acordo com relatos na página do CONCA (CONSELHO DE CIDADANIA DO ALTO DA BOA VISTA, 2009), no ano de 2006, esse procurador visitou as favelas e solicitou a elaboração de um contralaudo ambiental, o qual se mostrou contraditório com o laudo adotado para abertura da ACP, demonstrando uma série de inconsistências metodológicas no mesmo.

No ano de 2008, a então deputada federal Marina Magessi (irmã de uma das lideranças do CONCA, o senhor Roberto Magessi) levantou, através de uma emenda parlamentar, verbas federais para que o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) contratasse uma consultoria. O estudo produzido visou o levantamento das informações necessárias para a comprovação de que os assentamentos ameaçados de remoção já se encontrariam ocupados por um período maior do que 5 anos, garantindo a utilização do instrumento de regularização fundiária da usucapião e do direito real de uso. O resultado desse processo foi a concessão do Termo Administrativo de Posse e Moradia para grande parte dos moradores.

O Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH) atuou em parceria com os favelados ameaçados de remoção pela Ação Civil Pública. Além de tentar incluir essas pessoas como parte interessada no processo, para que eles, ao menos, pudessem ter acesso ao conteúdo e se manifestarem nos autos



(isso lhes foi indeferido, tendo em vista que a ação tinha como réu o ex-prefeito César Maia), ofereceu orientação jurídica e articulação com cartórios notariais que oferecessem registros gratuitos de documentos que agilizassem o processo de concessão da usucapião. Observamos, ainda, que as orientações se fizeram em reuniões promovidas nas sedes das associações de moradores das favelas e estes eventos construíram um espaço de diálogo entre os favelados para análises de conjuntura e conversas sobre as possibilidades de resistência política ao processo judicial (Figura 14).

**Figura 14** - Reunião dos moradores ameaçados de remoção com representante do NUTH na sede da Associação de Moradores da Fazenda



Fonte: Foto do autor em 07 nov. 2016.

Novamente observando o poder legislativo, verificamos que o ex-vereador Eliomar Coelho (atualmente, deputado estadual) foi o responsável pela apresentação de um projeto de lei municipal substitutivo ao projeto inicial de regulamentação do uso do solo na APARU.

Sua equipe de gabinete era composta por ativistas e técnicos com posicionamento progressista, articulados com organizações de ativismos de diversos matizes. Assim assessorado, o parlamentar levou para o plenário da câmara uma proposta de projeto de lei substitutiva no qual as favelas, antes ameaçadas pela remoção, seriam abrangidas por um zoneamento includente.

Esse zoneamento as caracterizaria como Áreas de Especial Interesse Social (AEIS)<sup>23</sup>. Tal inclusão significaria um aumento, tanto da justiça social, através da

---

<sup>23</sup> Art. 205. Para viabilizar soluções habitacionais de interesse social, o Município poderá adotar padrões diferenciados de exigências urbanísticas e de infraestrutura mediante a declaração de Áreas de Especial

redistribuição de renda indireta, quanto em qualidade de vida para os moradores desses espaços segregados, uma vez que facilitaria as condições para a implementação de serviços básicos pelo Estado.

---

Interesse Social - AEIS, desde que sejam asseguradas as condições de segurança, higiene e habitabilidade das habitações, incluindo equipamentos sociais, culturais e de saúde, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local. § 1º Os Programas Habitacionais de Interesse Social – HIS, em Áreas de Especial Interesse Social, serão destinados a famílias de renda igual ou inferior a seis salários mínimos, de promoção pública ou a ela vinculada, admitindo-se usos de caráter local complementares ao residencial, tais como comércio, equipamentos comunitários de educação e saúde e áreas de esporte e lazer, abrangendo as seguintes modalidades.

I - AEIS 1 - áreas ocupadas por população de baixa renda, abrangendo favelas, loteamentos precários e empreendimentos habitacionais de interesse social para promover a recuperação urbanística, a regularização fundiária, a produção e manutenção de Habitações de Interesse Social – HIS.

## 11 O CAMPO DA AÇÃO DIRETA

Os agentes da ação direta são tanto organizações e indivíduos que se territorializam nas favelas estudadas, ou seja, os localmente baseados, quanto aquelas organizações e indivíduos que exercem influência (direta ou indireta) sobre a fração do espaço geográfico em questão. Adotamos a designação de "ação direta", utilizada por Marcelo Lopes de Souza, que a compreende como "(...) o conjunto de práticas de luta que são, basicamente, conduzidas apesar do Estado ou contra o Estado, isto é, sem vínculo institucional ou econômico imediato com canais e instâncias estatais" (SOUZA, 2015a).

### 11.1 - Agentes localmente baseados

Realizamos inúmeros trabalhos de campo nas favelas estudadas, conversamos com comerciantes locais e moradores, participamos dos grupos virtuais de moradores (*Facebook* e *Whatsapp*), conduzimos inquéritos de ampla circulação, contudo, não conseguimos identificar a existência de organizações de ativismo outras que não as associações de moradores e o Conselho de Cidadania. Observamos, então, os seguintes agentes coletivos localmente baseados: a Associação de Moradores do Mata Machado; a Associação de Moradores do Tijuacu; a Associação de Moradores de Furnas; a Associação de Moradores da Agrícola; a Associação de Moradores da Fazenda; a Associação de Moradores do Vale Encantado; e o Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (CONCA), que é uma organização formada pela articulação das associações de moradores mencionadas.

O ativismo de bairro, nessas favelas, não diverge do cenário geral delineado por Marcelo Lopes de Souza (2000). Apesar de termos relatos de relevantes contribuições históricas na luta contra as remoções, na década de 1960/1970, na favela Mata Machado (SILVA, 1984), não verificamos a exploração contemporânea dos potenciais da luta a partir do bairro, tais como a *conscientização e conquista de direitos sociais; politização das cidades; criação de margem de manobra para a humanização do urbano* (SOUZA, 2000).

Partindo da matriz apresentada no primeiro capítulo dessa tese, analisamos a atuação de cada uma das organizações. A ordem de apresentação dos resultados de nosso levantamento basear-se-á na nossa observação, primeiramente, do grau de dependência em relação ao Estado para a promoção da qualidade de vida e da justiça social nos territórios investigados. Identificamos que as favelas podem ser agrupadas em dois

troncos principais: aquelas que foram beneficiadas pelos programas do executivo municipal, notadamente o Projeto Favela Bairro, que tinha como eixo a urbanização para uma posterior regularização fundiária (que nunca ocorreu); e aquelas que, diretamente ameaçadas pela prefeitura, tiveram de recorrer à mobilização social pela busca regularização fundiária como uma forma de evitarem a remoção. As organizações atuantes no primeiro grupo de favelas são as associações de moradores do Tijuacu e da Mata Machado. Já no segundo grupo encontramos as associações de moradores das favelas Agrícola, Furnas, Fazenda e Vale Encantado. Iniciamos pela Associação de Moradores da favela Mata Machado.

O histórico de lutas populares na favela Mata Machado remete aos anos 1950, quando os primeiros ocupantes da área resistiram às pressões pela sua remoção. Contudo, a vigorosa organização dos moradores não foi uma exceção ao declínio do ativismo de bairros, verificado nas décadas seguintes. Já na década de 1960, paralelamente à luta pela permanência da ocupação, a associação de moradores passou por um processo de burocratização, quando seu dirigente se associou à organização religiosa Assembleia de Deus e passou a desempenhar funções de controlar o ordenamento espacial e o comportamento dos moradores com base nos preceitos de sua seita religiosa, dentre elas: a numeração das casas; a intervenção na comercialização dos imóveis e a restrição de novas construções; a criação de uma comissão de construção e reformas para regular as ampliações das habitações; o recebimento, armazenamento e distribuição da correspondência dos moradores; o controle dos “pontos de luz” (rede de distribuição informal de energia elétrica); instalação de um sistema de alto-falantes para comunicação direta com os moradores; a obrigatoriedade de realização de um curso de saúde; a criação de uma comissão de moral, com o objetivo de vigiar o comportamento coletivo; e, a proibição do funcionamento de um bloco de carnaval e de um terreiro de umbanda (SILVA; MAGALHÃES, 1984).

A partir da década de 1970 e diante o apaziguamento na disputa pela permanência da favela no local, a associação de moradores, com o apoio da Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ), incumbiu-se da tarefa de urbanizar a favela. Sua estratégia para tal empreitada se movia em dois eixos: um deles era a articulação com políticos ligados ao então governador Chagas Freitas, já o outro se baseava em acordos informais com funcionário dos órgãos públicos de prestação de serviços (Ibid).

No momento da redação dessa tese, a associação não mantém parceria com nenhum político de carreira consolidada. Com efeito, o atual presidente verbalizou uma decepção em relação ao “abandono” por parte daqueles que foram apoiados enquanto

candidatos. No entanto, o presidente da associação explicitava o apoio ao candidato a vereador Márcio Hugo nas eleições municipais de 2020 (o candidato não foi eleito, mas obteve expressivos 4.764 votos pelo Partido Trabalhista Cristão [PTC]). Esse também é o presidente da Associação de Moradores de Furnas. O argumento do presidente da associação da Mata Machado para o apoio ao presidente da associação de Furnas se baseava na pretensa vantagem para o bairro do Alto da Boa Vista, por poder contar com um vereador dessa origem. Sobre a atuação do Márcio Hugo, discutiremos mais adiante, quando focarmos a Associação de Moradores de Furnas.

Das práticas adotadas no passado para a urbanização da favela, os acordos informais com os funcionários dos órgãos públicos se perpetuaram até os dias atuais. Como ouvimos em uma das entrevistas concedidas por seu presidente, ele se esforça para manter uma boa relação com os funcionários dos órgãos da administração pública, notadamente aqueles que se encontram em posições de coordenação das equipes locais de operação. Através de solicitações informais realizadas diretamente aos encarregados pela sua execução, a associação de moradores escapa dos longos e demorados trâmites institucionais que atravessam verticalmente a estrutura de cada órgão em questão. Dessa forma, conquista-se a atuação de segmentos do aparelho de Estado nos serviços demandados pela favela, tais como a limpeza e capina das ruas e margens dos rios, também na manutenção da iluminação das vias públicas.

Devemos ponderar que a utilização dos limitados meios públicos da maneira descrita pode causar o atraso ou omissão de sua execução em outra localidade, tratando-se, então, de uma forma de “furar a fila” da distribuição dos escassos recursos, que são destinados pelo Estado, para o atendimento dos direitos do corpo de cidadãos. Isso pode tanto se refletir no prolongamento do sofrimento em uma localidade mais precarizada que conte com menor capacidade de articulação com os operadores do Estado, quanto na redistribuição dos recursos que estariam destinados à valorização de uma área estruturalmente já privilegiada da cidade. No entanto, o planejamento orçamentário que precede a alocação insuficiente de recursos demandados para o atendimento dos serviços necessários em toda a cidade, assim como a total opacidade da construção da agenda de prioridades para a distribuição dos míseros benefícios pelos órgãos executores dos serviços são a expressão da heteronomia do modo de gestão fechado à participação popular.

Portanto, apesar de a prática dos acordos informais trazer ganhos que se materializam especialmente em qualidade de vida na escala da favela Mata Machado, não podemos verificar se essa amplia a justiça social na escala da cidade, ao provocar uma

redistribuição informal dos recursos institucionalmente destinados à concentração na escala da cidade, ou se se trata de um caso de drenagem dos recursos destinados ao atendimento das necessidades básicas dos (ainda) mais carentes. Contudo, é patente que o atual modelo de alocação dos recursos coletivos, que torna imprescindível esse tipo de arranjo informal para o gozo dos serviços, é socialmente injusto.

Uma vez que, mesmo se aproveitando de instrumentos estatais, a tática adotada pela associação de moradores contorna a estrutura formal do Estado, ela nos revela um caso de como uma organização de ativismo pode operar de forma (no caso, bastante limitada) “apesar do Estado” (SOUZA, 2010). Devido à ausência de articulação supralocal (que pode custar o agravamento da situação em outras localidades) e de uma reflexão coletiva sobre uma estratégia de longo prazo para o enfrentamento das causas do problema, não podemos assumi-la como uma prática insurgente rumo ao ganho de autonomia. Ela se aproveita dos contatos interpessoais entre o dirigente da associação e os estratos inferiores do serviço público para, dessa maneira, contornar a burocracia formal e auferir ganhos imediatos em qualidade de vida de forma paroquial.

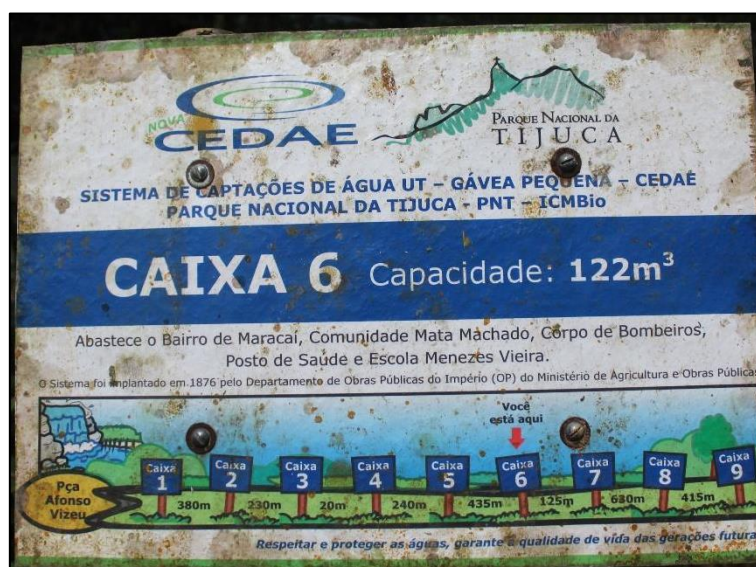
A Associação Pró-melhoramentos de Vila Cachoeira atua na convocação e condução de mutirões para a resolução de problemas específicos, principalmente relacionados à manutenção do sistema de captação e distribuição de água dos mananciais da floresta para as residências. Antes de descrevermos o funcionamento dos mutirões, devemos contextualizar que a favela é provida de água a partir de duas redes. A primeira delas faz parte da rede regular da CEDAE e abastece a parte baixa da localidade, nas imediações da Escola Municipal Mata Machado. Apenas cerca de 20% das residências são beneficiadas por esse serviço, segundo o presidente da associação de moradores. As demais habitações são abastecidas pela segunda rede, essa é formada por um sistema de abastecimento com 8 pontos de captação dentro do PNT, cuja água é direcionada para a Unidade de Tratamento de Água (UT) Gávea Pequena (Figuras 15 e 16), que foi inaugurado em 1876 pelo imperador D. Pedro II e atualmente é operada pela CEDAE. Dali a água tratada é distribuída para a residência oficial do prefeito, para o bairro de Maracá, para o quartel do Corpo de Bombeiros, para o Centro Municipal de Saúde Nicola Albano, Escola Municipal Menezes Vieira e a caixa d'água construída pelo programa Favela Bairro na parte alta da favela Mata Machado (Mapa 4).

**Figura 15** - Caixa 1 (decantador) do sistema de captações de água UT Gávea Pequena



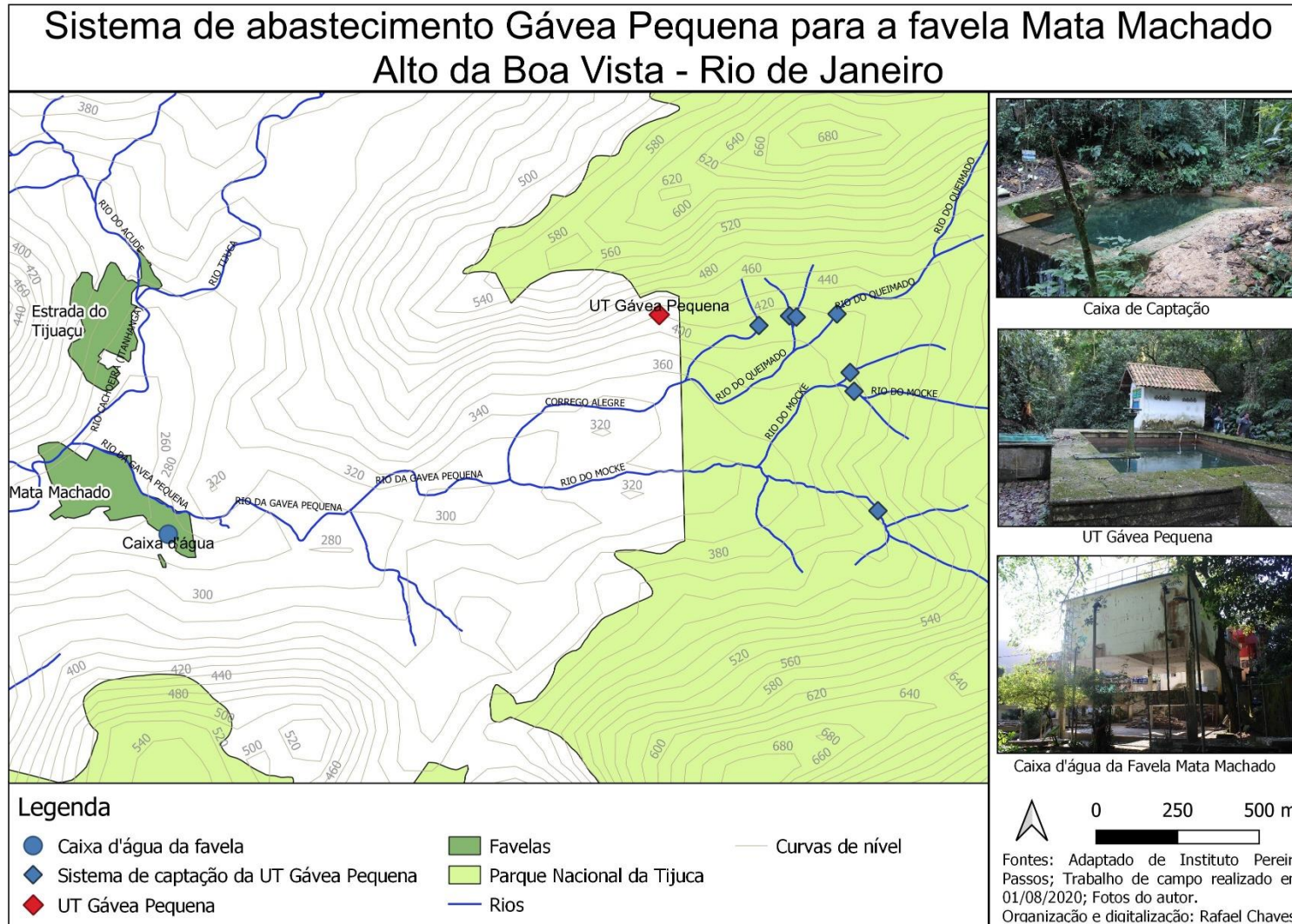
Fonte: Foto do autor em 01 ago. 2020.

**Figura 16** - Placa explicativa do sistema de captações de água UT Gávea Pequena



Fonte: Foto do autor em 01 ago. 2020.

Mapa 4 – Sistema de abastecimento da favela Mata Machado pela Unidade de Tratamento de água Gávea Pequena (CEDAE)





Devido ao sucateamento que a companhia pública de águas vem sofrendo ao longo de décadas, seu serviço de manutenção das caixas de captação dos mananciais, da tubulação de transporte e da caixa d'água na favela Mata Machado se tornaram muito aquém da demanda. Por essa razão, a direção da associação de moradores tomou para si a responsabilidade dessas tarefas.

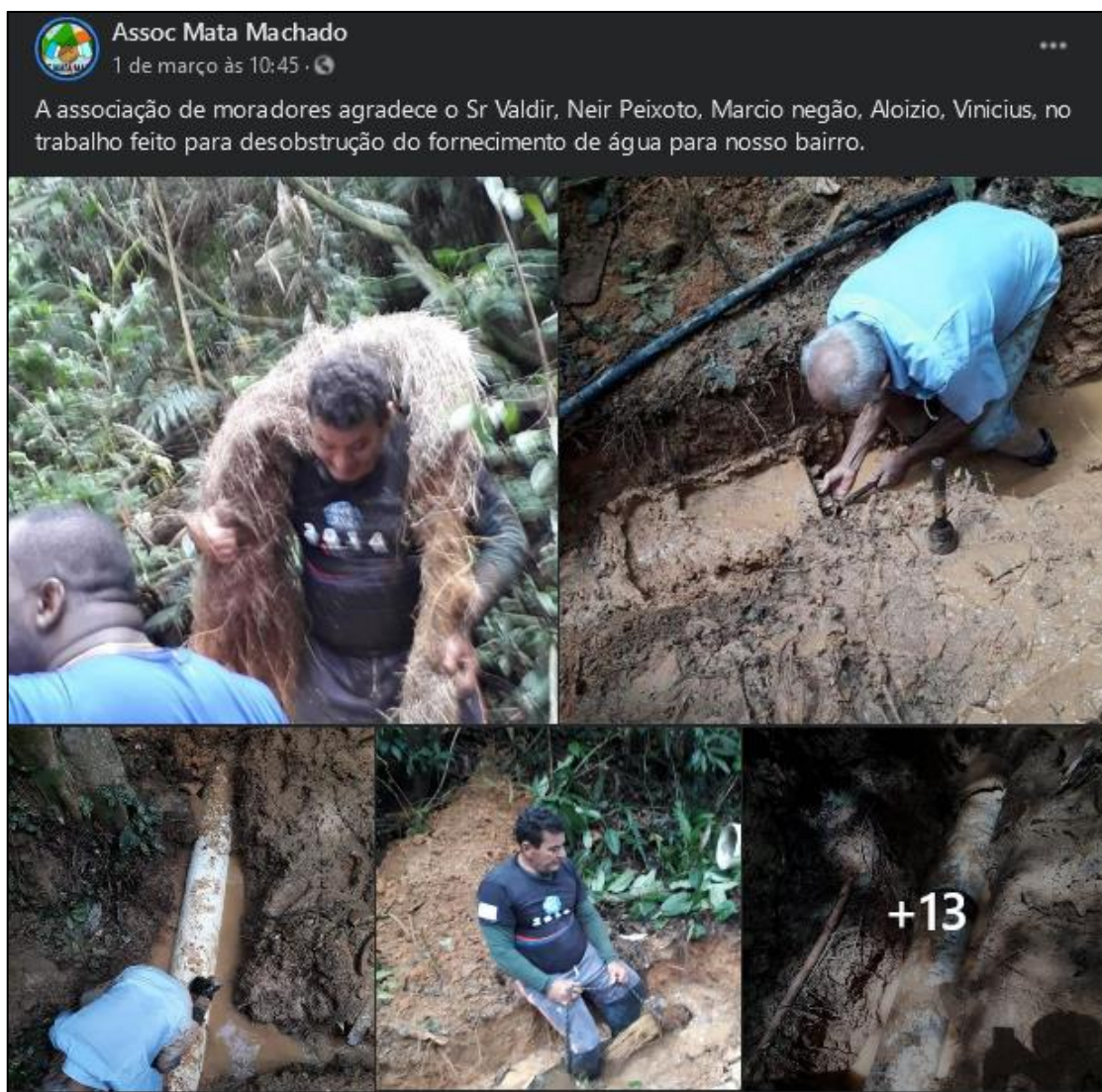
Quando a água começa a escassear nas torneiras dos moradores abastecidos pelo sistema de captação da floresta, os atuais dirigentes da associação também percebem, pois eles residem nessa parte da favela. O vice-presidente da associação (que foi o candidato derrotado nas últimas eleições) é um senhor aposentado e muito ativo. Ele e um outro morador septuagenário se fazem regulares na floresta para verificar o assoreamento das caixas de captação e possíveis pontos de obstrução por raízes na tubulação. Uma vez identificado o fator de desarranjo no sistema de abastecimento, a associação de moradores inicia a convocação de voluntários para mutirões de desassoreamento das caixas captação (Figura 17) e desobstrução da tubulação (Figura 18).

**Figura 17:** Mutirão de desassoreamento de uma das caixas de captação de água do sistema Gávea Pequena



Fonte: Foto do autor em: 01 ago. 2020.

**Figura 18** - Publicação na página da Associação de Moradores da Mata Machado em uma rede social de agradecimento a alguns moradores pela desobstrução da tubulação do sistema Gávea Pequena



Fonte: Página da Associação de Moradores Mata Machado no *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=2900891710232612&id=100009354335350](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=2900891710232612&id=100009354335350). Acesso em: 14 mar. 2021.

O mutirão dos favelados beneficia não apenas as residências do espaço da favela, mas também aos demais estabelecimentos abastecidos pela mesma fonte. Contudo, eles não podem contar com significativo apoio de nenhum deles. Desde a identificação da necessidade de manutenção da rede, passando pela mobilização de voluntários para composição da força de trabalho, a coleta de doações de alimentos junto aos comerciantes locais para os voluntários passarem o dia na floresta, o transporte das pessoas até o local da ação até a execução do serviço, o único pífio auxílio institucional é oferecido pela CEDAE, que cede algumas ferramentas simples como pás, enxadas e puçás, as motosserras também são de propriedade dos voluntários.

Tendo em mente que “[t]oda relação com a matéria é uma relação de poder que se inscreve no campo político por intermédio do modo de produção” (RAFFESTIN, 1993, p. 225), entendemos que a ação Anteriormente descrita representa uma prática espacial de *construção de um circuito econômico alternativo*, pois ela possibilita a substituição da dependência de obtenção do serviço de abastecimento de água no mercado formal, cuja precária operacionalização contemporânea por seu órgão gestor legaria a condição de escassez desse recurso para os sujeitos de nossa pesquisa. Verdade seja dita: a favela tem como amenidade particular a proximidade em relação à fonte da matéria natural água, assim como também conta com as intervenções técnicas mediatizadas pelo trabalho de origem estatal de um passado remoto (o sistema Gávea Pequena) e outras mais recentes obtidas em conjuntura favorável (o Programa Favela Bairro). Esse complexo processo de produção viabilizou a conversão dessa matéria em recurso, que é atualmente explorado em meio a uma *tecnicidade simétrica* (caracterizada por relações não destrutivas do meio material) materializada na ação coletiva organizada e de relativa duração dos moradores da favela Mata Machado, mobilizados na associação de moradores. Eles viabilizam que a coletividade desfrute de constante abastecimento domiciliar de água de boa qualidade e livre de custos, impactando, dessa forma, positivamente na qualidade de vida e na justiça social.

A associação de moradores atua na gestão do espaço de uso coletivo da favela e, em muitos casos, ela assume o papel de parceira nas incumbências estatais. É ela que organiza, por exemplo, os fluxos da coleta municipal de lixo nas diferentes áreas da favela em sistema de rodízio. Essa regulação parte do diálogo com as equipes de limpeza em combinação com a indicação dos locais para instalação das caçambas coletivas e orientação dada aos residentes, para que, dessa forma, se aproveite ao máximo o serviço prestado pelo órgão estatal (evitando que haja carência de sua prestação nas áreas mais afastadas, assim como o excesso de sacolas com resíduos nas lixeiras nos dias impróprios para aquela localidade). A organização ainda realiza a manutenção preventiva dos brinquedos da praça em frente a sua sede, efetua a aplicação de larvicida nos rios que cortam a favela para evitar a proliferação do mosquito borrachudo e empreende pequenos reparos nas ruas e tubulações da favela.

Além da coordenação das ações acima, a associação de moradores consegue intermediar a refuncionalização temporária da quadra de esportes da Escola Municipal Mata Machado, a qual, apesar de estar sob um uso de caráter pedagógico ao longo dos dias letivos, é aberta para a prática esportiva dos moradores nos finais de semana e para

eventos comemorativos organizados pela associação, como as festas do dia das crianças e natalinas.

A associação também atua incisivamente na coibição de novas construções, tanto a expansão vertical das residências, quanto aquelas que avançariam sobre a floresta e o curso dos rios. O mecanismo desse controle se dá através de denúncias das irregularidades aos órgãos públicos, chegando até mesmo ao ponto de ameaças pessoais diretas aos supostos “infratores”. Essa postura, se por um lado contribui para a proteção da cobertura vegetal e dos rios, por outro revela uma territorialização apoiada na percepção de que os únicos pobres possuidores de legitimidade para residir naquela área são os ocupantes originais, seus descendentes e as pessoas autorizadas pelos moradores atuais. Esta conclusão é ratificada pela dinâmica do mercado imobiliário na favela (que extrapola a atuação da associação de moradores), pois, quando há a disponibilidade de imóveis vagos para a locação, os “proprietários” do imóvel buscam por indicações dos seus vizinhos de potenciais locatários. Aqueles que indicam alguém para o negócio, conscientemente empenham e atrelam a sua reputação ao comportamento do novo morador ou moradora perante a comunidade.

Assim como verificamos na favela Agrícola, a atuação da associação de moradores da Mata Machado também impede que as adjacências da favela sejam o ponto de destino de famílias impossibilitadas de ocuparem as partes mais valorizadas da cidade. Ou seja, os agentes observados colaboram para que a área social mantenha uma relativa homogeneidade, pois praticam a segregação de pessoas de estratos sociais ainda mais baixos, e aquelas que, mesmo contando com maior reserva de capital econômico, não desfrutam do capital social necessário para acessarem aquele território.

Para os moradores atuais, a associação emite a declaração de residência, que pode ser utilizada para diversos fins, dentre eles a participação no projeto “A Casa É Nossa” do Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário. Trata-se de uma associação não-governamental para o fornecimento gratuito do título de posse para os moradores das localidades atendidas. No caso da Mata Machado, após um evento de apresentação do instituto para as pessoas, a associação de moradores ficou incumbida de receber os envelopes com a documentação para o início dos processos. É evidente que essa prática consiste em uma estratégia para a consolidação da posse da terra urbana.

O edifício da associação de moradores é o ponto onde ocorrem diversos serviços que beneficiam dos moradores. O primeiro (e óbvio) uso é o de servir como centro administrativo da própria associação, onde ficam armazenados os arquivos físicos, computadores e ferramentas da instituição. Este local também é onde, supostamente,

ocorrem as reuniões. Corroborando o estreito vínculo entre a associação de moradores e o Estado, aquela cede uma sala para o funcionamento da Fundação Leão XIII (que é vinculada à Secretaria de Vice-Governadoria do estado do Rio de Janeiro). Em nosso primeiro trabalho de campo, no ano de 2015, verificamos que o presidente da associação de moradores também era o funcionário local da Fundação. Posteriormente, nos foi relatado pelo atual presidente de que ele também era funcionário da Fundação no início do seu mandato. Todavia, ao romper o apoio a um(a) político(a) profissional específico, foi destituído do cargo remunerado. Essa dinâmica serve como indício de um procedimento sistemático de tentativa de cooptação do líder da associação.

Ainda sobre o prédio da associação de moradores, é importante destacar o seu papel de centro comunitário. A sede da associação é utilizada pelos moradores para jogos de cartas, os quais permitem a interação entre pessoas de diferentes idades, colaborando para a formação de uma identidade local e o fortalecimento do sentimento de pertencimento. O espaço ainda propicia o desenvolvimento de atividades econômicas que viabilizam a geração de renda para alguns profissionais independentes, como professores de cursos técnicos, professores de dança, fisioterapeutas e psicólogos. Seus atendimentos são realizados ali, com a única contrapartida de que os preços dos serviços prestados sejam abaixo dos praticados regularmente no mercado. Na conjuntura, essa é um circuito do qual todos os envolvidos se beneficiam, pois os profissionais não têm custos com as instalações (e ainda podem contar com investimentos da própria associação em infraestrutura para os serviços, como no caso da fisioterapia (Figura 19) e contam com um público garantido, pois os cidadãos não dispõem de oferta suficiente desses pela rede pública. Já a direção da associação se beneficia politicamente pelo provimento de serviços que são escassos e/ou distantes. Contudo, não podemos negligenciar que aqueles que, por condições estruturais, não podem arcar nem mesmo com os custos reduzidos, ficam de fora do circuito.

**Figura 19** - Equipamentos de fisioterapia da Associação Pró-Melhoramentos de Vila Cachoeira na favela Mata Machado



Fonte: Fotos do autor em 04 ago. 2020.

A pesquisa que realizamos sobre a satisfação dos moradores com relação aos serviços públicos ofertados no espaço da favela (Quadro 7) nos revela um significativo distanciamento entre a gestão da associação de moradores e a sua respectiva base social. Podemos verificar que os serviços que provocam maior insatisfação entre os residentes são a precariedade do serviço de transporte, a carência de eventos culturais e o respeito mútuo entre os vizinhos, a insuficiência de serviços de saúde e a baixa qualidade do abastecimento de água. Desses cinco itens, três deles contam com ações objetivas da associação para mitigação dos transtornos cotidianos. Dessa maneira, evidencia-se, aqui, que, apesar do isolamento, os líderes da associação de moradores conseguem diagnosticar com relativo acerto as carências vividas pelos habitantes daquele espaço.

**Quadro 7** - Ranking de satisfação com os serviços públicos na favela Mata Machado

<b>Ranking de satisfação com os serviços públicos na favela Mata Machado</b>	
<b>Posição</b>	<b>Tipo de serviço público</b>
1°	Coleta de lixo
1°	Escolas e creches públicas
2°	Proteção contra o racismo
2°	Proteção a pessoas LGBTQI+
3°	Embelezamento da comunidade
4°	Áreas de lazer
4°	Abastecimento de energia elétrica
5°	Segurança contra deslizamento/alagamento
6°	Segurança contra violência direta (assaltos, etc.)
7°	Serviços de telecomunicação
7°	Segurança contra remoção
8°	Proteção de violência contra a mulher
9°	Fontes de renda na comunidade
9°	Proteção contra grupos armados dominando a comunidade
10°	Abastecimento de água
11°	Coleta de esgoto
12°	Serviços de saúde
12°	Respeito entre os vizinhos
13°	Eventos culturais
14°	Serviço de transporte

Fonte: Extraída da pesquisa sobre a qualidade de vida nas favelas do Alto da Boa Vista, realizada pelo autor entre 8 jul. 2020 e 8 ago. 2020.

O caráter centralizado da tomada de decisões da associação, seja sobre a convocação de mutirões, sobre a repressão ou não de novas construções, sobre a autorização do uso da sede por prestadores de serviços, ou mesmo sobre a parceria com o Estado e outras organizações, é evidenciado pela carência de debates sinalizada pelos respondentes do questionário aplicado. Vejamos que os moradores não são convocados adequadamente para o debate, quando convocados não são ouvidos e quando ouvidos não têm as decisões coletivas postas em prática.

Ao observarmos os dados que levantamos, notamos mais da metade (56%) das pessoas registrando que não se fazem (ou se fazem inadequadamente) convites para as reuniões e assembleias da associação de moradores. Como demonstraremos a seguir, podemos assumir que, de fato, a convocação para o debate não concretiza de forma acertada, pois a comunicação da associação com os moradores se dá de forma precária como um todo. Verificamos que o maior conjunto de respostas (43%) indica que as informações gerais sobre as ações da associação de moradores não são divulgadas, ou são

de forma inadequada; o segundo maior (39%) considera que a divulgação é razoável; e, o terceiro (18%) considera bem feita, ou muito bem feita.

Certamente, a falha na comunicação é um dos fatores que ajuda a explicar a baixíssima participação dos moradores nas assembleias, reuniões e, até mesmo, eleições de representantes, mas não é o único. Salta-nos aos olhos a expressiva parcela dos respondentes que não participam em nenhum dos eventos mencionados (78%), mas um simples cruzamento de dados nos mostra que dentre esse conjunto, estão aquelas pessoas que veem como “muito bem feitos” os convites para as reuniões e assembleias.

Analisemos mais alguns dados para consolidar a nossa afirmação de alguns parágrafos acima. Quando perguntamos sobre as oportunidades para os moradores colocarem suas ideias, sugestões, e opiniões nas reuniões e assembleias, predominaram as respostas (48%) de que não existiam essas oportunidades, ou que elas eram mal feitas. Em seguida, vêm as respostas (43%) apontando que essas oportunidades se concretizam de maneira razoável. Apenas uma pequena parcela (9%) das respostas indicou que a construção da oportunidade é muito bem feita. Apesar de a maioria das pessoas indicarem que a oportunidade é razoável, nos perguntamos: É possível considerar como um modelo participativo, uma situação em que praticamente metade dos moradores não se sente contemplado como participante?

Para finalizarmos a nossa análise da abertura da associação à participação dos moradores, aportamos as informações obtidas a partir dos dados que levantamos sobre a implementação das decisões tiradas nas assembleias e reuniões. É alarmante que, diante do cenário de precariedade da convocação para as reuniões e da oportunidade para a exposição de ideias e sugestões, como descrito acima, 43% dos respondentes avaliaram que as ações estabelecidas nas reuniões são executadas razoavelmente, 22% avaliaram como mal feita e 9% como bem feita ou muito bem feita.

Apesar de a associação incrementar a qualidade de vida local através da reestruturação do espaço em escala nanolocal, fomentar um circuito econômico alternativo e participar de redes de cooperação nos aspectos relacionados no quadro 8 (Quadro 8), o *Caciquismo* leva à emulação da separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual típica do Estado, pois verificamos que alguns moradores, mesmo não se sentindo convidados a participar da elaboração das ações, colaboram com o trabalho manual nos mutirões. Por outro lado, mais de três quartos dos respondentes alegaram que não participam de nenhuma assembleia, reunião, nem mesmo das eleições, por esse motivo não podemos descartar a possível *indiferença e “comodismo” da base social*



(SOUZA, 2000) como um dos fatores do declínio dos ativismos de bairro presentes em nosso caso de estudo.

**Quadro 8** - Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais da Associação Pró Melhoramento de Vila Cachoeira sobre a favela Mata Machado

<b>Impacto da Associação de Moradores de Vila Cachoeira (Mata Machado) na qualidade de vida e na justiça social</b>					
<b>Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana</b>				<b>Tipo de impacto</b>	<b>Detalhes da ação</b>
<b>Características do sítio</b>	<b>Características da habitação</b>	Proximidade de amenidades naturais (vegetação exuberante, cachoeira, praia, etc.)	Proteção da amenidade	Positivo	A associação de moradores coíbe o desmatamento para a construção de novas habitações
			Aproveitamento dos benefícios	Positivo	Manutenção do sistema de abastecimento d'água
	<b>Situação fundiária</b>	Segurança da posse		Positivo	Emissão de declaração de posse para registro em cartório
<b>Uso do espaço</b>	<b>Espaços públicos</b>	Espaços públicos destinados ao lazer	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tamanho perante a população local</li> <li>- Conservação dos equipamentos</li> <li>- Diversidade de usos propiciados (faixas etárias)</li> <li>- Estado de conservação</li> <li>- Acessibilidade para pessoas com restrições de mobilidade</li> </ul>	Positivo	Manutenção da pracinha em frente à sede da associação
		Espaços públicos destinados à prática de esportes		Positivo	Intermediação com o poder público para o uso da quadra da escola municipal
		Locais de encontro		Positivo	Disponibilização da sede da associação de moradores para jogos de cartas
<b>Condições de habitabilidade</b>	<b>Saneamento básico</b>	Extensão do abastecimento de água	Frequência do abastecimento	Positivo	Manutenção do sistema de captação e abastecimento
			Existência de fonte pública em áreas de baixo acesso à rede	Positivo	Gestão da caixa d'água comunitária
		Extensão da limpeza urbana	Coleta de lixo doméstico	Positivo	Ordenamento da distribuição das lixeiras coletivas na comunidade
		Qualidade ambiental resultante da limpeza urbana	Existência e quantidade relativa de coleta seletiva	Positivo	Tentativa de coordenação de pontos de coleta de resíduos recicláveis em parceria com cooperativas
		Qualificação da macrodrenagem (tipo de tratamento dos fundos de vale)	Preservação da vegetação marginal	Positivo	A associação de moradores coíbe o desmatamento para a construção de novas habitações
	<b>Controle de vetores</b>	Extensão de políticas públicas de controle de vetores		Positivo	Aplicação de larvicida para combate a proliferação de mosquitos
	<b>Meios de comunicação</b>	Extensão da rede de meios de comunicação	Quantidade relativa de domicílios atendidos	Positivo	Disponibilização os computadores para que os moradores eventualmente acessem à internet

Organização política	Formação de redes	Laços de solidariedade com outras localidades		Positivo	Atendimento de moradores de outras localidades pelos serviços providos pela associação
	Coesão social	Relações sociais intergeracionais	Reunião de moradores de diferentes faixas etárias	Positivo	A associação facilita os encontros na sede
		Estímulo à participação política	Realização de processos de tomadas de decisões coletivas com a participação igualitária de todos	Negativo	Mais da metade dos respondentes alegaram que o convite para as reuniões e assembleias é feito de forma inadequada
		Sentimento de pertencimento	Ações para a construção do reconhecimento enquanto membro de uma coletividade	Positivo	A associação convoca os moradores para diversos mutirões de manutenção
		Construção de projetos coletivos	Promoção do protagonismo dos moradores	Positivo	A associação convoca os moradores para diversos mutirões de manutenção
		Qualidade do relacionamento entre vizinhos		Positivo	A associação organiza diversos mutirões
Infraestrutura social	Fomento cultural	Fortalecimento de expressões culturais	Ocorrência de festividades e manifestações tradicionais	Positivo	A associação cede a sede para projeto de dança privados a preços reduzidos para os moradores
			Suporte ao desenvolvimento de expressões criativas	Positivo	A associação cede a sede para projeto de dança privados a preços reduzidos para os moradores
	Saúde	Acesso a serviços de saúde	Acesso a serviços complementares de saúde	Positivo	A associação cede a sede para prestadores de serviços privados de saúde complementar a preços reduzidos para os moradores
			Custo proporcional à renda	Positivo	A associação cede a sede para prestadores de serviços privados de saúde complementar a preços reduzidos para os moradores
	Educação	Educação complementar	Disponibilidade de cursos preparatórios ou profissionalizantes	Positivo	A associação cede a sede para cursos profissionalizantes privados a preços reduzidos para os moradores
			Custo proporcional à renda	Positivo	Custos menores do que os praticados no mercado
	Subsistência	Geração de renda	Quantidade relativa de pessoas ocupadas	Positivo	A associação cede a sede para profissionais particulares a preços reduzidos para os moradores
			Atividades geradoras de renda na própria localidade	Positivo	A associação cede a sede para profissionais particulares a preços reduzidos para os moradores

Parâmetros particulares de Justiça Social					Tipo de impacto	Detalhes da ação
Formas de opressão	Exploração	Transferência de energias de um grupo para outro	Criação/manutenção de instituições que operam a transferência sistemática do poder de decisão relativas ao mundo do trabalho	Definição do trabalho a realizar	Positivo	A associação cede a sede para profissionais particulares prestarem serviços a preços reduzidos para os moradores
				Atribuição das tarefas e seus beneficiários	Positivo	O fruto do trabalho dos prestadores particulares é usufruído pelos moradores locais
	Alienação	Divisão social entre o trabalho intelectual e o manual	Capacidade de tomada de decisão no processo produtivo	Poder de decisão na vida do trabalho	Positivo	A associação cede a sede para profissionais particulares a preços reduzidos para os moradores
	Marginalização	Impedimento de participação produtiva de um grupo no sistema político-econômico predominante	Gozo das liberdades individuais da sociedade em foco	Mecanismos de proteção contra privação de direitos e liberdades	Positivo	Promoção de serviços básicos
					Negativo	Impedimento de construção de novas residências

Nosso primeiro contato com um representante da Associação de Moradores do Tijuacu ocorreu em um trabalho de campo exploratório no dia 1º de abril de 2015, no qual integrávamos uma equipe de membros do Nuped. Dado o caráter inicial da atividade investigativa, nossa preocupação era a de reconhecimento do local e identificação das organizações sociais atuantes naquele território. A equipe havia estabelecido contato com a associação de moradores e agendado a visita, mas o presidente não pôde nos receber no momento combinado. Fomos recepcionados por um funcionário da organização. Tivemos uma agradável conversa este com esse rapaz na pracinha próxima à sede da associação. Logo em seguida, o presidente se juntou ao grupo.

Após essa reunião, ao longo de anos, tentamos realizar uma nova conversa para conduzir uma entrevista melhor estruturada. Contudo, apenas por intermédio de um dos integrantes da Associação de moradores da Mata Machado conseguimos agendar o encontro com o presidente da Associação de Moradores do Tijuacu para o dia 4 de agosto de 2020. Mais uma vez não pudemos contar com a presença do representante eleito, mas ele nos orientou a obter as respostas com o mesmo funcionário do primeiro encontro. Sendo esta a nossa única possibilidade de contato com algum membro da associação, aceitamos e seguimos o nosso roteiro para o levantamento do impacto das ações das organizações sociais na qualidade de vida dos moradores das favelas na APARU-ABV, apresentado no capítulo 8.

Destacamos que, em contraste com a Associação de Moradores da Mata Machado, a atuação da organização em foco é bastante limitada. No que tange à gestão independente do espaço público da favela, suas atividades se resumem à construção das lixeiras coletivas e do patrocínio da pintura de alguns muros da entrada da favela por artistas locais (Figura 20).

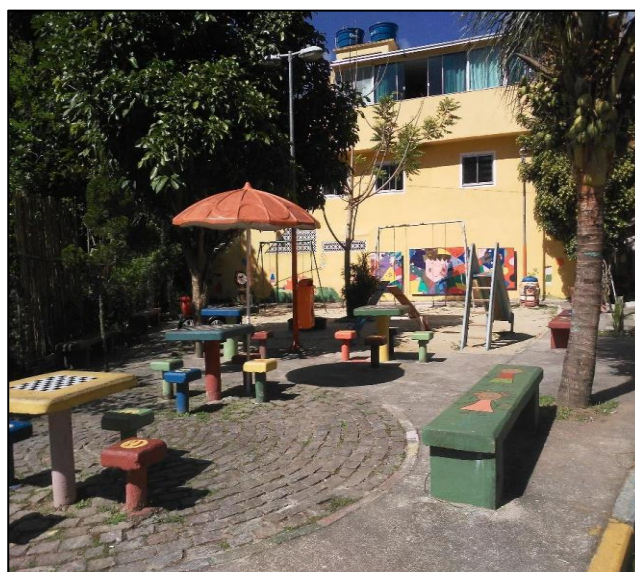
**Figura 20** - Grafite do projeto “Cor e cultura na comunidade”



Fonte: Página pessoal do artista Lucca Ehrlich no *Facebook*. Disponível em: <  
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=846917198730352&set=pb.100002362393963.-2207520000>.  
 Acesso em: 19 mai. 2016.

Pelo fato de a favela ter sido atendida pelo Projeto Favela Bairro, ela conta com uma infraestrutura de calçamento e alguns equipamentos de lazer implementados pela prefeitura (Figuras 21, 22, 23 e 24). Contudo, como fica evidente nas fotos, novos aparelhos foram instalados e a manutenção vem sendo realizada adequadamente pela própria prefeitura, mas com a intervenção independente de alguns moradores. De acordo com o nosso levantamento, a associação não organiza mutirões, tampouco contrata pessoas para a realização de manutenção e benfeitorias no território. O que verificamos foi o estreito laço entre o presidente da associação de moradores e o Estado.

**Figuras 21** - Praça vizinha à associação de moradores do Tijuacu



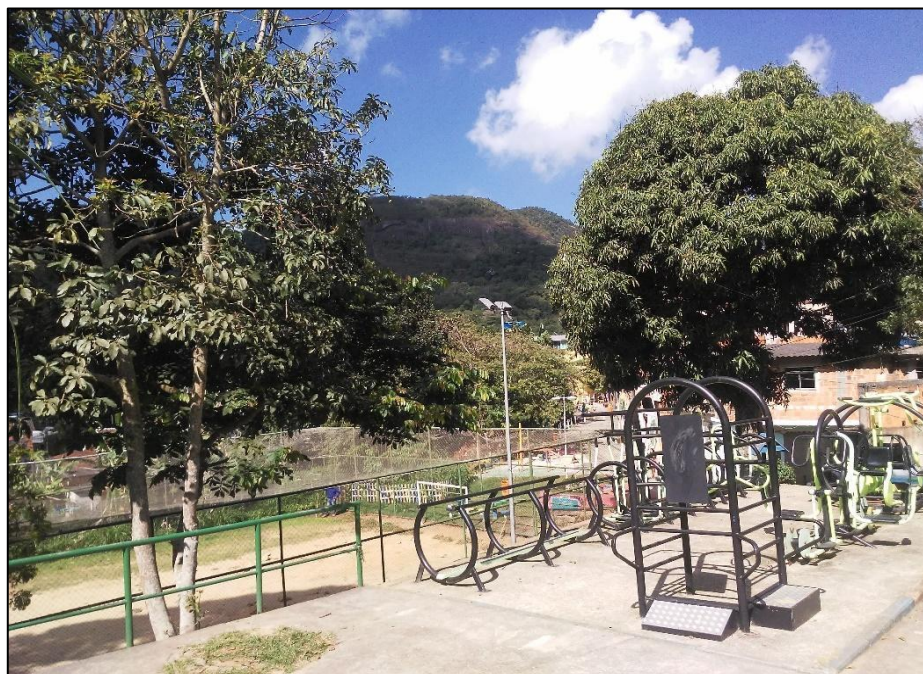
Fonte: Foto do autor em 04 ago. 2020.

**Figuras 22** - Praça vizinha à associação de moradores do Tijuacu



Fonte: Foto do autor em 04 ago. 2020.

**Figura 23** - Equipamentos para ginástica e campo de futebol



Fonte: Foto do autor em 04 ago. 2020.

**Figuras 24** - Calçamento padrão das ruas da favela



Fonte: Foto do autor em 04 ago. 2020.

Devemos destacar o envolvimento do presidente da associação com os operadores do aparelho de Estado. Já em nosso primeiro encontro, quando o representante se reuniu ao o grupo de pesquisadores, ele teve o cuidado tirar e guardar um crachá da prefeitura do Rio de Janeiro que usara até sua chegada. Apesar de sua discrição, pudemos ler que se tratava de um crachá de “assessor”, ou seja, um cargo de indicação na máquina pública. Ainda sobre a sua relação com políticos profissionais, podemos observar nas publicações abertas ao público em geral na sua página pessoal na rede social *Facebook*, um apoio explícito aos então candidatos à reeleição Marcelo Crivella (prefeito) e Dr. Carlos Eduardo (vereador) (Figura 25). Poucos meses depois, reconhece-se o apoio do vereador eleito na prestação de serviços de conservação do calçamento da favela (Figura 26). Esses fatos escancaram a cooptação da organização e nos ajudam compreender a domesticação da associação e, em parte, o afastamento da base social em relação à vida política da associação que verificamos.



**Figura 25** - Manifestação de apoio aos candidatos Marcelo Crivella e Dr. Carlos Eduardo



Fonte: Página pessoal do presidente da associação de moradores do Tijuacu. Disponível: <https://www.facebook.com/amoti.tijuacu.5/posts/3383344488556410>. Acesso em: 30 dez. 2020.

**Figura 26** - Reconhecimento do apoio do prefeito Eduardo Paes e do vereador Dr. Carlos Eduardo para a execução de um serviço público



Fonte: Página pessoal do presidente da associação de moradores do Tijuacu. Disponível: <https://www.facebook.com/amoti.tijuacu.5/posts/3607544259469764>. Acesso em: 30 dez. 2020.

As disputas eleitorais acirraram tensões existentes entre os representantes das diferentes associações de moradores. Apesar de, em nossa entrevista, termos coletado o relato de que não existem animosidades entre as diferentes associações, outras fontes nos permitiram identificar uma forte rivalidade entre o representante do Tijuacu e o presidente da Associação de Moradores de Furnas, o então candidato a vereador Márcio Hugo. O catalizador do atrito foi o fato deste último, em sua campanha eleitoral, realizar um discurso com carro de som no Tijuacu. Essas hostilidades dificultaram as alianças entre

as organizações populares, assim como intensificaram o comportamento paroquial de ambas as associações.

Salientamos que nos impressionou a indiferença da associação em relação à fonte de abastecimento de água da favela e ao rio. O entrevistado, apesar de manifestar apreço pessoal pelos recursos abordados, apontou que a associação não exerce nenhum papel na captação e distribuição de água para as habitações, sendo esta realizada individualmente pelos próprios moradores ou por pequenos grupos auto-organizados. O desassoreamento e a limpeza do rio são realizados pela Comlurb, que eventualmente conta com a colaboração espontânea de alguns moradores. Ainda de acordo com o entrevistado, em relação à floresta a associação exerce o papel de fiscal da supressão da vegetação para a construção de novas residências além dos ecolimites.

Devemos reforçar que a fiscalização da expansão da favela não é parte das atribuições de qualquer associação de moradores, podendo estas, no máximo, denunciar aos órgãos estatais que atuam na repressão da prática (frise-se que esta é uma prática contraditória, pois se trata de uma organização dos favelados atuando como um braço do Estado, ou seja, como agentes imediatos da segregação sócio-espacial). Existe a possibilidade de que, diante do amplamente propagado estigma imposto aos favelados de degradadores, essas pessoas tentem discursivamente se posicionar no extremo oposto, o de “protetores” da floresta. Todavia, verificamos uma contradição entre o depoimento do entrevistado e relatos coletados em outras fontes (dentre elas, o questionário apresentado no sexto capítulo). Diversas pessoas apontaram que no Tijuacu ainda está ocorrendo o processo de expansão da favela sobre a floresta.

Voltando, agora, nossos olhos para a atuação cotidiana da associação, verificamos que esta é direcionada para o atendimento de algumas necessidades pontuais dos moradores. O principal serviço da associação é a creche comunitária conveniada à secretaria municipal de educação do Rio de Janeiro. Além de ser uma ação com capacidade para atender até 45 crianças entre 2 e 4 anos, a creche emprega trabalhadoras que residem na própria favela. Outra atividade da associação é a doação de cestas básicas para alguns moradores, mas não conseguimos identificar a origem dos recursos para a aquisição dos alimentos, tampouco os critérios para a sua distribuição.

De acordo com nosso levantamento, a associação conta com o aporte de mensalidades voluntárias no valor de R\$ 15 de cerca de 20% das residências. Esses fundos são utilizados para o pagamento do salário do funcionário (contratado sob o regime de CLT como auxiliar de serviços gerais), com as despesas da sede da associação (energia e internet). A sede da associação é usada no geral como centro administrativo e de reuniões,

mas também centraliza o recebimento e armazenamento temporário das correspondências, além de eventualmente receber um bazar organizado por algumas moradoras. O espaço da associação também é cedido para uma empresa privada para a realização de alguns cursos profissionalizantes a baixo custo para os moradores, ademais nos foi relatado que ali são oferecidas massagens terapêuticas gratuitas, contudo não conseguimos levantar quem patrocina esse serviço.

As ações desse agente estão sistematizadas no quadro “Impacto da Associação de Moradores do Tijuáçu na qualidade de vida e na justiça social” (Quadro 9).

**Quadro 9** - Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais da Associação de Moradores do Tijuacu

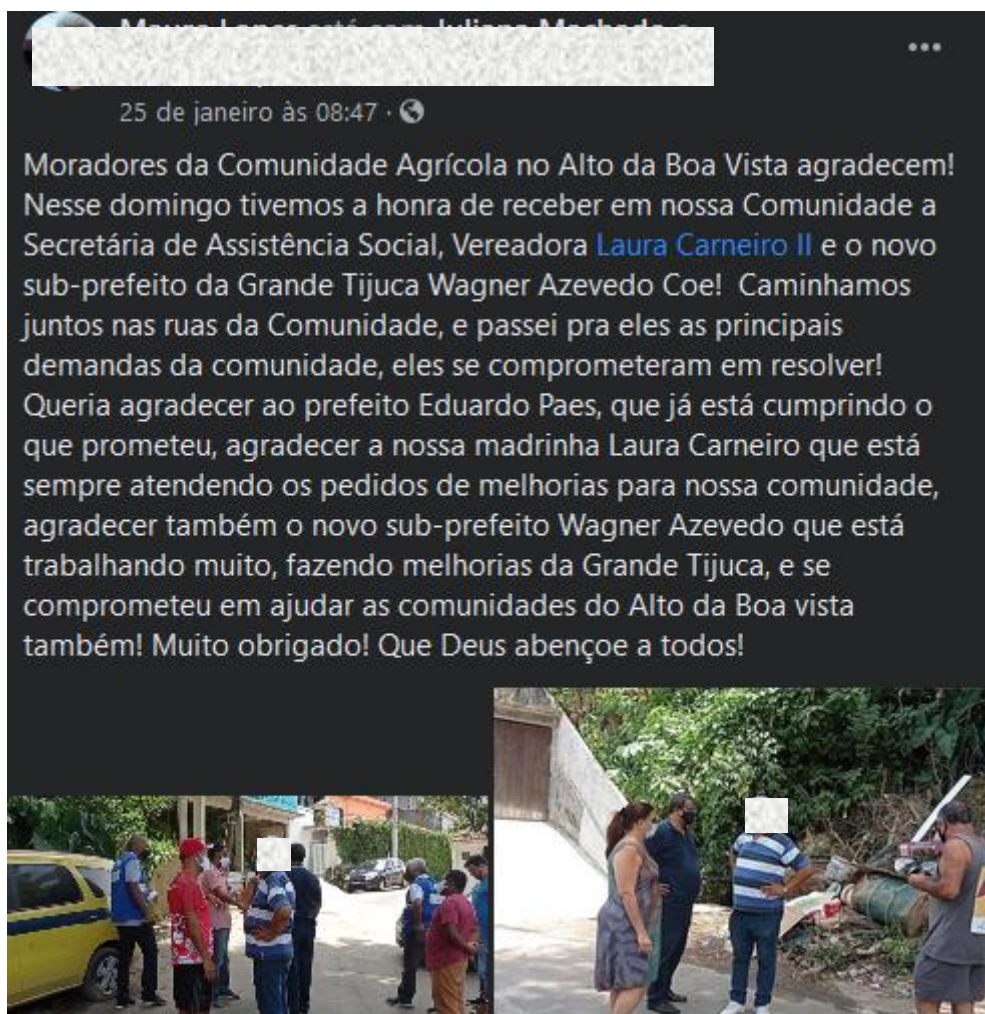
<b>Impacto da Associação de Moradores do Tijuacu na qualidade de vida e na justiça social</b>					
<b>Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana</b>				<b>Tipo de impacto</b>	<b>Detalhes da ação</b>
<b>Características da habitação</b>	<b>Características do sítio</b>	Proximidade de amenidades naturais (vegetação exuberante, cachoeira, praia, etc.)	Proteção da amenidade	Positivo	Denúncias de novas construções que avancem sobre a floresta
		Reconhecimento social	Avaliação do tipo de prestígio ou estigma da localidade	Positivo	Embelezamento da favela com o patrocínio de obras de grafite
<b>Uso do espaço</b>	<b>Espaços públicos</b>	Espaços públicos destinados ao lazer	Conservação dos equipamentos	Positivo	Manutenção da pracinha em parceria com a Comlurb
<b>Condições de habitabilidade</b>	<b>Saneamento básico</b>	Extensão da limpeza urbana	Coleta de lixo doméstico	Positivo	Construção dos pontos de coleta coletiva.
	<b>Meios de comunicação</b>	Extensão da rede de meios de comunicação	Quantidade relativa de domicílios atendidos	Positivo	A associação organiza a distribuição das correspondências para os domicílios
<b>Organização política</b>	<b>Coesão social</b>	Estímulo à participação política	Realização de processos de tomadas de decisões coletivas com a participação igualitária de todos	Positivo	A associação promove reuniões bimestrais
<b>Infraestrutura social</b>	<b>Fomento cultural</b>	Fortalecimento de expressões culturais	Suporte ao desenvolvimento de expressões criativas	Positivo	A associação cede o espaço para a realização de ensaios de dança
	<b>Segurança alimentar e nutrição</b>	Acesso a alimentos	Disponibilidade de alimentos	Positivo	Distribuição de cestas básicas
			Variedade de alimentos	Positivo	Distribuição de cestas básicas
			Custo proporcional à renda	Positivo	Distribuição de cestas básicas
	<b>Saúde</b>	Acesso a serviços de saúde	Acesso a serviços complementares de saúde	Positivo	Massagem terapêutica gratuita oferecida no "Centro Social"
Custo proporcional à renda			Positivo	Massagem terapêutica gratuita oferecida no "Centro Social"	

	Educação	Educação básica	Disponibilidade de escolas de Ensino Básico	Positivo	Creche comunitária em parceria com a prefeitura	
		Educação complementar	Disponibilidade de cursos preparatórios ou profissionalizantes	Positivo	Cede o espaço para uma instituição privada oferecer cursos de estética, administração, auxiliar de farmácia	
			Custo proporcional à renda	Positivo	Cursos com o custo muito mais baixo do que os praticados no mercado	
	Subsistência	Geração de renda	Quantidade relativa de pessoas ocupadas	Positivo	Emprega moradores na creche e na gestão da associação	
			Atividades geradoras de renda na própria localidade	Positivo	Cede o espaço para a realização de bazar comunitário	
<b>Parâmetros particulares de Justiça Social</b>				Tipo de impacto	<b>Detalhes da ação</b>	
Formas de opressão	Marginalização	Impedimento de participação produtiva de um grupo no sistema político-econômico predominante	Gozo das liberdades individuais da sociedade em foco	Mecanismos de proteção contra privação de direitos e liberdades	Positivo	Provimento de serviços básicos
					Negativo	Impedimento de construção de novas residências

Uma singularidade que nos permite distinguir a Associação dos Moradores da Comunidade Agrícola é a relação formal entre a sua liderança e políticos profissionais. O presidente da associação de moradores, eleito em 2005, foi contratado, em 2010, como assessor da então vereadora Laura Carneiro. De acordo com seu discurso, o enquadramento da liderança local na folha de pagamento do Estado seria uma benesse da política profissional à organização em foco, pois, ao garantir o sustento material do presidente da associação, asseguraria a sua dedicação em tempo integral às incumbências do cargo. Essa relação não é encarada com estranhamento pelos moradores que responderam ao questionário aplicado no bojo dessa pesquisa no ano de 2020, pois 60% indicaram ser favoráveis que essa proximidade é desejável apenas em situações específicas, 20% não viam problema algum e os demais 20% acreditam que o ideal é que a associação mantenha uma relação mais próxima possível com políticos profissionais. A parceria teve um benefício praticamente imediato para a Associação de Moradores, pois, segundo o presidente entrevistado, a vereadora patrocinou a construção do terceiro andar da sede administrativa, essa área é utilizada pela comunidade para a realização de churrascos de confraternização após as partidas de futebol, bem como é cedida para que os moradores realizem festas familiares.

Além da evidente cooptação desse líder comunitário para a órbita das instituições estatais, revelam-se dois outros fatores da decadência dos ativismos de bairro apontados por Marcelo Lopes de Souza (2000), que são o *clientelismo* e a *burocratização do movimento de bairros*. O primeiro se torna patente, em adição à construção de parte da sede, nas manifestações públicas do presidente da associação de moradores. Nelas representante comunitário se esforça para atrelar o nome da parlamentar às ações estatais (em grande parte realizadas pelo poder executivo) que beneficiam qualquer favela do Alto da Boa Vista. Esse ato de propagandear para o público em geral a relação de “amadrinhamento” da favela, se insere em um contexto de permanente trabalho eleitoral em prol das candidaturas da Laura Carneiro e seus aliados (Figura 27).

**Figura 27** - Publicação em agradecimento pela visita da vereadora Laura Carneiro.



Fonte: Página pessoal do presidente da associação de moradores da comunidade Agrícola. Disponível em: [https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=4299438806749591&id=100000505435388](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=4299438806749591&id=100000505435388). Acesso em: 24 fev. 2021

Souza (2010) aponta que a *burocratização do movimento de bairros* consiste na atuação das associações de moradores como uma mera repartição pública, apartada da politização das suas ações coletivas, concentrando-se na resolução de algumas demandas específicas. Reconhecemos que a associação de moradores incorre nesse fator de enfraquecimento da luta popular, pois não atua na mobilização política dos moradores para enfrentamento ao poder público, mas, de fato, atua na mitigação de alguns problemas cotidianos que implicam na precarização da qualidade de vida na localidade. A operação paraestatal de compensação da negligência governamental consiste: no ordenamento do uso do espaço público na favela e adjacências imediatas; no recebimento, armazenamento temporário e distribuição das correspondências destinadas às casas da favela; na expedição de declarações comprobatórias de residência; na gestão do sistema de abastecimento de água; e, na arrecadação da taxa de associação dos moradores, que é uma contribuição mensal voluntária.



Destacamos que, seja pelo medo de que o crescimento da favela sobre a floresta atice a brasa da remoção contra aqueles que já estão instalados, seja pelo medo de que a chegada de pessoas desconhecidas venha acompanhada do aumento da violência (como nos foi revelado em entrevistas), o fato é que a associação de moradores da Agrícola, assim como as demais associações que atuam diretamente na limitação da expansão da favela, atuam sinergicamente como um braço do Estado no atendimento dos objetivos da implantação dos ecolimites. O presidente da associação nos revelou que a instalação das barreiras físicas pela prefeitura facilitou a empreitada de contenção do avanço de novas casas. Por mais simpático que seja o discurso de preservação da floresta, de um ponto de vista da solidariedade de classe, essa não deveria ser uma atribuição das associações de moradores. Nesses casos, o paroquialismo custa a opressão sobre outros pobres urbanos vítimas das mesmas injustiças estruturais.

Os recursos oriundos do recebimento das taxas são parcialmente utilizados para a contratação de um jovem morador da favela (ignoramos a forma de contrato adotada nessa relação), esta pessoa, que obrigatoriamente conhece os moradores pelos seus nomes e sabe onde cada um reside, exerce a função de entregador das correspondências recebidas na sede da associação de moradores. Frise-se que esse serviço é um benefício concedido apenas aos contribuintes da taxa da associação, cerca de 70% das residências em 2017, segundo o presidente da associação de moradores, os demais moradores dispõem da possibilidade de recolher suas correspondências e encomendas diretamente na sede da associação. Não podemos ignorar a importância de tal serviço, pois a agência dos correios mais próxima, localizada na Barra da Tijuca, dista mais de 6 km da favela.

O dinheiro da associação de moradores também foi investido na reestruturação do espaço na escala *nanolocal*. A intervenção em questão solucionou o histórico problema do abastecimento de água, que consistia na captação da água de nascentes próximas à favela, cuja intermitência na disponibilidade de água acarretava interrupções no abastecimento das casas. Foi, então, construída uma caixa d'água na parte mais alta da favela (Figura 28). Seu guarnecimento é obtido em nascentes localizadas em propriedade privada distante da favela. Além da negociação para a autorização informal da captação em quinhão alheio, houve a necessidade de instalação e permanente manutenção de uma rede de tubulações para o transporte do líquido.

**Figura 28** - Caixa d'água construída pela Associação de Moradores da Comunidade Agrícola



Fonte: Foto do autor, 26 set. 2017.

É inegável o papel da associação na promoção de eventos para a confraternização entre os moradores, tanto pontuais de considerável magnitude, quanto regulares e mais restritas. Levantamos que, ao longo dos primeiros anos da década de 2000, a associação organizou festas juninas na favela. Essas festividades recebiam a presença de um grande público externo, possibilitando o auferimento do dinheiro necessário para a construção da sede da associação de moradores. A associação ainda apoia, frequentemente, a realização de campeonatos de futebol entre equipes das favelas do Alto da Boa Vista e de outros bairros, e, como já mencionado acima, concede o terceiro andar da sede para a realização de churrascos ao término das partidas.

Presenciamos um evento que nos revela uma dinâmica muito interessante, trata-se de um café da manhã comunitário patrocinado pelo presidente da Associação de Moradores da Comunidade Agrícola (Figura 29), no qual o produto da colheita foi distribuído para todos os presentes. Essa ação foi pensada para apresentar a horta orgânica recém plantada aos moradores da favela (Figura 30) e, dessa forma, atrair voluntários para a continuidade da mesma. Interessou-nos a dinâmica subjacente ao evento, pois, aqui, pudemos perceber como a figura do presidente e a própria associação se entrelaçam, fato que revela o *caciquismo* (SOUZA, 2000), mais um dos fatores de enfraquecimento do ativismo de bairro.

**Figura 29** – Café da manhã comunitário na horta da Comunidade Agrícola



Fonte: Foto do autor em 12 out. 2017.

**Figura 30** - Moradores da Agrícola visitam a horta comunitária plantada pelo presidente da Associação de Moradores da Comunidade Agrícola



Fonte: Foto do autor em 12 out. 2017.

O mencionado senhor teve a iniciativa individual, orientada por seu desejo pessoal de trabalhar com a terra, de aportar os seus recursos particulares na contratação de mão de obra para a “limpeza” de parte da encosta (ignoramos qual era a sua cobertura vegetal

anterior), próxima à caixa d'água da favela, para a implementação do projeto da horta, ele também comprou todos os insumos e ferramentas necessários. Por melhor intencionada que essa ação unilateral tenha sido, ela só foi possível por ter como autor o presidente da associação, pois, em nome da associação, é ele quem regula ativamente o uso do espaço comum, imprimindo a sua marca na repressão à apropriação individual do espaço coletivo, assim como coibindo o avanço de novas construções sobre a floresta. Nossa interpretação é a de que, mesmo partindo de um legítimo desejo de trazer benefícios para os moradores da favela, por não emergir de uma concepção coletiva a iniciativa da horta não surtiu o efeito esperado pelo presidente da associação, que era o de ampliar a oferta de alimentos saudáveis e de possibilitar que alguns moradores encontrassem ali uma ocupação geradora de renda. Passados três anos da inauguração da horta, o presidente ainda se encontra sozinho produzindo e distribuindo a colheita para os moradores.

Ao tentamos colher a opinião dos moradores separadamente sobre a associação enquanto instituição e sobre a gestão atual, ficou nítido que não há uma clara dissociação entre ambos. Dentre os satisfeitos com a atuação da associação, destacam-se opiniões sobre o seu papel na execução dos serviços públicos negligenciados pelo Estado; já os insatisfeitos se queixam da má qualidade da prestação de tais serviços e da ausência de rotatividade na gestão da associação. Podemos notar nas respostas um anseio geral pela possibilidade de maior participação da coletividade. Contudo, a maior parte dos respondentes alegaram que não participam de nenhuma das atividades da associação, nem mesmo das eleições. De ambas as posições, podemos identificar mais um fator do enfraquecimento do ativismo de bairro: a *indiferença e “comodismo” da base social* (SOUZA, 2000).

As respostas convergem ao apontar que os convites para as reuniões e assembleias, a oportunidade de participação ativa em debates e a prestação de contas não são feitos de forma adequada. Essa precariedade no diálogo com a base social reforça a percepção de *“Caciquismo” e personalismo* já mencionados. A total ausência de ocupação com questões estruturais e o corporativismo espacial, identificados tanto nas entrevistas com o presidente, como nos questionários aplicados para os moradores, nos autorizam a pontuar o *Bairrismo/parochialismo* (SOUZA, 2000) que marcam a atuação da associação e da expectativa dos moradores. À guisa de ilustração, vejamos como uma pessoa que avaliou como “boa” atuação da associação, respondeu à pergunta “no geral (não apenas na gestão atual), como você avalia a atuação da associação de moradores que representa a sua comunidade?” da seguinte forma:

Acho que poderia melhorar, pois sempre devemos buscar evoluir, mas no geral, temos uma comunidade, limpa, com lixeiras em todas as ruas, temos manutenção da água apesar de ser água de nascente, temos uma horta comunitária, projetos na associação como por ex: luta e futebol, tem uma sede da associação, temos uma igreja católica e uma evangélica, aparelhos da academia carioca e um lindo campo de futebol. Também temos o serviço de entrega de cartas.<sup>24</sup>

A mesma pessoa ofereceu a seguinte resposta à questão “você teria alguma sugestão para melhorar a atuação da associação de moradores da sua comunidade?”: “Acho que poderia melhorar na parte de prestação de contas, cobrar um melhor olhar dos políticos que podem ajudar a comunidade com melhorias, melhorar a forma de trazer toda comunidade para participar e contribuir com a associação”.<sup>25</sup>

Ao analisarmos as práticas espaciais do agente em questão, sistematizamos o impacto de sua atuação no quadro a seguir.

---

<sup>24</sup> Depoimento registrado no dia 30/07/2020 em resposta ao questionário distribuído eletronicamente “Qualidade de vida e participação popular nas comunidades do Alto da Boa Vista”. Disponível em: [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeMERkhJrGhJc5O2cU6tv\\_8Wf3sLKRqvo0xo78fcALw3Br eIw/viewform](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeMERkhJrGhJc5O2cU6tv_8Wf3sLKRqvo0xo78fcALw3Br eIw/viewform).

<sup>25</sup> Depoimento registrado no dia 30/07/2020 em resposta ao questionário distribuído eletronicamente “Qualidade de vida e participação popular nas comunidades do Alto da Boa Vista”. Disponível em: [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeMERkhJrGhJc5O2cU6tv\\_8Wf3sLKRqvo0xo78fcALw3Br eIw/viewform](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeMERkhJrGhJc5O2cU6tv_8Wf3sLKRqvo0xo78fcALw3Br eIw/viewform).

**Quadro 10** - Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais da Associação de Moradores da Comunidade Agrícola sobre a favela Agrícola

<b>Impacto da Associação de Moradores da Comunidade Agrícola na qualidade de vida e na justiça social</b>					
<b>Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana</b>				<b>Tipo de impacto</b>	<b>Detalhes da ação</b>
<b>Características da habitação</b>	<b>Características do sítio</b>	Proximidade de amenidades naturais (vegetação exuberante, cachoeira, praia, etc.)	Proteção da amenidade	Positivo	A associação de moradores coíbe o desmatamento para a construção de novas habitações
			Aproveitamento dos benefícios	Positivo	Captação e manutenção do sistema de abastecimento d'água
<b>Uso do espaço</b>	<b>Espaços públicos</b>	Espaços públicos destinados ao lazer	- Tamanho perante a população local - Conservação dos equipamentos	Positivo	Disponibilização do último andar da sede da associação de moradores para eventos festivos
		Espaços públicos destinados à prática de esportes	- Diversidade de usos propiciados (faixas etárias) - Estado de conservação	Positivo	Manutenção do campo de futebol
		Locais de encontro	- Acessibilidade para pessoas com restrições de mobilidade	Positivo	Disponibilização do último andar da sede da associação de moradores- para eventos festivos
<b>Condições de habitabilidade</b>	<b>Saneamento básico</b>	Extensão do abastecimento de água	Extensão da rede	Positivo	Construção da rede de distribuição de água na favela
			Frequência do abastecimento	Positivo	Garantia do abastecimento sem interrupções
		Existência de fonte pública em áreas de baixo acesso à rede	Positivo	Construção da caixa d'água comunitária	
	Qualificação da macrodrenagem (tipo de tratamento dos fundos de vale)	Preservação da vegetação marginal	Positivo	A associação de moradores coíbe o desmatamento para a construção de novas habitações	
<b>Meios de comunicação</b>	Extensão da rede de meios de comunicação	Quantidade relativa de domicílios atendidos	Positivo	A associação organiza a distribuição das correspondências para os domicílios	

<b>Organização política</b>	<b>Coesão social</b>	Relações sociais intergeracionais	Reunião de moradores de diferentes faixas etárias	Positivo	A associação estimula os encontros na sede e participa da organização de jogos de futebol	
		Estímulo à participação política	Realização de processos de tomadas de decisões coletivas com a participação igualitária de todos	Negativo	Deficiência de diálogo com a base social	
		Sentimento de pertencimento	Ações para a construção do reconhecimento enquanto membro de uma coletividade	Positivo	A associação estimula a participação dos moradores em ações coletivas como a horta coletiva	
		Construção de projetos coletivos	Promoção do protagonismo dos moradores	Positivo	A associação estimula a participação dos moradores em ações coletivas como a horta coletiva	
		Qualidade do relacionamento entre vizinhos		Positivo	A associação estimula a participação dos moradores em ações coletivas como a horta coletiva, festas e atividades esportivas	
<b>Infraestrutura social</b>	<b>Fomento cultural</b>	Fortalecimento de expressões culturais	Ocorrência de festividades e manifestações tradicionais	Positivo	Organização da festa junina da favela	
	<b>Segurança alimentar e nutrição</b>	Acesso a alimentos	Disponibilidade de alimentos	Positivo	Distribuição dos produtos da horta	
			Variedade de alimentos	Positivo	Distribuição dos produtos da horta	
			Custo proporcional à renda	Positivo	Distribuição dos produtos da horta	
			Disponibilidade de alimentos livres de agrotóxicos	Positivo	Distribuição dos produtos orgânicos da horta	
	<b>Subsistência</b>	Geração de renda	Quantidade relativa de pessoas ocupadas	Positivo	A associação contrata um morador para distribuir a correspondência nas residências	
Atividades geradoras de renda na própria localidade			Positivo	A associação contrata um morador para distribuir a correspondência nas residências		
<b>Parâmetros particulares de Justiça Social</b>						
<b>Formas de opressão</b>	<b>Marginalização</b>	Impedimento de participação produtiva de um grupo no sistema político-econômico predominante	Gozo das liberdades individuais da sociedade em foco	Mecanismos de proteção contra privação de direitos e liberdades	Positivo	Promoção de serviços básicos
					Negativo	Impedimento de construção de novas residências

Os moradores da pequena favela Furnas são representados por uma Associação de Moradores, que é liderada por um dos sujeitos mais conhecidos do Alto da Boa Vista. Trata-se do senhor Márcio Hugo. Esse senhor tem uma vida política muito ativa. Já se candidatou algumas vezes a cargos eletivos do parlamento carioca e fluminense, mas ainda não obteve sucesso nessa empreitada. O personalismo é tão marcante nessa relação social, que a figura da Associação chega a se fundir com a do seu presidente. Podemos citar, como exemplo, a sua participação na aplicação de larvicida nos rios do Alto da Boa Vista (que não cortam a favela em foco) sendo lida como uma ação da Associação de Furnas em prol de todo o bairro. Certamente, a falta de uma sede materializada no espaço dificulta o descolamento entre a identidade da Associação e a do seu líder, tanto pelos moradores de Furnas, mas, também, principalmente, pelos das demais favelas. Contudo, a participação coletiva é estimulada pela realização de assembleias mensais, que são frequentadas por uma significativa parcela dos moradores. Os debates dão conta da prestação de contas e das discussões sobre a atuação da organização.

A coesão e a solidariedade entre os moradores da favela se manifestam nas ações coletivas de apoio mútuo, como no caso em que uma casa foi destruída pela queda de uma árvore e a Associação organizou um mutirão para a sua reconstrução. Pode-se citar também os mutirões para a pavimentação das entradas da favela. As intervenções no substrato espacial material conduzidas pelo agente em questão também se concentram na prevenção contra a queda de galhos nas casas através da poda. Indiretamente a Associação atua na identificação da necessidade de intervenções para a contenção de encostas iminentemente sujeitas a deslizamentos, que oferecem risco para as habitações construídas. Uma vez identificados os pontos vulneráveis, o representante da associação de moradores exerce o papel de articulador com o Estado para a realização das obras.

A Associação de Moradores de Furnas é uma das fundadoras do CONCA e, ainda hoje, atua na luta pela regularização fundiária das residências. Na esfera institucional, o processo que vem sendo conduzido pelo ITERJ conta com a intermediação local da Associação de Moradores, seja na divulgação dos informes para os moradores que pleiteiam a propriedade da sua residência, seja na coleta de dados adicionais entre os moradores para subsidiar o processo. Já na esfera da ação direta, essa organização atua na rede do Conselho de Cidadania, que é uma coalização de organizações de ativismo, ativistas individuais e trabalhadores das instituições estatais engajados na luta pelo direito à moradia digna.

A amplamente reconhecida precariedade dos serviços de transporte públicos se tornou uma bandeira de reivindicação para o líder da Associação. Então, atuando tanto



como representante dos moradores, quanto candidato a vereador, ele organizou um projeto para o funcionamento de um Sistema de Transporte Público Complementar (STPC) e vem buscando apoio na esfera pública municipal para a sua implementação.

Em face da negligência estatal no provimento de água para as residências dessa localidade, os próprios moradores, organizados em torno da sua Associação, construíram um desvio da rede regular de distribuição de água para o abastecimento dos seus domicílios. A manutenção e limpeza do sistema clandestino são realizadas através de mutirões organizados pela própria Associação. A Associação também construiu três pontos para organizar a coleta de lixo doméstico pela COMLURB.

A Associação de Moradores promove um encontro recreacional na praça da favela. O objetivo de evento é oferecer uma atividade de lazer e fortalecer a coesão entre os vizinhos. Havia, inclusive, o hábito de realizar uma festa junina aberta para não-moradores da favela.

Nessa organização, podemos notar um aparente protagonismo feminino. A única chapa a disputar as últimas eleições da Associação de Moradores é composta por 60% de mulheres. Contudo, devido ao que verificamos em nossa pesquisa de campo, é muito difícil demarcarmos qual é o papel dessas senhoras na gestão da associação, principalmente após expormos que o presidente centraliza a atuação da organização na sua figura. Não identificamos uma política clara para o empoderamento feminino, mas não podemos deixar de reconhecer que o protagonismo feminino tem um peso muito maior nessa associação do que nas demais. A associação ainda distribui mensalmente 10 cestas básicas para alguns moradores e emprega dois moradores como auxiliares de serviços gerais.

Vejamos a seguir a sistematização dos impactos das suas ações (Quadro 11):

Quadro 11 - Impacto da Associação de Moradores de Furnas na qualidade de vida e na justiça social






Impacto da Associação de Moradores de Furnas na qualidade de vida e na justiça social						
Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana				Tipo de impacto	Detalhes da ação	
Características da habitação	Padrão físico	Materiais utilizados na construção			Positivo	Mobilização dos moradores para reconstrução de uma casa avariada por queda de árvore (verba e força de trabalho)
	Características do sítio	Presença de moradias em áreas de risco	Ações para prevenção de catástrofes		Positivo	Intervenção direta da associação na proteção contra queda de galhos nas casas e deslizamento de encostas. Também atua no acionamento dos órgãos estatais.
			Ações para redução das vulnerabilidades		Positivo	Intervenção direta da associação na proteção contra queda de galhos nas casas e deslizamento de encostas. Também atua no acionamento dos órgãos estatais.
			Capacidade de resiliência		Positivo	Intervenção direta da associação na proteção contra queda de galhos nas casas e deslizamento de encostas. Também atua no acionamento dos órgãos estatais.
	Situação fundiária	Segurança da posse			Positivo	Articulação junto ao ITERJ
Mobilidade urbana	Transporte coletivo	Adequação dos itinerários			Positivo	A associação vem buscando pelos meios formais a implementação de Sistema de Transporte Público Complementar (STPC) no bairro do Alto da Boa Vista
		Frequência	Intervalos entre as viagens		Positivo	A associação vem buscando pelos meios formais a implementação de Sistema de Transporte Público Complementar (STPC) no bairro do Alto da Boa Vista
Uso do espaço	Espaços públicos	Vias de trânsito público	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tamanho perante a população local</li> <li>- Conservação dos equipamentos</li> <li>- Diversidade de usos propiciados (faixas etárias)</li> <li>- Estado de conservação</li> <li>- Acessibilidade para pessoas com restrições de mobilidade</li> </ul>		Positivo	Organização de mutirões para a construção dos acessos à favela

Condições de habitabilidade	Saneamento básico	Extensão do abastecimento de água	Extensão da rede	Positivo	Organiza a captação e distribuição de água irregular da rede pública
			Frequência do abastecimento	Positivo	Organiza a captação e distribuição de água irregular da rede pública
		Extensão da limpeza urbana	Coleta de lixo doméstico	Positivo	Construção de 3 pontos de coleta coletivos na favela
	Controle de vetores	Extensão de políticas públicas de controle de vetores		Positivo	Aplicação de larvicida para combater o borrachudo
Organização política	Formação de redes	Laços de solidariedade com outras localidades		Positivo	Participação na construção do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (CONCA)
		Propulsão do desenvolvimento de outras localidades		Positivo	Participação na construção do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (CONCA)
	Coesão social	Relações sociais intergeracionais	Reunião de moradores de diferentes faixas etárias	Positivo	Mensalmente a associação promove para os moradores um encontro recreacional na praça da favela.
		Estímulo à participação política	Realização de processos de tomadas de decisões coletivas com a participação igualitária de todos	Positivo	Realização de reuniões mensais com os moradores da favela
		Construção de projetos coletivos	Promoção do protagonismo dos moradores	Positivo	Mutirões de limpeza e manutenção do sistema de abastecimento de água
		Qualidade do relacionamento entre vizinhos		Positivo	Mensalmente a associação promove para os moradores um encontro recreacional na praça da favela.
Empoderamento de grupos (via de regra) oprimidos	Emancipação feminina	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação igualitária nas tomadas de decisão</li> <li>- Oportunidade de geração de renda</li> <li>- Prevenção contra discriminação e violência"</li> <li>- Combate à estigmatização</li> </ul>		Positivo	A chapa é composta por 60% de mulheres
Infraestrutura social	Fomento cultural	Fortalecimento de expressões culturais	Ocorrência de festividades e manifestações tradicionais	Positivo	A associação costumava organizar uma grande festa junina aberta para todas as pessoas
	Segurança alimentar e nutrição	Acesso a alimentos	Disponibilidade de alimentos	Positivo	Distribuição mensal de 10 cestas básicas para alguns moradores
			Variedade de alimentos	Positivo	Distribuição mensal de 10 cestas básicas para alguns moradores
			Custo proporcional à renda	Positivo	Distribuição mensal de 10 cestas básicas para alguns moradores
	Subsistência	Geração de renda	Quantidade relativa de pessoas ocupadas	Positivo	A associação emprega dois trabalhadores na manutenção

Parâmetros particulares de Justiça Social					Tipo de impacto	Detalhes da ação
Formas de opressão	Marginalização	Impedimento de participação produtiva de um grupo no sistema político-econômico predominante	Gozo das liberdades individuais prometidas pelo liberalismo	Mecanismos de prevenção à privação material	Negativo	Controla as construções de novas casas na favela
					Positivo	Provimento de serviços básicos e luta contra as remoções

A Associação de Moradores da favela Fazenda, dentre as examinadas, é aquela que apresenta a menor diversificação das frentes de atuação. No que tange à mobilização política da base social, essa organização limita a participação nos processos decisórios (até mesmo nas eleições) apenas para os associados adimplentes com as mensalidades impostas. Sua atuação de maior complexidade é a gestão do abastecimento de água. Nessa favela, o Estado também renegou a tarefa de provedor de serviços básicos. Então, há décadas, os habitantes dessa parte da cidade dependem da captação da água nas nascentes originadas da floresta. A bióloga Wânia Olívia da Costa produziu uma dissertação de mestrado em Engenharia Ambiental, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na qual analisa detalhadamente o sistema hídrico dessa favela (COSTA, 2017). Como levantado pela pesquisadora, o sistema se baseia na captação em 4 fontes para o abastecimento do reservatório localizado próximo à sede da Associação de Moradores (Quadro 12).

**Quadro 12** - Pontos de importância hídrica, coordenadas e altitude

Ponto de importância hídrica	Coordenadas	Altitude (m)	Imagem
Nascente 1 - Pedra Bonita	Latitude: 22°59'4.72"S  Longitude: 43°16'42.79"O	480 m	
Nascente 2 - Comunidade/Mata	Latitude: 22°58'53.83"S  Longitude: 43°17'25.94"O	215m	
Nascente 3 - Comunidade/Quintal de morador	Latitude: 22°58'55.93"S  Longitude: 43°17'33.50"O	159m	
Nascente 4 - Comunidade/ Próximo ao reservatório principal	Latitude: 22°58'58.40"S  Longitude: 43°17'35.27"O	159m	
Reservatório	Latitude: 22°58'58.06"S  Longitude: 43°17'35.80"O	159m	

Fonte: O Sistema Hídrico da comunidade Fazenda, situada no maciço da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ. (COSTA, 2017, p. 97).

Apesar de o sistema ser bastante antigo, o reservatório foi construído na década de 2000, com o apoio externo da ONG Alto Sustentável<sup>26</sup>, que patrocinou a obra. Atualmente, a Associação arca com o custo da compra e manutenção das máquinas para o bombeamento, organiza a distribuição da água armazenada no reservatório e vem investindo na ampliação da capacidade de armazenamento (Figura 31) para suprir a necessidade nos períodos de estiagem mais intensa.

**Figura 31** - Cisterna da favela Fazenda feito de concreto e reservatório mais recente feito de fibra



Fonte: Fotografia do autor em 26 set. 2017.

Não podemos identificar se houve aumento na demanda por água pelos moradores, ou se a disponibilidade de água diminuiu ao longo dos últimos anos (considerando que ocorrem sazonalmente períodos de estiagem, nos quais uma ou mais fontes têm seu fluxo de água muito reduzido). Contudo, verificamos que existem insatisfações e disputas pelo recurso no interior da própria favela. Nos momentos em que há desequilíbrio entre a disponibilidade do recurso e a sua respectiva demanda, a Associação organiza o rodízio para o racionamento da água entre todas as casas da favela. Por esse motivo, alguns associados adimplentes manifestam insatisfação por ter de compartilhar o uso com os moradores que não aportam mensalidades para a Associação. Porquanto os associados projetam a culpa pela escassez do abastecimento de água nos vizinhos inadimplentes (por falta de vontade, ou por falta de capacidade) e na Associação

---

<sup>26</sup> A ONG Alto Sustentável não existe mais e não conseguimos localizar ninguém que tenha feito parte da estrutura da organização.

que racionaliza o recurso, se esgarçam não apenas as relações interpessoais, mas também entre a base social e a organização que os representa.

Nessa favela, a Associação de Moradores exerce uma prática, no mínimo, contraditória, que é a articulação para a formalização de denúncia da expansão de uma moradia para além do ecolimite instalado pela Prefeitura ao redor da favela. Ao constatar que um morador, cuja residência se localiza no contato entre o tecido urbano construído e a floresta, moveu (cerca de 3 metros) o marco delimitador fixado pelo Estado, o presidente da Associação de Moradores se mostrou muito incomodado. Em nome da Associação de Moradores, ele iniciou uma movimentação para, com apoio do presidente da Associação de Moradores de Furnas, levar a transgressão ao conhecimento estatal, mesmo estando ciente de que isso poderia levar à demolição de parte da moradia, ou até mesmo à sua remoção.

Podemos identificar que, na questão acima, a Associação atua como um braço do Estado, pois fiscaliza e denuncia o descumprimento das normas de ocupação solo. Torna-se explícito o apoio ao seu próprio cercamento, com o objetivo de evitar o crescimento da favela, ou seja, verificamos a reprodução da prática espacial segregacionista da classe dominante. Uma vez que a ocupação de alguns moradores já se encontra consolidada, eles exercem uma territorialidade que impede outros membros de sua classe social de gozarem dos mesmos recursos ambientais. Ponderamos que as causas desse comportamento podem se assentar no anseio de afastamento do estigma de degradadores da floresta, ou mesmo da preservação dos benefícios imediatos da floresta desfrutados por eles, como, por exemplo, a fonte de abastecimento de água.

Em sentido oposto ao recém apresentado, a Associação também atua na defesa do direito à moradia, pois, como participante do CONCA, vem colaborando para o processo de regularização fundiária conduzido pelo ITERJ, em parceria com o NUTH da Defensoria Pública Estadual. O seu papel é o de intermediar o diálogo entre os moradores e o ITERJ, principalmente promovendo e divulgando reuniões na sede da associação, bem como levando e trazendo demandas específicas de dados complementares dos residentes para a composição da documentação do processo.

A Associação também conta com uma sede (Figura 32) construída com o dinheiro arrecadado pelos contribuintes. No entanto, o imóvel não é muito aproveitado pela comunidade. As únicas funções que verificamos é a de sede administrativa e ponto de recebimento das correspondências para todas as residências. Frise-se que parte dos recursos arrecadados também é utilizada para o pagamento de uma pessoa para a entrega das cartas e encomendas nos domicílios da favela. Diferentemente das demais associações

de moradores que possuem uma sede, não identificamos uma rotina de disponibilização do imóvel para o gozo dos moradores. Além da atuação acima descrita, a única articulação da Associação em benefício dos moradores foi a busca por parceria com uma universidade privada e um curso de inglês para o oferecimento de descontos para os residentes da favela vantagem esta que não era usufruída pelas pessoas.

**Figura 32** - Sede da Associação de Moradores da Fazenda



Fonte: Fotografia do autor em 26 set. 2017

Podemos verificar a seguir a sistematização dos impactos das ações dessa organização (Quadro 13).



Quadro 13 - Impacto da Associação de Moradores de Furnas na qualidade de vida e na justiça social

Impacto da Associação de Moradores da Fazenda na qualidade de vida e na justiça social					
Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana				Tipo de impacto	Detalhes da ação
Características da habitação	Conforto domiciliar	Adensamento domiciliar (número de dormitórios)		Negativo	Denúncia de ampliações de casas (avanço sobre a floresta)
	Características do sítio	Proximidade de amenidades naturais (vegetação exuberante, cachoeira, praia, etc.)	Proteção da amenidade	Positivo	Denúncia de avanço de construções sobre a floresta
			Aproveitamento dos benefícios	Positivo	Captação da água nas fontes da floresta
	Situação fundiária	Segurança da posse		Positivo	Intermediação entre o ITERJ e os moradores locais no processo de regularização fundiária
Condições de habitabilidade	Saneamento básico	Extensão do abastecimento de água	Extensão da rede	Positivo	O sistema gerenciado pela associação abastece todas as casas
			Frequência do abastecimento	Positivo	A associação vem investindo na ampliação da capacidade de armazenamento para suprir os períodos de estiagem
	Meios de comunicação	Extensão da rede de meios de comunicação	Quantidade relativa de domicílios atendidos	Positivo	A associação organiza a distribuição das correspondências para os domicílios
Organização política	Formação de redes	Laços de solidariedade com outras localidades		Positivo	Parceria com as demais associações de moradores das favelas do Alto da Boa Vista
	Coesão social	Estímulo à participação política	Realização de processos de tomadas de decisões coletivas com a participação igualitária de todos	Negativo	Apenas os associados pagantes têm direito de voto nas decisões da associação
Infraestrutura social	Educação	Educação complementar	Disponibilidade de cursos preparatórios ou profissionalizantes	Positivo	Acordo de concessão de desconto para os associados nas mensalidades do curso de inglês Yes e de uma faculdade privada Gama e Souza
			Custo proporcional à renda	Positivo	Acordo de concessão de desconto para os associados nas mensalidades do curso de inglês Yes e de uma faculdade privada Gama e Souza
	Subsistência	Geração de renda	Quantidade relativa de pessoas ocupadas	Positivo	Uma pessoa é contratada para a entrega das correspondências nas residências

Parâmetros particulares de Justiça Social				Tipo de impacto	Detalhes da ação	
Formas de opressão	Marginalização	Impedimento de participação produtiva de um grupo no sistema político-econômico predominante	Gozo das liberdades individuais prometidas pelo liberalismo	Mecanismos de prevenção à privação material	Positivo	Provimento de serviços básicos e luta contra as remoções
					Negativo	Denúncias de construções além dos ecolimites

O Vale Encantado é uma das menores favelas, mas é a partir dela que são irradiadas as principais articulações em rede com agentes externamente baseados em prol do desenvolvimento sócio-espacial. A organização de bairro da qual ela faz parte, que é a Associação de Moradores e Amigos da Taquara do Alto da Boa Vista (AMATA), também é formada pelos moradores das favelas Soberbo, João Lagoa e Açude da Solidão. Primeiramente, devemos desemaranhar alguns nós para facilitar o entendimento sobre a relação entre o nome da associação e sua composição, e, dessa forma, facilitar a nossa comunicação. A parte do bairro do Alto da Boa Vista onde se situam as favelas associadas é localmente conhecida pelos topônimos “Taquara”, “Taquara do Alto” e “Taquara do Alto da Boa Vista”. Daí se explicam tanto o nome quanto a composição da organização. A partir de 2007, diante do aumento da visitação externa de uma das favelas, foi criada a Cooperativa de turismo sustentável Vale Encantado (COOVE), o nome adotado (em referência a um empreendimento imobiliário vizinho à favela) pela cooperativa teve o objetivo de evitar que os turistas confundissem a localidade em questão com outro bairro da Zona Oeste da cidade, que se chama Taquara e fica a cerca de 25 km distante.

O atual presidente da AMATA foi eleito em 2005 e é uma pessoa muito articulada. Ele teve a oportunidade de trabalhar, ao longo de muitos anos, no setor administrativo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde estabeleceu contatos importantes para a consolidação da rede que ocasionou uma intensa mudança na forma de aproveitamento do espaço pelos moradores da favela. Ele é morador da favela Vale Encantado (a partir de agora assim denominada), que é composta por 12 domicílios (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2010) e, desde 2003, quando foi elaborado o projeto de lei para a regulamentação dos usos na APARU, vive sob a ameaça de remoção, baseada em argumentos de proteção ambiental.

Nem sempre essa favela foi tão pouco habitada. Em meados da década de 1990, ela sofreu um intenso decréscimo populacional. Esse fato decorreu do encerramento da atividade de extração de granito que ocorrera naquela localidade. Permaneceram no lugar as famílias que deram início à ocupação da área. Sem nos recuarmos em demasia no passado, cabe um brevíssimo destaque a alguns pontos da história dessas famílias nesse local. Diversamente da grande maioria das favelas, a lógica inicial desse assentamento não é o alojamento de mão-de-obra empregada na cidade, mas sim o assentamento dos herdeiros de produtores agrícolas locais. Então, por meio da exploração dos recursos ambientais na própria localidade era

produzida a riqueza que sustentava os moradores, dessa forma, a horticultura, a floricultura e, finalmente, a exploração do granito se sucederam como atividades produtivas locais.

Inicialmente, a retirada da rocha era controlada pelos próprios moradores que alugavam o maquinário. Contudo, os proprietários dos meios de trabalho em sentido estrito elevaram o preço do seu aluguel, de forma que, ao longo de poucos anos, os custos se tornaram tão altos que os moradores foram inviabilizados de continuar a controlar o processo produtivo. Essa estratégia dos empresários fez com que os moradores tivessem de arrendar a terra para os proprietários das ferramentas, tornando esses os controladores dos meios de produção. Por não possuírem a força de trabalho, esses burgueses tiveram de recrutar trabalhadores de fora do Alto da Boa Vista para efetivar o processo de produção. Tal reestruturação do processo de trabalho intensificou a pressão sobre os recursos ambientais na medida em que acelerou a remoção das rochas e, no seu bojo, ampliou a retirada da cobertura vegetal (Figura 33).

**Figura 33** - Impacto da atividade de extração do granito no Alto da Boa Vista em 1986



Fonte: (BARROS; MELO, 2011, p. 3)

O maior rigor da legislação ambiental que emerge na década de 1990 inviabiliza a continuidade dessa atividade, independentemente de quem a conduzisse. Dessa forma, dezenas de trabalhadores, que se instalaram em uma posição relativamente distante da área central da

cidade e em um sítio carente de infraestrutura urbana, se viram sem emprego e sem perspectiva de geração de renda. Assim, muitos deles emigraram da favela.

As dificuldades enfrentadas com o fechamento da pedreira, o desmatamento e falta de emprego, além de outros como a falta de saneamento básico, falta de iluminação pública, coleta de lixo e transporte público, forçou a comunidade a se organizar em associação. Em 1992 foi criada a AMATA - Associação de Moradores e Amigos da Taquara do Alto da Boa Vista. (BARROS; MELO, 2011, p. 2).

Os moradores que permaneceram na favela buscaram na auto-organização um meio para superarem os transtornos cotidianos. Apesar das conquistas pontuais e da importância para a mobilização política dos associados, focaremos na atuação da organização a partir da ACP de 2003, pois esse evento catalisa a formação do CONCA.

Paralelamente à AMATA, a partir da organização dos moradores da favela do Vale Encantado emergiu a Coove. Ela foi fundada por um grupo de moradores que investiram seu tempo e dinheiro, mas, ao longo do tempo, alguns desistiram de participar e receberam uma indenização acordada. Atualmente, ela é composta por um pequeno grupo de moradores, majoritariamente mulheres. Devemos, mais uma vez, destacar o fato de que o líder da associação de moradores também é o presidente da cooperativa, e que ambas são fortemente marcadas pelo personalismo que se projeta no mesmo indivíduo. A atuação integrada da associação de moradores e da cooperativa local se materializa no espaço favelado de uma forma bastante benéfica para os habitantes.

No ano de 2005, por uma coincidência, um representante da ONG francesa ABAQUAR, que buscava uma favela no Rio de Janeiro para apoiar ações pelo “desenvolvimento sustentável” local, visitava uma amiga que empregava uma moradora da favela Vale Encantado. Não perdendo a oportunidade, a trabalhadora mencionou o seu local de residência e, então, iniciou-se a conversa com o representante da AMATA, que também era morador do Vale Encantado. Esse golpe de sorte possibilitou o desenvolvimento de uma série de ações na favela. O primeiro aporte da ONG internacional foi o patrocínio da formação de dois moradores como guias de turismo credenciados para o exercício da profissão. A partir daí, foram organizados roteiros que combinavam uma caminhada pela favela e pelas trilhas que cortam a mata adjacente ao Parque Nacional da Tijuca.

A ONG também estimulou que a oferta de pratos culinários produzidos com os ingredientes locais<sup>27</sup> fossem integrados ao pacote para os turistas ao término do circuito. Podemos notar que houve tanto uma refuncionalização do substrato espacial material, quanto a sua ressignificação para alguns moradores locais, pois o espaço que tinha a função residencial passou a comportar/possibilitar o desenvolvimento de um circuito econômico alternativo, sobretudo para as mulheres da comunidade.

Diante da necessidade de formalizar a nova atividade econômica para ampliar sua atuação, ocorreu a fundação da cooperativa social e ambiental do Vale Encantado (COOVE-RJ-Cooperativa Vale Encantado Ltda), em 2007. Até hoje ela gera renda para seus membros através do ecoturismo na favela e suas cercanias, combinado com a gastronomia local na sede da cooperativa. Os cooperativados também obtêm recursos com um serviço de *buffet* para eventos e com a venda de produtos do artesanato local.

O substrato material espacial foi adaptado para as novas relações sociais que tomaram corpo, tanto na escala "nanoterritorial"<sup>28</sup> do prédio adquirido para servir de sede à cooperativa, que se encontrava desocupado após a falência do bar que ali funcionava anteriormente, quanto na escala microlocal da favela e seus arredores de mata, que tiveram seu uso reconfigurado para abrigarem as novas atividades. A adequação do prédio para o funcionamento da cooperativa se encontra em fase avançada, contudo parada. A sede da cooperativa já está apta para receber grupos de visitantes para almoços e eventos (Mapa 5), mas o seu projeto ainda não está finalizado, já que falta dinheiro para a conclusão da cozinha industrial. Portanto, neste momento, ainda não possível utilizar o biogás gerado pelo biodigestor já instalado.

---

<sup>27</sup> Apesar de ser uma espécie exótica, a jaqueira oferece ingredientes para os principais pratos comercializados pelos moradores locais (jacalhou, bobó de jaca, coxinha de caroço de jaca). É interessante notarmos que as pessoas que vivem no lugar, não estabelecem distinção entre plantas nativas e exóticas, elas se adaptaram e adaptam os indivíduos não humanos ao seu cotidiano. A mesma relação de aproveitamento dos vegetais exóticos, mas que crescem no local, se percebe com a menos polêmica bananeira (torta de umbigo da bananeira) e com o chuchu (suco de chuchu com abacaxi).

<sup>28</sup> "Nanoterritórios' são territórios extremamente pequenos, diminutos; situam-se em uma escala ainda mais reduzida que a microlocal, [...]. Nos 'nanoterritórios' as relações de poder remetem a interações face a face entre indivíduos, os quais compartilham (coabitam, trabalham, desfrutam) espaços muito pequenos, em situação de co-presença" (SOUZA, 2006, p.317).

Mapa 5 - Práticas espaciais na favela do Vale Encantado



Como o circuito econômico alternativo fomentado pela cooperativa consiste na atração de visitantes para consumirem os serviços turísticos e gastronômicos apoiados na bandeira da “sustentabilidade”, dentre os atrativos, verificamos que os antigos caminhos na mata adjacente são convertidos em trilhas ecológicas para os “ecoturistas”. Essa prática espacial, que não implica em profundas modificações das formas espaciais, demonstra a refuncionalização do espaço material.

Apesar de a Coove ter sido impulsionada a partir de um apoio externo, o presidente da organização, com o objetivo de fomentar o crescimento da cooperativa e a qualidade de vida na favela, atuou ativamente na construção da relação com organizações de ativistas engajados com a defesa de direitos humanos e proteção ambiental (Figura 34). Tomou corpo, assim, a prática espacial insurgente de formação de redes espaciais, pois consistiu na articulação multiescalar de agentes para a resistência às pressões hegemônicas sobre o território em questão.

**Figura 34** - Organizações parceiras da cooperativa do Vale Encantado.



Fonte: Página da Cooperativa de turismo sustentável Vale Encantado (COOVE-RJ–Cooperativa Vale Encantado Ltda.). Disponível em: <http://www.valeencantado.org.br/site/parceiros/>. Acesso em: 05 nov. 2016.

Assim, o líder comunitário buscou articulações para a melhoria da qualidade de vida no local. Sua atuação vem almejando elevar os rendimentos da cooperativa e melhorar a qualidade ambiental da favela. Então, com esse duplo objetivo articulado, ele se esforça para trazer a instalação de soluções técnicas capazes de reduzir o ecoestresse causado pelo assentamento humano em meio à floresta. Dentre essas cooperações



externas, podemos listar a parceria com dois jovens engenheiros da PUC, que desenharam dois projetos, buscaram o financiamento e os construíram na favela. Um deles é o biodigestor de resíduos sólidos (ver mapa 5 anteriormente exposto). Este é abastecido pelos resíduos orgânicos gerados nas residências da favela e na cozinha da cooperativa. O processo de decomposição dos resíduos gera o biogás, que já é captado e armazenado para seu aproveitamento na cozinha da cooperativa, que, contudo, ainda não está tecnicamente apta a aproveitá-lo. O outro projeto é a estação de tratamento de esgoto (ETE), que tem a capacidade de tratar os efluentes gerados por todas as residências da favela e pela sede da cooperativa (mas ainda aguarda a instalação do sistema de captação residencial), além de produzir gás combustível, que é direcionado para o abastecimento de uma das famílias. Ambos os projetos foram incluídos no roteiro turístico da cooperativa e atraem técnicos, estudantes, ativistas e entusiastas da causa ambiental (Figura 35 e Figura 36).

**Figura 35** - Grupo de estudantes universitários dos Estados Unidos e ativistas de favelas cariocas visitando o biodigestor de resíduos sólidos no Vale Encantado



Fonte: Foto do autor em 13 mar. 2017.

**Figura 36** - Trabalho de campo da disciplina Sociedade e Natureza do curso de graduação em Geografia da UFRJ. Estudantes sobre a zona de dispersão de efluentes da ETE do Vale Encantado.



Fonte: Foto do autor em 27 nov. 2018.

Ambos os projetos são interessantes exemplos da ação combinada entre a cooperativa e a associação, mas o biodigestor se destaca. Para esse objeto técnico operar, existe a dependência de um volume de resíduos superior àquele gerado pela cooperativa. Neste sentido, se fez necessária uma campanha para estimular que os moradores separassem os resíduos na fonte e entregassem o material orgânico na cooperativa. Como o presidente da cooperativa é o líder da associação, não existem empecilhos para a confecção de um acordo de cooperação entre as diferentes organizações. Tendo em vista que a cozinha da cooperativa ainda não é abastecida pelo gás do biodigestor, o programa de captação de resíduos orgânicos ainda não foi posto em prática, mas seu desenho foi elaborado para estimular a participação dos moradores no fornecimento de material para a cooperativa em troca de pães assados nos fornos alimentados com o biogás. Além da economia com alimentos para os moradores, a redução do volume dos resíduos destinados para a coleta regular da COMLURB aliviaria a carga sobre os pontos de coleta construídos pela própria associação (Figura 37) e, em uma magnitude ínfima, mas não ignorável, diminuiria a pressão sobre o destino final nos aterros sanitários.

**Figura 37** - Ponto de coleta coletivo construído pela Associação de Moradores do Vale Encantado



Fonte: Foto do autor em 01 abr. 2015.

Vemos, então, que a atuação dessas duas diferentes organizações se confunde quando tratamos da prática espacial de reestruturação do espaço material (SOUZA, 2013a), ou seja, das adaptações materiais realizadas no território ocupado pela favela. Apesar de se dar em escala microlocal, essa alteração do substrato espacial material faz parte de um contexto de relevantes modificações nas relações entre os sujeitos locais e o ambiente, entre os sujeitos locais e os extralocais, e dos próprios sujeitos locais entre si. Até mesmo a participação em redes de solidariedade e articulação política a cooperativa se posiciona adiante da associação de moradores. Verificamos esse fato na composição da Rede Favela Sustentável, que é coordenada pelo braço local de uma ONG internacional COMCAT (Comunidades Catalizadoras). Detalharemos melhor essa rede em uma seção vindoura da tese. Contudo, cabe adiantar tratar-se de uma rede formada por organizações de favelas e comunidades tradicionais condutoras de atividades voltadas à melhoria ambiental nas porções do espaço por elas ocupadas.

A identidade da associação e da cooperativa nitidamente se descolam quando voltamos o nosso olhar à luta contra a desterritorialização. O papel da cooperativa é completamente ofuscado pelo da associação de moradores. Diante das sucessivas ameaças de remoção, o presidente da associação de moradores organiza e articula a mobilização dos moradores do Vale Encantado e das demais favelas da AMATA para a resistência. Atualmente, o presidente da associação intermedia o diálogo entre os moradores e as instituições estatais que operam em solidariedade a sua causa, que são o

ITERJ e o NUTH. Historicamente, assim como as associações de moradores das favelas apresentadas até agora, a do Vale Encantado adotou a tática da articulação em rede como parte da sua estratégia para resistir à heterônoma desterritorialização iminente. Por esse motivo, essa organização local é uma das cofundadoras do CONCA e ainda é uma das mais atuantes.

Quadro 14 - Impacto da Associação de Moradores do Vale Encantado na qualidade de vida e na justiça social

Impacto da Associação de Moradores e Amigos da Taquara na qualidade de vida e na justiça social					
Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana				Tipo de impacto	Detalhes da ação
Características da habitação	Características do sítio	Interferência de fontes de externalidades negativas (fontes de poluição atmosférica, de poluição sonora, de contaminação do solo, de contaminação dos recursos hídricos)	Intensidade do impacto	Positivo	Tratamento de parte do esgoto gerado pelas residências
			Frequência do impacto	Positivo	Tratamento de parte do esgoto gerado pelas residências
			Consequências do impacto	Positivo	Tratamento de parte do esgoto gerado pelas residências
		Proximidade de amenidades naturais (vegetação exuberante, cachoeira, praia, etc.)	Promoção qualitativa da amenidade	Positivo	Reflorestamento de áreas degradadas
			Acessibilidade da amenidade	Positivo	Viabilização e exploração das visitas à mata e cachoeiras adjacentes ao PNT
			Aproveitamento dos benefícios	Positivo	Geração de renda a partir do ecoturismo
	Reconhecimento social	Avaliação do tipo de prestígio ou estigma da localidade	Positivo	Promoção da imagem de favela em harmonia com a floresta	
	Situação fundiária	Segurança da posse		Positivo	Intermediação entre o ITERJ e os moradores locais no processo de regularização fundiária
Condições de habitabilidade	Saneamento básico	Extensão do abastecimento de água	Frequência do abastecimento	Positivo	A associação garante a manutenção do sistema de abastecimento
		Qualidade do abastecimento de água	Condições de proteção do manancial de captação	Positivo	A associação garante a manutenção e limpeza dos mananciais de captação
		Cobertura do sistema de esgoto	Extensão da rede coletora	Positivo	A associação capta e trata esgoto de parte das residências e busca estratégias par ampliação dessa rede
			Quantidade relativa de domicílios com lançamento direto nos cursos d'água ou superfície do terreno	Positivo	A associação capta e trata esgoto de parte das residências e busca estratégias par ampliação dessa rede
		Qualidade ambiental resultante do esgoto	Destino dos esgotos (tratamento ou lançamento <i>in natura</i> )	Positivo	A associação capta e trata esgoto de parte das residências e busca estratégias par ampliação dessa rede
		Extensão da limpeza urbana	Coleta de lixo doméstico	Positivo	A associação construiu os pontos para as lixeiras coletivas
		Qualidade ambiental resultante da limpeza urbana	Existência e quantidade relativa de coleta seletiva	Positivo	A cooperativa recebe e trata os resíduos orgânicos
			Disposição do lixo doméstico (lixão, aterro, reciclagem)	Positivo	A cooperativa recebe e trata os resíduos orgânicos, reduzindo a carga destinada ao aterro municipal

	Fontes de energia	Energia para a preparação de alimentos	Tipo de energia (gás de botijão, encanado ou lenha)	Positivo	Os biodigestores abastecem a uma residência e à sede da cooperativa
			Custo proporcional à renda	Positivo	Os biodigestores abastecem a uma residência e à sede da cooperativa
		Geração local de energia	Existência de produção de energia de origem solar, eólica, biodigestores, etc.	Positivo	Biodigestores fornecendo gás para uma residência e para a sede da cooperativa. Captação de energia solar para aquecimento de água em uma residência
			Proporção das residências atendidas pelas fontes alternativas	Positivo	2 casa e a cooperativa
Organização política	Formação de redes	Laços de solidariedade com outras localidades		Positivo	Participação no CONCA e na Rede Favela Sustentável
	Coesão social	Sentimento de pertencimento	Ações para a construção do reconhecimento enquanto membro de uma coletividade	Positivo	Convite para a participação na construção da cooperativa
		Construção de projetos coletivos	Promoção do protagonismo dos moradores	Positivo	Convite para a participação na construção da cooperativa
Empoderamento de grupos (via de regra) oprimidos	Emancipação feminina	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação igualitária nas tomadas de decisão</li> <li>- Oportunidade de geração de renda</li> <li>- Prevenção contra discriminação e violência"</li> <li>- Combate à estigmatização</li> </ul>		Positivo	Geração de renda para as mulheres da favela na cooperativa
Infraestrutura social	Fomento cultural	Fortalecimento de expressões culturais	Ocorrência de festividades e manifestações tradicionais	Positivo	Realização do Festival do Vale no Clube
	Subsistência	Geração de renda	Quantidade relativa de pessoas ocupadas	Positivo	Geração de renda na Cooperativa do Vale Encantado
Atividades geradoras de renda na própria localidade			Positivo	Geração de renda na Cooperativa do Vale Encantado	

Parâmetros particulares de Justiça Social					Tipo de impacto	Detalhes da ação
Formas de opressão	Exploração	Transferência de energias de um grupo para outro	Criação/manutenção de instituições que operam a transferência sistemática do poder de decisão relativas ao mundo do trabalho	Definição do trabalho a realizar	Positivo	O sistema de cooperativa permite que cada trabalhador desenvolva as atividades de acordo com a sua possibilidade
				Atribuição das tarefas e seus beneficiários	Positivo	A divisão das tarefas na cooperativa é decidida coletivamente
				Definição sobre a forma de compensação pelo trabalho	Positivo	A remuneração é decidida coletivamente
	Marginalização	Impedimento de participação produtiva de um grupo no sistema político-econômico predominante	Gozo das liberdades individuais prometidas pelo liberalismo	Mecanismos de proteção contra privação de direitos e liberdades	Positivo	Provisão do abastecimento de água e luta contra as remoções
	Alienação	Divisão social entre o trabalho intelectual e o manual	Capacidade de tomada de decisão no processo produtivo	Desenvolvimento das competências individuais	Positivo	As trabalhadoras e trabalhadores da cooperativa desenvolvem suas habilidades no exercício de suas funções
	Opressão cultural	Subalternização da experiência dos grupos oprimidos pela cultura dominante	Reconhecimento da pluralidade dos valores, objetivos e das realizações dos diferentes grupos da sociais	Combate à imposição de estereótipos	Positivo	Combate ao estigma dos favelados como degradadores do ambiente

O Conselho Comunitário do Alto da Boa Vista (CONCA) é um fórum permanente de mobilização dos moradores das favelas do Alto da Boa Vista. Ele foi inicialmente organizado por alguns ativistas e, posteriormente, integrado por algumas associações de moradores dessas favelas. O mote inicial foi a cobrança pela conclusão das obras do Projeto Favela Bairro. Desta forma, a atuação em prol da melhoria dos fatores da qualidade de vida no bairro estimulou a formação dessa rede de articulação de ativistas locais. A iniciativa de criação do CONCA surgiu como parte de uma estratégia que contornasse, sem muitos atritos, o modo clientelista de atuação das associações de moradores já existentes, pois seus fundadores já percebiam que as práticas baseadas na cooptação de líderes e na influência partidária junto a associações de moradores não apresentavam os resultados almejados.

A Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Estadual, no ano de 2006, que demandava a remoção de várias favelas no bairro, tornou patente uma ameaça que sempre fora latente. Essa mudança na conjuntura serviu de *agente catalizador* (SANTOS, 1981) para que o CONCA ganhasse volume nas adesões e intensidade em sua movimentação. A mobilização que buscava avanços na qualidade de vida teve de voltar suas baterias para a luta na resistência contra as remoções impostas pelo Estado. Porém, a sua atuação foi além do esforço para impedir que essa tentativa de remoção se concretizasse. O fórum construiu uma articulação para reivindicar a regularização fundiária das favelas.

O jornalista e ativista Roberto Magessi é apontado por diversos participantes da pesquisa como o principal agitador político do Alto da Boa Vista. Descendente de uma família de tradição centenária no bairro, ele intermediou o diálogo entre os diferentes líderes comunitários e articulou a formação do CONCA. Portador de uma visão abrangente sobre as condições estruturais que alavancam os processos sociais de desterritorialização de favelas em áreas valorizadas pelo mercado imobiliário, ele, em inúmeras oportunidades, expôs o seu ferrão crítico e se posicionou na linha de frente da luta em prol de melhor qualidade de vida e maior justiça social a partir das favelas do bairro. Seu falecimento, no ano de 2013, marcou o fim de um período de intensa atuação do CONCA, fato que ratifica a sua importância para essa organização.

O CONCA era lastreado pelas associações de moradores da Taquara (Vale Encantado), Agrícola, Furnas, Fazenda, Biquinha e Ricardinho<sup>29</sup>. Apesar disso, o poder

---

<sup>29</sup> O CONCA ainda existe, e a despeito de Ricardinho e Biquinha não contarem com associações de moradores ativas, os atuais líderes das demais associações acreditam que “em caso de necessidade”, os moradores dessas favelas também atenderiam ao chamado para nova mobilização do conselho.



decisório não ficava restrito aos representantes das associações. As reuniões do conselho eram abertas à participação de todos os moradores do Alto da Boa Vista e amplamente divulgadas no bairro. As decisões tomadas pela coletividade eram o resultado dos debates e votações durante as reuniões, nos quais todos os presentes tinham o mesmo direito de fala e de voto. De acordo com os relatos que colhemos, o método de operação do CONCA sempre buscou o máximo de dinamismo através das seguintes ações: o debate sobre os problemas para a construção de uma percepção baseada em múltiplos pontos de vista; a busca pela identificação de possíveis soluções para o problema; o desenho de ações práticas para construir ou reivindicar a solução dos problemas; a divisão das tarefas para viabilização da ação desenhada; a execução da ação desenhada; a avaliação coletiva sobre os resultados da ação executada; e, a retomada do início do ciclo.

A formação do CONCA representou uma possibilidade para que os moradores das diversas favelas impusessem as suas reivindicações ao Estado, sem precisar passar pelo confronto com as associações de moradores já cooptadas. Essa dinâmica, além de preservar os indivíduos contra desgastes nas relações interpessoais com seus vizinhos, permitiu que os líderes cooptados continuassem auferindo os *nanoavanços* na escala microlocal proporcionados pela relação clientelista com políticos profissionais. O resultado foi o de que o CONCA atuou como um instrumento popular de pressão ao Estado para a conquista de avanços mais significativos. Ademais, o fórum era aberto ao diálogo e cooperação com os agentes estatais rotulados anteriormente nessa tese como “solidários às classes dominadas”. Dessa forma, sem incorrerem em uma interpretação exagerada, enxergamos uma essência “estadocrítica” nesse fórum, pois

[a] partir de uma perspectiva libertária “estadocrítica”, ao mesmo tempo em que se incorporam uma crítica e uma prudência essenciais em relação ao aparelho de Estado, aceita-se que é impossível, simplesmente ignorá-lo, ou mesmo desconhecer que iniciativas estatais ou patrocinadas pelo Estado podem, às vezes (via de regra quando fruto de pressão de baixo para cima), ter efeitos potencialmente positivos para a luta emancipatória. (SOUZA, 2010, p. 27, grifo do autor)

Discorrendo de maneira um pouco mais detalhada sobre as práticas espaciais mais marcantes dessa organização, destacamos o papel na construção da imagem do lugar. O jornal digital “Últimas do Alto” (Figura 38), produzido pelo CONCA, era um instrumento de divulgação dos debates políticos, convocação para as reuniões do fórum, mobilização para os atos de protesto e valorização das manifestações culturais. Outro instrumento que tem o mesmo caráter é o “Blog do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista” (Figura 39).

Figura 38 - Primeira página da primeira edição do jornal digital Últimas do Alto



**CONCA**  
Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista  
Rio de Janeiro - Brasil

# ÚLTIMAS DO ALTO



14/FEV/2009

Notícias do CONCA / Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista

## PLANO DIRETOR ENGAVETADO

Preparamo-nos para ocupar outra vez as galerias da Câmara de Vereadores. Vamos exigir, na quarta-feira, 11 de março, a imediata revisão do PLANO DIRETOR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, regimentalmente prevista para 2002 e há 7 anos encalhada no Paço do Pedro Ernesto. Trata-se de instrumento indispensável à vida da cidade, com vigência decenal, em cuja discussão reivindicamos a regulamentação da AMARU – Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Alto da Boa Vista, bem assim a AEU – Área de Especial Interesse Urbanístico do Itanhangá.

Nossa pleito inclui a criação da SUBPREFEITURA VERDE, adstrita aos bairros do Alto da Boa Vista, Horto, Góvea Pequena e parte do Itanhangá. Entregaremos a cada vereador detalhada relação de projetos, propostas de emendas e substitutivos de nossa iniciativa, que lá transitam, além de uma agenda de nosso específico interesse.

Os Conselheiros do Alto e do Itanhangá mobilizarão expressiva caravana, que manifestará no Legislativo Municipal a expectativa quanto à participação nos embates decisivos para nossa concreta integração à sociedade carioca. Com base na lei, queremos intervir no processo de discussão de todos os postulados que atrem respeito aos nossos direitos fundamentais de cidadania.

O PLANO DIRETOR não pode ser transformado em balcão de negócios da especulação imobiliária e predadores similares. Ele deve ser, necessariamente, o principal suporte para harmoniosa e salutar convivência entre os estratos da pirâmide social, sob pena de estimularmos, irresponsavelmente, o perturbador conflito que, ao tempo, aflige o cotidiano da ex-‘Cidade Marechalista’.

Alocarmos-nos na compreensão política de que somos parte intrínseca das demandas do Rio, para cujas desejadas soluções temos oferecido pertinentes subsídios. Não aceitamos ser tratados como ‘objetos descartáveis’, passíveis de ‘assepsias estéticas’ que produziram esse ‘apartheid’ gestado na relação excludente dos intolerantes. Somos, definitivamente, no pequeno-grande universo de nossas comunidades, SUJEITOS conscientes da relevância de nossa própria história.

## OLHA O BLOCO AÍ, GENTE!

Fundado em 1º de novembro de 1973, o ‘Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco UNIDOS DO ALTO DA BOA VISTA’ filiou-se à federação dos blocos cariocas em 1980. Em 25 anos de desfile oficial, abocanhos, nos três grupos classificatórios, 5 troféus de campeão e 2 estandartes de ouro. Prova provada de que o Alto tem história de samba no pé. Seu primeiro presidente foi Cláudio Machado, o ‘Cláudio’, e, na lista de fundadores do ‘azul-e-branco’, entre outros: Júlio Pereira, João Alecrim e Antônio Benedito (Pimpim). A primeira balana-fundadora, Magnólia, continua firme e forte, pronta para evoluir com sua ala, no sábado de folia, 21, pelo grupo 3, ao longo da avenida, em Bonsucesso.



Regina Ferreira

### DIRETORES A TODO GÁS

Luíz Carlos Ferreira, o ‘Guelinho’, é o presidente, com Sérgio Moreira (o ‘Sérgio Malandro’) na ‘vice’, na secretaria, Luís Ângelo Oliveira Silva (o ‘Lulu’) e Marcos Paulo da Costa (o ‘Marcos Boquinha’); diretor-social, Italo Latta (o ‘Gato Ruço’); cuidando do patrimônio, David Duarte Ferreira (o ‘Deivid’); na Comissão de carnaval, Fábio Garcez da Silva (o ‘Gaguinho’, presidente), com Viamir de Oliveira Santos (o ‘Mimi’), Alcyr de Oliveira Silva (o ‘Cicl’), Regina Ferreira Alves (‘Cabolinha’), José Luiz da Costa (‘Zé Boquinha’) e Paulo Henrique Alves Ferreira; e beberia, sob a batuta de ‘Mestre Cafu’, puxando o samba, o gogó afinado do Hilton ‘Chapedão’.

Fonte: Blog do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista. Disponível em: <http://concacidadania.blogspot.com/>. Acesso em: 1 abr. 2017.

**Figura 39** - Página inicial do Blog do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista



Fonte: Blog do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista. Disponível em: <http://concacidadania.blogspot.com/>. Acesso em: 1 abr. 2017.

Nesses meios, estão registradas diversas ações deliberadas nas reuniões do CONCA, como uma passeata pela instalação de fiscalização eletrônica de velocidade dos automóveis, outra passeata em protesto contra as remoções, o evento de distribuição dos títulos de reconhecimento da posse pelo ITERJ, o desempenho do bloco de carnaval local na disputa da cidade, a divulgação de eventos promovidos nas favelas.

**Quadro 15** - Impacto do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (CONCA) na qualidade de vida e na justiça social

Impacto do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (CONCA) na qualidade de vida e na justiça social					
Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana				Tipo de impacto	Detalhes da ação
Características da habitação	Características do sítio	Interferência de fontes de externalidades negativas (fontes de poluição atmosférica, de poluição sonora, de contaminação do solo, de contaminação dos recursos hídricos)	Intensidade do impacto	Positivo	Pautar o debate público sobre a necessidade de tratamento do esgoto lançado em natura nos corpos hídricos do bairro
			Frequência do impacto	Positivo	Pautar o debate público sobre a necessidade de tratamento do esgoto lançado em natura nos corpos hídricos do bairro
			Consequências do impacto	Positivo	Pautar o debate público sobre a necessidade de tratamento do esgoto lançado em natura nos corpos hídricos do bairro
	Reconhecimento social	Avaliação do tipo de prestígio ou estigma da localidade	Positivo	Combate ao estigma dos favelados como desajustados sociais e degradadores do ambiente	
Situação fundiária	Segurança da posse		Positivo	Pautar o debate público sobre, e mobilizar a resistência contra, as tentativas de remoção das favelas do Alto da Boa Vista.	
Mobilidade urbana	Trânsito	Número de mortes no trânsito em relação ao total de óbitos		Positivo	Pautar o debate público e Organização de atos de protesto apontando a necessidade de fiscalização eletrônica para a redução do número de atropelamentos entre as favelas Mata Machado e Tijuacu.
Uso do espaço	Espaços públicos	Vias de trânsito público	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tamanho perante a população local</li> <li>- Conservação dos equipamentos</li> <li>- Diversidade de usos propiciados (faixas etárias)</li> <li>- Estado de conservação</li> <li>- Acessibilidade para pessoas com restrições de mobilidade</li> </ul>	Positivo	Pautar o debate e discutir com agentes públicos a demanda por iluminação das vias públicas

<b>Condições de habitabilidade</b>	<b>Saneamento básico</b>	Cobertura do sistema de esgoto	Extensão da rede coletora	Positivo	Pautar o debate público sobre a necessidade de estruturação de um sistema estatal eficiente para a coleta do esgoto
			Quantidade relativa de domicílios com lançamento direto nos cursos d'água ou superfície do terreno	Positivo	Pautar o debate público sobre a necessidade de estruturação de um sistema estatal eficiente para a coleta do esgoto
		Extensão da limpeza urbana	Coleta de lixo doméstico	Positivo	Pautar o debate e discutir com agentes públicos a demanda por coleta de resíduos sólidos
		Qualidade ambiental resultante da limpeza urbana	Presença de lixo em cursos d'água e costeiras	Positivo	Pautar o debate e discutir com agentes públicos a demanda por coleta de resíduos sólidos
		Qualificação da microdrenagem	Presença de esgoto doméstico na rede pluvial	Positivo	Pautar o debate e discutir com agentes públicos a demanda por coleta de resíduos sólidos
<b>Organização política</b>	<b>Formação de redes</b>	Laços de solidariedade com outras localidades		Positivo	Proposta de implantação de um fórum plural e permanente focado na reforma urbana
		Propulsão do desenvolvimento de outras localidades		Positivo	Participação em atos públicos de protesto contra remoções em favelas que não compõem o Conselho
	<b>Coesão social</b>	Relações sociais intergeracionais	Reunião de moradores de diferentes faixas etárias	Positivo	Divulgação e estímulo à participação nos eventos sociais
		Estímulo à participação política	Realização de processos de tomadas de decisões coletivas com a participação igualitária de todos	Positivo	Divulgação e estímulo à participação nas reuniões do Conselho
		Sentimento de pertencimento	Ações para a construção do reconhecimento enquanto membro de uma coletividade	Positivo	O apoio formal ao Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco UNIDOS DO ALTO DA BOA VISTA
		Construção de projetos coletivos	Promoção do protagonismo dos moradores	Positivo	O CONCA é uma rede que respeita a autonomia de cada associação participante e estimula o seu fortalecimento interno
<b>Infraestrutura social</b>	<b>Fomento cultural</b>	Fortalecimento de expressões culturais	Ocorrência de festividades e manifestações tradicionais	Positivo	O apoio formal ao Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco UNIDOS DO ALTO DA BOA VISTA / Divulgação das festividades promovidas pelas associações participantes do fórum
			Suporte ao desenvolvimento de expressões criativas	Positivo	O apoio formal ao Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco UNIDOS DO ALTO DA BOA VISTA
	<b>Saúde</b>	Acesso a serviços de saúde	Acesso a unidades de atenção primária à saúde	Positivo	Pautar o debate e discutir com agentes públicos a demanda por posto de saúde
			Custo proporcional à renda	Positivo	Pautar o debate e discutir com agentes públicos a demanda por posto de saúde

	Educação	Educação básica	Disponibilidade de escolas de Ensino Básico		Positivo	Pautar o debate e discutir com agentes públicos as demandas por creches públicas no bairro
			Custo proporcional à renda		Positivo	Pautar o debate e discutir com agentes públicos as demandas por creches públicas no bairro
<b>Parâmetros particulares de Justiça Social</b>					Tipo de impacto	<b>Detalhes da ação</b>
<b>Tipos de opressão</b>	<b>Marginalização</b>	Impedimento de participação produtiva de um grupo no sistema político-econômico predominante	Gozo das liberdades individuais prometidas pelo liberalismo	Mecanismos de proteção contra privação de direitos e liberdades	Positivo	Combate às remoções
	<b>Dominação cultural</b>	Subalternização da experiência dos grupos oprimidos pela cultura dominante	Reconhecimento da pluralidade dos valores, objetivos e das realizações dos diferentes grupos da sociais	Reconhecimento da pluralidade de experiências vividas pelos diferentes grupos sociais	Positivo	A construção de pontes entre diferentes segmentos da sociedade fortalece a construção de laços de respeito mútuo
				Reconhecimento da pluralidade de perspectivas de produções culturais	Positivo	Pauta o debate público que confronta a visão dominante do solo urbano como uma mercadoria
				Disseminação plural da produção cultural dos diversos grupos sociais	Positivo	As manifestações públicas em atos de protesto e nas mídias digitais buscam confrontar a imagem dos favelados construída pelas empresas de mídia.
				Combate à imposição de estereótipos	Positivo	Propagação da imagem dos favelados como cidadão comuns, dignos do mesmo tratamento legal e respeitoso que todos os moradores da cidade.
				Combate à invisibilização de grupos sociais	Positivo	As manifestações públicas em atos de protesto e nas mídias digitais buscam confrontar a imagem dos favelados construída pelas empresas de mídia.

## 11.2 Agentes externamente baseados

Identificamos que as organizações externamente baseadas operam e se manifestam a partir de perspectivas ambientalistas diversificadas. Aquelas compostas por ativistas e profissionais, que direcionam sua atuação para questões socialmente engajadas, que oferecem apoio técnico e financeiro para projetos de qualificação do espaço favelado optamos por denominar como: *pela floresta e pelas favelas*. As organizações que atuam pela conservação da floresta, muitas delas através do Conselho Consultivo do PNT, mas que não conseguimos identificar um posicionamento a respeito dos espaços favelados denominamos (temporariamente) como: *pela floresta, apesar das favelas (?)*. As organizações que, assim como na categoria anterior, atuam pela conservação da floresta, contudo apresentando práticas espaciais que incidem em recuos no desenvolvimento sócio-espacial das favelas, chamaremos de: *pela floresta e contra as favelas*. Finalmente, as organizações e indivíduos que se manifestam pela conservação da floresta, mas que obteriam benefícios objetivos com a sua degradação parcial, denunciando de maneira míope a degradação da área ao redor do PNT, dando ênfase aos espaços favelados e ignorando os bairros de classe média, designamos como: *também pela floresta e contra as favelas*.

### 11.2.1 *Pela floresta e pelas favelas*

Uma das principais organizações que exercem práticas espaciais no sentido da conservação da floresta e da qualificação do espaço favelado é a ONG Comunidades Catalisadoras (Utiliza a sigla ComCat em português e CatCom na língua inglesa). Essa organização atua em dois eixos principais: ela é responsável pelo portal de notícias *RioOnWatch*<sup>30</sup>, que, desde 2010, vem colaborando para a desestigmatização dos espaços favelados, pois é um *blog* de construção coletiva com ampla participação de moradores de favelas. A outra frente de atuação é criação e condução da Rede Favela Sustentável, que é uma rede de base comunitária para o fortalecimento e multiplicação de ações de cunho ambiental (em sentido amplo) nas favelas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Como apontamos anteriormente, todos os agentes sociais abordados em nossa pesquisa, que praticam a ação direta, são favoráveis (por motivos e de formas variadas) à defesa da floresta. No caso da ComCat, essa preocupação se manifesta com baixa densidade e de forma indireta, pois o foco da atuação dessa ONG é a promoção do “desenvolvimento sustentável” do espaço favelado. Essa organização, sem manifestar críticas sobre as relações de poder estabelecidas estruturalmente na sociedade, parte do entendimento das favelas como “fábricas de soluções” e aponta que esse tipo de modelo habitacional possui raras “qualidades urbanísticas sustentáveis”, dentre as quais ela destaca:

- Moradia a preços acessíveis em áreas centrais.
- Densidade que promova e possibilite a prestação de serviços públicos sem demasiada verticalidade que estimula o isolamento.
- Voltado ao pedestre – o que estimula um alto grau de confraternização e troca.
- Alto uso de bicicletas e transporte público – o que é bom para o meio ambiente urbano e global.
- “Uso misto” residencial e comercial – que diminui a necessidade de deslocamento e estimula o convívio local (lares acima de lojas).
- Moradia próxima ao trabalho – que diminui os gastos de dinheiro e tempo com transporte, evitando a sobrecarga nas redes de transporte.
- Arquitetura orgânica – arquitetura que evolui aos poucos e pode ser adaptada mais facilmente às necessidades dos moradores.
- Alto grau de ação coletiva – que além de fortalecer laços de apoio, propõe economias com os custos de certos serviços e materiais.
- Redes intrincadas de solidariedade.
- Alto grau de produção cultural.
- Facilitador de empreendedorismo – pela troca constante entre moradores, possibilidade de criar um comércio em casa, e flexibilidade proporcionada historicamente pela falta de regulamentação. (COMUNIDADES CATALISADORAS, 2017, p. 6)

<sup>30</sup> Disponível em: <[www.rioonwatch.org.br](http://www.rioonwatch.org.br)>. Acesso em: 28 mar. 2019.



Conquanto tímida na crítica ao *status quo* do qual emerge a necessidade de pessoas viverem em favelas, é inegável o papel dessa ONG na construção de uma narrativa e a propagação de uma imagem positiva do lugar, através do RioOnWatch. Tal atuação tem o potencial de enfraquecer estigmas e fortalecer a construção de redes de solidariedade intraclasse e interclasse.

Devemos frisar que a ação proativa de promoção do diálogo e da troca de experiências entre diferentes atores dispersos no espaço constitui um combustível para consolidação de redes em várias escalas. Primeiramente, destacamos que a ComCat articulou o contato com a ONG estadunidense Solar CITIES. Esta foi a responsável pela construção do biodigestor para tratamento dos restos de alimentos na favela do Vale Encantado. Presenciamos outro ilustrativo momento de fomento às redes de solidariedade no dia 13/03/2017, quando a ComCat promoveu um evento reunindo estudantes de planejamento urbano da *Columbia University* (Nova Iorque) e ativistas de favelas do Rio de Janeiro na sede da Cooperativa do Vale Encantado. No encontro houve o intercâmbio de conhecimento com a apresentação da ComCat, dos projetos do Vale Encantado e da ação de uma organização de catadores de resíduos recicláveis do bairro da Pavuna (Figura 40).

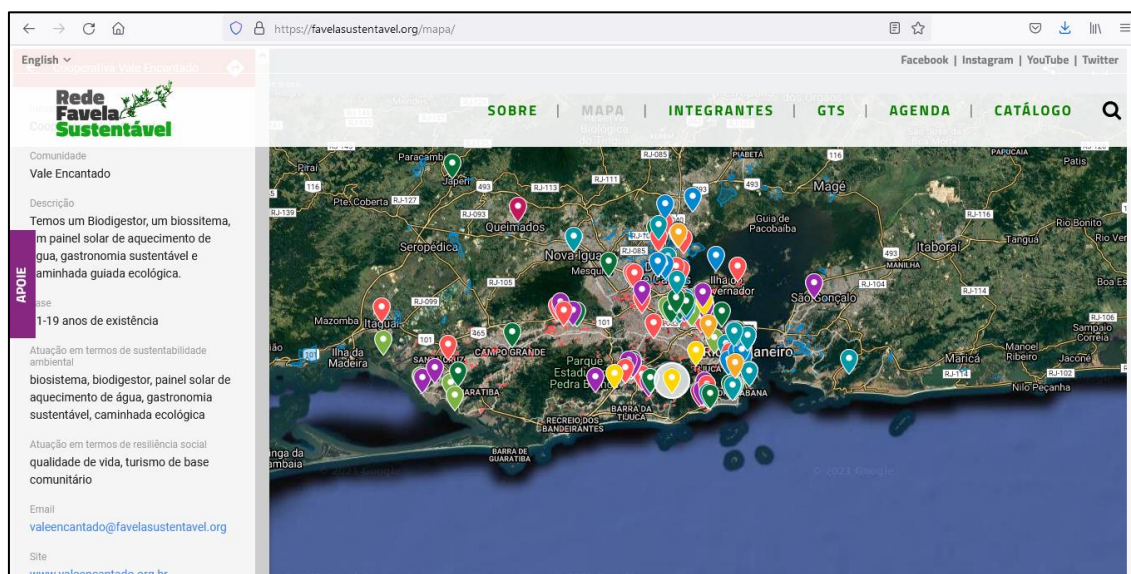
**Figura 40** - Apresentação de representante de uma organização de catadores de resíduos recicláveis do bairro da Pavuna, no Rio de Janeiro em evento na sede da Cooperativa do Vale Encantado.



Fonte: Foto do autor em 13 mar. 2017.

Ainda no ano de 2017, a ComCat lançou o projeto para a formação da Rede Favela Sustentável. Nele, a organização se empenhou em promover, fomentar e desenvolver o diálogo em torno do “desenvolvimento sustentável” nas favelas e criar redes de cooperação entre as diversas organizações. Essa ação da ComCat se baseou na identificação de mais de uma centena de iniciativas geradas em espaços favelados, cujas funções buscavam a “sustentabilidade e resiliência socioambiental”. Daí produziu-se um banco de dados espacial representado no mapa interativo disponível *online* (Figura 41). Para além da catalogação das práticas dos sujeitos locais, a ONG buscou dar visibilidade para estas iniciativas com uma série de matérias no *RioOnWatch*, bem como estimulou a criação de redes de troca de conhecimentos, estratégias e informações entre os ativistas. Esse intercâmbio vem se dando através de encontros presenciais e virtuais promovidos pela ONG. Eles ocorrem nos locais onde as iniciativas são efetivadas, então os ativistas responsáveis recebem a visita dos demais membros da Rede e a ComCat convida especialistas para oferecerem capacitações para os participantes.

**Figura 41** - Mapa interativo das iniciativas identificadas pelo projeto Rede Favela Sustentável



Fonte: Página virtual da Rede Favela Sustentável. Disponível em: <https://favelasustentavel.org/mapa/>  
Acesso em: 26 jun. 2019.

Atualmente, os membros da Rede estão agrupados em Grupos de Trabalhos, nos quais ocorrem trocas de informações, se desenham e executam ações para a promoção dos objetivos comuns dos envolvidos. Os temas desses grupos são: água e esgoto; hortas e reflorestamento; resíduos sólidos; educação ambiental; geração de renda; energia solar; e, memória e cultura.

Em nossa área de estudo, apenas a Cooperativa do Vale Encantando figura na Rede Favela Sustentável. Por esse motivo, apesar dessa Rede fomentar ganhos em qualidade de vida em diversos pontos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no quadro a seguir representaremos apenas aqueles que impactam as favelas do Alto da Vista (Quadro 16).

**Quadro 16** - Impacto da ONG Comunidades Catalisadoras (ComCat) na qualidade de vida e na justiça social nas favelas do Alto da Boa Vista

<b>Impacto da ONG Comunidades Catalisadoras (ComCat) na qualidade de vida e na justiça social</b>						
<b>Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana</b>					Tipo de impacto	<b>Detalhes da ação</b>
<b>Características da habitação</b>	<b>Características do sítio</b>	Reconhecimento social	Avaliação do tipo de prestígio ou estigma da localidade		Positivo	Desestigmatização do espaço favelado
		Laços de solidariedade com outras localidades			Positivo	Construção da Rede Favelas Sustentável
<b>Organização política</b>	<b>Formação de redes</b>	Propulsão do desenvolvimento de outras localidades		Positivo	Promoção do intercâmbio entre diferentes favelas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro	
		<b>Subsistência</b>	Geração de renda	Atividades geradoras de renda na própria localidade	Positivo	Divulgação e organização de visitas do circuito turístico do Vale Encantado
<b>Parâmetros particulares de Justiça Social</b>					Tipo de impacto	<b>Detalhes da ação</b>
<b>Tipo de opressão</b>	<b>Dominação cultural</b>	Subalternização da experiência dos grupos oprimidos pela cultura dominante	Reconhecimento da pluralidade dos valores, objetivos e das realizações dos diferentes grupos da sociais	Combate à invisibilização de grupos sociais	Positivo	Divulgação de informações que combatem estereótipos dos favelados

As pessoas que habitam o espaço favelado do Alto da Boa Vista têm o seu sofrimento amenizado pela atuação de profissionais que optam por direcionar suas carreiras para a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres. Além daqueles vinculados ao serviço estatal, como discutimos anteriormente nesse capítulo, identificamos dois casos que trouxeram um impacto significativo para os sujeitos da nossa área de estudo. O primeiro caso que apresentaremos é o dos dois jovens engenheiros oriundos da PUC-RIO, Leonardo Adler e Tito Cals. Eles exerceram uma reestruturação do espaço na favela do Vale Encantado. O segundo caso será o do “Instituto Novo Brasil – pelo Carimbo Solidário”, fundado pela Oficiala do 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, Dra. Sônia Maria Andrade dos Santos, que vem atuando no fortalecimento da territorialização do espaço pelos favelados.

A reestruturação do espaço favelado, com sua alteração física refletindo uma nova forma de relação entre os moradores e agentes externos, pode ser vista na construção do biodigestor de resíduos sólidos e da estação de tratamento de esgoto na favela do Vale Encantado. Os engenheiros ambientais e ativistas Leonardo Adler e Tito Cals, quando graduandos em 2014, participaram como voluntários no projeto da ONG Solar CITIES<sup>31</sup> de construção do biodigestor de resíduos sólidos no Vale Encantado (Figura 42).

**Figura 42** - Biodigestor de resíduos sólidos instalado na favela do Vale Encantado



Fonte: Foto do autor em 24 out. 2016.

---

<sup>31</sup> A Solar CITIES é uma organização de voluntariado com sede nos EUA, sua missão é difundir tecnologias de baixo custo para a geração de combustível para a preparação de alimentos. Disponível em: <https://solarcities.solutions/>. Acesso em: 24 out. 2016.

Anteriormente, na sua participação na construção do biodigestor acima, no ano de 2011, esses ativistas já haviam sido contactados na PUC-RIO pelo presidente da COOVE, que buscava soluções para o problema do esgoto na favela do Vale Encantado. A aproximação entre o líder comunitário e os estudantes foi viabilizada tanto pelo ativismo do primeiro, quanto pelas convicções pessoais de Leonardo e Tito, que os levaram ao engajamento nas pesquisas sobre o desenvolvimento de tecnologias para o “saneamento ecológico” descentralizado e de baixo custo, ou seja, no tratamento local dos efluentes domésticos. Apoiados na metodologia da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011), seu objetivo era o de produzir conhecimento a partir da implementação de projetos focados: na redução do ecoestresse, pela diminuição da carga de dejetos lançados no meio; e, no atendimento de uma necessidade humana básica negligenciada pelo Estado, que é a da garantia do acesso ao saneamento básico para os habitantes locais.

Esse contato inicial resultou na elaboração de um projeto de um biodigestor para o tratamento do esgoto das 25 casas da favela e geração de gás para as cozinhas. Contudo, devido à falta de recursos para a sua implementação, o projeto hibernou até o ano de 2015, quando foi contemplado por um edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Esses atores foram, então, os responsáveis pela elaboração do projeto, captação de recursos e construção dos biodigestores instalados no Vale Encantado, que representamos anteriormente no mapa das práticas espaciais na favela do Vale Encantado (Mapa 5) e na fotografia a seguir (Figura 43).

**Figura 43** - Biodigestor utilizado no tratamento do esgoto produzido na favela do Vale Encantado e fornecedor de biogás para uso doméstico



Fonte: Foto do autor em 24 out. 2016.

A presença de novos objetos na composição do substrato material espacial é precedida por uma particular relação social contra-hegemônica, que é a criação de laços de solidariedade entre pessoas de classes sociais diferentes em prol de ganhos em qualidade de vida para os pobres. Essa transformação do espaço também se reflete na relação entre os habitantes do local e os demais membros da sociedade, pois a modificação da imagem do lugar (de um lugar de degradação da floresta para um lugar de inspiração enquanto assentamento sustentável) perante os olhos externos, significa, além de um trunfo na luta contra as remoções, um recurso a ser economicamente explorado. O processo de instalação desses equipamentos acarretou os impactos abaixo (Quadro 17).

Quadro 17 - Impactos dos ativistas Leonardo Adler e Tito Cals

Impacto dos engenheiros Leonardo Adler e Tito Cals na qualidade de vida e na justiça social					
Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana				Tipo de impacto	Detalhes da ação
Características da habitação	Características do sítio	Interferência de fontes de externalidades negativas (fontes de poluição atmosférica, de poluição sonora, de contaminação do solo, de contaminação dos recursos hídricos)	Intensidade do impacto	Positivo	Redução da contaminação do solo e corpo hídrico por efluentes domésticos
			Frequência do impacto	Positivo	Redução da contaminação do solo e corpo hídrico por efluentes domésticos
			Consequências do impacto	Positivo	Redução da contaminação do solo e corpo hídrico por efluentes domésticos
		Proximidade de amenidades naturais (vegetação exuberante, cachoeira, praia, etc.)	Promoção qualitativa da amenidade	Positivo	Redução da carga de esgoto em nas águas de uma cachoeira próxima ao Vale Encantado
		Reconhecimento social	Avaliação do tipo de prestígio ou estigma da localidade	Positivo	Alteração da imagem do lugar, de degradadores a exemplo de assentamento sustentável
Condições de habitabilidade	Saneamento básico	Cobertura do sistema de esgoto	Extensão da rede coletora	Positivo	Construção de sistema de captação e tratamento do esgoto doméstico
			Quantidade relativa de domicílios com lançamento direto nos cursos d'água ou superfície do terreno	Positivo	Proposta para eliminar o lançamento do esgoto nos cursos d'água no Vale Encantado
		Qualidade ambiental resultante do esgoto	Destino dos esgotos (tratamento ou lançamento <i>in natura</i> )	Positivo	Projeto para metabolização local do esgoto produzido no Vale Encantado
		Qualidade ambiental resultante da limpeza urbana	Disposição do lixo doméstico (lixão, aterro, reciclagem)	Positivo	Metabolização no biodigestor local do resíduo orgânico produzido nas residências do Vale Encanto
	Fontes de energia	Energia para a preparação de alimentos	Tipo de energia (gás de botijão, encanado ou lenha)	Positivo	Fornecimento de gás produzido nos biodigestores
			Custo proporcional à renda	Positivo	Fornecimento gratuito de gás produzido nos biodigestores
		Geração local de energia	Existência de produção de energia de origem solar, eólica, biodigestores, etc.	Positivo	Produção de gás dos biodigestores que substitui o gás de botijão e potencialmente a elétrica
			Proporção das residências atendidas pelas fontes alternativas	Positivo	Produção de gás dos biodigestores que substitui o gás de botijão e potencialmente a elétrica



Parâmetros particulares de Justiça Social					Tipo de impacto	Detalhes da ação
Tipo de opressão	Marginalização	Impedimento de participação produtiva de um grupo no sistema político-econômico predominante	Gozo das liberdades individuais prometidas pelo liberalismo	Mecanismos de proteção contra privação de direitos e liberdades	Positivo	Apoio na garantia ao direito de acesso ao saneamento básico
	Dominação Cultural	Subalternização da experiência dos grupos oprimidos pela cultura dominante	Reconhecimento da pluralidade dos valores, objetivos e das realizações dos diferentes grupos da sociais	Combate à imposição de estereótipos	Positivo	Alteração da imagem do lugar, de degradadores a exemplo de assentamento sustentável

Como destacado anteriormente, a Dra. Sônia Maria Andrade dos Santos, Oficiala do 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, direcionou parte dos seus recursos para atender a uma demanda popular, que é a produção de registros oficiais da posse de imóveis urbanos. Os títulos de posse são documentos indispensáveis para o andamento dos processos de regularização fundiária através dos instrumentos da usucapião ou concessão do direito real de uso. Ela criou o Instituto Novo Brasil, que, dentre os seus projetos, conduz o projeto “A Casa é Nossa”.

Desde 2006, esse instituto vem fornecendo gratuitamente o registro de título de posse para moradores de favelas. O processo começa por iniciativa do Instituto, que escolhe quais favelas serão atendidas pelo projeto. Um dos critérios para a seleção é a existência de uma associação de moradores consolidada. Em parceria com ela é ministrada uma palestra de apresentação do projeto A Casa é Nossa, quando se procede à distribuição de um formulário para o preenchimento pelos residentes (Figura X). Em seguida, a associação recebe e reúne os formulários com os documentos e informações dos moradores necessárias para que seja feita a declaração de posse. Após o período de preparação das certidões, os moradores são convocados para a sua assinatura e o título é, então, enviado para o registro na Central de Registros de Documentos (Cerd). Em nossa área de estudos, verificamos a execução desse projeto na favela Mata Machado.

Figura 44 - Formulário de cadastro e relação dos documentos para participação no projeto A Casa é Nossa

**PROJETO "A CASA É NOSSA"!**

Você está a poucos passos de realizar mais um sonho na sua vida!

O projeto "A Casa é Nossa" é a primeira etapa para a tão esperada regularização da sua moradia! O caminho para conseguir sua residência efetivamente regularizada é um pouco longo, mas o Instituto Novo Brasil vai guiar você até o final desse processo. Nós estamos aqui para te ajudar, conte com a gente!

NOME \_\_\_\_\_

COMUNIDADE \_\_\_\_\_ TELEFONE \_\_\_\_\_

**SÃO APENAS 5 PASSOS, VAMOS LÁ!**

**1** Coloque nesse envelope toda a sua documentação, como:

<input type="checkbox"/> Cópia do RG.	<input type="checkbox"/> Se receber Bolsa Família ou qualquer outro benefício do governo, deve apresentar a cópia do extrato.
<input type="checkbox"/> Cópia do CPF.	<input type="checkbox"/> Cópia do Comprovante de Tempo de Moradia (ex: conta antiga, declaração de compra e venda da posse. Se não tiver, afirmar o tempo de posse).
<input type="checkbox"/> Cópia da Certidão de Nascimento (Se for solteiro(a)).	<input type="checkbox"/> Cadastro de moradores (está dentro do envelope).
<input type="checkbox"/> Cópia da Certidão de Casamento (se for divorciado(a), deve estar com averbação do divórcio na certidão).	<input type="checkbox"/> Termo de Autorização assinado (está dentro do envelope).
<input type="checkbox"/> Cópia do Comprovante de Renda.	
<input type="checkbox"/> Se for autônomo, dizer do que vive e qual a renda.	
<input type="checkbox"/> Se for aposentado, deve apresentar cópia do extrato ou declaração que conste o "benefício".	

**2** Alguém do Instituto vai entrar em contato e agendar o dia para fazermos a planta da sua casa.

**3** Vamos agendar o dia para a assinatura dos documentos produzidos pelo instituto.

**4** O Instituto Novo Brasil levará sua declaração de posse para registro no cartório.

**5** Finalmente, o grande dia chegou! Vamos agendar um mutirão coletivo para a entrega das declarações de posse, documento que comprova a sua moradia e te dá a segurança que precisa! Parabéns, você conseguiu!

OBS: \_\_\_\_\_

É muito fácil, rápido e te ajudaremos durante todo o processo. Vamos começar?

Ficou com alguma dúvida sobre o processo? Não deixe de falar com a gente! Nossos canais de contato são:

WhatsApp: (21) 99643-9575

Telefones: (21) 3474-6553

E-mail: contato@institutonovobrasil.com.br

Fonte: Foto do autor em 04 ago. 2020, na sede da associação de moradores da favela Mata Machado.

Esse instituto tem a capacidade de preparar a declaração de posse, pois consegue concentrar apoiadores voluntários, além de contar com o patrocínio de empresas privadas em busca do selo de responsabilidade social (ISO 26000). Dessa maneira, se consegue que técnicos elaborem as plantas dos domicílios e levantem a titularidade da terra nos registros públicos. Não obstante, também se viabilizam os registros cartoriais sem custo para os moradores. A especialidade dessa prática social se concretiza no fortalecimento da capacidade dos favelados em garantirem a sua territorialidade. Os impactos da prática espacial do instituto na qualidade de vida e na justiça social no espaço favelado em foco se manifestam na garantia da posse, como sistematizado no quadro abaixo (Quadro 18).

**Quadro 18** - Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais do Instituto Novo Brasil

<b>Impacto do Instituto Novo Brasil na qualidade de vida e na justiça social</b>						
<b>Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana</b>				Tipo de impacto	<b>Detalhes da ação</b>	
<b>Características da habitação</b>	Situação fundiária	Segurança da posse		Positivo	Registro da Declaração de Posse	
<b>Parâmetros particulares de Justiça Social</b>				Tipo de impacto	<b>Detalhes da ação</b>	
<b>Tipo de opressão</b>	Marginalização	Impedimento de participação produtiva de um grupo no sistema político-econômico predominante	Gozo das liberdades individuais prometidas pelo liberalismo	Mecanismos de proteção contra privação de direitos e liberdades	Positivo	Fortalecimento da garantia do direito à justa indenização em caso de remoção.

Voltando o nosso olhar para as articulações internacionais, discutiremos a atuação de Organizações Não Governamentais com sedes em outros países. Devemos reconhecer o papel da ONG Abaquar, de origem francesa, que, como vimos na seção acima quando descrevemos as práticas espaciais da Cooperativa do Vale Encantado, viabilizou financeiramente a elaboração do circuito turístico e a compra da sede da cooperativa.

Fundada por brasileiros que vivem na França, sua captação de recursos e arregimentação de voluntários ocorre no exterior. Essa ONG tem como objetivo, além do aprofundamento das trocas interculturais franco-brasileiras, ajudar projetos já existentes no Brasil e criar novos projetos que visem o “resgate da cidadania”, o “processo de inserção sócio-profissional”, “a reconstrução da personalidade da criança”, “a integração e o envolvimento da criança em um projeto coletivo” (ABAQUAR, 2021).

Os moradores da favela do Vale Encantado tiveram a sua qualidade de vida impactada por esse agente externo, pois este fundamentou o estabelecimento da COOVE e seus desdobramentos. Dessa maneira, a geração de renda na própria localidade e a consolidação de uma rede de solidariedade com outros agentes externos se tornou factível. Não podemos extrapolar o papel de uma ONG e encará-la como um ator significativo para a reestruturação da organização social. Porém, devemos reconhecer que, em uma escala muito reduzida, elas podem exercer um considerável avanço conjuntural.

**Quadro 19** - Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais da ONG Abaquar

Impacto da ONG Abaquar na qualidade de vida e na justiça social						
Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana					Tipo de impacto	Detalhes da ação
Características da	Características do sítio	Proximidade de amenidades naturais (vegetação exuberante, cachoeira, praia, etc.)	Acessibilidade da amenidade		Positivo	Viabilização e exploração das visitas à mata e cachoeiras adjacentes ao PNT
			Aproveitamento dos benefícios		Positivo	Geração de renda a partir do ecoturismo
		Reconhecimento social	Avaliação do tipo de prestígio ou estigma da localidade		Positivo	Promoção da imagem de favela em harmonia com a floresta
Infraestrutura social	Fomento cultural	Fortalecimento de expressões culturais	Ocorrência de festividades e manifestações tradicionais		Positivo	Realização do Festival Encantado no Clube
	Subsistência	Geração de renda	Quantidade relativa de pessoas ocupadas		Positivo	Geração de renda na Cooperativa do Vale Encantado
			Atividades geradoras de renda na própria localidade		Positivo	Geração de renda na Cooperativa do Vale Encantado
Parâmetros particulares de Justiça Social					Tipo de impacto	Detalhes da ação
Tipo de opressão	Exploração	Transferência de energias de um grupo para outro	Criação/manutenção de instituições que operam a transferência sistemática do poder de decisão relativas ao mundo do trabalho	Definição do trabalho a realizar	Positivo	O sistema de cooperativa permite que cada trabalhador desenvolva as atividades de acordo com a sua possibilidade
				Atribuição das tarefas e seus beneficiários	Positivo	A divisão das tarefas na cooperativa é decidida coletivamente
				Definição sobre a forma de compensação pelo trabalho	Positivo	A remuneração é decidida coletivamente
	Alienação	Divisão social entre o trabalho intelectual e o manual	Capacidade de tomada de decisão no processo produtivo	Desenvolvimento das competências individuais	Positivo	As trabalhadoras e trabalhadores da cooperativa desenvolvem suas habilidades no exercício de suas funções
	Opressão cultural	Subalternização da experiência dos grupos oprimidos pela cultura dominante	Reconhecimento da pluralidade dos valores, objetivos e das realizações dos diferentes grupos da sociais	Combate à imposição de estereótipos	Positivo	Combate ao estigma dos favelados como degradadores do ambiente

A última ONG a ter as suas práticas examinadas nessa seção é a Solar CITIES, baseada nos EUA. Essa organização se arroga a missão de ensinar as pessoas ao redor do mundo técnicas de aproveitamento do biogás e de um rico fertilizante gerado a partir da decomposição dos resíduos orgânicos. Através das contribuições de patrocinadores e parceiros localizados em diversos países, a ONG consegue adquirir os moldes e os materiais para a fabricação das partes de biodigestores, como aquele instalado no Vale Encantado (Figura 42). A sua concretização se baseia no trabalho voluntário dos moradores da localidade onde o projeto é instalado, mas também de outros ativistas (como o Leonardo Adler e o Tito Cals) que aprendem a fabricá-lo e os princípios de seu funcionamento para a implementação de adaptações ao meio local.

Essa nova forma no substrato espacial material da favela trouxe a oportunidade do estabelecimento de novas relações sociais. Dentre aquelas que ainda permanecem como potência, destacamos a capacidade de gerar desenvolvimento em outras localidades. Essa possibilidade está contida já no projeto inicial, pois a COOVE deveria doar os moldes (importados da China) e retransmitir o conhecimento ao auxiliarem a construção de um novo biodigestor para outras organizações populares. Contudo, os moldes seguem armazenados no Vale Encantado. Além disso, apesar de o biodigestor já se encontrar em capacidade de plena operação, o biogás e o biofertilizante ainda não são aproveitados. O biogás se perde, pois os demais objetos do sistema (a cozinha da cooperativa) para sua utilização ainda não estão prontos. Já o biofertilizante líquido, que é outro produto gerado no biodigestor, não é captado para seu emprego em cultivos diversos.

Em decorrência da instalação desse equipamento, a relação entre os membros da COOVE e as pessoas externas à favela foi alterada, pois, sendo esse objeto incorporado ao circuito turístico do Vale Encantado, ele potencializou a capacidade de atração de visitantes. Dessa maneira, a sustentabilidade da favela é reforçada na construção da imagem do lugar. Outros impactos identificados na atuação dessa organização podem ser vistos no quadro abaixo (Quadro 20).

**Quadro 20** - Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais da ONG Solar CITIES

Impacto da ONG Solar CITIES na qualidade de vida e na justiça social						
Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana					Tipo de impacto	Detalhes da ação
Características da habitação	Características do sítio	Reconhecimento social	Avaliação do tipo de prestígio ou estigma da localidade		Positivo	Alteração da imagem do lugar, de degradadores a exemplo de assentamento sustentável
		Saneamento básico	Qualidade ambiental resultante da limpeza urbana	Disposição do lixo doméstico (lixão, aterro, reciclagem)		Positivo
Condições de habitabilidade	Fontes de energia	Energia para a preparação de alimentos	Tipo de energia (gás de botijão, encanado ou lenha)		Positivo	Fornecimento de gás produzido nos biodigestores
			Custo proporcional à renda		Positivo	Fornecimento gratuito de gás produzido nos biodigestores
	Geração local de energia	Existência de produção de energia de origem solar, eólica, biodigestores, etc.		Positivo	Produção de gás dos biodigestores que substitui o gás de botijão e potencialmente a elétrica	
		Proporção das residências atendidas pelas fontes alternativas		Positivo	Produção de gás dos biodigestores que substitui o gás de botijão e potencialmente a elétrica	
Parâmetros particulares de Justiça Social					Tipo de impacto	Detalhes da ação
Tipo de opressão	Marginalização	Impedimento de participação produtiva de um grupo no sistema político-econômico predominante	Gozo das liberdades individuais prometidas pelo liberalismo	Mecanismos de proteção contra privação de direitos e liberdades	Positivo	Apoio na garantia ao direito de acesso ao saneamento básico
	Opressão Cultural	Subalternização da experiência dos grupos oprimidos pela cultura dominante	Reconhecimento da pluralidade dos valores, objetivos e das realizações dos diferentes grupos da sociais	Combate à imposição de estereótipos	Positivo	Alteração da imagem do lugar, de degradadores a exemplo de assentamento sustentável

### 11.2.2 *Pela floresta, apesar das favelas (?)*

A categoria em questão é composta por duas organizações que participam ativamente no Conselho Consultivo do PNT. São elas: a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Amigos do Parque e a Associação Defensores da Terra. A presença desses agentes sociais em nossa tese se justifica, pois, apesar de impactarem indiretamente as favelas analisadas em nossa pesquisa, sua participação no Conselho Consultivo do PNT concede legitimidade à atuação do órgão gestor do PNT na Zona de Amortecimento do PNT como um todo. Portanto, diversamente das práticas espaciais dos atores sociais anteriormente escrutinados, cujo destaque fora dado aos impactos sócio-espaciais em escala microlocal das favelas, para as organizações a seguir, ajustaremos as nossas lentes para focar em uma escala um pouco mais ampla, a da APARU-ABV, que também abrange as favelas.

Quando ressaltamos que a participação dessas organizações no Conselho Consultivo legitima a atuação do Estado materializado no órgão gestor do PNT, não pretendemos alegar que essas organizações sejam marionetes nas mãos do órgão público. As vozes dos seus representantes são ouvidas por todos os participantes das reuniões e seus argumentos figuram nos registros oficiais (através das atas das reuniões do Conselho). Além disso, eles também podem impor constrangimentos ao desnudar manifestações liberticidas proferidas por outros membros do Conselho. Contudo, essa postura não foi identificada nas inúmeras reuniões das quais participamos.

A atuação dessas duas organizações, então, se estende para além da sua presença no Conselho. A OSCIP Amigos do Parque é uma instituição que se apresenta como colaboradora da gestão do PNT. Com base nas suas obrigações elencadas no Termo de Reciprocidade 01/2015, publicado na página 140 do Diário Oficial da União, de 5 de março de 2015, identificamos que essa organização capta doações financeiras de pessoas físicas, empresas privadas e editais públicos, com o dever de empregá-las na conservação do PNT e sua área de amortecimento, além de organizar os trabalhos voluntários no território do PNT.

As ações dessa organização no PNT se restringem a sua viabilização e aprimoramento como um equipamento de consumo coletivo para o turismo e como área de lazer da cidade (Figura 45). De acordo com as informações levantadas em seu *website* e em uma entrevista concedida pelo seu diretor executivo no dia 17/10/2017, não houve nenhum tipo de atividade direta na área de amortecimento do PNT.



**Figura 45** - Convite à participação de doadores.



Fonte: Website da OSCIP Amigos do Parque. Disponível em: <https://amigosdoparque.org.br/quem-somos>. Acesso em: 26 de abr. de 2017.

Em decorrência das ações apontadas acima, consideramos adequado classificar essa organização como sendo “pela floresta”, pois a cobertura vegetal é a amenidade que justifica a delimitação dessa porção do espaço urbano e dá sentido à existência do parque, sendo o apoio à conservação desse equipamento urbano a razão de ser da entidade. Em relação ao espaço favelado na APARU-ABV, não verificamos nenhuma forma de ação solidária, tampouco ameaças diretas. Por isso, consideramos que a OSCIP atua “apesar das favelas”. Os impactos na qualidade de vida e na justiça social na área da APARU-ABV como um todo, logo, também nas favelas estudadas, resultantes da sua atuação, podem ser vistos no quadro abaixo (Quadro 21).

**Quadro 21** - Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais da OSCIP Amigos do Parque

Impacto da OSCIP Amigos do Parque na qualidade de vida e na justiça social					
Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana				Tipo de impacto	Detalhes da ação
Características da habitação	Características do sítio	Proximidade de amenidades naturais (vegetação exuberante, cachoeira, praia, etc.)	Promoção qualitativa da amenidade	Positivo	Fornecimento de combustível e equipamentos para o órgão gestor do PNT realizar a manutenção do Parque
			Acessibilidade da amenidade		
			Proteção da amenidade		
			Aproveitamento dos benefícios		
Uso do espaço	Espaços públicos	Espaços públicos destinados ao lazer	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tamanho perante a população local</li> <li>- Conservação dos equipamentos</li> <li>- Diversidade de usos propiciados (faixas etárias)</li> <li>- Estado de conservação</li> <li>- Acessibilidade para pessoas com restrições de mobilidade</li> </ul>	Positivo	Fornecimento de combustível e equipamentos para o órgão gestor do PNT realizar a manutenção do Parque
		Espaços públicos destinados à prática de esportes			
		Locais de encontro			
		Locais de descanso			

A atuação da Associação Defensores da Terra também precisa ser observada a partir de uma escala mais abrangente do que a das favelas, pois essa organização nem ao menos exerce um papel direto no espaço favelado sob análise. A sua participação atual no Conselho Consultivo do PNT é parte de uma herança das lutas passadas. Como a associação surgiu ainda durante o período da ditadura, no início dos anos 1980, a abertura à participação na gestão pública proporcionada pelo SNUC reluziu como ouro para esse grupo de ativistas. Estimulados pelo potencial pedagógico para o exercício da educação ambiental (principal área de atuação da organização) e dos laços afetivos dos membros da associação com o Maciço da Tijuca, foi sem maiores pretensões que o grupo ocupou um assento no Conselho Consultivo.

Em decorrência da localização do PNT em meio a uma cidade densamente povoada, ele vem sendo utilizado para diversas manifestações religiosas, sobretudo por aquelas cujas divindades são materializadas nos elementos da natureza (a mata, rios e cachoeiras). Buscando compatibilizar o uso ritualístico do espaço público e a proteção ambiental, a partir do ano de 1997, o Parque Nacional da Tijuca realizou um projeto de educação ambiental intitulado Meio Ambiente e Espaços Sagrados. O material produzido por esse projeto foi disponibilizado para a sociedade através de um *workshop* organizado pelo órgão gestor do PNT, do qual participaram “47 representantes de cultos afro-brasileiros, organizações não governamentais e órgãos públicos da esfera federal, estadual e municipal” (MOUTINHO DA COSTA, 2008, p. 175), dentre eles, a Associação Defensores da Terra. Nesse evento,

(...) foi discutida a questão das oferendas religiosas no Parque Nacional da Tijuca constatando-se, de um lado, uma série de impactos ambientais decorrentes do uso de velas, recipientes não degradáveis cortantes e perfurantes, material inorgânico, assim como bebidas, alimentos e temperos tóxicos aos animais passíveis de provocarem ferimentos, intoxicações e até mesmo morte de animais, interferindo na cadeia alimentar, ressaltando-se ainda a introdução de animais estranhos ao ecossistema oriundos da presença de oferendas e que igualmente provocam impactos ao contaminarem rios e pequenos lagos e açudes. Ao mesmo tempo, os participantes relataram as dificuldades e preconceitos de que são alvo diariamente, em face de sua vertente religiosas, tanto por parte da sociedade civil, como de instituições públicas e religiosas, assim como a falta de espaços públicos adequados para a realização de rituais e oferendas diretamente relacionadas a natureza. (MOUTINHO DA COSTA, 2008, p. 175).

A solução encontrada, tendo em vista as restrições ao uso do PNT por atividades que deixem resíduos e utilizem fogo, foi a estruturação de uma área com todos os requisitos para as práticas religiosas nas imediações do parque, ou seja, na Zona de Amortecimento. Decorridos 6 anos do primeiro *workshop*, em 2003, o PNT dá início ao

projeto piloto “Águas Férreas”, que não tem sucesso devido à falta de recursos destinados à limpeza e manutenção da área, bem como à vigilância para segurança dos usuários.

No ano de 2004, foi realizado um segundo evento, o II Seminário Meio Ambiente e Espaços Sagrados, no qual se aventou a criação do Espaço Sagrado da Curva do “S”. Foi estabelecido que a sua operacionalização seria viabilizada por um comitê gestor, composto por técnicos do PNT e por líderes das organizações da sociedade que representassem os interesses ambientalistas e religiosos. Dentre essas organizações, estava a Associação Defensores da Terra, a qual exerceu o papel de elaborar o Termo de Referência para a solicitação à Prefeitura da cessão de uso da área na APARU-ABV. Outra tarefa da qual se incumbiu a Defensores da Terra foi a produção de um informativo, junto com o Ilê Omiojuaro (terreiro de candomblé), o “Decálogo de Oferendas”, “(...) que dialoga com saberes ancestrais do candomblé e com os saberes ecológicos/conservacionistas, a ser usado como instrumento de educação ambiental dos frequentadores do Parque e do Espaço Sagrado da Curva do S”. (MOUTINHO DA COSTA, 2008, p. 189).

Temos evidente que a Associação Defensores da Terra encampou a luta contra o Racismo Ambiental. Sua atuação deu eco às demandas dos praticantes das religiões de matriz africana, que vinham denunciando e combatendo as desigualdades nos tratamentos concedidos pelo órgão gestor do PNT aos espaços religiosos utilizados pelos cristãos e usufruídos pelos praticantes das religiões de matriz africana.

Os denunciantes demonstraram que a organização espacial, que fora estruturada pelo Estado, comportava os impactos ambientais gerados pelas manifestações religiosas cristãs. Em contraste à adequação dada ao espaço para as práticas recém citadas, as manifestações culturais de origem africana, por serem reprimidas e estigmatizadas, não contavam com nenhum tipo de apoio, nem mesmo a coleta apropriada dos resíduos religiosos. Dessa forma, a negligência estatal levava ao acúmulo de resíduos causando intensa poluição.

Podemos observar, então, que as práticas da Associação Defensores da Terra impactam positivamente na proteção da floresta, pois almejam reduzir a carga de resíduos religiosos (por diminuição de sua produção, mas também pela cobrança de coleta adequada). A sua inserção no debate sobre a garantia ao exercício de culto religioso por grupos que são frequentemente vítimas de opressão, sem dúvidas, contribui para um alívio na injustiça social que os flagela. Os impactos sintetizados no quadro abaixo (Quadro 22) são perceptíveis em diferentes escalas geográficas. Poderíamos destacar a reestruturação do espaço em uma escala muito pontual, que seria aquela transformada

para o acolhimento das manifestações religiosas, mas também evidenciamos que a luta contra a estigmatização desses religiosos ultrapassa os limites da na Zona de Amortecimento do PNT.

**Quadro 22** - Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais da Associação Defensores da Terra

Impacto da Associação Defensores da Terra na qualidade de vida e na justiça social					
Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana				Tipo de impacto	Detalhes da ação
Características da habitação	Características do sítio	Interferência de fontes de externalidades negativas (fontes de poluição atmosférica, de poluição sonora, de contaminação do solo, de contaminação dos recursos hídricos)	Intensidade do impacto	Positivo	Articulação de projeto em parceria com o Estado por coleta adequada dos resíduos religiosos
			Frequência do impacto	Positivo	Articulação de projeto em parceria com o Estado por coleta adequada dos resíduos religiosos
		Proximidade de amenidades naturais (vegetação exuberante, cachoeira, praia, etc.)	Promoção qualitativa da amenidade	Positivo	Articulação de projeto em parceria com o Estado por coleta adequada dos resíduos religiosos
			Acessibilidade da amenidade	Positivo	Projeto para a estruturação de área acessível para a prática de cultos religiosos
			Proteção da amenidade	Positivo	Articulação de projeto em parceria com o Estado por coleta adequada dos resíduos religiosos
			Aproveitamento dos benefícios	Positivo	Ações pela democratização do uso religioso dos recursos ambientais
Uso do espaço	Espaços públicos	Locais de encontro	- Tamanho perante a população local - Conservação dos equipamentos - Diversidade de usos propiciados (faixas etárias) - Estado de conservação - Acessibilidade para pessoas com restrições de mobilidade	Positivo	Implantação de um Espaço Sagrado em área contígua ao Parque Nacional da Tijuca
Condições de habitabilidade	Saneamento básico	Extensão da limpeza urbana	Abrangência de varrição e capina	Positivo	O projeto de implantação do Espaço Sagrado contempla a coleta dos resíduos religiosos
		Qualidade ambiental resultante da limpeza urbana	Presença de lixo em cursos d'água e costeiras	Positivo	O projeto de implantação do Espaço Sagrado contempla a coleta dos resíduos religiosos

<b>Organização política</b>	Empoderamento de grupos (via de regra) oprimidos	Respeito à diversidade de raça e cor	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação igualitária nas tomadas de decisão</li> <li>- Oportunidade de geração de renda</li> <li>- Prevenção contra discriminação e violência"</li> <li>- Combate à estigmatização</li> </ul>		Positivo	Combate à estigmatização das religiões de matriz africana
<b>Infraestrutura social</b>	Fomento cultural	Fortalecimento de expressões culturais	Ocorrência de festividades e manifestações tradicionais		Positivo	A escolha do local para a implementação do Espaço Sagrado levou em consideração a sua adequação a ocorrência das celebrações religiosas
<b>Parâmetros particulares de Justiça Social</b>					Tipo de impacto	<b>Detalhes da ação</b>
<b>Tipo de opressão</b>	<b>Marginalização</b>	Impedimento de participação produtiva de um grupo no sistema político-econômico predominante	Gozo das liberdades individuais prometidas pelo liberalismo	Mecanismos de proteção contra privação de direitos e liberdades	Positivo	O projeto permite que a liberdade de culto das religiões adoradoras dos elementos naturais seja preservada
	<b>Opressão cultural</b>	Subalternização da experiência dos grupos oprimidos pela cultura dominante	Reconhecimento da pluralidade dos valores, objetivos e das realizações dos diferentes grupos da sociais	Reconhecimento da pluralidade de experiências vividas pelos diferentes grupos sociais	Positivo	O projeto objetiva gerar um espaço ecumênico destinado ao culto de religiões da natureza
				Reconhecimento da pluralidade de perspectivas de produções culturais	Positivo	O projeto objetiva fomentar a cultura imaterial através do respeito às diversas filosofias e culturas religiosas existentes
				Combate à imposição de estereótipos	Positivo	O projeto visa derrubar estigma de degradadores ambientais imposto aos praticantes das religiões de matriz africana
			Combate à invisibilização de grupos sociais	Positivo	O projeto busca dar visibilidade à necessidade de tratamento igualitário da parte do Estado às religiões não cristãs, pois parte da denúncia de que esse tratamento é desigual.	

### 11.2.3 - *Pela floresta e contra as favelas*

O título dessa categoria de organizações de ativismos pode levar a crer que estamos diante de um conflito aberto, no qual um grupo se coloca claramente pela remoção das favelas. Contudo, na realidade, o conflito existente é sutil e intermediado pelo Estado. Como discutimos anteriormente, quando tratamos da relação entre as diferentes classes sociais e o Estado, os indivíduos condutores dessas organizações estão dentro da máquina estatal, ou possuem estreitos laços com as pessoas que a operam.

Examinamos nessa sessão as práticas espaciais das associações de moradores dos bairros burgueses e de classe média partícipes do Conselho Consultivo do PNT, ou seja, dos bairros de Santa Tereza, São Conrado, Jardim Botânico e Cosme Velho. Retomando a discussão aportada por Jessé Souza (SOUZA, 2017), de que a maior fração da classe média é, estruturalmente, uma subserviente operadora dos interesses da elite, e que a sua união é a principal força motriz da ação estatal, assumimos que a escala de ação desses agentes é muito mais ampla do os limites da APARU-ABV. Por esse motivo, apesar de não termos identificado nenhuma ação direta dessas organizações nas favelas estudadas, não podemos deixar de ressaltar que, para quem se beneficia do *status quo* estabelecido, a inação é um reforço às práticas heterônomas estatais.

Em uma de nossas entrevistas, ficou mais do que evidente a instrumentalização enviesada do discurso ambientalista em prol da segregação residencial. A representante da Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico (AMA-JB) nos relatou um caso de uma moradia que fora construída de forma irregular, por pessoas pobres, em um terreno ocupado na Zona de Amortecimento do PNT no seu bairro. Imediatamente a associação contactou, por meios informais, um morador do bairro que trabalha na Prefeitura e a remoção foi efetuada a toque de caixa. A contradição jaz em outro caso relatado na mesma entrevista, quando a mesma senhora nos deixou a par de que o morador de uma residência de luxo no Alto Jardim Botânico, também na Zona de Amortecimento do PNT, desmatou irregularmente a vegetação em sua propriedade para a construção de uma quadra de tênis. Contudo, nessa situação a associação de moradores permaneceu inerte.

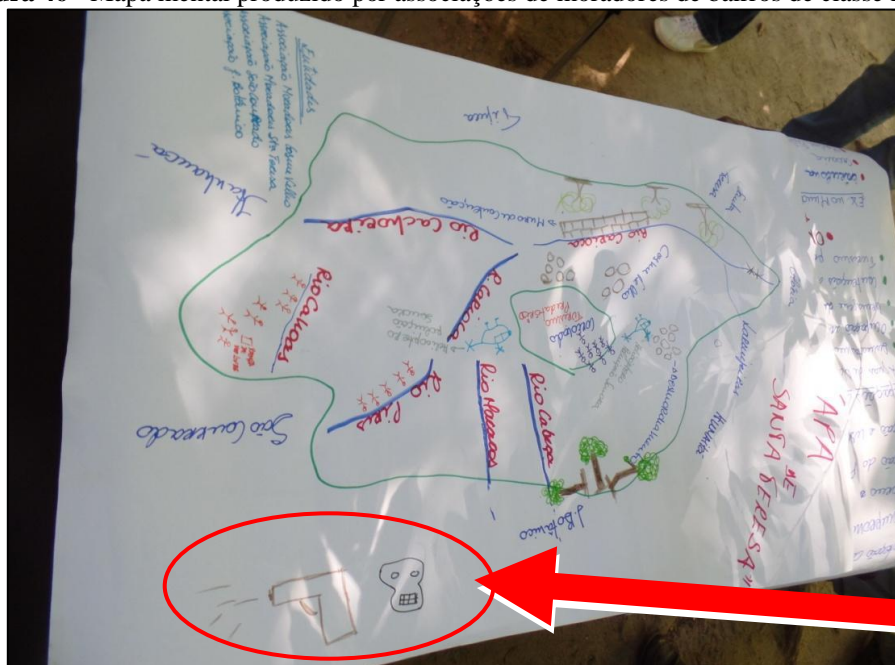
A atuação contra as favelas não se limita à desterritorialização dos pobres que ocuparam uma área em um bairro valorizado da cidade (supostamente em defesa da cobertura vegetal), explicitada pela atuação da AMA-JB. A ela se juntam as demais associações de moradores no Conselho Consultivo do PNT para reforçarem do estigma das favelas como uma área que representa risco para o seu entorno. Vejamos o mapa



mental (Figura 46) elaborado pelos representantes dessas associações em uma reunião do Conselho, quando lhes foi solicitado que indicassem graficamente os problemas do PNT. Note que destacamos as figuras escolhidas para apontar a localização da favela da Rocinha e do Vidigal são uma caveira e uma arma. Podemos interpretar essa referência como uma alerta de que, mesmo que não estejam degradando a cobertura vegetal, a presença do espaço favelado adjacente ao PNT impõe risco à segurança dos usuários do parque.

As classes sociais mais poderosas na disputa pelo direcionamento da ação estatal requerem, no mínimo, um verniz democrático para conterem rupturas mais radicais na estrutura social. Portanto, as ações estatais heterônomas, apesar de contestadas pelos explorados, necessitam do apoio de uma fração da sociedade capaz de produzir as narrativas difundidas nos meios de comunicação de ampla circulação. Ou seja, dos formadores da opinião pública.

**Figura 46** - Mapa mental produzido por associações de moradores de bairros de classe média



Fonte: Foto do autor em 08 de ago. de 2017.

No quadro que se segue (Quadro 23), sintetizamos as formas que as favelas da nossa área de estudos são impactadas pelas práticas espaciais das associações de moradores exploradas nessa sessão, principalmente no que concerne à qualidade de vida e na justiça social.

**Quadro 23** - Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais das Associações de Moradores dos bairros valorizados atuantes no Conselho Consultivo do PNT

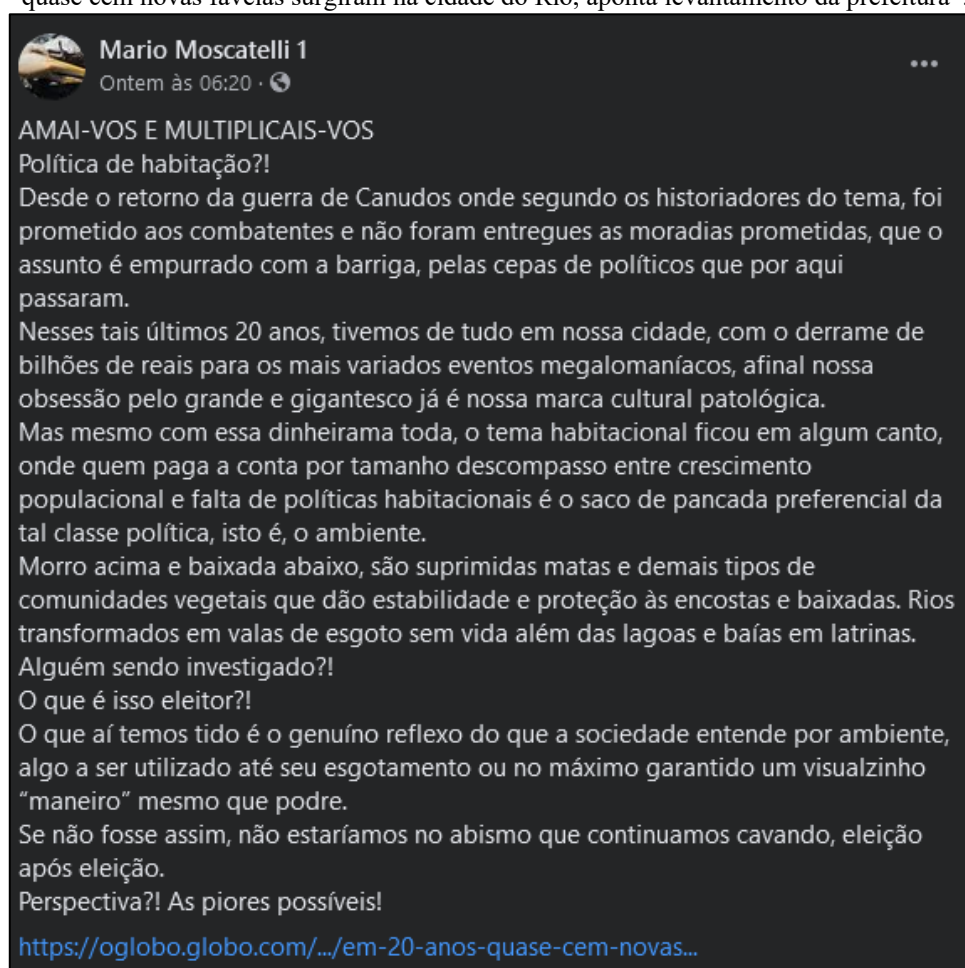
<b>Impacto das associações de moradores de bairros valorizados na qualidade de vida e na justiça social</b>						
<b>Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana</b>					Tipo de impacto	<b>Detalhes da ação</b>
<b>Características da habitação</b>	<b>Características do sítio</b>	Proximidade de amenidades naturais (vegetação exuberante, cachoeira, praia, etc.)	Proteção da amenidade		Positivo	O discurso ambientalista tem o foco na defesa da cobertura florestal
		Reconhecimento social	Avaliação do tipo de prestígio ou estigma da localidade		Negativo	Reforço da estigmatização da favela como local que oferece risco
	<b>Situação fundiária</b>	Segurança da posse			Negativo	Atuação estrutural pela segregação residencial
<b>Uso do espaço</b>	<b>Uso do solo</b>	Grau de concentração de grupos sociais			Negativo	Atuação estrutural pela expulsão dos mais pobres das áreas valorizadas
<b>Parâmetros particulares de Justiça Social</b>					Tipo de impacto	<b>Detalhes da ação</b>
<b>Tipo de opressão</b>	<b>Marginalização</b>	Impedimento de participação produtiva de um grupo no sistema político-econômico predominante	Gozo das liberdades individuais prometidas pelo liberalismo	Mecanismos de proteção contra privação de direitos e liberdades	Negativo	Atuação estrutural pela segregação residencial
	<b>Opressão cultural</b>	Subalternização da experiência dos grupos oprimidos pela cultura dominante	Reconhecimento da pluralidade dos valores, objetivos e das realizações dos diferentes grupos da sociais	Combate à imposição de estereótipos	Negativo	Reforço do estigma da favela como fonte de risco

Seguindo na linha da estigmatização dos espaços favelados, devemos considerar a atuação dos ativistas da linha do ambientalismo preservacionista. Essas pessoas e organizações, seja por ingenuidade ou por calculado reacionarismo, oferecem munição argumentativa para os veículos de comunicação criminalizarem as favelas. À guisa de exemplo, exploraremos a evidência dada ao ambientalista carioca Mário Moscatelli, cujos depoimentos e falas figuram, frequentemente, nos veículos de comunicação do Rio de Janeiro.

Ao realizarmos uma busca no banco de dados de notícias do jornal *O Globo*, encontramos dezenas de matérias que utilizam o nome desse biólogo e ambientalista como respaldo técnico. Não é necessário muito esforço para notarmos que sua participação não vai muito além do senso comum. Entretanto, a sua contribuição com imagens aéreas produzidas pelo seu projeto pessoal (Projeto Olho Verde) e a aparência pseudocientífica de suas colocações conferem a credibilidade desejada pelo jornal. Esse ativista fecha os olhos para as causas essenciais da degradação ambiental (e nem de longe discute a relação custo ambiental x benefício social). Subentende-se de seu discurso uma postura preservacionista, que, de maneira pouco profunda, defende que os recursos naturais sejam protegidos a todo custo.

O Ativista atribui a responsabilidade da degradação dos recursos naturais à falta de fiscalização e punição dos transgressores, ou seja, dos agentes imediatos. Dessa forma, apesar de não afirmar abertamente que a culpa da degradação ambiental é dos favelados, ele age em prol da conservação do *status quo*, quando coopera para a ocultação dos processos sociais que induzem as pessoas a exercerem pressão sobre o meio natural com a sua ocupação para moradia. Assim, denúncias genéricas da atuação inadequada dos governos não passam de um verniz pseudocrítico capaz de arrebanhar simpatizantes da causa ambiental, notadamente de frações da classe média, para manifestações públicas que conferem ainda mais visibilidade ao ativista, como no ato convocado exclusivamente pelo ativista em suas redes sociais (Figura 3 e Figura 4). Vejamos também um comentário feito por esse ativista, na sua página pessoal do *Facebook*, a respeito da expansão das favelas na cidade do Rio de Janeiro, noticiada pelo jornal *O Globo* (Figura 47).

**Figura 47** - Recorte do comentário de Mario Moscatelli sobre a notícia do jornal *O Globo*: “Em 20 anos, quase cem novas favelas surgiram na cidade do Rio, aponta levantamento da prefeitura”.



Fonte: Página da Rede Social *Facebook* de Mario Moscatelli. Disponível em: <https://www.facebook.com/mario.moscatelli.98/posts/1453280235046240>. Acesso em: 21 de set. 2021.

Além de conseguir alcançar visibilidade para sua causa, que é aquilo que todo ativista deseja, sua estampa nos jornais, defendendo causas coletivas, tem o potencial de criar, na opinião pública, uma imagem de idoneidade e comprometimento (não estamos dizendo que sejam falsas). É improvável que a publicidade pessoal não contribua para o crescimento de sua empresa de consultoria ambiental na área de "recuperação" de "áreas degradadas". Basta reconhecermos que a sua empresa, a "Manglares Consultoria Ambiental Ltda", teve a oportunidade de lucrar reflorestando a área desocupada com a remoção da favela Vila Autódromo<sup>32</sup>, que se deu com base em argumentos ambientalistas (ALENCAR, 2014).

Para entendermos a relação desse tipo de ativismo em escala mais ampla com as favelas da nossa área de estudos, primeiramente, devemos recordar que a série de reportagens "Illegal e daí?" do jornal *O Globo*, no ano de 2005, serviu de argumento para

<sup>32</sup> Favela parcialmente removida nas imediações da área onde foram construídas algumas arenas para os Jogos Olímpicos de 2016.

a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro (presidida pela Vereadora Aspásia Camargo, criada no dia 16 de abril de 2007) e para a Ação Civil Pública que vem sendo mencionada ao longo da tese. Devemos, ainda, reconhecer a contribuição produzida por Rose Compans (COMPANS, 2007), cujos objetivos também contemplavam a identificação dos principais agentes portadores da estratégia discursiva de vinculação da favela como fator de degradação ambiental, bem como suas propostas de resolução do problema. Entendemos, então, que a realização dos interesses das classes dominantes é favorecida através da estigmatização do espaço favelado e a atribuição aos favelados da pecha de degradadores da floresta. Sobre essa interpretação, vale a pena reproduzir este trecho do sociólogo Jessé Souza:

A história da sociedade brasileira contemporânea não pode ser compreendida sem que analisemos a função da mídia e da imprensa conservadora. É a grande mídia que irá assumir a função dos antigos exércitos de cangaceiros, que é assegurar e aprofundar a dominação da elite dos proprietários sobre o restante da população. A grilagem agora não assumirá mais apenas a forma de roubo violento da terra dos posseiros pobres, mas sim também a forma da colonização das consciências com o fito de possibilitar, no entanto, a mesma expropriação pela elite. Substitui-se a violência física, como elemento principal da dominação social, pela violência simbólica, mais sutil, mas não menos cruel. (SOUZA, 2017, p. 214).

Portanto, se, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, existem ativistas ambientalistas comprometidos com o combate contra a injustiça ambiental<sup>33</sup>, quando um ativista conservador tem a sua voz amplificada pelas empresas de comunicação, ele serve de alavanca para a prática espacial de estigmatização do espaço favelado, ainda que em nome de uma suposta proteção ambiental. Vejamos abaixo uma organização dos impactos dessa prática espacial em nossa área de estudo (Quadro 24).

---

<sup>33</sup> Exemplificamos com o nome de dois ativistas bastante conhecidos no meio da militância: o Sérgio Ricardo do Movimento Baía Viva (mencionado apenas 7 vezes nas notícias publicadas pelo jornal *O Globo*); e, o Sebastião Raulino, vinculado ao Fórum dos Afetados pela Indústria do Petróleo e Petroquímica das Cercanias da Baía de Guanabara (FAPP – BG), cujo nome não foi encontrado em nossa pesquisa no banco de dados do jornal *O Globo*.

**Quadro 24** - Sistematização dos impactos sócio-espaciais das práticas espaciais de ambientalistas conservadores

<b>Impacto de ambientalistas conservadores na qualidade de vida e na justiça social</b>						
<b>Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana</b>					Tipo de impacto	<b>Detalhes da ação</b>
<b>Características da habitação</b>	<b>Características do sítio</b>	Proximidade de amenidades naturais (vegetação exuberante, cachoeira, praia, etc.)	Proteção da amenidade		Positivo	Discurso pela proteção dos recursos naturais de modo geral
		Reconhecimento social	Avaliação do tipo de prestígio ou estigma da localidade		Negativo	Destaque para as favelas como formas de degradação ambiental
<b>Parâmetros particulares de Justiça Social</b>					Tipo de impacto	<b>Detalhes da ação</b>
<b>Tipo de opressão</b>	<b>Opressão cultural</b>	Subalternização da experiência dos grupos oprimidos pela cultura dominante	Reconhecimento da pluralidade dos valores, objetivos e das realizações dos diferentes grupos da sociais	Combate à imposição de estereótipos	Negativo	Fortalece o estereótipo de que a favela é um lugar que oferece risco

O capítulo que se encerra teve o objetivo de organizar as informações empíricas levantadas na pesquisa. Nós o concluímos com uma síntese (Quadro 24) inspirada nos trabalhos de Marcelo Lopes de Souza (2019) e de Gonzalo M. Rivera (2017). Ela nos permite visualizar que as organizações locais são agentes que atuam a partir da escala microlocal e local, sendo que as organizações das favelas, além de também se preocuparem com a conservação da floresta, focam seu interesse na terra urbana para moradia digna. Esse quadro também evidencia que a maior parte das organizações de ativismo externamente baseadas, atuando a partir de diversas escalas, têm como resultado de sua ação a proteção da floresta na escala (no mínimo) microlocal.

**Quadro 25** - Matriz dos agentes, recursos ambientais e os objetivos que movem o conflito ambiental na APARU - Alto da Boa Vista

Matriz dos agentes, recursos territoriais e os objetivos que movem o conflito (socio)ambiental na APARU - Alto da Boa Vista														
Agentes sociais			Principal escala de ação						Prioridade de interesse nos recursos			Objetivos		
			Microlocal	Local	Meso local	Sub-Regional	Nacional	Internacional	Floresta	Solo urbano	Água	Moradia digna	Conservação da floresta	Lucro
Localmente baseados	Associações de moradores	Associação de moradores da Mata Machado	x						3 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	x	x	
		Associação de moradores de Tijuacu	x						3 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	x	x	
		Associação de moradores da Agrícola	x						3 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	x	x	
		Associação de moradores de Furnas	x						3 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	x	x	
		Associação de moradores da Fazenda	x						3 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	x	x	
		Associação de moradores de Furnas	x						3 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	x	x	
		Associação de moradores do Vale Encantado	x						3 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	x	x	
		Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (CONCA)		x						3 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	x	x
Externamente baseados	Pela floresta e pelas favelas	ComCat					x	2 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>		x	x		
		Leonardo Adler e Tito Cals					x	3 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	x	x		
		Instituto Novo Brasil	x						1 <sup>a</sup>			x	x	
		ONG Abaquar					x	2 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>		x	x		
		Solar CITIES					x	3 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	x	x		
	Pela floresta, apesar das favelas (?)	OSCIP Amigos do Parque		x					1 <sup>a</sup>		2 <sup>a</sup>	x	x	
		Defensores das Terra				x			1 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	x	x	
	Pela floresta e contra as favelas	Associações de moradores dos bairros valorizados	x						1 <sup>a</sup>		2 <sup>a</sup>		x	?*
		Ambientalistas conservadores			x				1 <sup>a</sup>		2 <sup>a</sup>		x	?*

\*No presente quadro, o ponto de interrogação "?" significa que não temos certeza sobre a existência do objetivo.

Fonte: Autor, 2021.



Verificamos, então, que por causa de dois recursos ambientais na mesma fração da superfície terrestre, surgem três objetivos para a exploração humana dessa área: um deles é a apropriação da terra urbana e sua conversão em mercadoria para a obtenção de lucro; um outro é o direito de residir com dignidade na terra urbana (que também se apoia em um terceiro recurso ambiental que não está no centro da disputa, que é a água); e o terceiro é a manutenção da cobertura vegetal. Os dois primeiros objetivos são mutuamente excludentes; contudo, o terceiro coopera, ora com o primeiro, ora com o segundo.

Entendemos que os ativismos ambientalistas emergem da mobilização de grupos sociais em resposta a alterações reais ou potenciais do substrato espacial material (SOUZA, 2013a), cujos impactos podem se dar desde a escala local até a escala global. Encontramo-nos, então, diante de uma complexa variedade de ativismos sociais densamente impregnados de espacialidade, conduzidos por pessoas de diversas classes sociais, que manifestam diferentes níveis (ou ausência) de oposição ao *status quo* contemporâneo. Entendemos que as alterações ambientais condicionantes dos ativismos ambientalistas são produto das relações sociais que orientam a apropriação social dos recursos ambientais que, via de regra, ao longo da história, vêm sendo relações sociais heterônomas.

## 12 ANÁLISE RELACIONAL ENTRE OS GANHOS E PERDAS DE QUALIDADE DE VIDA E JUSTIÇA SOCIAL

Após a apresentação dos agentes sociais, suas escalas de ação, os objetivos de suas práticas espaciais e as respectivas consequências, enveredamos, agora, pela análise da sinergia entre esses e aqueles sujeitos. Para isso, nossa primeira tarefa é observar, de forma organizada, as interações entre o resultado das práticas espaciais dos agentes sociais identificados. A maneira que encontramos para pôr lado a lado o considerável volume de dados produzidos foi a elaboração de uma série de quadros relacionais dos impactos dos agentes nos parâmetros adotados em nossa pesquisa.

Nas colunas desses quadros, podemos localizar a lista dos sujeitos observados na pesquisa. Já nas linhas, temos uma reprodução dos parâmetros particulares de qualidade de vida e de justiça social adotadas nos quadros do capítulo anterior. As células de interseção entre as linhas e colunas no corpo do quadro são preenchidas com a identificação do tipo de impacto imposto, aos fatores de qualidade de vida, pelas práticas espaciais dos agentes sociais.

Cada quadro representa um conjunto específico de fatores de qualidade de vida ou um tipo de opressão que nos servem de parâmetro para a justiça social. Temos, então, respectivamente, 10 temas gerais, sendo 6 para qualidade de vida (característica da habitação, mobilidade urbana, uso do espaço, condições de habitabilidade, organização política e infraestrutura social) e 4 para a justiça social (exploração, marginalização, alienação, dominação cultural e violência social).

O primeiro é o “quadro relacional impactos dos agentes sociais na qualidade da habitação” (Quadro 26). Ela nos permite verificar que essas organizações praticamente não interferem no padrão físico e no conforto domiciliar das residências. Além disso, apenas duas organizações localmente baseadas e duas externamente baseadas cooperam no que tange aos impactos de externalidades negativas para o espaço favelado. Em relação às amenidades naturais próximas às favelas, notadamente a cobertura vegetal e as fontes de água, não é surpresa que praticamente todas as organizações localmente e externamente baseadas atuem em prol da sua qualidade. O primeiro ponto de atrito de nossa análise surge quando analisamos a participação das organizações na construção da imagem do lugar, presente em nosso quadro sob a alcunha de “reconhecimento social”. Como vimos no capítulo anterior, os ativistas e organizações da categoria “Pela floresta e contra as favelas” atuam diretamente na estigmatização da favela como um espaço que oferece risco. Apenas uma organização local se ocupa dos riscos de catástrofes

enfrentados pelos moradores das favelas, sobretudo aqueles concernentes à queda de galhos e árvores.

Quadro 26 - Quadro relacional dos impactos dos agentes sociais na qualidade da habitação

Quadro relacional impactos dos agentes sociais na qualidade da habitação																		
Legenda dos tipos de impactos: P - Positivo N - Negativo I - Ignorado		Localmente Baseados						Externamente Baseados										
		Associações de moradores						Pela floresta e pelas favelas			Pela floresta, apesar das favelas (?)		Pela floresta e contra as favelas					
Agentes sociais →		Mata Machado	Tijuacu	Agrícola	Furnas	Fazenda	Vale Encantado	CONCA	ComCat	Leonardo Adler e Tito Cals	Instituto Novo Brasil	Abaquar	Solar CITIES	OSCIPI Amigos do Parque	ONG Defensores da Terra	A.M. dos bairros valorizados	Ambientalistas conservadores	
Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana		Tipo de impacto																
Padrão físico	Conforto domiciliar																	
	Materiais utilizados na construção	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
Características do sítio	Interferência de fontes de externalidades negativas	Adensamento domiciliar (número de dormitórios)	I	I	I	I	N	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
		Intensidade do impacto	I	I	I	I	I	P	P	I	P	I	I	I	I	P	I	I
		Frequência do impacto	I	I	I	I	I	P	P	I	P	I	I	I	I	P	I	I
	Consequências do impacto	I	I	I	I	I	P	P	I	P	I	I	I	I	I	I	I	
	Proximidade de amenidades naturais	Promoção qualitativa da amenidade	I	I	I	I	I	P	I	I	P	I	I	I	P	P	I	I
		Acessibilidade da amenidade	I	I	I	I	I	P	I	I	I	I	P	I	P	P	I	I
		Proteção da amenidade	P	P	P	I	P	I	I	I	I	I	I	I	P	P	P	P
		Aproveitamento dos benefícios	P	I	P	I	P	P	I	I	I	I	P	I	P	P	I	I
	Reconhecimento social	Avaliação do tipo de prestígio ou estigma da localidade	I	P	I	I	I	P	P	P	P	I	P	P	I	I	N	N
	Presença de moradias em áreas de risco	Ações para prevenção de catástrofes	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
Ações para redução das vulnerabilidades		I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	
Capacidade de resiliência		I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	
Situação fundiária	Segurança da posse	P	I	I	P	P	P	P	I	I	P	I	I	I	I	I	I	

No conflito territorial que estudamos, vimos que a construção da imagem do lugar está assentada no centro da estratégia de ambos os lados da disputa. Tanto daqueles que desejam legitimar a remoção das favelas, produzindo uma narrativa da favela como um espaço que oferece risco à floresta, quanto daqueles que se posicionam favoráveis à permanência da favela, que tentam construir uma narrativa de convivência harmônica, ou até mesmo dos favelados como protetores da floresta. Apesar de entendermos que um estigma negativo municie as tentativas de remoção, dadas as assimetrias de poder na sociedade, não acreditamos que um estigma favorável seja o suficiente para assegurar a territorialidade de uma favela. Por esse motivo, tratamos separadamente o “reconhecimento social” e a “segurança da posse”, sendo esta, salvo uma louvável exceção, promovida pelos próprios agentes locais em articulação com alguns raros, porém bravos, agentes estatais.

O resultado de nossa pesquisa sobre a intervenção dos ativistas e organizações nos mostrou uma lacuna. Apesar de nosso questionário, apresentado no segundo capítulo dessa tese (Gráfico 7: Escala percentual de satisfação dos moradores com os fatores de qualidade de vida selecionados) ter revelado que os serviços de transporte são os que provocam a maior insatisfação para os moradores das favelas estudadas, verificamos uma atuação pontual de apenas duas organizações locais (Quadro 27).

**Quadro 27** - Quadro dos tipos de impactos dos agentes sociais na mobilidade urbana

Quadro dos tipos de impactos dos agentes sociais na mobilidade urbana																	
Legenda dos tipos de impactos: P - Positivo N - Negativo I - Ignorado		Localmente Baseados							Externamente Baseados								
		Associações de moradores							Pela floresta e pelas favelas				Pela floresta, apesar das favelas (?)		Pela floresta e contra as favelas		
Agentes sociais →		Mata Machado	Tijueçu	Agrícola	Furnas	Fazenda	Vale Encantado	CONCA	ComCat	Leonardo Adler e Tito Cals	Instituto Novo Brasil	Abaquar	Solar CITIES	OSCIPI Amigos do Parque	ONG Defensores da Terra	A.M. dos bairros valorizados	Ambientalistas conservadores
Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana		Tipo de impacto															
Transporte coletivo	Adequação dos itinerários		I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
	Frequência	Intervalos entre as viagens	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
Trânsito	Número de mortes no trânsito em relação ao total de óbitos		I	I	I	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I

Buscamos verificar de que formas o uso do espaço da cidade, na escala das favelas, é impactado pela ação das organizações dos sujeitos de nossa pesquisa. Apresentamos, no quadro a seguir (Quadro 28), quais organizações atuam pela promoção (ou frustração) de condições para a ocupação residencial socialmente plural daquela área. Também sintetizamos os resultados das ações de equipagem do substrato espacial material do espaço público das favelas e suas adjacências, bem como quais tipos de relações sociais são nele estimuladas.

**Quadro 28** - Quadro dos tipos de impactos dos agentes sociais no uso do espaço

Quadro dos tipos de impactos dos agentes sociais no uso do espaço																	
Legenda dos tipos de impactos: P - Positivo N - Negativo I - Ignorado		Localmente Baseados						Externamente Baseados									
		Associações de moradores						Pela floresta e pelas favelas				Pela floresta, apesar das favelas (?)		Pela floresta e contra as favelas			
Agentes sociais →		Mata Machado	Tijueçu	Agrícola	Furnas	Fazenda	Vale Encantado	CONCA	ComCat	Leonardo Adler e Tito Cais	Instituto Novo Brasil	Abaquar	Solar CITIES	OSCIPI Amigos do Parque	ONG Defensores da Terra	A.M. dos bairros valorizados	Ambientalistas conservadores
Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana		Tipo de impacto															
Uso do solo	Grau de concentração de grupos sociais	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	N	I
Espaços públicos	Vias de trânsito público	I	I	I	P	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I
	Espaços públicos destinados ao lazer	P	P	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	P	I	I	I
	Espaços públicos destinados à prática de esportes	P	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	P	I	I	I
	Locais de encontro	P	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	P	P	I	I
	Locais de descanso	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	P	I	I	I

Estruturalmente, as associações de moradores dos bairros valorizados, por não atuarem deliberadamente no combate à segregação residencial, fazem parte do mecanismo responsável pela separação dos grupos sociais no espaço urbano e sua concentração em porções distintas da cidade. Nossa apreensão se baseia na discussão travada no terceiro capítulo dessa tese, quando abordamos o papel dos membros da classe média na luta de classes, os quais, por serem os gestores do mercado e do Estado,

planejam e operam os processos de segregação residencial em favor dos interesses da elite dos proprietários.

O quadro ainda explicita que, dentre as organizações estudadas, apenas as locais constroem e fazem a manutenção dos equipamentos do espaço público na área das favelas. Apesar de as organizações “Pela floresta, apesar das favelas (?)” figurarem como promotoras dos mesmos equipamentos, devemos frisar que o substrato espacial material modificado diretamente por esses grupos, se situa adjacente às favelas, sobretudo no interior do PNT. Faz-se mister ressaltar que essas intervenções no espaço não foram planejadas para impactar a qualidade de vida na escala da favela, mas na escala da cidade. Contudo, por sua natureza pública e dada a facilidade de acesso para os moradores das favelas, também consideramos essas ações em nossa análise.

No tocante às condições de habitabilidade, consideramos o resultado das ações dos agentes investigados na qualidade do saneamento básico, no controle dos vetores de doenças, no acesso aos meios de comunicação e na disponibilidade de fontes de energia (Quadro 29).



Quadro 29 - Quadro Dos tipos de Impactos dos agentes sociais nas condições de habitabilidade

Quadro Dos tipos de Impactos dos agentes sociais nas condições de habitabilidade																			
Legenda dos tipos de impactos: P - Positivo N - Negativo I - Ignorado			Localmente Baseados						Externamente Baseados										
			Associações de moradores						Pela floresta e pelas favelas						Pela floresta, apesar das favelas (?)		Pela floresta e contra as favelas		
Agentes sociais →			Mata Machado	Tijuacu	Agrícola	Furnas	Fazenda	Vale Encantado	CONCA	ComCat	Leonardo Adler e Tito Cals	Instituto Novo Brasil	Abaquar	Solar CITIES	OSCIPI Amigos do Parque	ONG Defensores da Terra	A.M. dos bairros valorizados	Ambientalistas conservadores	
Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana			Tipo de impacto																
Saneamento básico	Extensão do abastecimento de água	Extensão da rede	I	I	P	P	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	
		Frequência do abastecimento	P	I	P	P	P	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
		Existência de fonte pública em áreas de baixo acesso à rede	P	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
	Qualidade do abastecimento de água	Condições de proteção do manancial de captação	I	I	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
	Cobertura do sistema de esgoto	Extensão da rede coletora	I	I	I	I	I	P	P	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I
		Quantidade relativa de domicílios com lançamento direto nos cursos d'água ou superfície do terreno	I	I	I	I	I	P	P	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I
	Qualidade ambiental resultante do esgoto	Destino dos esgotos (tratamento ou lançamento <i>in natura</i> )	I	I	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
	Extensão da limpeza urbana	Coleta de lixo doméstico	P	P	I	P	I	P	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
		Abrangência de varrição e capina	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	P	I	I

	Qualidade ambiental resultante da limpeza urbana	Existência e quantidade relativa de coleta seletiva	P	I	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
		Disposição do lixo doméstico (lixão, aterro, reciclagem)	I	I	I	I	I	P	I	I	I	I	I	P	I	I	I	I	I
		Presença de lixo em cursos d'água e costeiras	I	I	I	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	P	I	I	I
	Qualificação da macrodrenagem	Preservação da vegetação marginal	P	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
		Qualificação da microdrenagem	Presença de esgoto doméstico na rede pluvial	I	I	I	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I
Controle de vetores	Extensão de políticas públicas de controle de vetores		P	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
Meios de comunicação	Extensão da rede de meios de comunicação	Quantidade relativa de domicílios atendidos	P	P	P	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
Fontes de energia	Energia para a preparação de alimentos	Custo proporcional à renda	I	I	I	I	I	P	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I
		Geração local de energia	Existência de produção de energia de origem solar, eólica, biodigestores, etc.	I	I	I	I	I	P	I	I	P	I	I	P	I	I	I	I
	Proporção das residências atendidas pelas fontes alternativas		I	I	I	I	I	P	I	I	P	I	I	P	I	I	I	I	I

O quadro acima deixa visível que, além do Estado, apenas as associações de moradores das próprias favelas atuam no abastecimento de água para as residências desses locais. Essa ação vem satisfazendo às necessidades dos residentes com um considerável grau de sucesso, pois dentre os fatores que figuraram na pesquisa sobre a insatisfação dos residentes, apresentada na “Escala percentual de insatisfação dos moradores com os fatores de qualidade de vida selecionados” (Gráfico 7), o abastecimento de água ocupa a penúltima posição do ranking. Esse resultado se deve, quase que exclusivamente, ao trabalho dos próprios moradores organizados, pois, como visto ao longo da pesquisa, é praticamente insignificante o tamanho da parcela abastecida pela rede formal do Estado.

A coleta e o tratamento do esgoto são problemas reconhecidos pelos moradores como fontes de sofrimento. Praticamente todas as residências das favelas do Alto da Boa Vista têm o seu esgoto lançado *in natura* nos corpos hídricos, ou contam com fossas sépticas construídas pelos próprios moradores. As únicas exceções são as casas do Vale Encantado, ligadas ao sistema local de tratamento por biodigestão. Esses casos são resultado da ação articulada entre a associação de moradores e os ativistas externamente baseados. Além desses atores, o único agente focado nesse fator de qualidade de vida é o CONCA, que se encarregou de pautar publicamente essa discussão e tentar abrir canais de diálogo com os representantes do Estado para a resolução desse problema.

As associações locais de moradores das favelas, ao construírem lixeiras coletivas e promoverem o ordenamento temporal dos fluxos de utilização desses equipamentos, incluíram, no substrato espacial material, pontos de interseção entre o sistema interno de organização da disposição dos resíduos sólidos residenciais e o sistema estatal externo de coleta e tratamento desses resíduos. De todos os fatores causadores de sofrimento para os moradores, esse foi apontado como o menos relevante, pois está em último lugar de nossa “Escala percentual de insatisfação dos moradores com os fatores de qualidade de vida selecionados” (Gráfico 7). A única organização externa que interfere na questão da limpeza do espaço público é a Associação Defensores da Terra, que, ao desenhar o projeto de coleta de resíduos religiosos nas cercanias das favelas estudadas, as beneficia sem, contudo, atuar diretamente no espaço favelado.

O combate direto a vetores de doenças ficou a cargo de algumas associações de moradores, que aplicam o larvicida no curso dos rios da localidade. Além dessa atuação, apenas as associações de moradores são as responsáveis por viabilizar o recebimento de correspondências para a maior parte dos moradores das favelas do Alto da Boa Vista.

A articulação entre a associação de moradores do Vale Encantado e agentes externamente baseados conseguiu qualificar o acesso à energia limpa e de baixo custo para algumas residências da própria favela. Apesar de resultarem em impactos de amplitude bastante tímida, essa parceria mostra que é possível, mas nada fácil, uma aliança entre membros de diferentes classes sociais em prol da redução do ecoestresse ao mesmo tempo em que se amplia a qualidade de vida dos mais pobres.

A discussão sobre os laços de solidariedade entre os diferentes agentes sociais enseja a introdução do próximo quadro (Quadro 30), que aborda a os impactos na organização política. Os temas que nela abordamos são a formação de redes de cooperação com as organizações dos favelados, o estímulo a coesão política entre esse grupo de pessoas, e o empoderamento dos favelados para quem o fardo da opressão é

mais pesado, por também fazerem parte de grupos que são marginalizados na sociedade (não apenas) carioca contemporânea.

**Quadro 30** - Quadro dos tipos de impactos dos agentes sociais na organização política

Quadro dos tipos de impactos dos agentes sociais na organização política																		
Legenda dos tipos de impactos: P - Positivo N - Negativo I - Ignorado			Localmente Baseados							Externamente Baseados								
			Associações de moradores							Pela floresta e pelas favelas				Pela floresta, apesar das favelas (?)		Pela floresta e contra as favelas		
Agentes sociais →			Mata Machado	Tijuáçu	Agrícola	Furnas	Fazenda	Vale Encantado	CONCA	ComCat	Leonardo Adler e Tito Cals	Instituto Novo Brasil	Abaquar	Solar CITIES	OSCIPI Amigos do Parque	ONG Defensores da Terra	A.M. dos bairros valorizados	Ambientalistas conservadores
Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana			Tipo de impacto															
Formação de redes	Laços de solidariedade com outras localidades		P	I	I	P	P	P	P	P	I	I	I	I	I	I	I	I
	Propulsão do desenvolvimento de outras localidades		I	I	I	P	I	I	P	P	I	I	I	I	I	I	I	I
Coesão social	Relações sociais intergeracionais	Reunião de moradores de diferentes faixas etárias	P	I	P	P	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I
	Estímulo à participação política	Realização de processos de tomadas de decisões coletivas com a participação igualitária de todos	N	P	N	P	N	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I
	Sentimento de pertencimento	Ações para a construção do reconhecimento enquanto membro de uma coletividade	P	I	P	I	I	P	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I
	Construção de projetos coletivos	Promoção do protagonismo dos moradores	P	I	P	P	I	P	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I
	Qualidade do relacionamento entre vizinhos		P	I	P	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
Empoderamento de grupos (via de regra) oprimidos	Emancipação feminina	- Participação igualitária nas tomadas de decisão - Oportunidade de geração de renda	I	I	I	P	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
	Respeito à diversidade de raça e cor	- Prevenção contra discriminação e violência" - Combate à estigmatização	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	P	I	I

A construção das redes de solidariedade se dá em duas direções. A primeira delas consiste na articulação entre as próprias organizações dos moradores das favelas, ou seja, quando existe a cooperação entre diferentes associações de moradores para a resolução de problemas enfrentados pelas pessoas de mais de uma favela. Ainda na mesma direção, existem casos em que a associação de uma favela se apoia no enfrentamento dos problemas de outras localidades, que denominamos como “propulsão do desenvolvimento de outras localidades” (entendendo o desenvolvimento sob a perspectiva do desenvolvimento sócio-espacial). A segunda direção da construção de redes se refere ao estímulo externo para a participação das organizações locais em redes de ativismos mais amplas, como faz a ComCat em relação à Rede Favela Sustentável, que articula organizações espalhadas pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os atritos entre as lideranças das associações de moradores das favelas, em grande parte decorrentes de desconfianças mútuas e rivalidades entre apoiadores de diferentes políticos profissionais, podem ser notados na baixa frequência de impactos positivos no quadro acima.

A sessão do quadro que alcunhamos como “coesão social”, visa a observar os impactos dos diferentes agentes na consolidação de um corpo social, o qual, através do diálogo plural e da igualitária participação nos processos de tomada de decisão consegue debater sobre as suas condições de vida e, coletivamente, identificar se mudanças são necessárias, quais mudanças seriam desejáveis, quais os objetivos e estratégias deveriam ser adotados. Interessantemente, não identificamos atores externos participando da construção desse tipo de relação entre as pessoas que vivem nas favelas estudadas, o que nos parece ser um ponto positivo da perspectiva da não intervenção.

O quadro pode gerar dúvida quanto à coerência na atuação de algumas associações de moradores das favelas, e, de fato, a complexa realidade não pode ser expressada com precisão em um instrumento voltado para a facilitação da comunicação através da simplificação. Mas nem por isso devemos descartar por completo a sua utilização. Não nos surpreende que a liderança de uma determinada associação de moradores, por um lado, estimule a participação nos projetos coletivos como mutirões e implemente ações para elevar a autoestima dos seus vizinhos e parentes, enquanto, do outro lado busca manobras para se manter no controle da organização. Contudo, esse tipo de atuação impede avanços consistentes no sentido do desenvolvimento sócio-espacial.

No que tange à emancipação feminina, duas organizações locais a fortalecem de maneiras distintas. Uma delas tem a forte presença feminina na chapa que dirige a própria associação de moradores. Mais da metade dos cargos são ocupados por mulheres. No

entanto, a presidência nunca foi ocupada por uma delas. A outra organização oferece oportunidade de geração de renda na própria localidade para as mulheres que participam do trabalho cooperativado na COOVE. Nenhuma das organizações observadas promove qualquer tipo de ação para a proteção contra a violência às mulheres, sendo que, de acordo com a pesquisa “Escala percentual de insatisfação dos moradores com os fatores de qualidade de vida selecionados” (Gráfico 7), esse é 6º fator que causa o maior sofrimento para os respondentes.

Ainda segundo a pesquisa mencionada, a maneira como se dá (ou não se dá) a proteção contra o racismo nas favelas gera um sofrimento mais intenso: medo de remoção ou de catástrofes naturais. E, mesmo assim, nenhuma organização promove ações locais nesse sentido. O único impacto positivo identificado em nossa pesquisa é consequência da atuação de uma organização externamente baseada. Trata-se do combate ao racismo ambiental manifestado no tratamento desigual às manifestações religiosas de matriz africana nas imediações (e também dentro) do PNT.

No último quadro que sistematiza nossas observações sobre a qualidade de vida nas favelas da APARU-ABV (Quadro 31), abordamos os impactos na infraestrutura social nesses locais, promovidos pelos sujeitos da pesquisa. Os pontos que destacamos são o fomento cultural, a segurança alimentar, o acesso aos serviços de saúde e de educação, bem como a criação de condições locais para a subsistência.

**Quadro 31:** Quadro dos tipos impactos dos agentes sociais na infraestrutura social nas favelas da APARU-ABV

Quadro dos tipos impactos dos agentes sociais na infraestrutura social																		
Legenda dos tipos de impactos: P - Positivo N - Negativo I - Ignorado			Localmente Baseados						Externamente Baseados									
			Associações de moradores						Pela floresta e pelas favelas				Pela floresta, apesar das favelas (?)		Pela floresta e contra as favelas			
Agentes sociais →			Mata Machado	Tijuçu	Agrícola	Furnas	Fazenda	Vale Encantado	CONCA	ComCat	Leonardo Adler e Tito Cals	Instituto Novo Brasil	Abaquar	Solar CITIES	OSCIPI Amigos do Parque	ONG Defensores da Terra	A.M. dos bairros valorizados	Ambientalistas conservadores
Parâmetros particulares de Qualidade de Vida urbana			Tipo de impacto															
Fomento cultural	Equipamentos culturais	Quantidade de equipamentos culturais (bibliotecas, museus, centros culturais, cinemas, teatros, sedes de organizações culturais, etc.)	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
		Fortalecimento de expressões culturais	I	I	I	P	I	P	P	I	I	I	P	I	I	I	P	I
	Suporte ao desenvolvimento de expressões criativas	P	P	I	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
Segurança alimentar	Acesso a alimentos	Disponibilidade de alimentos	I	P	P	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
		Variedade de alimentos	I	P	P	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
		Custo proporcional à renda	I	P	P	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
		Disponibilidade de alimentos livres de agrotóxicos	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
Saúde	Acesso a serviços de saúde	Acesso a unidades de atenção primária à saúde	I	I	I	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I
		Acesso a serviços complementares de saúde	P	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
		Custo proporcional à renda	P	P	I	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I
Educação	Educação básica	Disponibilidade de escolas de Ensino Básico	I	P	I	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I
		Custo proporcional à renda	I	I	I	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I
	Educação complementar	Existência de reforço para o Ensino Básico	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
		Disponibilidade de cursos preparatórios ou profissionalizantes	P	P	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
		Custo proporcional à renda	P	P	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
Subsistência	Geração de renda	Quantidade relativa de pessoas ocupadas	P	P	P	P	P	P	I	I	I	P	I	I	I	I	I	
		Atividades geradoras de renda na própria localidade	P	P	P	I	I	P	I	P	I	I	P	I	I	I	I	I

A carência de eventos culturais é o segundo fator que causa mais insatisfação aos respondentes do questionário que baseou a “Escala percentual de insatisfação dos moradores com os fatores de qualidade de vida selecionados” (Gráfico 7). Esse tema, apesar de contar com várias organizações atuando em sua realização, ainda pode ser interpretado como carente em qualidade e/ou quantidade.

O fomento cultural proveniente dos sujeitos da pesquisa resulta em dois tipos de impactos: um deles é o tipo que depende de uma reestruturação ou refuncionalização dos elementos do substrato material para o acolhimento dos equipamentos culturais (bibliotecas, museus, centros culturais, cinemas, teatros, sedes de organizações culturais, etc.), ou seja, aquele que exerce uma relativa permanência temporal no espaço. O outro tipo demanda um menor esforço de transformação da materialidade do espaço, pois sua natureza imaterial ou efêmera permite a adaptação às condições existentes. Essa tipologia nos auxilia a compreender a lógica da diferente atuação entre as organizações locais e as externamente baseadas.

Uma única associação de moradores das favelas disponibiliza o espaço necessário para o funcionamento de um centro cultural<sup>34</sup> na sua própria sede. Tanto essa organização, quanto outras associações locais promovem as festividades tradicionais e suportam, de alguma maneira, o desenvolvimento de manifestações artísticas e culturais na própria favela. Já algumas organizações de ativistas externamente baseadas, a título de apoio a diversidade cultural, contribuíram para a valorização de manifestações culturais tradicionais.

Esse trecho da tese foi redigido ao longo do segundo ano da pandemia do vírus Sars-CoV-2, que já vitimou fatalmente centenas de milhares de brasileiros e agravou a situação de insegurança alimentar no país inteiro. Apesar de termos tomado conhecimento de algumas ações dispersas de ações solidárias de distribuição de alimentos, mais ou menos organizadas, ocorrendo ao longo do ano de 2021, nenhuma das que identificamos está atrelada aos sujeitos até aqui observados. Portanto, para analisarmos os impactos das práticas espaciais dos sujeitos no que tange à segurança alimentar nas favelas da APARU-ABV, ater-nos-emos aos dados coletados sistematicamente, até agosto de 2020. Os dados nos permitem verificar que apenas os agentes locais se ocuparam do provimento de alimento para os necessitados.

---

<sup>34</sup> Apesar de a associação de moradores não ostentar o título de centro cultural, os consideramos como tais, pois os “Centros Culturais são tidos como um exemplo de participação, onde são realizadas oficinas de música, canto, arte, contação de histórias e diversos outros tipos de manifestações culturais.” (PINTO; PAULO; SILVA, 2012, p. 86-87).



Os serviços de saúde pública são uma queixa generalizada na sociedade carioca, sobretudo entre aqueles que dela exclusivamente dependem. Tal carência se reproduz na escala das favelas que estudamos, e esse fator de qualidade de vida é identificado como o terceiro que impõem maior sofrimento na “escala percentual de insatisfação dos moradores com os fatores de qualidade de vida selecionados” (Gráfico 7). As únicas organizações que promovem ações no sentido de mitigar o impacto dessa carência são as locais. Elas atuam em duas frentes: uma delas é a cobrança ao Estado pelo cumprimento de seus deveres constitucionais e a outra é a disponibilização do espaço para profissionais de saúde realizarem atendimentos a custos reduzidos para os moradores.

Em relação aos serviços educacionais, as organizações locais também atuam em três frentes. Duas delas são as mesmas táticas adotadas em relação aos serviços de saúde, ou seja, a cessão do espaço para profissionais oferecerem seus serviços e a cobrança aos órgãos estatais. Uma terceira frente foi identificada em uma das associações de moradores, a qual inaugurou, em sua sede, uma creche conveniada à Prefeitura do município. Dessa forma, estabeleceu-se uma parceria com o Estado que paga os salários das trabalhadoras e fornece alimentos, enquanto a associação gere a atividade.

Em certa medida, todas as associações de moradores geram renda na própria favela. Além do Vale Encantado, que, como vimos, tem uma cooperativa de turismo sustentável, as demais associações contratam moradores para a realização dos serviços oferecidos, sobretudo o de entrega de correspondência. Os agentes externos que colaboraram para a geração de renda nas favelas estão relacionados com a COOVE, seja na criação, seja na divulgação das suas atividades econômicas.

Voltando o nosso olhar para os impactos nos parâmetros de justiça social, verificamos que as ações acarretadoras de impactos positivos na redução da exploração dos moradores da favela são perpetradas pelas próprias organizações locais. As mesmas práticas também causam impactos na alienação, enquanto forma de opressão. Tais ações assumem duas formas principais: a primeira delas é a cessão temporária da sede das associações de moradores (e a também a compra de equipamentos) para profissionais ofertarem seus serviços para o público local. Essa prática pode ser entendida como o provimento de parte dos meios de trabalho para que os trabalhadores exerçam seus ofícios em uma situação. Assim, eles têm maior autonomia para definir qual trabalho ofertar, uma vez que não possuem patrões. A outra forma de ação, que resulta na redução da exploração e da alienação é uma articulação entre a associação de moradores do Vale Encantado e uma ONG internacional. Essa ação conjunta resultou na fundação da Cooperativa do Vale Encantado (COOVE), explorada no capítulo anterior.

Como vimos no oitavo capítulo da tese, o trabalho de Iris Young (2009), que inspirou o quadro anteriormente exposto, trata a marginalização a partir do ponto de vista da inserção (ou exclusão) dos indivíduos no sistema produtivo dominante. Por entendermos que, na sociedade carioca, o papel ocupado pelas pessoas no mercado de trabalho é condicionado por fatores como a cor da pele, a identidade de gênero e o local de moradia, ampliamos a aceção de marginalização e incluímos em nossa análise as ações que permitem uma maior equidade no gozo dos direitos sociais pelos sujeitos marginalizados.

Dentre os agentes externamente baseados, destacamos que, aqueles classificados como “pela floresta e contra as favelas” atuam, estruturalmente, em prol da segregação residencial, ou seja, se posicionam (mais ou menos conscientemente) contra a garantia ao direito à moradia digna para os favelados. A organização classificada como “pela floresta, apesar das favelas (?)”, que foi marcada no quadro como agindo favoravelmente na defesa de mecanismos de proteção contra a privação de direitos e liberdades, na verdade, atua em defesa de um direito para todos os cidadãos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que também afeta os moradores das favelas estudadas, que é o direito de culto. Já as organizações “Pela floresta e pelas favelas” combateram a marginalização, ao auxiliar a implementação de projetos locais capazes de minimizar carências, como a da geração local de renda e fornecimento de energia, além de também participarem na luta pela regularização fundiária.

No quadro a seguir (Quadro 32), salta aos olhos a ação contraditória das associações de moradores das favelas na luta contra a marginalização. Se, por um lado, eles atuam favoravelmente na defesa contra as remoções das habitações já consolidadas, eles impedem, por outro lado, a territorialização de membros da mesma classe social que estão dispersos no espaço. Trata-se de pessoas que tentam construir suas residências nas bordas das favelas estudadas. Elas são tanto pessoas com origem no próprio local que desejam construir a sua própria moradia, pessoas locais que tentam expandir a sua residência, ou outras vítimas da segregação residencial urbana que vêm de fora da favela para tentar se instalar às custas da supressão vegetal. Para essas pessoas, a origem da marginalização é de fonte dupla, pois, além do Estado, as associações de moradores das favelas atuam como fiscais para a contenção de sua ocupação.



Opressão cultural	Subalternização da experiência dos grupos oprimidos pela cultura dominante	Reconhecimento da pluralidade dos valores, objetivos e das realizações dos diferentes grupos da sociais	Reconhecimento da pluralidade de experiências vividas pelos diferentes grupos sociais	I	I	I	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	P	I	I		
			Reconhecimento da pluralidade de perspectivas de produções culturais	I	I	I	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	P	I	I	
			Disseminação plural da produção cultural dos diversos grupos sociais	I	I	I	I	I	I	P	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
			Combate à imposição de estereótipos	I	I	I	I	I	P	P	P	P	P	I	P	I	P	N	N		
			Combate à invisibilização de grupos sociais	I	I	I	I	I	I	P	P	I	I	I	I	I	I	P	I	I	

Apontamos, então, a contradição atinente à instrumentalização conservadora da proteção ambiental pelos próprios favelados. Porquanto os atuais ocupantes daquelas encostas tentam se proteger do risco imposto pelo ambientalismo dos mais poderosos, aquelas pessoas ameaçadas adotam o discurso dominante e reprimem as práticas espaciais dos ainda mais vulneráveis. Ou seja, optam por sacrificar outras pessoas da mesma classe, que tentam escapar do mesmo sofrimento imposto pela segregação residencial.

A opressão cultural está fortemente relacionada com a capacidade de cada organização produzir e transmitir a sua perspectiva da realidade, tanto para a sua base social, quanto para os demais membros da sociedade. Devemos recordar que os membros da classe média e suas organizações são beneficiados com o mais amplo acesso aos meios de comunicação formadores da opinião pública, assim como também gozam de muito mais intensa participação na produção de registros oficiais. Esse fato lhes concede um poder de manipulação da construção da imagem dos lugares, que, contudo, não é livre de disputas intraclasse.

Jessé Souza (2017 e 2018c) nos mostra que a classe média brasileira é dividida em frações com características e atuações distintas. Se, por um lado, verificamos uma *fração liberal* engajada na conservação do *status quo*, a qual produz e propaga imagens estigmatizantes do espaço favelado e seus habitantes, por outro lado, identificamos uma *fração crítica*, que colabora com a produção e reverberação de narrativas contrárias a série de estigmas identificados por Janice Perlman (2002) e Rose Compans (2005).

Às organizações dos favelados cabe a produção de elementos para uma narrativa que dialogue com os próprios favelados, no sentido de combater internamente os estigmas impostos de fora para dentro, e, dessa forma, elevar a autoestima coletiva. Esses agentes sociais também se incumbem da tarefa de pressionar para que haja a inclusão da sua perspectiva nos registros oficiais.

Para tornar inteligível o complexo fenômeno abordado, identificamos, anteriormente, os agentes que animam o conflito territorial em foco. Também apresentamos as consequências de seus discursos e suas práticas espaciais, analisamos e categorizamos o seu interesse pelos recursos ambientais no Maciço, e, finalmente, verificamos suas escalas de ação. Após essa jornada, encerramos esse capítulo com um quadro síntese do tipo de relação que cada um dos sujeitos da pesquisa estabelece com os demais, no que toca, de maneira geral, os ganhos ou perdas em qualidade de vida e justiça social, a partir da escala das favelas em foco. No quadro (Quadro 33) a seguir, podemos destacar em que medida as práticas espaciais dos diferentes agentes sociais convergem, não se tocam, ou divergem, para o ganho de qualidade de vida e justiça social (direto,

indireto ou negativo) a partir da escala das favelas analisadas. Essa informação nos permite perceber as relações de atritos, indiferença e cooperação entre os sujeitos e, com isso, identificamos quem são os aliados ou adversários que cada organização pode contar para atingir seus objetivos.







### 13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa, constatou-se que ocorria um movimento na direção da remoção de algumas favelas localizadas na APARU-ABV, que é uma Unidade de Conservação Municipal no Rio de Janeiro. Os argumentos que justificavam essa tentativa de reorganização do uso e ocupação do solo urbano estavam baseados na tese ambientalista de que as favelas ofereceriam ameaça à cobertura vegetal do Maciço da Tijuca, que, por sua vez, é patrimônio de todos os municípios.

A nossa permanente desconfiança concernente à ação estatal nos levou a dedicar um olhar mais atento ao conjunto de suas ações dinamizadoras de tal processo. Dessa forma, identificamos que o fenômeno estudado emerge de uma complexa tentativa de expropriação das classes populares, o que, por sua vez, é uma condição para a reprodução ampliada do capital imobiliário. A singularidade desse fenômeno decorre do incremento do preço do solo urbano acarretado pela proximidade da floresta, que é absorvida pelo mercado imobiliário como recurso espacial provedor de amenidade. Assim, afirmamos que, em nosso recorte, o processo de segregação sócio-espacial imposto aos membros das classes populares, se apoia em fundamentações ambientalistas para a sua substituição no espaço por uma outra classe social, ou seja, para a tomada das áreas beneficiadas pela amenidade ambiental.

Argumentamos, ao longo do texto, que não entendemos o Estado como um monolito, menos ainda como um sujeito social. Os protagonistas da nossa pesquisa são, de fato, partes de dois conjuntos de sujeitos: o primeiro é formado pelos moradores das favelas analisadas, mais especificamente aqueles que estão inseridos na ação coletiva organizada nas associações locais; o outro conjunto é composto pelos ativistas (e suas organizações) que, mesmo não residindo nas favelas, interferem na organização espacial daquela porção da superfície terrestre, seja por meio da ação direta, ou pela atuação na orientação das instituições estatais.

O objetivo geral do presente trabalho foi atingido, pois identificamos e analisamos os pontos de fricção e as possibilidades de cooperação entre as organizações de ativistas, tanto aquelas focadas exclusivamente na defesa da floresta, quanto aquelas que lutam pelo direito à moradia digna. Realizamos o estudo das práticas espaciais daquelas organizações que, a partir de escalas e territórios diferentes, interagem cooperativamente, antagonicamente ou indiferentemente atuam na disputa pela organização do mesmo espaço.

Tivemos êxito no cumprimento do objetivo específico inicial, que era o de levantar as organizações coletivas dos moradores das favelas estudadas e examiná-las, através da identificação e análise de suas agendas e práticas espaciais. Partimos de uma atividade coletiva do nosso grupo de pesquisa, que identificou e estabeleceu diálogo com as primeiras organizações contatadas (Cooperativa do Vale Encantado, Associação de Moradores da Mata Machado, Associação de Moradores do Tijuáçu e Associação de Moradores da Fazenda). Em trabalho de campo nas favelas mencionadas, nos aproximamos da realidade concreta, criamos laços com os sujeitos da pesquisa e buscamos indícios sobre a existência de outras organizações locais. Em trabalhos de campo de uma fase posterior à pesquisa, visitamos as demais favelas da área de estudo e conseguimos nos aproximar dos representantes das associações de moradores da Agrícola e da de Furnas. Os sucessivos trabalhos de campo e entrevistas realizados nos permitiram conhecer as suas agendas e as suas práticas espaciais.

Confessamos que o nosso primeiro contato com o representante da Cooperativa do Vale Encantado nos levou a criar uma grande expectativa. Trata-se de um sujeito politicamente muito atuante e bastante respeitado, não apenas na própria favela, mas em todas as favelas (e além delas) que visitamos ao longo de nossa pesquisa. Chegamos a lembrar do personagem “Zé do Caroço”, protagonista do famoso samba de Leci Brandão. Do ponto de vista de um pesquisador interessado nas possibilidades de uma mudança para melhor na vida das pessoas, foi frustrante ter de reconhecer que aquele indivíduo se destaca demasiadamente dos demais sujeitos da pesquisa.

Poderíamos ter concentrado nossos esforços no escrutínio das práticas espaciais das organizações conduzidas por esse líder (tendo em vista que as ações da cooperativa se entrelaçam com as da associação de moradores dessa localidade). Certamente exploraríamos ali alguns elementos muito úteis para a construção de uma conjuntura favorável a uma mudança estrutural, principalmente no tocante à construção de redes de solidariedade e da reestruturação do espaço para prover uma melhor qualidade ambiental na escala da favela e a partir dela. Contudo, isolar as ações da estrutura interna da organização e do contexto geral no qual ela se insere gerariam uma percepção exagerada do seu potencial de transformação da sociedade. Um olhar para a estrutura interna da cooperativa nos revela que essa organização possui uma fraca capacidade de atrair a participação contínua dos moradores, tratando-se, então, de uma organização extremamente concentrada na ação de uma única pessoa. Além disso, sua ação desembaraçada de personalismos interesseiros é um oásis no deserto do contexto geral.

As demais organizações de ativismo dos moradores das favelas estudadas desempenham práticas espaciais de suma importância para o aproveitamento dos recursos ambientais no cotidiano das pessoas e a luta contra remoções. Verificamos que, apesar da abundante disponibilidade de fontes d'água na localidade, o abastecimento formal das residências por esse recurso é praticamente inexistente, cabendo, então, aos próprios moradores (ora organizados pela associação local de moradores, ora individualmente) a implementação dos meios para a captação, armazenamento e transporte da água até os domicílios. O enfrentamento da constante ameaça de remoções acontece em duas frentes. A primeira delas se arvora na assunção do protagonismo da luta, o que se manifesta nas ações de protesto e na tentativa de dar visibilidade à injustiça em processo. Ainda nessa linha, elencamos a busca por meios institucionais para a manutenção de sua posse, a qual conta com o apoio de segmentos do aparelho de Estado, cuja existência se justifica nas lutas sociais pretéritas.

A outra frente de atuação na defesa do direito de moradia digna e de melhoria das condições ambientais tem base em uma prática bastante perniciosa no médio e longo prazo, que é a relação de cooptação construída entre os líderes das associações de moradores e alguns políticos profissionais. Nessa situação, os representantes das associações locais depositam o seu destino nas mãos de indivíduos que disputam e dispõem de fatias do poder estatal. Não sabemos se é o caso de uma ingênua confiança, de oportunismos individualistas ou de pragmatismo por resultados imediatos (por mais modestos que sejam), mas o fato é que a maioria das lideranças das associações se vincula e apoia abertamente políticos profissionais. Não foi possível estabelecer um nexo de causalidade entre essa vinculação e o fechamento para a participação da base social na gestão da associação, mas temos evidências de que, quanto mais estreito é o vínculo, menos democrática é a organização.

Além das associações de moradores, o Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (CONCA) foi a única organização de favelados que encontramos. Como descrito anteriormente, essa organização congregou os moradores de diversas favelas do bairro. As associações de moradores estavam ali representadas, mas o conselho também era aberto à participação dos moradores em geral, principalmente daqueles que não encontravam a possibilidade de seu exercício na associação de moradores de sua favela de residência. A agenda dessa organização e a sua atuação no plano político externo ao bairro eram muito mais densas do que a das associações individualizadas. Porém, também aqui, um ativista centralizava a agitação, o jornalista Roberto Maggesi. O definhamento

fervilhante CONCA, após o seu falecimento em 2013, escancara o peso da sua presença nessa organização.

Dessa forma, o nosso primeiro objetivo específico foi concluído com o reconhecimento de que as organizações dos favelados apresentam diferentes matizes. Todas elas objetivam a melhoria da qualidade de vida na escala do fragmento da cidade ocupado, também consideram que a floresta de pé traz mais benefícios do que problemas, porém, os fatores privilegiados para a intervenção direta, bem como os meios para a realização das suas expectativas variam de uma organização para outra. Apesar de, de maneira geral, a burocratização ter tornado o caminhar das associações de moradores claudicante, o CONCA, que já foi um farol na luta por mais justiça social, ainda reluz uma faísca que pode se espalhar se for alimentada.

Consideramos que o segundo objetivo específico proposto para a pesquisa também foi atingido, pois conseguimos levantar e examinar as ações coletivas organizadas por ambientalistas que impactam na qualidade de vida e na justiça social nas favelas estudadas. As pesquisas junto aos membros das organizações de moradores das favelas nos permitiram identificar as organizações e os ativistas individuais que atuam em parceria para o atendimento dos anseios dos favelados. Nossa participação no Conselho Consultivo do PNT viabilizou o reconhecimento de quais organizações, mesmo sem estabelecer contato direto com os moradores da favela, impactam a organização espacial da nossa escala de análise. A pesquisa no jornal *O Globo* oportunizou a identificação do ativista que promove discursos potencialmente legitimadores de remoções de favelas na escala da cidade. As entrevistas e a leitura de suas publicações nos proporcionaram a interpretação das suas agendas e o discernimento das suas práticas espaciais.

A aproximação que construímos junto ao líder da Cooperativa do Vale Encantado nos viabilizou o contato com organizações de ativistas que são baseadas fora das favelas estudadas. Alguns residentes do Rio de Janeiro e de outros países mobilizam seus recursos de forma solidária em prol da proteção ambiental e da melhoria da qualidade de vida nas favelas. Sua principal forma de organização é no modelo de ONG, o qual não podemos ignorar que seja um meio de vida para diversos ativistas profissionais.

Por melhores que sejam as intenções dos envolvidos, sem que estes se incluam em um projeto de construção objetiva de um modelo em que a vida não dependa das relações de mercado, se faz necessário que os custos totais dos projetos apresentados às agências públicas e privadas de financiamento contemplem a folha de pagamentos dos trabalhadores, desde os mais precariamente envolvidos até os diretores das organizações.

Por viabilizarem a materialização no espaço de objetos que dependem de aportes financeiros e técnicos (a que dificilmente os moradores locais teriam acesso), essas organizações trazem inegáveis e valiosas contribuições, mas a parceria arrefece quando o financiamento desaparece.

Algumas ONGs (ou OSCIPs), cujas presenças se fizeram notar nas reuniões do Conselho Consultivo do PNT, estão mais ocupadas com a floresta como um bem comum do que com as pessoas pobres que vivem nas suas cercanias. Os seus projetos apresentados para a captação de recursos são voltados para o atendimento dos editais públicos de proteção ambiental *strictu sensu*, assim como buscam oportunizar a contribuição monetária individual dos cidadãos interessados na proteção do PNT, como uma amenidade a ser desfrutada por todos. Não é de se estranhar que essas organizações não identifiquem as clivagens da sociedade em classes e frações de classe. Sua atuação se alinha com a parte mais conservadora dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Se, conjunturalmente, essas organizações não se posicionam abertamente favoráveis ou contrárias à presença das favelas nas cercanias da floresta, estruturalmente, o posicionamento pretensamente “neutro” ratifica as contradições do *status quo*, pois entendem as favelas como espaços que oferecem risco à floresta, mas as toleram sem discutir as condições que levaram ao seu surgimento.

Outro conjunto de organizações que frequenta as reuniões do Conselho Consultivo do PNT é formado por associações de moradores de bairros de classe média e elite do entorno do PNT. A observação atenta da sua atuação nos permite identificar o pulsar da contradição subjacente ao uso conservador do discurso ambientalista. Como demonstrado ao longo do nosso trabalho, para esse grupo de representantes de organizações, a degradação da floresta exercida pelos ricos é aceita como um custo aceitável da civilização, já a degradação dos pobres é a própria manifestação da inaceitável barbárie. Apesar de, à primeira ser vista, com um tímido toque de reprovação, a segunda forma é o alvo de uma incisiva aversão.

Não identificamos nenhum traço de preocupação com a aferição dos reais impactos ambientais resultantes das ocupações das encostas pelos favelados, da parte dos representantes das organizações em questão. O discurso que captamos se apoia em preconceitos e estereótipos do senso comum. Apesar de um certo cuidado para se manterem dentro dos limites do “politicamente correto” em um primeiro contato, ou seja, para ocultar a solidariedade interna à classe social e a repulsa aos pobres, os representantes dessas organizações deixaram escapar algumas evidências de que a degradação da floresta causada por membros de uma determinada classe social é mais

tolerável do que a de membros de outras classes. Em seu discurso não figurou o questionamento, nem mesmo tangencialmente, da configuração social que condiciona a busca de uma solução para o problema habitacional pelos pobres nas encostas da cidade. Em realidade, os recursos ambientais são percebidos como bem comum daqueles que exercem o mesmo uso dos membros dessa classe, ou que, no mínimo, não atrapalhem (mesmo que simbolicamente) o seu pleno desfrute. Assim, contraditoriamente, a patente degradação da cobertura vegetal pela elite é mais tolerável do que a simples presença dos pobres em área tão valorizada.

O veículo de comunicação que selecionamos para explorar a formação da opinião pública carioca foi o jornal *O Globo*. Essa decisão se deu com base no entendimento de que esse é um produto voltado ao consumo da classe média. Sua linha editorial atende aos interesses das classes sociais opressoras, pois, ao mesmo tempo em que confere destaque a pautas superficiais, bloqueia o aprofundamento do debate público sobre a sociedade. Ao ofuscar de maneira sistemática os argumentos daqueles que denunciam injustiças sociais (dentre elas, as ambientais) e apontam as suas causas, essa empresa atua na defesa do *status quo*.

Como a pauta ambiental é um tema incontornável para uma sociedade minimamente letrada, a forma de abordar esse tópico é a mais conservadora possível: dando voz aos ativistas que assumem os recursos ambientais como bem comum, que ignoram a divisão da sociedade em classes e frações de classe e que demandam do Estado soluções imediatas. Com esses argumentos produzidos por terceiros, os quais emprestam seu prestígio ao discurso pseudocientífico, se torna possível construir uma narrativa de que as favelas (e seus habitantes) são espaços que oferecem risco ao ambiente. O resultado é o de, através da forja da aceitabilidade social para a opressão às classes subalternas, conquistar a anuência do estrato da sociedade que tem o poder de operar a máquina estatal, para, dessa maneira, eles e elas agirem no sentido da expropriação das classes subalternas pela sua desterritorialização.

O terceiro e último objetivo específico era o de verificar como os ativismos ambientalistas interferem ou podem interferir, e de que modo, na busca por melhor qualidade de vida e maior justiça social por parte das organizações dos favelados. Apesar do enorme esforço para o levantamento dos dados empíricos que subsidiaram essa análise, consideramos que aqui reside a principal contribuição do nosso trabalho. O atendimento dessa meta demandou, primeiramente, a sistematização das práticas espaciais de ambos os tipos de ativismos com o fim de estabelecer os parâmetros para a efetivação da comparação das variadas atuações.

Construímos, então, um modelo para o detalhamento das consequências das práticas espaciais de cada uma das organizações envolvidas no fenômeno estudado. Buscamos elaborar matrizes que nos permitissem realizar uma leitura multidimensional dos ganhos e perdas em qualidade de vida e justiça social na escala das favelas em questão. Tal instrumento nos permitiu, com elevado nível de detalhamento, discernir e organizar os tipos de impactos nos parâmetros eleitos.

Em seguida, realizamos o entrecruzamento das matrizes resultantes da análise de cada uma das organizações investigadas. Com essa operação, pudemos identificar com detalhe e nitidez quais organizações impactam cada um dos fatores da qualidade de vida e de justiça social adotados em nossa pesquisa. Esses dados expostos lado a lado nos permitem visualizar quais organizações interagem nos mesmos fatores, e, para além disso, em quais fatores existem pontos de atrito, possibilidades de cooperação, indiferença unilateral ou recíproca entre as organizações. Finalmente, com base na análise do impacto geral nos fatores que compõem os parâmetros de qualidade de vida e justiça social, construímos um quadro relacional dos impactos e interações dos agentes sociais, que nos permitem perceber as alianças e rivalidades entre as organizações.

A nossa hipótese inicial foi parcialmente confirmada, pois conseguimos identificar que as práticas espaciais de algumas organizações de ativistas ambientalistas, formadas por moradores de bairros de classe média fora da APARU-ABV, privilegiam o direito difuso ao meio ambiente em detrimento do direito à moradia digna dos moradores das favelas da APARU-ABV. Contudo, também verificamos que organizações do mesmo segmento social, além de atuarem na proteção da floresta, cooperam para os ganhos em qualidade de vida e justiça social para os moradores das mesmas favelas. Já a segunda parte da nossa hipótese é solidamente confirmada pela pesquisa realizada, porquanto verificamos que as práticas espaciais dos ativismos favelados priorizam o direito à moradia digna frente à conservação da floresta. Todavia, sua atuação resulta em maior proteção para a cobertura vegetal e os cursos d'água.

A pesquisa realizada nos capacita a afirmar que o principal interesse da classe dominante é o solo urbano enquanto mercadoria. Já as classes populares também têm o solo urbano como principal objetivo nessa contenda, contudo mais pelo seu valor de uso do que pelo seu valor de troca. Já a classe média está dividida entre o apoio à elite ou às classes populares, porém, é nas suas frações que afloram mais nitidamente a influência dos variados tipos de ambientalismo.

A presente tese, cuja abordagem empírica se destaca, foi realizada com uma combinação de procedimentos metodológicos. A construção de nosso objeto do

conhecimento se fundamentou teoricamente na abordagem do desenvolvimento sócio-espacial de Marcelo Lopes de Souza. Para operacionalizar a pesquisa, também adotamos um rol de conceitos e técnicas de articulação de dados discutidos pelo mesmo autor, como o de território, substrato espacial material, práticas espaciais, matriz de interesses conflitantes, dentre outros. Acreditamos ter oferecido uma contribuição relevante ao discutir e apresentar uma solução prática para a análise comparativa dos impactos das práticas espaciais na qualidade de vida e na justiça social em um dado recorte espacial.

Nesse ponto do trabalho, nos cabe reconhecer as limitações nele contidas. Apontando, inicialmente, as de natureza teórica, assumimos a carência de aprofundamento teórico, especialmente no primeiro capítulo. Esperamos, em trabalhos posteriores, ter a oportunidade de conceder a devida atenção aos temas que, aqui, foram apenas levantados. Identificando, também, as limitações empíricas, constatamos que a forma de ouvir a voz dos moradores das favelas é prenhe de precariedade. Frente aos escassos recursos de tempo para a devida aplicação dos questionários para o público alvo, tivemos de nos contentar com dados que apenas indicam, mas não revelam a percepção dos sujeitos da pesquisa.

Os desdobramentos do nosso trabalho podem levar a estudos sobre a incorporação e comercialização dos imóveis pelas empresas do ramo imobiliário. Estas, para obterem a margem de lucro mais ampla possível e driblarem as restrições da legislação ambiental, buscam áreas onde fragmentos de floresta foram removidos para o erguimento de favelas, mas a mata ainda atua como uma amenidade no espaço urbano. A incorporação dessas áreas ao mercado imobiliário depende da remoção das favelas.

O estudo também pode ser complementado por uma pesquisa empírica sobre a absorção, por parte dos moradores das estudadas, do discurso ecológico conservador da elite. Seria interessante verificar de que forma os favelados percebem os ecolimites ao seu redor e qual é a atuação das associações de moradores frente aos avanços de novas construções. Tal pesquisa poderia investigar se a instrumentalização conservadora do discurso ecológico também é praticada, em escala microlocal, por pessoas que são vítimas de estigmatização. Para isso, discutir-se-ia o caráter conservador da instalação dos ecolimites na cidade do Rio de Janeiro; evidenciar-se-ia que o discurso dos ecolimites, como instrumentos para a proteção da floresta contra ocupações irregulares, é adotado pelos próprios favelados cercados por essas barreiras físicas; expor-se-ia que essa percepção acerca dos ecolimites e o desejo de contenção do crescimento das favelas se materializam através da ação das associações de moradores das favelas; e, inserir-se-ia esse fenômeno na discussão teórica sobre a (in)justiça ambiental.



Encerramos a nossa tese chamando a atenção, mais uma vez, para o fato de que esta pesquisa não se pretende neutra. Nosso objetivo intrínseco é evidenciar as injustiças que permeiam a sociedade, tal como ela se configura hodiernamente. A partir de nossa posição no mundo, e da percepção de que existe uma gigantesca margem para seu aperfeiçoamento, buscamos identificar e compartilhar alguns meios para que a sociedade se movimente no sentido da *autonomia*. Fazemos das palavras de Franz Fanon as nossas últimas palavras: “Todas as vezes em que um homem fizer triunfar a dignidade do espírito, todas as vezes em que um homem disser não a qualquer tentativa de opressão do seu semelhante, sinto-me solidário com seu ato” (FANON, 2008, p. 187).

## REFERÊNCIAS

- ABAQUAR. Abaquar,. *Missão Abaquar*. Disponível em: [http://abaquar.org/site/?page\\_id=7](http://abaquar.org/site/?page_id=7). Acesso em: 14 ago. 2021.
- ABREU, Mauricio. A cidade, a montanha e a floresta. In: ABREU, Mauricio de Almeida. (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
- ACSELRAD, et al. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALENCAR, Emanuel. Parque Olímpico vai restaurar mangue e restinga da Lagoa de Jacarepaguá. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2004. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/parque-olimpico-vai-restaurar-mangue-restinga-da-lagoa-de-jacarepagua-11639435>. Acesso em: 12 mar.2017.
- ALIER, Joan Martínez. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais em linguagens de valoração*. 2 ed., 3ª. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.
- ALMEIDA, Aline Pinto. *Agenda Comunitária: Uma experiência no entorno do Parque Nacional da Tijuca*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.
- ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. *Rev. direito GV*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 303-333, ago. 2018. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-24322018000200303&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322018000200303&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 27 dez. 2020.
- BARROS, Otávio Alves; MELO, Maria Emília Melo. Do mito à realidade: a experiência de turismo sustentável na comunidade do Vale Encatando, Floresta de Tijuca, Rio de Janeiro, Brasil. *Field Actions Science Reports [Online]*, Special Issue 3 | 2011, Online since 24 November 2011, connection on 24 July 2021.
- BOOKCHIN, Murray. *Our Synthetic Environment*. New York: Knopf (published under the pseudonym "Lewis Herber"). London: Harper & Row, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Urbanization without cities*. Montreal: Institute of Policy Alternatives of Montréal (IPAM), 1992.
- \_\_\_\_\_. *Ecologia Social e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.
- BUNKER, Stephen G. Da castanha–do–pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira. *Novos Cadernos NAEA*, 2003.
- CAMPOS, Mauricio. O discurso técnico do risco nas tentativas recentes de remoções forçadas de favelas no Rio de Janeiro. *II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas (URBFAVELAS)*, 2016.
- CARDOSO, A. L. O Programa Favela-Bairro: Uma avaliação. *Anais do Seminário de Avaliação de projetos IPT em habitação e meio ambiente: assentamentos urbanos*

- precários. Coordenadores: Ros Mari Zenha e Carlos Geraldo Luz de Freitas. São Paulo: IPT, 2002.
- CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010.
- CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- CASTORIADIS, Cornelius. Poder, política, autonomia. In: CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto III – O mundo fragmentado*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CLOKE, P.; COOK, I.; CRANG, P.; GOODWIN, M.; PAINTER J.; PHILO, C. *Practising Human Geography*. London: SAGE Publications Ltd., 2004.
- COELHO Netto, Ana Luiza. O Geocossistema da Floresta da Tijuca - RJ. In: ABREU, Mauricio de Almeida. (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.
- \_\_\_\_\_. A Interface florestal-urbana e os desastres naturais relacionados à água no Maciço da Tijuca: desafios ao planejamento urbano numa perspectiva sócio-ambiental. *Revista do Departamento de Geografia (USP)*, São Paulo, v. 16, n.3, p. 46-60, 2005.
- COMPANS, Rose. A regularização fundiária de favelas no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Rio de Janeiro*, n. 9, p. 41 - 53, jan. / abr., 2003.
- COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2007. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/172>. Acesso em: 15 ago. 2015.
- COMUNIDADES CATALISADORAS (ComCat). *Rede Favela Sustentável: Mapeamento (2017) - Relatório Final*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/RFSRelatorio>. Acesso em: 12 set. 2019.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Elaboração de Projeto de Pesquisa: um guia prático para os geógrafos. In. *Geosul*, n.21/22, jan./dez., 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R.; PINTAUDI, M. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013.
- COSTA, Wânia Olívia da. *O sistema hídrico da comunidade Fazenda, situada no Maciço da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, UERJ, 2017.

- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- ESTAVILLE, Jr., Lawrence E. Organizing Time in Historical Geography. In: Grenn, D. Brooks (ed.). *Historical Geography: a methodological portrayal*. Savage, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1991.
- FANON, Franz. *Pele negra, mascaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, J. L. B. *et al.* Parecer técnico. Parecer técnico sobre o documento intitulado “Relatórios de vistorias – treze ocupações irregulares no Alto da Boa Vista e Itanhangá”. Rio de Janeiro, 2006. 17 p. Não publicado.
- FONSECA, Tiago Boruchovitch; Diniz, Saullo.. A luta pela permanência em meio à natureza: A comunidade Vale Encantado e sua resistência à desterritorialização. In: *Anais do XIV SIMPURB*. Fortaleza, 2015.
- FONSECA, Tiago Boruchovitch. *Pressões pela (re)valorização capitalista do espaço no bairro do Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro: conflitos acerca da permanências de favelas e a questão Ambiental*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2018.
- GALANTE, M. L. V.; BESERRA, M. M. L. & MENEZES, E. O. *Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica, MMA/IBAMA /GTZ*, 2002.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. Energy and Economic Myths. *Southern Economic Journal*, 41(3), pp. 347-381, 1975.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMEZ, B.; JONES, J. P. *Research Methods in Geography*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2010.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto-. *Os (Des)Caminhos do meio Ambiente*. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O Desafio Ambiental*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: ANNABLUME, 2005.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Plano de Manejo: Parque Nacional da Tijuca*. MMA/ICMBio: Brasília, 2008.
- INSTITUTO PEREIRA PASSOS (IPP). Sistema de assentamentos de baixa renda (SABREN). *Informações básicas sobre as favelas*, 2010. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/index.html>. Acesso em: 19 ago. 2015.

- KIDDER, Louise et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EPU, 1987.
- LACOSTE, Yves. *A geografia – Isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- LEITE, Aline Fernandes; MONIÉ, Frédéric. A Geopolítica e a análise dos conflitos territoriais locais nas cidades portuárias. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território* (2014). Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, pp. 1070-1081.
- LEFF, Enrique. *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MACHADO, Ana Brasil. *Os ecolimites como dispositivo para a gestão das descontinuidades internas da cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2013.
- MENDONÇA, Jupira Gomes de. Planejamento e medição da qualidade de vida urbana. In: *Cadernos Metrópole* 15, pp. 13-24 1º sem. 2006.
- MOUTINHO DA COSTA, Lara. *A Floresta Sagrada da Tijuca: Estudo de Caso de conflito envolvendo uso público religioso de Parque Nacional*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.
- NAHAS, M. I. P. Indicadores sociais como instrumentos para formulação de políticas públicas e monitoramento da qualidade de vida urbana nas cidades brasileiras. Capacitação e informação. *Cadernos Mcidades* 8. Brasília, Ministério das Cidades, 2004.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Nova Agenda Urbana*. Quito, 2019.
- PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. *Raízes*, Campina Grande, Vol. 24, Nº1-2, jan-dez 2005.
- PERLMAN, Janice. *O mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- PINTO, Gabriela B., PAULO, Elizabeth de, SILVA, Thaisa C. Os centros culturais como espaço de lazer comunitário: o caso de Belo Horizonte. In: *Cultur: Revista de Cultura e Turismo*. Ano 06 - nº 02 – jun. 2012. UESC, 2012.
- PORTO, Mauro P. Enquadramentos da mídia e política. In: *Anpocs*, 2002.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

- RIO DE JANEIRO. Decreto nº 11.301, de 21 de agosto de 1992. Cria a Área de Proteção e Recuperação Urbana do Alto da Boa Vista. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, 1992.
- \_\_\_\_\_. Projeto de Lei nº 1307, de 17 de abril de 2003. Regulamenta a Área de Proteção e Recuperação Urbana – APARU do Alto da Boa Vista. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro – 2017-2020*. Rio de Janeiro, 2016.
- RIVERA, Gonzalo Mardones. Mapeo de actores en la zona de amortiguación del Parque Nacional Alerce Andino y la Reserva Nacional Llanquihue, Chile. *Revista Geográfica de Valparaíso*. N.54, p. 01-22, 2017.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. Geografia Histórica e ativismos sociais. *Geotextos*. Vol. 11, nº1 (julho), p. 241-268. Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.
- ROCHA, Flávia R. F., MACÁRIO, Eptácio. O impacto da EC 95/2016 e da PEC 287/2016 para a Previdência Social brasileira. In: *SER Social*, Brasília, v. 18, n. 39, p. 444-460, jul.-dez./2016.
- SACK, Robert David. *Human Territoriality – Its Theory and History*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SILVA, Alexandra. *Minha casa virou parque: Percepção ambiental das comunidades do entorno do Parque Nacional da Tijuca*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.
- SILVA, Humberto Salustriano da. *A remoção (re)pautada na cidade do Rio de Janeiro: discursos, mídia e resistências, 2005 a 2010*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.
- SILVA, Luis Antônio Machado da, MAGALHÃES, Paulo. Mata Machado: aspectos de las luchas sociales en una favela carioca. In: *Revista mexicana de sociologia*, v. 46, n. 4, 1984.
- SOARES, Francirose Furlani. *A favela e a floresta: um estudo das relações entre o homem e o seu entorno; o caso Mata Machado*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.
- SOUZA, Jessé. *A tolice da Inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.
- \_\_\_\_\_. *A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

- \_\_\_\_\_. *Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: LeYa, 2018a.
- \_\_\_\_\_. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. 3ª edição ampliada com nova introdução. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018b.
- \_\_\_\_\_. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018c.
- SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- \_\_\_\_\_. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. *Território*, ano I, n. ° 1, pp. 5-22. 1996.
- \_\_\_\_\_. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.) *Explorações geográficas: percursos no fim de século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 1997a.
- \_\_\_\_\_. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Território*, ano II, n. 3, p.. 13-35. 1997b.
- \_\_\_\_\_. *O desafio metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- \_\_\_\_\_. Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon. *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- \_\_\_\_\_. "Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta". In: *Cidades (Presidente Prudente)*, v. 7, p. 13-47, 2010.
- \_\_\_\_\_. Autogestão, “autoplanejamento”, autonomia: Atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. *Cidades*, v.. 9, n. 15, p.. 59-93. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013a.
- \_\_\_\_\_. NGOs and social movements. In: *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 17:2, 258-261. 2013b.

- \_\_\_\_\_. Semântica urbana e segregação: Disputa simbólica e embates políticos na cidade "empresarialista". In: VASCONCELOS, Pedro *et al.* *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013c.
- \_\_\_\_\_. O lugar das pessoas nas agendas 'verde', 'marrom' e 'azul': Sobre a dimensão geopolítica da política ambiental urbana. *Passa Palavra*. Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2014/12/101245>, 2014.
- \_\_\_\_\_. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. *Revista Mercator*, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 25-44, dez. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- SWARTZ, Marc. *Local-level politics*. Chicago, Aldine, 1968.
- SWYNGEDOUW, Erik. Scaled Geographies: Nature, Place, and the Politics of Scale. In SHEPPHARD, Eric e McMASTER, Robert (Orgs.): *Scale and Geographic Inquiry*. Oxford: Blacwell, 2004.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez editora, 2011.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Contas eleitorais, normas e julgamentos. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/contas-eleitorais/contas-eleitorais-normas-e-regulamentos>. Acesso em: 28 mar. 2019.
- URBAN, Teresa. *Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil*. São Paulo: Petrópolis, 2001.
- VELOSO, Verônica; SOUZA, Luís Otávio. Airton Xerez. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- VIOLA, Eduardo. (1987) *O movimento ecológico no Brasil (1974-1986); do ambientalismo à ecopolítica*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (São Paulo), vol. 1, n° 3, 1987.
- YOUNG, Iris Marion. Five faces of oppression. In: HENDERSON George; WATERSTONE, Marvin. Geographic Thought: A praxis perspective. London and New York: Routledge, 2009.

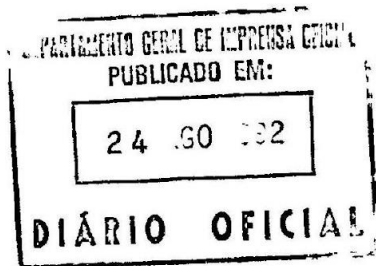


## ANEXOS

ANEXO I

DECRETO Nº 11.301

de 21 de agosto de 1992



CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E  
RECUPERAÇÃO URBANA DO ALTO DA BOA VISTA.

## O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,

no uso das atribuições que lhe confere o artigo 463, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o que consta do processo nº 02/001.224/92, e

CONSIDERANDO o objetivo da Lei Orgânica do Município de compatibilizar o desenvolvimento urbano com a proteção do meio ambiente, através da utilização racional do patrimônio natural, cultural e construído, e da sua conservação e recuperação em benefício das gerações atuais e futuras;

CONSIDERANDO que o Maciço da Tijuca constitui patrimônio paisagístico do Município, sujeito à proteção ambiental na forma do artigo 463, inciso IX, alínea "e", nº 5, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o bairro do Alto da Boa Vista representa um exemplo raro da coexistência harmoniosa entre os patrimônios natural e histórico-cultural da Cidade;

CONSIDERANDO que, no bairro, encontra-se a Floresta da Tijuca,

a-boavi5.011

bem tombado nacional, maior floresta urbana do planeta, manifestação pioneira de reflorestamento urbano com preocupações ambientais e, por esses atributos, área de preservação permanente, na forma do artigo 463, inciso IX, alínea "e", nº 2, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que, no bairro, encontram-se ainda marcos da memória da Cidade, neles incluídos bens tombados pela União, Estado e Município;

CONSIDERANDO que o crescimento urbano desordenado do bairro tem produzido impactos ambientais nas encostas, nascentes e rios;

CONSIDERANDO que a carência de infraestrutura instaladas nas áreas ocupadas vem provocando prejuízos à qualidade de vida e ao ambiente local;

CONSIDERANDO a necessidade da revisão dos parâmetros de ocupação das encostas do bairro, para que passem a se constituir em instrumentos de efetiva proteção e recuperação ambiental;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer parâmetros de controle de crescimento das áreas já ocupadas por favelas;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto na Constituição Federal; no Código Florestal - Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965 -; no Código de Caça - Lei nº 5197, de 03 de janeiro de 1967 -; nas Leis Federais nºs 6902, de 27 de abril de 1981, e 6938, de 31 de agosto de 1981; no Decreto Federal nº 99274, de 06 de junho de



1990; nas Resoluções CONAMA 001, de 23 de janeiro de 1986 e 04, de 18 de setembro de 1985; na Constituição Estadual; na Lei Orgânica do Município e nos Decretos Municipais 322, de 03 de março de 1976, e 8321, de 29 de dezembro de 1988,

### DECRETA:

Art. 1º - É criada a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Alto da Boa Vista, compreendendo o bairro do Alto da Boa Vista, parte do Parque Nacional da Tijuca e contendo zona de reserva florestal, constituída pelas áreas situadas acima da cota de 100m (cem metros). A zona de reserva florestal é considerada Zona Especial - 1 (ZE-1).

Art. 2º - São objetivos da APARU do Alto da Boa Vista:

- I - preservar, proteger e recuperar o ecossistema da Mata Atlântica existente;
- II - preservar, proteger e recuperar o patrimônio cultural do bairro;
- III - promover a compatibilização entre o aproveitamento do solo e a defesa do meio ambiente, mediante a revisão dos parâmetros de uso, ocupação e parcelamento do solo, de modo a garantir a defesa ambiental;
- IV - promover a regularização das favelas existentes, nos seus aspectos fundiário, urbanístico e ambiental;
- V - promover o controle do crescimento das favelas existentes;
- VI - estabelecer prioridades para projetos e ações, no seu

a-boavis.011



limite;

VII - proteger e recuperar os mananciais existentes;

VIII - implantar o seu sistema de gestão, para implemento das ações de preservação, proteção e recuperação ambiental.

Art. 3º - A tutela e a gestão da APARU do Alto da Boa Vista cabem ao órgão competente do Meio Ambiente, ouvido o órgão competente do Patrimônio Cultural, quando se tratar de defesa do Patrimônio Cultural.

§ 1º - O licenciamento de qualquer tipo de construção, modificação, acréscimo e demolição de construções existentes, de usos e atividades, está sujeito à prévia realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), assim como à aprovação do órgão competente do Meio Ambiente.

§ 2º - São vedados os seguintes usos e atividades nos limites da APARU, sem prévio Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e autorização do órgão competente:

1. desmatamento, extração de madeira e de vegetação características, bem como a retirada de espécimes vegetais;
2. utilização, perseguição, caça, apanha ou captura de animais, bem como a retirada de ovos, destruição de ninhos e de criadouros;

3. extração de recursos minerais;
4. alteração do perfil natural do terreno.

§ 3º - é proibido, nos limites da APARU:

1. o exercício de atividades capazes de provocar erosão ou assoreamento das coleções hídricas;
2. o exercício de atividades efetiva ou potencialmente causadoras de degradação ambiental.

Art. 4º - O Poder Executivo baixará a regulamentação da APARU do Alto da Boa Vista no prazo de 120 (cento e vinte) dias da publicação deste Decreto.

Parágrafo Único - O ato de regulamentação da APARU disporá sobre:

1. programa de recuperação das condições ambientais, contemplando reflorestamento, controle de desmatamento e proteção dos mananciais, rios e encostas;
2. programa de melhoria das condições da circulação viária;
3. criação de escritório técnico para a elaboração, desenvolvimento e acompanhamento de programas e projetos, bem como para acompanhamento das ações de fiscalização exercidas por outros órgãos da administração municipal, estadual e federal.

Art. 5º - Os estudos para a elaboração do ato de regulamentação

a-boavis.01i

da APARU do Alto da Boa Vista serão realizados por Grupo de Trabalho, criado no âmbito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, com a seguinte composição:

- I - Um Procurador da Procuradoria do Município do Rio de Janeiro;
- II - dois representantes da Superintendência do Meio Ambiente, um dos quais o coordenará;
- III - dois representantes da Coordenação de Habitação e Assuntos Fundiários da Superintendência de Planejamento Urbano;
- IV - dois representantes da Coordenação de Uso do Solo e Transportes da Superintendência de Planejamento Urbano;
- V - dois representantes da Coordenação da Área de Planejamento 2, da Superintendência de Planos Locais;
- VI - um representante do Departamento Geral do Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes;
- VII - um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- VIII - um representante da Divisão de Drenagem da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- IX - um representante da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB).

Parágrafo único - A critério do Coordenador, poderão ser convidados a integrar o Grupo de Trabalho representantes de outros órgãos da Administração



**ANEXO II**

1307/2003

PROJETO DE LEI

VOLTAR

Acompanhar Projeto



Final do Documento

## PROJETO DE LEI Nº 1307/2003

**EMENTA:  
REGULAMENTA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E  
RECUPERAÇÃO URBANA - APARU DO ALTO DA BOA  
VISTA.**

Autor(es): Poder Executivo

## A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

**DECRETA:**

Art. 1.º Fica instituída a regulamentação da Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana — APARU do Alto da Boa Vista, conforme determina o Decreto n.º 11.301, de 21 de agosto de 1992, com a área total de 3.232ha, cuja delimitação se encontra no Anexo I desta Lei.

§ 1.º A gestão da APARU do Alto da Boa Vista caberá a um Conselho Gestor a ser criado por instrumento específico, presidido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e composto, dentre outros, pelos diversos órgãos das administrações municipais, estaduais e federais afetos à área; por entidades científicas; representantes de associações de defesa do meio ambiente; representantes de associações comunitárias e representantes dos setores econômicos com atividade na área.

§ 2.º A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, órgão de tutela da APARU do Alto da Boa Vista, definirá o Plano de Manejo da Unidade de Conservação, consoante o Zoneamento Ambiental estabelecido nesta Lei e demais Planos de Manejo de outras Unidades de Conservação integrantes da APARU ou que, com esta, formem mosaico de Unidades de Conservação, ouvido o Conselho Gestor da APARU.

Art. 2.º São objetivos da regulamentação da APARU:

- I — estabelecer o Zoneamento Ambiental da APARU;
- II — estabelecer parâmetros ambientais e de uso e ocupação para a área em conformidade com os objetivos de criação da APARU;
- III — preservar a flora e a fauna, especialmente os exemplares raros e ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos, presentes no local;
- IV — proteger, recuperar e preservar os mananciais e cursos hídricos da área;
- V — estimular a recuperação da cobertura vegetal promovendo o restabelecimento da conectividade entre os fragmentos florestais e a área de floresta contígua e contínua ao Parque Nacional da Tijuca; e
- VI — assegurar as relações funcionais que o Sistema Florestal Montanhoso da APARU do Alto da Boa Vista mantém com a Cidade do Rio de Janeiro, a saber:
  - a) preservação dos mananciais de água, entre os quais os de reforço ao abastecimento da Cidade;
  - b) retenção das águas das chuvas;
  - c) retenção dos sedimentos;
  - d) controle de vazão dos rios, evitando enchentes nas baixadas;
  - e) regulação do microclima da região, proporcionando conforto ambiental para a população e manutenção da estabilidade das encostas, entre outras funções.

Art. 3.º Fica excluída dos limites da APARU do Alto da Boa Vista a área contida na subzona A-43, no bairro do Itanhangá, que continuará sendo regida pelas disposições do Decreto n.º 3.046, de 1981, ou o que vier a substituí-lo.

Art. 4.º Na área da APARU descrita no Anexo I, além do estabelecido no art. 3.º do Decreto n.º 11.301, de 1992, ficam proibidas quaisquer atividades degradadoras, potencialmente modificadoras, ou em desacordo com o Plano de Manejo, independentemente de autorização, tais como:

- I — loteamento, admitindo apenas o desmembramento e o remembramento de lotes e o grupamento residencial exclusivamente unifamiliar, conforme estabelecido nesta Lei;
- II — abertura de novos logradouros ou extensão de logradouros existentes;
- III — utilização de fogo para destruição de lixo, em práticas agrícolas e pecuárias e a queima de fogos de artifício;
- IV — lançamento de efluentes sem o devido tratamento;
- V — vazamento de resíduos sólidos; e
- VI — transporte de produtos perigosos.

Art. 5.º Toda e qualquer ação de implantação, ampliação ou alteração de redes, equipamentos e infra-estrutura de serviços públicos ou privados deverá ser submetida ao órgão de tutela da APARU e só poderá ser executada mediante autorização deste, que poderá solicitar a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental — EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental — RIMA ou Relatório de Impacto sobre Vizinhança — RIV.

Art. 6.º Na área da APARU, qualquer obra de construção, acréscimo ou demolição deverá ser submetida ao órgão de tutela, que poderá solicitar a anuência dos órgãos de proteção ao patrimônio cultural ou outros que forem julgados necessários.

Art. 7.º A coleta de exemplares da fauna e da flora silvestre na área da APARU será permitida apenas para pesquisas científicas previamente autorizadas, conforme Regulamento específico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e em acordo com o Zoneamento Ambiental e com o Plano de Manejo da Unidade de Conservação Ambiental.

Art. 8.º Visando a disciplinar o uso e a ocupação na APARU do Alto da Boa Vista, fica estabelecido o seguinte Zoneamento Ambiental para a área, conforme os Anexos II e III desta Lei:

- I — Zona de Vida Silvestre — ZVS;
- II — Zona de Recuperação Ambiental — ZRA; e
- III — Zona de Ocupação Controlada — ZOC.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, as áreas do Parque Nacional da Tijuca e do Parque Henrique Lage incluídas na APARU serão classificadas como Zonas de Conservação Ambiental — ZCA, conforme definido no art. 106 do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro — Lei Complementar n.º 16, de 1992, prevalecendo para as mesmas os parâmetros ambientais e de uso e ocupação definidos pelos Planos de Manejo específicos daquelas Unidades de Conservação.

Art. 9.º As Zonas de Vida Silvestre — ZVS caracterizam-se por serem áreas destinadas a garantir espaço e integridade aos ecossistemas de mata Atlântica presentes na área da APARU.

§ 1.º As Zonas de Vida Silvestre — ZVS estão divididas em Zona de Conservação da Vida Silvestre — ZCVS e Zona de Preservação da Vida Silvestre — ZPVS.

§ 2.º Exceutam-se das limitações estabelecidas para a ZVS os lotes mencionados no art. 38 desta Lei.

Art. 10. As Zonas de Preservação da Vida Silvestre — ZPVS compreendem principalmente as áreas ocupadas por Florestas Climax, Florestas Secundárias e áreas de Alta Suscetibilidade a Movimentos de Massa identificadas no diagnóstico ambiental da APARU e, como tal, têm caráter de reserva, destinando-se também a formar Zonas de Amortecimento ao Parque Nacional da Tijuca, ao Jardim Botânico, ao Parque Henrique Lage e ao Parque da Cidade.

Art. 11. Nas ZPVS serão permitidas, mediante autorização do órgão de tutela da APARU, apenas:

- I — manutenção ou recuperação de trilhas existentes para caminhadas;
- II — ações de recuperação ambiental; e
- III — realização de pesquisas científicas.

Art. 12. As Zonas de Conservação da Vida Silvestre — ZCVS caracterizam-se como Áreas de Recuperação Florestal e Integração Ecológica e, funcionalmente, constituem um prolongamento da Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Tijuca, onde serão permitidas apenas atividades de apoio aos objetivos da ZVS, tais como:

- I — ações de proteção ambiental;



II — ecoturismo e educação ambiental;

III — recuperação ambiental;

IV — construção de instalações de apoio à ZVS;

V — implantação ou recuperação de trilhas existentes para caminhadas; e

VI — realização de pesquisas científicas.

Parágrafo único. Os projetos, programas e atividades a serem desenvolvidos na ZCVS deverão ser submetidos ao órgão de tutela da APARU e deverão evitar a impermeabilização e compactação do solo, a alteração do perfil natural do terreno e a remoção da vegetação nativa.

Art. 13. As Zonas de Recuperação Ambiental — ZRA têm caráter transitório e compreendem as áreas de ocupação irregular de baixa densidade, com até cem unidades residenciais existentes na APARU na data desta Lei.

§ 1.º O poder público deverá promover o reassentamento das favelas situadas nas ZRA, conforme o estabelecido para a matéria no art. 138 do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro — Lei Complementar n.º 16, de 1992.

§ 2.º Para o cumprimento das disposições do § 1.º, o Poder Público deverá disponibilizar bens dominicais na área da APARU, bem como deverá buscar financiamentos para a desapropriação de imóveis, a construção de novas residências e o aproveitamento e a adequação de edificações existentes.

§ 3.º Após a efetiva remoção das favelas situadas nas ZRA, as áreas serão consideradas, para efeito de Zoneamento Ambiental, como Zonas de Conservação da Vida Silvestre — ZCVS.

Art. 14. As Zonas de Ocupação Controlada — ZOC são as áreas da APARU onde a ocupação urbana já é consolidada ou as áreas passíveis de ocupação.

Art. 15. As Zonas de Ocupação Controlada subdividem-se conforme sua localização, seus parâmetros ambientais, de uso e ocupação em:

I — Zona de Ocupação Controlada 1 — ZOC 1;

II — Zona de Ocupação Controlada 2 e 2A — ZOC 2 e ZOC 2A;

III — Zona de Ocupação Controlada 3 — ZOC 3;

IV — Zona de Ocupação Controlada 4 — ZOC 4; e

V — Zona de Ocupação Controlada 5 — ZOC 5.

Art. 16. A área útil mínima das unidades residenciais na área da APARU será de cinquenta metros quadrados.

Art. 17. Para efeito desta Lei, a Área Permeável é a área do lote a ser deixada livre de pavimentação ou construção em qualquer nível para garantia de permeabilidade do solo, não se admitindo edificações, construções, quadras, piscinas e equipamentos de apoio às atividades de esporte e lazer e pavimentações destinadas a estacionamento, a vias de acesso comuns ou particulares, a trilhas e a toda forma de alteração do meio ambiente natural.

Art. 18. Será permitida a construção de grupamento residencial exclusivamente unifamiliar nas ZOC 1, ZOC 2, ZOC 2A e ZOC 3.

Art. 19. A construção de grupamento residencial exclusivamente unifamiliar nas ZOC 1, ZOC 2, ZOC 2A e ZOC 3 deverá atender às seguintes limitações, além daquelas específicas de cada ZOC:

I — número máximo de unidades: doze; e

II — toda a área excedente a dez mil metros quadrados do lote deverá ser transformada em Reserva Particular de Arborização e averbada com tal gravame no Registro Geral de Imóveis, tendo a finalidade precípua de conservação sob a responsabilidade dos proprietários.

Art. 20. As testadas mínimas definidas para cada ZOC valerão também para os lotes com testadas em curva.

Art. 21. A Área Total Edificada — ATE será calculada pela fórmula  $ATE = S \times IAT$ , onde S é a área do lote e o Índice de Aproveitamento do Terreno — IAT foi estabelecido para cada ZOC.

Art. 22. Será permitida a construção de edícula, limitada sua área em dez por cento da área de projeção da edificação, atendidos, porém, para o conjunto, o gabarito máximo, a área livre mínima e o afastamento mínimo estabelecido para cada Zona, além de ter sua área computada na ATE.

Art. 23. As disposições relativas ao cálculo do número de vagas para estacionamento obedecerão ao disposto no Decreto n.º 322, de 3 de março de 1976.

Art. 24. As Zonas de Ocupação Controlada 1 — ZOC 1 caracterizam-se por serem as áreas de ocupação urbana já consolidadas da APARU do Alto da Boa Vista.

Art. 25. As ZOC 1 possuem os seguintes parâmetros de uso e ocupação:

I — critérios para desmembramento:

a) lote mínimo: trezentos e sessenta metros quadrados; e

b) testada mínima: doze metros.

II — critérios para edificação:

a) residencial: unifamiliar, bifamiliar, multifamiliar e grupamento residencial exclusivamente unifamiliar;

b) comercial e serviços: atividades relacionadas ao turismo e lazer ecológico; ateliês, galerias de arte e museus; centros de pesquisa e tecnologia; clínicas fisioterápicas; institutos de beleza, estabelecimentos de ensino não seriado; pousadas; restaurantes; sedes administrativas (sem comércio, armazenagem ou depósito), asilos, orfanatos, colônias de férias, creches, clínicas geriátricas de repouso e clubes.

c) número de pavimentos: três pavimentos de qualquer natureza;

d) altura máxima das edificações: onze metros, incluindo todos os elementos construtivos da edificação, contados paralelamente em relação ao perfil natural do terreno;

e) afastamento mínimo frontal: três metros;

f) afastamento mínimo lateral: um metro e cinquenta centímetros;

g) área livre mínima: sessenta e cinco por cento da área do lote;

h) área permeável: trinta e cinco por cento da área livre do lote;

i) IAT: um; e

j) número máximo de unidades em edificações multifamiliares: seis.

Art. 26. As Zonas de Ocupação Controlada 2 e 2A — ZOC 2 e ZOC 2A caracterizam-se por serem as áreas da APARU do Alto da Boa Vista passíveis de ocupação urbana, porém de menor grau de intensidade.

Art. 27. A ZOC 2 possui os seguintes parâmetros de uso e ocupação:

I — critérios para desmembramento:

a) lote mínimo: mil metros quadrados; e

b) testada mínima: vinte metros.

II — critérios para edificação:

a) residencial: unifamiliar, bifamiliar, multifamiliar e grupamento residencial exclusivamente unifamiliar;

b) comercial e serviços: atividades relacionadas ao turismo e lazer ecológico; ateliês, galerias de arte e museus; centros de pesquisa e tecnologia; clínicas fisioterápicas; institutos de beleza, estabelecimentos de ensino não seriado; pousadas; restaurantes; sedes administrativas (sem comércio, armazenagem ou depósito), asilos, orfanatos, colônias de férias, creches, clínicas geriátricas de repouso e clubes;

- c) números de pavimentos: três pavimentos de qualquer natureza;
- d) altura máxima das edificações: onze metros, incluindo todos os elementos construtivos da edificação, contados em relação ao nível natural do terreno;
- e) afastamento frontal: cinco metros;
- f) afastamento lateral: três metros;
- g) IAT: 0,7;
- h) área livre mínima: oitenta por cento da área do lote;
- i) área permeável: setenta e cinco por cento da área livre do lote; e
- j) número máximo de unidades por edificação multifamiliar: dez.

Art. 28. Os lotes existentes em ZOC 2 com áreas menores do que estabelecido nesta Lei obedecerão aos critérios para desmembramento e edificação determinados para os lotes da ZOC 1.

Art. 29. A ZOC 2A possui os seguintes parâmetros de uso e ocupação:

I — critérios para desmembramento:

- a) lote mínimo: três mil metros quadrados; e
- b) testada mínima: vinte metros.

II — critérios para edificação:

- a) residencial: unifamiliar, bifamiliar, multifamiliar e grupamento residencial exclusivamente unifamiliar;
- b) comercial e serviços: atividades relacionadas ao turismo e lazer ecológico; ateliês, galerias de arte e museus; centros de pesquisa e tecnologia; clínicas fisioterápicas; institutos de beleza, estabelecimentos de ensino não seriado; pousadas; restaurantes; sedes administrativas (sem comércio, armazenagem ou depósito), asilos, orfanatos, colônias de férias, creches, clínicas geriátricas e de repouso e clubes

- c) número de pavimentos: três pavimentos de qualquer natureza;
- d) altura máxima das edificações: onze metros, incluindo todos os elementos construtivos da edificação, contados em relação ao nível natural do terreno;
- e) afastamento frontal: cinco metros;
- f) afastamento lateral: três metros;
- g) AI: 0,5;
- h) área livre mínima: oitenta por cento da área do lote;
- i) área permeável: noventa por cento da área livre do lote; e
- j) número máximo de unidades por edificação multifamiliar: dez.

Art. 30. Os lotes existentes em ZOC 2A com áreas menores do que estabelecido nesta Lei obedecerão ao determinado para os lotes da ZOC 2.

Art. 31. As Zonas de Ocupação Controlada 3 — ZOC 3 caracterizam-se por serem as áreas da APARU de uso prioritariamente residencial, limitrofes às áreas ocupadas por importantes remanescentes de cobertura florestal.

Art. 32. As ZOC 3 possuem os seguintes parâmetros de uso e ocupação:

I — critérios para desmembramento:

- a) lote mínimo: dez mil metros quadrados; e
- b) testada mínima: cinquenta metros.

II — critérios para edificação:

- a) residencial: unifamiliar, bifamiliar e grupamento residencial exclusivamente unifamiliar;
- b) comercial e serviços: asilos, colônias de férias, clínicas geriátricas e de repouso, orfanatos;

- c) número de pavimentos: dois pavimentos de qualquer natureza;
- d) altura máxima das edificações: nove metros, incluindo todos os elementos construtivos da edificação, contados em relação ao nível natural do terreno;
- e) afastamento frontal: cinco metros;
- f) afastamento lateral: três metros;
- g) AI: 0,1;
- h) área livre mínima: noventa por cento da área do lote;
- i) área permeável: noventa por cento da área livre mínima.

Art. 33. As Zonas de Ocupação Controlada 4 — ZOC 4 caracterizam-se por serem áreas limitrofes ou ocupadas por significativos remanescentes de cobertura vegetal ou áreas suscetíveis a movimentos de massa e, como tal, possuem maiores restrições à ocupação urbana.

Art. 34. As ZOC 4 possuem os seguintes parâmetros de uso e ocupação:

I — critérios para desmembramento:

- a) lote mínimo: dez mil metros quadrados; e
- b) testada mínima: cinquenta metros.

II — critérios para edificação:

- a) residencial: unifamiliar e bifamiliar;
- b) número de pavimentos: dois pavimentos de qualquer natureza;
- c) altura máxima das edificações: nove metros, incluindo todos os elementos construtivos da edificação, contados em relação ao nível natural do terreno;
- d) afastamento frontal: cinco metros;
- e) afastamento lateral: quatro metros;
- f) IAT: 0,1;
- g) área livre mínima: noventa por cento da área do lote e
- h) área permeável: noventa por cento da área livre do lote.

Art. 35. Os lotes existentes situados nas ZOC 3 e 4 com áreas mínimas inferiores ao estabelecido nesta Lei obedecerão aos seguintes critérios:

I — áreas livres mínimas:

- a) lotes com área até mil metros quadrados: oitenta por cento da área do lote;

18/03/2018

## Projeto de Lei

- b) lotes com área superior a mil metros quadrados e até dois mil metros quadrados: oitenta e cinco por cento da área do lote; e
- c) lotes com área superior a dois mil metros quadrados e inferior a dez mil metros quadrados: noventa por cento da área do lote.

II — IAT:

- a) lotes com área até mil metros quadrados: 0,5;
- b) lotes com área superior a mil metros quadrados e até dois mil metros quadrados: 0,4; e
- c) lotes com área superior a dois mil metros quadrados e inferior a dez mil metros quadrados: 0,2.

III — Área permeável:

- a) lotes com área até mil metros quadrados: oitenta por cento da área livre do lote;
- b) lotes com área superior a mil metros quadrados e até dois mil metros quadrados: noventa por cento da área livre do lote;
- c) lotes com área superior a dois mil metros quadrados e inferior a dez mil metros quadrados: noventa e cinco por cento da área livre do lote.

IV — afastamento frontal:

- a) cinco metros: para todos os tamanhos de lote.

V — afastamento lateral:

- a) um metro e cinquenta centímetros: para lotes com área inferior a mil metros quadrados; e
- b) três metros: para lotes com área superior a mil metros quadrados.

Art. 36. As Zonas de Ocupação Controlada 5 — ZOC 5 caracterizam-se por serem as áreas de ocupação irregular da APARU do Alto da Boa Vista, objeto dos programas de regularização da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. Os parâmetros de uso e ocupação de cada área serão definidos por projeto específico a cargo da Secretaria Municipal de Habitação e deverão ser submetidos à análise da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 37. Serão permitidos os usos contidos no Anexo IV desta Lei para os lotes existentes com testadas localizadas nos seguintes logradouros: Av. Édson Passos, trecho inicial entre os números 15 e 137 (inclusive); Rua Boa Vista, lado par, do número 132 ao número 146 (inclusive), lado ímpar, do número 97 ao número 137 (inclusive); Estrada de Furnas, lado ímpar, do número 1.041 ao número 1.275 (inclusive); Estrada do Itapecuru, em toda a sua extensão; Estrada do Maracá, em toda a sua extensão e Estrada do Açude, trecho inicial, lado ímpar, do número 41 ao número 67.

Parágrafo único. Os critérios para desmembramento e edificação serão os mesmos da ZOC onde estiver localizado o lote.

Art. 38. Para os lotes existentes e devidamente registrados no Registro Geral de Imóveis, na data desta Lei, inseridos integralmente em ZCVS e ZPVS, serão utilizados os parâmetros da ZOC 4 de acordo com diretrizes a serem expedidas pelo órgão de tutela da APARU.

Parágrafo único. Para os lotes existentes, inseridos parcialmente em ZPVS E ZCVS, com trecho situado em qualquer ZOC, prevalecerão as condições da referida ZOC apenas no trecho atingido pela mesma.

Art. 39. A transformação de uso de edificações existentes na APARU do Alto da Boa Vista na data desta Lei será condicionada à:

- I — manutenção da Taxa de Ocupação e ATE existentes;
- II — manutenção ou acréscimo do índice existente de permeabilidade do terreno em conformidade com os índices de Área Permeável definidos para a Zona onde se situa a edificação;
- III — manutenção da vegetação de porte arbóreo de qualquer natureza e de porte arbustivo nativa;
- IV — recuperação ambiental de áreas degradadas; e

V — readequação do encaminhamento dos efluentes sanitários a dispositivos de coleta, tratamento e disposição final, projetados em conformidade com as normas da ABNT e da concessionária do serviço público de esgotamento sanitário, com a anuência da Fundação Rio-Águas e da SMAC.

Art. 40. A transformação de uso das edificações tombadas ou preservadas, incluindo para o uso residencial bifamiliar e multifamiliar, deverão respeitar os elementos protegidos pelo tombamento ou pelo ato de preservação.

§ 1.º A obra de reforma e adaptação somente será licenciada após a manifestação favorável dos órgãos responsáveis pelo ato de tombamento ou de preservação.

§ 2.º A obra de reforma e adaptação garantirá boas condições de segurança, higiene, uso e habitabilidade da edificação.

§ 3.º A obra de reforma e adaptação respeitará especialmente a volumetria da edificação e os elementos morfológicos originais das fachadas e dos telhados, permitindo-se:

- I — a modificação nos telhados para a abertura de clarabóias, para abastecimento de água e para prismas de ventilação e iluminação, mantido o material e a volumetria originais da cobertura; e
- II — alterações internas desde que seja mantida a funcionalidade da cobertura e fachadas, o acesso livre aos seus vãos de iluminação e ventilação, sem que nenhum elemento interno interfira em qualquer segmento da fachada.

§ 4.º A iluminação e a ventilação das edificações de que trata este artigo deverão obedecer aos seguintes critérios:

- I — as aberturas nos prismas de ventilação e iluminação poderão se dar em qualquer dos seus lados; e
- II — as dimensões dos compartimentos não estarão limitadas, mesmo que a iluminação se verifique por uma só de suas faces, desde que atendidas as exigências de área para o vão de ventilação e iluminação.

§ 5.º É permitida a construção de mezanino, jirau, ou qualquer outro tipo de entrepiso, não sendo considerados como pavimentos desde que observadas as seguintes disposições:

- I — ocupe, no máximo, cinquenta por cento da área do compartimento em que for construído;
- II — não caracterize compartimento fechado por paredes ou divisórias de qualquer espécie;
- III — não impeça ou prejudique a iluminação e a ventilação do compartimento em que for construído;
- IV — tenha altura mínima de dois metros e vinte centímetros, restando a mesma altura mínima para o compartimento abaixo de sua projeção;
- V — tenha altura mínima de um metro e trinta centímetros no seu ponto mais baixo quando localizado abaixo do caimento de telhados.

Art. 41. A transformação de uso das edificações tombadas ou preservadas, quando destinadas ao uso multifamiliar, fica desobrigada das seguintes exigências:

- I — circulação coletiva interna e circulação interna de ligação entre pavimentos, podendo ser os acessos feitos de forma independente;
- II — patamar intermediário nas escadas de uso coletivo, não sendo permitidas escadas do tipo "marinheiro" e "caracol";
- III — portaria, apartamento para porteiro, local para administração e área de recreação;
- IV — dimensões mínimas de área e largura dos compartimentos habitáveis e não habitáveis desde que atendida a área útil mínima de cinquenta metros quadrados de cada unidade residencial;
- V — larguras mínimas e comprimentos máximos das circulações de um mesmo nível e entre diferentes níveis;
- VI — elevador para edificações cuja diferença de altura entre o nível de soleira e o último piso seja inferior a treze metros;
- VII — largura mínima para os vãos de iluminação e ventilação, atendidas as exigências de área mínima, para os compartimentos iluminados e ventilados por uma só de suas faces; e
- VIII — acesso livre a todas as vagas de estacionamento de veículos, podendo ser utilizados os afastamentos para estacionamento descoberto.

Art. 42. Para o licenciamento de qualquer uso ou atividade poderão ainda ser exigidos, a critério do órgão de tutela da APARU:

- I — inventário botânico da área;

18/03/2018

Projeto de Lei

II — levantamento topográfico indicando as declividades do terreno;

III — estudo de avaliação do porte do estabelecimento e Relatório de Impacto de Vizinhança — RIV;

IV — estudo de impacto no sistema viário;

V — restrição quanto ao horário de funcionamento;

VI — limitação do porte do estabelecimento;

VII — tratamento acústico adequado;

VIII — exigências específicas quanto aos demais elementos determinantes da relação da edificação com o entorno, tais como os relativos a carga e descarga, acesso e localização de vagas de estacionamento, localização de quadras esportivas e arborização;

IX — exigência de medidas compensatórias ou mitigadoras; ou

X — estudo do impacto da drenagem pluvial do empreendimento, conforme consulta prévia à Fundação Rio-Águas.

Parágrafo único. A aplicação de medidas compensatórias, quando não forem feitas no mesmo terreno, deverão ocorrer dentro da APARU, em áreas a serem indicadas pelo órgão de tutela.

Art. 43. A elaboração de projeto de agrupamento residencial exclusivamente unifamiliar ou qualquer outro empreendimento que possa implicar a necessidade de implantação de via interna para as ZOC 1, 2, 2A e 3 será precedida de fixação de diretrizes ambientais e urbanísticas definidas pelo órgão de tutela da APARU, onde serão analisados, dentre outros, os seguintes aspectos:

I — ambientais:

a) geologia (englobando aspectos geomorfológicos, pedológicos, litológicos, hidrológicos e geoestruturais);

b) topografia;

c) drenagem; e

d) cobertura vegetal.

II — urbanísticos:

a) uso do solo;

b) sistema viário implantado e projetado e capacidade de geração de tráfego do empreendimento; e

c) demanda por equipamento público comunitário e infra-estrutura urbana.

§ 1.º Para a fixação das diretrizes relacionadas no *caput*, o órgão de tutela da APARU deverá consultar, dentre outros, os seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Urbanismo, Fundação GEO-RIO, Fundação Rio-Águas e CET-RIO, tendo um prazo máximo para a definição de diretrizes de noventa dias, findo o qual o requerente poderá apresentar o projeto independentemente da fixação de diretrizes.

§ 2.º Para a fixação de diretrizes, o interessado deverá apresentar o levantamento planialtimétrico do terreno em escala maior ou igual a 1:1.000, com curvas de nível de metro em metro, destacando os divisores de águas, as nascentes e as linhas de drenagem, quando existirem, acompanhado de laudo geológico-geotécnico elaborado por profissional legalmente habilitado, indicando as características do meio físico, a prevenção de riscos geotécnicos e ambientais, considerando a área de influência, mesmo que esta exceda os limites do terreno (lote), e com a descrição da tipologia do empreendimento pretendido.

§ 3.º As diretrizes terão validade pelo prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação de seu resumo no Diário Oficial do Município, sendo que, nesse período, o requerente deverá apresentar o projeto para sua aprovação.

Art. 44. A apresentação de projetos para a ZOC 4 deverá ser acompanhada de laudo geológico-geotécnico elaborado por profissional legalmente habilitado, indicando a prevenção de riscos geotécnicos frente às características locais e considerando sua área de influência, mesmo que exceda os limites do lote em consideração.

Art. 45. As casas de festas existentes até a data da publicação desta Lei terão o prazo de noventa dias para serem regularizadas.

Parágrafo único. Para a regularização de que trata o *caput*, as casas de festas deverão ser submetidas a exigências de medidas mitigadoras quanto ao controle de poluição (sonora, do ar, da água, do solo e por vibração), estacionamento e geração de tráfego.

Art. 46. As vias internas deverão ter declividades longitudinais máximas de quinze por cento, largura máxima da caixa de rua de quatro metros e cinquenta centímetros, largura mínima da caixa de rua de três metros e cinquenta centímetros, quando servir a até seis unidades e deverão ser dotadas de meio-fio e sarjetas devidamente protegidos contra processos erosivos.

§ 1.º Excepcionalmente, poderão ser admitidas vias internas com declividades superiores ao estabelecido no *caput* em trechos que não ultrapassem cinquenta metros de extensão e desde que seu traçado contenha área(s) de espera e receba pavimentação especial que assegure a proteção contra processos erosivos.

§ 2.º A extensão máxima das vias internas deverá ser limitada pelas condições físicas dos terrenos, de acordo com as diretrizes específicas a serem estabelecidas no seu licenciamento e terá sua área computada na ATE.

Art. 47. Será admitida a ocorrência de vias de pedestres sob a forma de rampa ou escadaria como trajetos alternativos aos passeios ao longo das vias internas de circulação de veículos desde que tenham, no máximo, dois metros de largura e sejam devidamente protegidas contra processos erosivos.

§ 1.º Nos casos em que forem utilizados materiais impermeáveis, as rampas e escadarias terão sua área computada na ATE.

§ 2.º Nos casos de adoção do *caput*, será dispensada a obrigatoriedade de passeio público (calçada) ao longo das vias internas de circulação de veículos.

Art. 48. No planejamento e execução de projetos de qualquer natureza deverão ser minimizados os cortes e aterros, restringindo o movimento de terra.

Parágrafo único. As camadas superficiais de solo argiloso e de solo orgânico das áreas que sofrerem cortes, aterros ou terraplanagem deverão ser removidas e estocadas para posterior utilização na proteção superficial do terreno e recomposição da cobertura vegetal.

Art. 49. Todas as construções e instalações situadas na área da APARU do Alto da Boa Vista deverão contar com sistema de coleta e tratamento eficiente de esgotos, que deverá funcionar dentro das especificações legais e garantir que a destinação dos efluentes ao corpo hídrico receptor seja precedida de tratamento secundário com redução de, no mínimo, noventa e cinco por cento da DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio).

§ 1.º No caso da implantação de sistemas coletivos de tratamento de efluentes sanitários, caberá ao empreendedor, com anuência expressa da concessionária de serviço público de esgotamento sanitário e da Fundação Rio-Águas, constituir pessoa jurídica para operar o sistema e responsabilizar-se pelo seu perfeito funcionamento.

§ 2.º Não sendo possível realizar o lançamento dos efluentes sanitários tratados no corpo receptor ou no sistema público de águas pluviais, em terrenos cuja a constituição geológica permita a perfeita infiltração dos mesmos, será permitida a utilização de sumidouros ou valas de infiltração desde que atendidas as seguintes condições:

I — os terrenos deverão apresentar declividade máxima de vinte por cento; e

II — não exista risco de contaminação para lençol d'água ou para possíveis aquíferos localizados no entorno imediato, conforme estudo a ser submetido à aprovação da Fundação Rio-Águas.

Art. 50. Nas ZOC deverão ser tomadas medidas a fim de garantir a infiltração no solo das águas de origem pluvial captadas por fachadas e telhados das edificações.

§ 1.º As áreas de estacionamento a céu aberto pavimentação em material permeável ou semipermeável, deverão ter

§ 2.º As medidas determinadas por este artigo não eliminam a obrigação do projeto de drenagem de águas captadas por outros elementos construtivos ou de áreas situadas à jusante cuja drenagem (natural ou construída) já interfira no terreno em consideração.

Art. 51. Os projetos de arborização e paisagismo para terrenos situados nas ZOC deverão procurar empregar espécies típicas da flora local, seguindo os seguintes critérios quanto ao número de espécies nativas e fração da área verde projetada:

I — em número de espécies nativas a serem empregadas: no mínimo, setenta por cento; e

II — em área verde projetada: no mínimo, oitenta por cento da mesma deverá ser ocupada por espécies nativas.

Art. 52. Os projetos de iluminação pública implantados ou a serem implantados dentro dos limites da APARU dever-se-ão limitar às vias e áreas de convívio público, empregando sistemas com tecnologia de menor atratividade à fauna.

18/03/2018

## Projeto de Lei

Parágrafo único. Todo e qualquer projeto de iluminação não previsto no *caput* deverá ser submetido ao órgão de tutela da APARU.

Art. 53. Os ruídos decorrentes de qualquer atividade instalada na APARU não poderão exceder, no ambiente externo, o nível sonoro permitido em Zona Residencial Exclusivamente Unifamiliar.

Art. 54. O órgão de tutela da APARU deverá desenvolver projeto de reflorestamento em áreas degradadas de ZVS, visando à formação, em curto prazo, de densa cobertura do solo e utilizando prioritariamente espécies nativas autóctones.

Parágrafo único. O projeto de reflorestamento deverá prever a construção de aceiros.

Art. 55. As isenções tributárias previstas na legislação pertinente serão concedidas em percentual equivalente ao da área do lote ou fração ideal de terreno situada em ZVS desde que exista remanescente de vegetação nativa ou esteja sendo executado projeto de reflorestamento pelo órgão de tutela da APARU, ou reconhecido por este.

Art. 56. As infrações à presente Lei, bem como às demais normas de proteção ambiental, sujeitarão os infratores às sanções legais cabíveis, sem prejuízo da obrigação de reparação e indenização dos danos.

Parágrafo único. A renovação de licença de usos ou atividades tolerados deverá ser submetida ao órgão de tutela da APARU, que, ouvido o Conselho Gestor, poderá definir exigências específicas para a sua manutenção ou o prazo para seu cessamento.

Art. 57. O Departamento Geral de Patrimônio Cultural — DGPC da Secretaria Municipal das Culturas, a partir da publicação da presente Lei, procederá, no prazo máximo de cento e oitenta dias, a estudos para definição de medidas de proteção relativas às áreas integradas pelos imóveis existentes na APARU que terão regime urbanístico equivalente à Área de Proteção do Patrimônio Cultural — APAC e serão instituídas por ato do Poder Executivo.

Art. 58. A Coordenadoria Técnica de Urbanismo — CTU da Secretaria Municipal de Urbanismo, a partir da publicação da presente Lei, procederá, no prazo máximo de cento e oitenta dias, à revisão dos alinhamentos das vias existentes e projetadas, respeitando as medidas de proteção ambiental expressas na presente Lei, sobretudo o Zoneamento Ambiental e as condições de uso e ocupação definidas nesta Lei.

Parágrafo único. O resultado da revisão prevista no *caput* será expresso em uma Planta de Alinhamento Projetado, com coordenadas UTM, e será instituído por ato do Poder Executivo.

Art. 59. O transporte rodoviário de produtos perigosos, conforme estabelecido em legislação própria, deverá ser restritivo na área da APARU do Alto da Boa Vista, conforme regulamentação a ser criada para a Cidade do Rio de Janeiro, a qual estabelecerá, dentre outras providências, as medidas necessárias à implementação da sinalização e da fiscalização viária para este fim.

Art. 60. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 61. Fica revogado o parágrafo único do art. 1.º do Decreto n.º 11.301, de 21 de agosto de 1992.

## ANEXO I

## DELIMITAÇÃO DA APARU DO ALTO DA BOA VISTA (\*)

Do final da Estrada do Excelsior; por esta (incluída) até o ponto de cota 658,8m, e pela cumeada da Serra dos Três Rios, passando pelos pontos de cota 687m, 861,2m e 794,6m até o ponto mais alto do Pico da Tijuca (cota 1.022,6m); pela cumeada, passando pelos pontos de cota 742,2m, 751,6m e 957,7m até o ponto de cota 987,2m no Morro do Bico do Papagaio; daí, em direção Sul, passando pelos pontos de cota 860,2m e 975,3m, até o ponto de cota 811,6m no Morro da Taquara; deste ponto, por uma linha reta, em direção Sul até o ponto de coordenadas aproximadas: 7.458.000 e 674.150, por este toma a direção Leste até o ponto de coordenadas aproximadas: 7.458.000 e 674.460, toma a direção Sul até cruzar com a curva de nível de 100m; segue por esta curva de nível, no sentido Leste, cruza o Rio Cachoeira e continua por ela até encontrar a linha reta que une o ponto de coordenadas aproximadas 7.457.000 e 674.460, ao ponto culminante (698,6m) do Morro da Pedra Bonita; segue por esta linha reta até o ponto 698,6m, no Morro da Pedra Bonita; daí, descendo e subindo os espigões na direção Nordeste, passando pelo ponto de cota 496,9m, até o ponto de cota 547,4m; daí atravessando a Estrada da Pedra Bonita em direção ao Morro do Cochrane, passando pelos pontos de cota 421,4m, 396,3m e 704,5m até o seu ponto mais alto (cota 718,3m); daí pela cumeada, passando pelo ponto de cota 678,7m em direção ao Parque da Cidade (todo excluído), e excluindo a Estrada Santa Marinha, até encontrar a curva de nível de 100m, por esta (excluindo a Rua Osório Duque Estrada); circundando a bacia do Rio dos Macacos e atravessando a Estrada Dona Castorina, na direção do final da Rua Euclides Figueiredo (excluída); daí, em linha reta, subindo a vertente do Morro do Corcovado, até atingir o Monumento do Cristo Redentor (excluído, cota 703,7m); daí, pela Estrada de Ferro Corcovado (excluída), até o Largo das Palmeiras (excluído); deste ponto, em direção Norte, subindo e descendo os espigões das serras da Formiga e da Lagoinha (incluindo a Estrada do Sumaré), passando pelo ponto de cota 625,3m, até o ponto de cota 276,5m no entroncamento da Estrada Dom Joaquim Mamede com a Estrada do Sumaré. A partir deste ponto segue pela Estrada do Sumaré (incluída), no sentido Oeste, até cruzar com a curva de nível de 300m; daí, pela curva de nível de 300m, contornando os morros do Salgueiro e da Formiga, até encontrar o prolongamento que parte do primeiro alinhamento da Avenida Edson Passos; por este, até o entroncamento da Rua Conde de Bonfim, com a Avenida Edson Passos; pelo eixo desta avenida até a Rua Doutor Catrambi; por esta (incluída); Rua Ângelo dos Reis (incluída); Rua Caetano de Campos (incluída); Rua Custódio Corrêa (incluída) até o seu final; daí, segue pelo talvegue do Rio São João, derivando em direção ao Morro do Anhangera (ponto de cota 698,7m) e, a partir deste ponto, seguindo até o final da Estrada do Excelsior (mirante), ponto de partida.

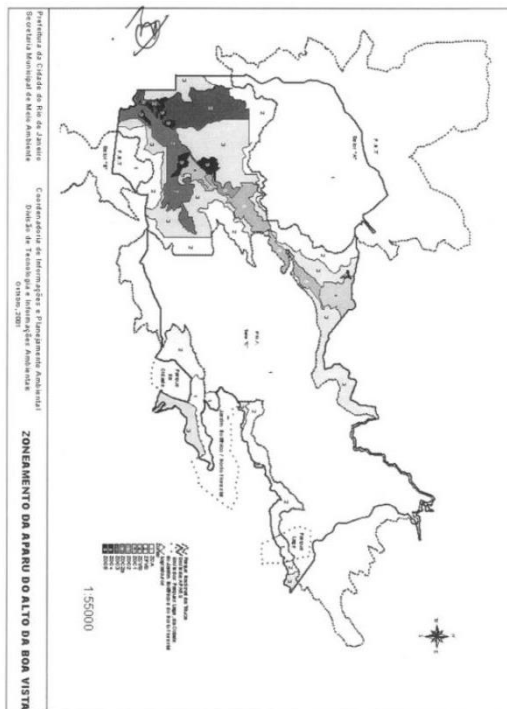
(\*) Mapa Referência:

Base Cartográfica do Município do Rio de Janeiro;

Escala: 1:10.000;

Vão: maio a julho de 1999;

Datum Horizontal: SAD 69 – M.G. – I.B.G.E.



ANEXO III

## ZONEAMENTO DA APARU DO ALTO DA BOA VISTA

18/03/2018

Projeto de Lei

**- DELIMITAÇÃO DOS POLÍGONOS -****I) ZPVS****1) Polígono n.º 1 : ( FOLHA 286-F )**

Inicia-se no ponto de cruzamento do Rio Taquara com o limite da APARU/ABV. Sob o rio até o ponto de interseção deste com a curva de nível de 560m. Segue por esta até seu cruzamento com a coordenada aproximada (horizontal) 7.459.450 m. Segue por esta, no sentido Leste, até cruzar com a curva de nível de 350m. Segue por esta e toma a direção Leste, até seu cruzamento com o afluente (riacho) da margem esquerda do Rio do Açude. Deste ponto, segue por uma reta, no sentido Norte, cruza a Estrada do Açude e prossegue até encontrar a curva de nível de 425 metros. Segue por esta, no sentido Leste, até encontrar o limite do Parque Nacional da Tijuca (P.N.T.). Segue por este, no sentido Oeste, até cruzar com o limite da APARU/ABV, próximo aos morros do Cipó e Taquara. Segue por este no sentido Sul até o ponto inicial.

**2) Polígono n.º 2 : ( FOLHAS 286-F e 286-D )**

Inicia-se próximo ao portão do Parque Nacional da Tijuca (P.N.T.), na Praça Afonso Viseu, no ponto de interseção da curva de nível de 365 m com a linha limite do P.N.T. Segue por esta curva de nível, no sentido Leste e prossegue, até cruzar com a coordenada aproximada (horizontal) 7.460.000 m. Segue por esta, no sentido leste, até encontrar a curva de nível de 300 m. Segue por esta, no sentido Norte e continua, até encontrar o limite da APARU / ABV. Segue por este, no sentido Oeste e continua, até cruzar com o limite do P.N.T. Segue por este, na direção Sul e continua, até o ponto inicial.

**3) Polígono n.º 3 : ( FOLHAS 287-C )**

Inicia-se no ponto de interseção da curva de nível de 200 m (Limite do P.N.T.) com a linha de drenagem que passa próximo ao final da Rua Caio Melo Franco. Desce por esta até encontrar a curva de nível de 100 m (limite da APARU/ABV). Segue pela curva de 100 metros, no sentido Oeste, até encontrar o limite lateral esquerdo do Parque Lage. Segue por este limite, em direção ao Morro do Corcovado, até cruzar com o limite do P.N.T. Segue por este limite, em direção Leste, até o ponto inicial.

**4) Polígono n.º 4 : ( FOLHAS 287-C e 287-E )**

Inicia-se no ponto de interseção do limite lateral direito do Parque Lage (próximo a Rua Benjamin Batista) com a curva de nível de 100 metros (limite da APARU/ABV). Segue pela curva de nível de 100 metros, no sentido Oeste, até encontrar a linha de drenagem situada na altura da Rua Sara Vilela, no trecho próximo à esquina da Rua Jorge Gouveia. Deste ponto, desce por uma reta até reencontrar a curva de nível de 100 m, no ponto em que esta intercepta a coordenada aproximada (vertical) 681.600 m. Continua pela curva de 100 m, no sentido Oeste, até sua interseção com a coordenada aproximada (vertical) 681.000 m. Sob o rio, no sentido Norte, até encontrar a curva de nível de 125 m. Segue por esta, no sentido Oeste, até encontrar o limite do P.N.T. Sob o rio, no sentido Norte, até encontrar a curva de nível de 200 metros. Segue por esta, no sentido Leste (limite do P.N.T.), até reencontrar o limite lateral direito do Parque Lage. Desce por este limite até o ponto inicial.

**5) Polígono n.º 5 : ( FOLHAS 287-E e 286-F )**

Começa na junção dos limites do Jardim Botânico com o Parque Nacional da Tijuca, no Espigão da Vista Chinesa. Segue pelo limite do P.N.T. (curva de nível de 400m), em direção à Vista Chinesa e continua por este, até encontrar com o limite da APARU-ABV. Segue por este, em direção ao Parque da Cidade, contornando-o pelo lado Oeste, até encontrar o limite do Jardim Botânico. Segue por este, em direção Norte, retornando ao ponto inicial.

**6) Polígono n.º 6 : ( FOLHA 286-F )**

Inicia-se próximo ao entroncamento da Estrada da Pedra Bonita com o Caminho da Pedra Bonita, no ponto de interseção da linha limite da APARU/ABV com a curva de nível de 360 metros. A partir deste ponto segue pela cota de 360 metros, no sentido Nordeste, até cruzar com a coordenada aproximada (vertical) 677.300 metros. Sob o rio, no sentido Norte, até cruzar com a curva de nível de 420 metros. Segue por esta, no sentido Oeste e continua, até encontrar o limite do P.N.T. Segue por este, no sentido Leste e continua no sentido Sul, até cruzar com o limite da APARU/ABV. Segue por este, no sentido Oeste (pequeno trecho), até encontrar o ponto inicial.

**7) Polígono n.º 7 : ( FOLHA 286-F )**

Inicia-se no ponto de cruzamento do limite do P.N.T. com limite da APARU/ABV, na área de afloramento rochoso próximo a Pedra do Agazis e a Pedra Bonita. Segue pelo limite da APARU, no sentido Oeste, até encontrar a curva de nível de 200 metros. Segue por esta, no sentido Norte, até cruzar a linha de drenagem que desce do Morro do Chapecô em direção à Favela Fazenda. Segue por esta linha de drenagem, encosta acima, até cruzar a curva de nível de 350 metros. Segue por esta, contornando o Morro do Chapecô, até encontrar o afloramento rochoso, situado em frente a Rua Comendador Gervásio Seabra. A partir deste ponto, sobe para a curva de nível de 375 metros e segue por ela até encontrar o limite da APARU/ABV. Segue por este, no sentido Oeste e continua, até cruzar com o limite do P.N.T. Segue por este, no sentido Oeste e continua, até o ponto inicial.

**II) ZCVS****1) Polígono n.º 1 : ( FOLHA 286-F e 286-D )**

Inicia-se no ponto de cruzamento do rio que desce pelo lado esquerdo da Estrada Velha da Tijuca (sentido Usina) com a reta que une o entroncamento da Estrada Velha da Tijuca com a Av. Edson Passos (próximo à Praça Afonso Viseu) e o ponto de coordenadas aproximadas (horizontal) 7.459.870 m e (vertical) 677.200 m. A partir deste ponto de cruzamento, segue pela referida reta, no sentido Noroeste, até cruzar com a curva de nível de 365 metros. Segue por esta curva, no sentido Nordeste, até encontrar a coordenada aproximada (horizontal) 7.460.000 metros. Segue por esta, no sentido Leste, até encontrar a curva de nível de 300 metros. Segue por esta, no sentido Norte, até encontrar a linha limite da APARU/ABV. Segue pelo limite da APARU, no sentido Leste, em direção ao trecho final da Rua Custódio Correia, até cruzar com a linha de prolongamento do limite lateral esquerdo do lote n.º 4 do PAL 17.244. A partir deste ponto, segue pela referida linha, encosta acima, no sentido Sul, até cruzar com a curva de nível de 195 metros. Segue por esta curva de nível, no sentido Leste, até encontrar o limite lateral direito do mesmo lote. A partir deste ponto, segue por este limite lateral encosta acima e, continua em linha reta até encontrar o limite da Favela Dr. Catrambi. Segue por este limite, no sentido Oeste e continua contornando a favela, até o final da Rua Alves Câmara. A partir deste ponto segue em reta, no sentido Sul, até encontrar o riacho que desce em direção à Rua Ministro Viriato Vargas. Desce por este riacho, até cruzar com a curva de nível de 190 metros. Segue por esta curva de nível, no sentido Sul, até a altura do final da Rua Tiumbi. A partir deste local, desce por uma perpendicular à rua até encontrar a curva de nível de 160 metros. Segue por esta curva de nível, paralelo à Rua Tiumbi, até seu trecho perpendicular à Av. Edson Passos. A partir deste ponto, segue pelo eixo da referida rua até encontrar a Av. Edson Passos. Segue pelo eixo desta avenida, no sentido Alto da Boa Vista, até cruzar com o Rio Maracanã. Sob o curso deste rio até cruzar com a curva de nível de 250 metros. Segue por esta, em direção ao Alto da Boa Vista, até cruzar com a Av. Edson Passos. Segue pelo eixo desta até cruzar com o rio que desce pelas "Águas Férreas". Sob o curso deste até o ponto inicial.

**2) Polígono n.º 2 : ( FOLHAS 286-D e 287-C )**

Inicia-se no ponto de interseção da Av. Edson Passos ( Na altura da curva do "S", próximo à Caixa Velha da Tijuca ) com a curva de nível de 220 metros. Segue por esta, no sentido geral Nordeste, até encontrar o alinhamento da divisa lateral das propriedades de números 1251 e 2085, situadas na Av. Edson Passos. Desce por este alinhamento, até encontrar a curva de nível de 215 metros. Segue por esta, no sentido Leste, até cruzar com a coordenada aproximada (vertical) 678.200 metros. Segue por esta no sentido Norte até encontrar a curva de nível de 205 metros. Segue por esta, no sentido Nordeste, até cruzar com o alinhamento da divisa lateral das propriedades de números 2029 e 1989, situadas na Av. Edson Passos. Desce por este alinhamento até encontrar a curva de nível de 200 metros. Segue por esta, no sentido Nordeste, até cruzar com o prolongamento da linha de divisa entre as propriedades de números 168 e 148, situadas na Rua Muçã, em seu trecho paralelo à Av. Edson Passos. Segue por esta linha até encontrar a Av. Edson Passos. Segue pelo eixo desta avenida, em direção a Usina, até encontrar o limite lateral entre o terreno do Montanha Clube e a propriedade de n.º 1481 da Av. Edson Passos. Segue por este limite, em direção a Estrada Velha da Tijuca, até cruzar com a curva de nível de 130 metros. Segue por esta curva até encontrar a reta que passa pela divisa de fundos dos lotes situados do lado esquerdo (de quem sobe) da Rua Travessa da Selva. Desce por esta reta até cruzar com a curva de nível de 110 metros. Segue por esta curva, para Nordeste, até encontrar a linha limite da APARU/ABV. Segue por este limite, contornando os morros da Formiga e Salgueiro e continua, até o encontro deste com o limite do P.N.T., na altura da Serra da Lagoinha. A partir deste ponto, retorna pelo limite do P.N.T. (no sentido Oeste), e continua até o encontro deste com a Av. Edson Passos. Segue pelo eixo desta avenida (sentido Usina), alcançando o ponto inicial.

**3) Polígono n.º 3 : ( FOLHA 287-C )**

Inicia-se no final da Rua Euclides Figueiredo (excluída), no Humaitá, e segue pelo limite da APARU/ABV (no sentido do Cristo Redentor), até o ponto em que este cruza com o limite do P.N.T. Segue para Oeste pelo limite do P.N.T., até interceptar a drenagem que desce em direção a Rua Caio Melo Franco. Desce por esta drenagem até encontrar novamente o limite da APARU/ABV e segue por este até o ponto inicial.

**4) Polígono n.º 4 : ( FOLHA 287-E )**

Inicia-se no ponto de interseção da drenagem situada na altura da Rua Sara Vilela ( trecho próximo à Rua Jorge Gouveia, bairro do Jardim Botânico ) com o limite da APARU/ABV. Segue por este, no sentido Sul, até cruzar com a coordenada aproximada (vertical) 681.600 metros. A partir deste cruzamento, segue por uma reta até o ponto inicial.

**5) Polígono n.º 5 : ( FOLHA 287-E )**

Inicia-se no ponto de junção dos limites da APARU/ABV e do P.N.T., próximo à Estrada Dona Castorina. A partir deste ponto segue no sentido Norte, pelo limite do P.N.T., até encontrar a curva de nível de 125 metros. Segue por esta, no sentido Leste, até encontrar a coordenada aproximada (vertical) 681.000 metros. Segue por esta, no sentido Sul, até encontrar o limite da APARU/ABV. Segue por este, no sentido Oeste, até o ponto inicial.

**6) Polígono n.º 6 : ( FOLHA 287-E )**

Inicia-se no ponto de interseção da linha-limite da APARU/ABV com o limite do Jardim Botânico (próximo à Rua do Jequitibá, na Gávea). A partir deste ponto, sobe pela linha-limite do Jardim Botânico e continua no sentido Oeste, até encontrar o limite do Parque da Cidade com a APARU/ABV. Desce por este limite no sentido Sudoeste e continua pelo limite da APARU-ABV, no sentido Leste, retornando ao ponto inicial.

**7) Polígono n.º 7 : ( FOLHA 286-F )**

Inicia-se na interseção da linha limite da APARU/ABV com a curva de nível de 150 metros. Segue por esta, no sentido Norte, até cruzar com a coordenada aproximada (vertical) 675.000 metros. Segue por esta, no sentido Norte, até cruzar com a coordenada aproximada (horizontal) 7.457.300 metros. Deste ponto, segue por uma reta, no sentido Nordeste, até o ponto de coordenadas aproximadas (horizontal) 7.457.580 e (vertical) 675.220 metros. A partir deste, segue para Leste até o ponto de coordenadas aproximadas (horizontal) 7.457.580 metros e (vertical) 675.350 metros.

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfe6f6/832580830061f318032576a2007445c?OpenD...> 7/1

18/03/2018

## Projeto de Lei

Deste, segue para Nordeste por uma reta, até o ponto de coordenadas aproximadas (horizontal) 7.457.800 metros e (vertical) 675.540 metros. Deste ponto, segue para Norte por uma reta, até o ponto de coordenadas aproximadas (horizontal) 7.457.850 metros e (vertical) 675.540 metros. A partir deste ponto, segue para Leste pela coordenada aproximada (horizontal) 7.457.850 metros, até encontrar a Rua Comendador Gervásio Seabra. Segue pelo eixo desta, no sentido Estrada das Canoas, até o entroncamento com a Estrada da Pedra Bonita. Segue pelo eixo desta, no sentido Gávea Pequena, até cruzar com a curva de nível de 295 metros. Segue por esta curva de nível até encontrar a via interna que parte dos fundos da "Casa da Gávea Pequena". Segue por esta via até seu cruzamento com a curva de nível de 285 metros. Segue por esta curva de nível e continua, até cruzar com o Córrego Alegre. A partir deste ponto, segue por uma reta, no sentido Leste, até cruzar com a curva de nível de 300 metros. Segue por esta, no sentido Nordeste, até seu cruzamento com a coordenada aproximada (horizontal) 7.458.400 metros. A partir deste ponto, segue por uma reta, no sentido Norte, até encontrar novamente a curva de nível de 300 metros. Segue por esta, no sentido Oeste, até cruzar com a coordenada aproximada (vertical) 676.900 metros. Segue por esta, no sentido Sul, até encontrar a Estrada da Gávea Pequena. Segue pelo eixo desta, no sentido Estrada de Fumas, até encontrar a coordenada aproximada (vertical) 676.620 metros. Segue por esta, no sentido Norte, até reencontrar a curva de nível de 300 metros. Segue por esta, no sentido geral Nordeste, até o entroncamento da Estrada do Chapecó com a Estrada da Gávea Pequena. A partir deste ponto, segue pelo eixo da Estrada da Gávea Pequena, sentido Fumas, até encontrar o limite lateral esquerdo do lote 128 do PAL 1.601. Segue por este limite, encosta acima, até cruzar com a curva de nível de 315 metros. Segue por esta curva de nível até cruzar com a coordenada aproximada (vertical) 676.400 metros. Segue por esta, no sentido Norte, até encontrar a curva de nível de 320 metros. Segue por esta até se aproximar da margem direita da Estrada de Fumas (sentido Alto da Boa Vista), no ponto de cruzamento da curva de nível de 320 metros com o limite lateral esquerdo (frente para a Estrada de Fumas) do lote n.º 1 do PAL 35.854. A partir deste ponto, desce por este limite lateral até a Estrada de Fumas e segue pelo seu eixo até cruzar com o limite lateral direito (frente para a Estrada de Fumas) do lote n.º 1 do PAL 35.854. Segue por este limite até encontrar a Estrada da Vista Chinesa. Segue pelo eixo desta, no sentido Alto da Boa Vista, por aproximadamente 80 metros, até encontrar a linha de drenagem que cruza esta estrada. Sobre a encosta por esta linha de drenagem até cruzar com a curva de nível de 370 metros. Segue por esta curva de nível até cruzar com a linha de direção Noroeste-Sudeste, que passa pelo ponto de cota 358,5 metros (ver mapa cadastral, escala 1:2.000, voo 1997), situado no terreno do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Segue por esta linha, encosta acima, até interceptar a curva de nível de 400 metros. Segue por esta, no sentido Nordeste, até cruzar com a linha perpendicular à encosta que parte do final da Rua Visconde de Beaupreire. Segue por esta perpendicular, encosta abaixo, até cruzar com a curva de nível de 370 metros. Segue por esta em direção à Rua Amado Nervo até cruzar com o limite de fundos da propriedade n.º 34 da Rua Amado Nervo. Sobre por este limite até cruzar com a curva de nível de 365 metros. Segue por esta curva de nível, em direção à Estrada do Redentor e continua, até cruzar com o limite lateral entre o lote 1 do PAL 45.221 (Terreno sem número da Av. Edson Passos, situado no lado ímpar desta avenida e localizado junto e antes do n.º 4.483, tendo frente para o alinhamento par da Estrada do Redentor) e o terreno da propriedade n.º 4.483 da Av. Edson Passos, situado no início da Praça Afonso Viseu. Desce por este limite em direção a Av. Edson Passos e continua pelo seu eixo, sentido Usina, até encontrar o limite do P.N.T. Segue por este, no sentido Sul e continua, até encontrar a curva de nível de 425 metros. Segue por esta, no sentido Sudeste e continua, até encontrar a coordenada aproximada (vertical) 677.300 metros. Segue por este, no sentido Sul, até encontrar a curva de nível de 350 metros. Segue por esta, no sentido Sudoeste, até se aproximar do limite da APARU/ABV, na altura da Estrada da Pedra Bonita. Segue por este limite, para Oeste, até encontrar a curva de nível de 375 metros. Segue por esta, contornando o Morro da Gávea Pequena, até encontrar o afloramento rochoso situado em frente à Rua Comendador Gervásio Seabra. A partir deste ponto desce para a curva de nível de 350 metros e segue contornando o Morro do Chapecó até encontrar a drenagem que desce deste morro e segue em direção à Favela Fazenda. Segue por esta drenagem, descendo a encosta, até encontrar a curva de nível de 200 metros. Segue por esta, no sentido Sul, até cruzar com o limite do lote da APARU/ABV. Segue por este, no sentido Oeste, até o ponto inicial.

8) Polígono n.º 8 : ( FOLHA 286-F )

Inicia-se no entroncamento das Estradas da Gávea Pequena e Chapecó e segue por uma reta, no sentido Oeste, até o cruzamento desta com a curva de nível de 275 metros. Segue por esta curva de nível, no sentido Sul, até encontrar o limite lateral esquerdo (frente para a Estrada do Chapecó) do lote 41 do PAL 1.601. Segue por este, encosta acima, até cruzar com a curva de nível de 290 metros. Segue por esta até cruzar com o limite lateral direito (frente para a Estrada do Chapecó) do lote 42 do PAL 1.601. Segue por este limite, encosta abaixo, até encontrar o Rio Gávea Pequena. Segue pelo rio, subindo o seu curso, até a curva que antecede o condomínio "Casa das Pedras". Deste ponto, sobe por uma reta, no sentido Norte, até cruzar a coordenada aproximada (horizontal) 7.458.200 metros. Deste ponto, sobe por uma reta, no sentido Noroeste, até encontrar a curva de nível de 310 metros. Segue por esta, no sentido Sudoeste, até cruzar o final da Estrada do Chapecó. A partir deste ponto, toma o eixo da Estrada do Chapecó e segue, no sentido da Estrada da Gávea Pequena, até o ponto inicial.

9) Polígono n.º 9 : ( FOLHA 286-F )

Inicia-se no cruzamento da Estrada de Fumas com o limite da APARU/ABV. Segue por este, no sentido Norte e continua, até encontrar o Rio Taquara. Segue por este, subindo seu curso, até encontrar a curva de nível de 425 metros. Segue por esta, no sentido Sul, até encontrar o Rio Itanhangá. Segue por este, para jusante, até cruzar com a curva de nível de 285 metros. Segue por esta, no sentido Sudeste, até encontrar o limite da Favela Agrícola. Segue por este limite, no sentido Sul, até encontrar o divisor de águas entre os rios Itanhangá e Cachoeira. Desce por este divisor até a cota de 196,4 metros (ver cadastral escala: 1:2.000, voo 1997 ou escala: 1:10.000, voo 1999). A partir desta cota, segue por uma reta no sentido Oeste, até o ponto inicial.

10) Polígono n.º 10 : FOLHA ( 286-F )

Inicia-se no ponto de cruzamento do Córrego Santo Antônio com a Estrada de Fumas. Segue pelo eixo desta estrada por cerca de 250 metros, no sentido Alto da Boa Vista. A seguir, sobe por uma perpendicular à encosta até alcançar a curva de nível de 250 metros e segue por esta, até encontrar o limite da Favela do Tijuacu. Segue por este limite, no sentido Noroeste e prossegue contornando a favela, até se aproximar do Rio Tijuca. A partir deste ponto segue pelo rio, subindo seu curso, até cruzar com a linha que une a cota de 397,8 metros (próximo à Estrada do Açude, junto ao n.º 544) à cota 360,3 metros (situada próximo ao prédio da 7ª Divisão de Conservação da Prefeitura) (ver cadastral, escala 1:2.000, voo 1997). Segue por esta linha até encontrar a Estrada do Açude. Segue pelo eixo desta, no sentido da Estrada da Solidão, até encontrar a reta de direção Norte-Sul que passa pelo ponto de interseção da linha de prolongamento do limite lateral esquerdo do lote n.º 4 do PAL 33.336 com a Estrada do Açude. A partir deste ponto, segue pela referida reta, no sentido Norte, até cruzar com a curva de nível de 420 metros. Deste ponto, segue para Leste, até encontrar a curva de nível de 415 metros. Segue por esta curva de nível, para Nordeste e continua, até encontrar a coordenada aproximada (vertical) 676.400 metros. A partir deste ponto, segue por uma reta, no sentido Sudeste, até encontrar a curva de nível de 365 metros. Segue por esta, no sentido Leste, até encontrar a linha de prolongamento do limite lateral direito do terreno do Palacete do Visconde de Itamaraty, situado na Rua Boa Vista, nº 12. Desce por esta linha até cruzar com o Rio Tijuca. Sobre pelo rio até o portão do P.N.T., na Praça Afonso Viseu. Deste ponto, segue pelo limite do P.N.T., no sentido Oeste, até cruzar com a curva de nível de 425 metros. Segue por esta, no sentido Oeste, até cruzar com a reta de direção Norte-Sul, que parte do ponto de interseção do riacho afluyente da margem esquerda do Rio do Açude com a curva de nível de 350 metros. Segue por esta reta, no sentido Sul, até cruzar com a curva de nível de 350 metros. Segue por esta, no sentido Oeste, até encontrar a coordenada aproximada (horizontal) 7.459.450 metros. Segue por esta, no sentido Oeste, até encontrar a coordenada aproximada (vertical) 675.000 metros. Segue por esta, no sentido Sul, até cruzar com o Córrego Santo Antônio. Segue por este, para jusante, até o ponto inicial.

**III) ZOC 1**

1) Polígono n.º 1 ( FOLHA-286-F )

Inicia-se no entroncamento da Estrada de Fumas com a Estrada do Biguá. Segue pelo eixo da Estrada do Biguá até encontrar o limite lateral esquerdo do lote 1 do PAL 4.470. Segue por este limite e continua pelo limite lateral direito do lote 6 (frente para a Estrada Palmeira dos Índios) deste mesmo PAL, até alcançar a Estrada Palmeira dos Índios. Segue pelo eixo desta estrada até seu entroncamento com a Estrada da Gávea Pequena. Segue pelo eixo desta estrada, no sentido Gávea Pequena, até o entroncamento com a Estrada do Chapecó. A partir deste ponto, segue por uma reta, no sentido Oeste, até o cruzamento desta com a curva de nível de 275 metros. Segue por esta curva de nível, no sentido Sul, até encontrar o limite lateral esquerdo (frente para a Estrada do Chapecó) do lote 41 do PAL 1.601. Segue por este, encosta acima, até cruzar com a curva de nível de 290 metros. Segue por esta até cruzar com o limite lateral direito (frente para a Estrada do Chapecó) do lote 42 do PAL 1.601. Segue por este limite, encosta abaixo, até encontrar o Rio Gávea Pequena. Segue pelo rio, descendo o seu curso, até cruzar com o prolongamento da linha-limite entre lotes 1 e 2 do PAL 23.817. Segue pelo prolongamento deste limite até encontrar com a Rua Dr. Leandro Ribeiro da Silva. Segue pelo eixo desta rua até encontrar a Estrada de Fumas. Segue pelo eixo da Estrada de Fumas, em direção ao Alto da Boa Vista, até encontrar limite lateral direito da Favela do Tijuacu. A partir deste ponto, continua pela Estrada de Fumas (incluída), no sentido Alto da Boa Vista, até o ponto inicial.

2) Polígono n.º 2 : ( FOLHA 286-D )

Inicia-se na interseção do limite da APARU/ABV, no trecho final da Rua Custódio Correia, com a reta de prolongamento do limite lateral esquerdo do lote n.º 4 do PAL 17.244. A partir deste ponto, segue pela referida reta, encosta acima, no sentido Sul, até cruzar com a curva de nível de 195 metros. Segue por esta curva de nível, no sentido Leste, até encontrar o limite lateral direito do mesmo lote. A partir deste ponto, segue por este limite lateral, encosta acima, e continua em linha reta, até encontrar o limite da Favela Dr. Catrambi. Segue por este limite, no sentido Leste e continua, contornando a favela, até encontrar a Rua Alves Câmara. Segue por esta (incluída), até o seu final. A partir deste ponto, segue em reta no sentido Sul, até encontrar o riacho que desce em direção à Rua Ministro Viriato Vargas. Desce por este riacho até cruzar com a curva de nível de 190 metros. Segue por esta, no sentido Sul, até a altura do final da Rua Tiumbi. A partir deste local desce por uma perpendicular à rua, até encontrar a curva de nível de 160 metros. Segue por esta, paralelo à Rua Tiumbi, até seu trecho perpendicular à Av. Edson Passos. A partir deste ponto, segue pelo eixo da referida rua até encontrar a Av. Edson Passos. A partir deste ponto, segue pelo eixo desta avenida, no sentido Alto da Boa Vista, até cruzar com o Rio Maracanã. Continua por esta avenida (excluída), no sentido Alto da Boa Vista, até cruzar com o limite lateral do terreno do Montanha Clube (vizinho à propriedade n.º 1.481 da Av. Edson Passos). Segue por este limite, em direção a Estrada Velha da Tijuca, até cruzar com a curva de nível de 130 metros. Segue por esta curva até encontrar a reta que passa pela divisa de fundos dos lotes situados do lado esquerdo (de quem sobe) da Rua Travessa da Selva. Desce por esta reta até cruzar com a curva de nível de 110 metros. Segue por esta curva, para Nordeste, até encontrar a linha limite da APARU/ABV. Segue por esta, em direção à Usina e continua, até alcançar o ponto inicial, no final da Rua Custódio Correia.

**IV) ZOC 2**

1) Polígono n.º 1 : ( FOLHA 286-F )

Inicia-se na Estrada da Gávea Pequena a partir do limite lateral esquerdo do lote 128 do PAL 1.601. Segue por este limite, encosta acima, até cruzar com a curva de nível de 315 metros. Segue por esta, no sentido Nordeste, até cruzar com a coordenada aproximada (vertical) 676.400 metros. Segue por esta, no sentido Norte, até encontrar a curva de nível de 320 metros. Segue por esta, em direção a Estrada de Fumas, até cruzar com o limite lateral esquerdo (frente para a Estrada de Fumas) do lote n.º 1 do PAL 35.854. Desce por este limite até a Estrada de Fumas. Segue pelo eixo desta, no sentido Barra da Tijuca até encontrar o limite da Zona de Ocupação Controlada 2-A (ZOC 2-A) com a Favela do Tijuacu. A partir deste ponto, continua pela Estrada de Fumas (incluída) até o entroncamento desta com a Estrada do Biguá. Segue pelo eixo desta até encontrar o limite lateral esquerdo do lote 1 do PAL 4.470. Segue por este limite e continua pelo limite lateral direito do lote 6 (frente para a Estrada Palmeira dos Índios) deste mesmo PAL, até alcançar a Estrada Palmeira dos Índios. Segue pelo eixo desta até seu entroncamento com a Estrada da Gávea Pequena. Segue pelo eixo desta, no sentido Gávea Pequena, até encontrar o ponto inicial.

2) Polígono n.º 2 : ( FOLHA 286-F e 286-D )

Inicia-se na interseção do limite lateral direito (frente para a Estrada de Fumas) do lote 1 do PAL 35.854, com a Estrada de Fumas. Segue pelo eixo da Estrada de Fumas, sentido Alto da Boa Vista, até cruzar com a linha que une a cota de 397,8 metros (próximo à Estrada do Açude) à cota 360,3 metros (situada próximo ao prédio da 7ª Divisão de Conservação da Prefeitura) (ver cadastral escala : 1:2.000, voo 1997). Segue por esta linha até a Estrada do Açude. Segue pelo eixo da Estrada do Açude, em direção ao Açude da Solidão, até encontrar a reta de direção Norte-Sul que passa pelo ponto de interseção do limite lateral esquerdo do lote n.º 4 do PAL 33.336 com a Estrada do Açude. A partir deste ponto, segue pela referida reta, no sentido Norte, até cruzar com a curva de nível de 420 metros. Deste ponto, segue por uma reta, no sentido Leste, até encontrar a curva de nível de 415 metros. Segue por esta curva de nível, para Nordeste e continua, até encontrar a coordenada aproximada (vertical) 676.400 metros. A partir deste ponto, segue por uma reta, no sentido Sudeste, até encontrar a curva de nível de 365 metros. Segue por esta, no sentido geral Leste, até encontrar a linha de prolongamento do limite lateral direito do terreno do Palacete do Visconde de Itamaraty, situado na Rua Boa Vista, nº 12. Desce por esta linha até cruzar com o Rio Tijuca. Sobre pelo rio até o portão do P.N.T., na Praça Afonso Viseu. Segue por esta, no sentido Sul, até cruzar com a curva de nível de 365 metros. Segue por esta, no sentido Leste, até cruzar com a reta que une o ponto de entroncamento da Estrada Velha da Tijuca com a Av. Edson Passos (próximo ao início da Praça Afonso Viseu) e o ponto de coordenadas aproximadas (horizontal) 7.459.870 metros e (vertical) 677.200 metros. Segue por esta linha, no sentido Sudeste, até cruzar com o riacho que desce pelo lado esquerdo da Estrada Velha da Tijuca (sentido Usina). Segue por este riacho, para jusante, até encontrar a Av. Edson Passos, próximo a "Água Férrea". Deste ponto, segue pelo eixo da Av. Edson Passos, em direção ao Alto da Boa Vista, até encontrar o limite lateral entre o lote n.º 1 do PAL 45.221 (Terreno sem número da Av. Edson Passos, situado no lado ímpar desta avenida e localizado junto e antes do n.º 4.483, tendo frente para o alinhamento par da Estrada do Redentor)

18/03/2018

## Projeto de Lei

e o terreno da propriedade n.º 4.483 da Av. Edson Passos, situado no início da Praça Afonso Viseu. Sobre por este limite, no sentido Sudeste, até cruzar com a curva de nível de 385 metros. Segue por esta, cruza a Estrada do Redentor e continua até interceptar o limite de fundos da propriedade n.º 34 da Rua Amado Nervo (PAL 29.532). Desce por este limite até cruzar com a curva de nível de 370 metros. Segue por esta, em direção à Rua Visconde de Beaurepaire, até cruzar com a perpendicular à encosta, que parte do final desta rua e se estende até a curva de nível de 400 metros. Segue por esta perpendicular, encosta acima, até alcançar a curva de nível de 400 metros. Segue por esta, em direção à Rua Ferreira de Almeida, até cruzar com a linha de direção Noroeste-Sudeste que passa pelo ponto de cota 358,5 metros (ver cadastral, escala 1:2.000, voo 1997), situado no terreno do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Desce por esta linha até cruzar com a curva de nível de 370 metros. Segue por esta curva de nível, no sentido Sudoeste, até encontrar a linha de drenagem que cruza a 2ª curva da Estrada da Vista Chinesa, a contar de seu início na Estrada de Furnas (a partir do Lampião Grande). Desce por este talvegue até a Estrada da Vista Chinesa. Segue pelo eixo desta estrada, no sentido da Vista Chinesa, até encontrar o limite lateral direito (frente para a Estrada de Furnas) do lote n.º 1 do PAL 35.854. Desce por este limite até o ponto inicial.

## 3) Polígono n.º 3 : ( FOLHA 286-D )

Inicia-se na interseção da curva de nível de 250 metros com a Av. Edson Passos, próximo a "Água Férrea". Segue pelo eixo da Av. Edson Passos, no sentido Usina, até cruzar com a curva de nível de 220 metros, na altura da "Curva do S". Segue por esta curva de nível, no sentido Leste, até encontrar o alinhamento da divisa lateral das propriedades de números 1251 e 2085, situadas na Av. Edson Passos. Desce por este alinhamento até encontrar a curva de nível de 215 metros. Segue por esta, no sentido Leste, até cruzar com a coordenada aproximada (vertical) 678.200 metros. Segue por esta, no sentido Norte, até encontrar a curva de nível de 205 metros. Segue por esta, no sentido Nordeste, até cruzar com o alinhamento da divisa lateral das propriedades de números 2029 e 1989, situadas na Av. Edson Passos. Desce por este alinhamento até encontrar a curva de nível de 200 metros. Segue por esta, no sentido Nordeste, até cruzar com o prolongamento da linha de divisa entre as propriedades de números 188 e 148, situadas na Rua Muçu, em seu trecho paralelo à Av. Edson Passos. Desce por esta linha até encontrar a Av. Edson Passos. Segue pelo eixo desta, em direção a Usina, até encontrar com o limite lateral do terreno do Montanha Clube, vizinho a propriedade de n.º 1481 da Av. Edson Passos. Segue por esta avenida (incluída), no sentido Usina, até cruzar com o Rio Maracanã. Sobre pelo curso deste rio até encontrar a curva de nível de 250 metros. Segue por esta curva de nível, em direção ao Alto da Boa Vista, até cruzar com a Av. Edson Passos (ponto inicial).

## V) ZOC 2-A

## 1) Polígono n.º 1 : ( FOLHA 286-F )

Inicia-se no encontro da Estrada de Furnas com o limite da Favela do Tijuacu, próximo ao campo de futebol da favela. Segue por este limite, no sentido Noroeste, cruza o Rio Tijuca e continua por este limite até encontrar novamente o referido rio. A partir deste ponto, segue rio acima até cruzar com a linha que une a cota de 397,8 metros (próximo à Estrada do Açude) à cota 380,3 metros (situada próximo ao prédio da 7ª Divisão de Conservação da Prefeitura) (ver cadastral escala: 1:2.000, voo 1997). Segue por esta linha, no sentido Sudeste, até encontrar a Estrada de Furnas. Segue pelo eixo desta, no sentido Barra da Tijuca, até encontrar o ponto inicial.

## VI) ZOC 3

## 1) Polígono n.º 1 : ( FOLHA 286-F )

Inicia-se na interseção da linha limite da APARU/ABV com a curva de nível de 150 metros. Segue por esta, no sentido Norte, até cruzar com a coordenada aproximada (vertical) 675.000 metros. Segue por esta, no sentido Norte, até cruzar com a coordenada aproximada (horizontal) 7.457.300 metros. Desta interseção, segue por uma reta, no sentido Nordeste, até o ponto de coordenadas aproximadas (horizontal) 7.457.560 metros e (vertical) 675.220 metros. Deste ponto, segue para Leste até o ponto de coordenadas aproximadas (horizontal) 7.457.580 metros e (vertical) 675.350 metros. Deste, segue para Nordeste, por uma reta, até o ponto de coordenadas aproximadas (horizontal) 7.457.800 metros e (vertical) 675.540 metros. Deste, segue para Norte por uma reta, até o ponto de coordenadas aproximadas (horizontal) 7.457.850 metros e (vertical) 675.540 metros. Deste ponto, segue para Leste, pela coordenada aproximada (horizontal) 7.457.850 metros, até o encontro a Rua Comendador Gervásio Seabra. Segue pelo eixo desta, no sentido Estrada das Canoas, até o entroncamento com a Estrada da Pedra Bonita. Segue pelo eixo desta, no sentido Gávea Pequena, até cruzar com a curva de nível de 295 metros. Segue por esta até encontrar a via interna que parte dos fundos da "Casa da Gávea Pequena". Segue por esta via até seu cruzamento com a curva de nível de 285 metros. Segue por esta e continua até cruzar com o Córrego Alegre. A partir deste ponto, segue por uma reta, no sentido Leste, até cruzar com a curva de nível de 300 metros. Segue por esta, no sentido Nordeste, até seu cruzamento com a coordenada aproximada (horizontal) 7.458.400 metros. A partir deste ponto segue por uma reta, sentido Norte, até encontrar novamente a curva de nível de 300 metros. Segue por esta, no sentido Oeste, até cruzar com a coordenada aproximada (vertical) 676.900 metros. Segue por esta, no sentido Sul, até encontrar a Estrada da Gávea Pequena. Segue pelo eixo desta, no sentido Estrada de Furnas, até encontrar a coordenada aproximada (vertical) 676.620 metros. Segue por esta, no sentido Norte, até reencontrar a curva de nível de 300 metros. Segue por esta, no sentido geral Noroeste, até o entroncamento da Estrada do Chapecó com a Estrada da Gávea Pequena. A partir deste ponto, segue pelo eixo da Estrada do Chapecó até o seu final. A partir deste ponto desce para a curva de nível de 310 metros e segue por esta (sentido Nordeste) até encontrar com a linha de direção Noroeste-Sudeste, que passa pelo ponto de coordenadas aproximadas (horizontal) 7.458.200 metros e (vertical) 676.280 metros. Segue por esta linha, no sentido Sudeste, até encontrar o ponto de coordenadas aproximadas (horizontal) 7.458.200 metros e (vertical) 676.280 metros. Deste ponto, segue por uma reta, no sentido Sul, até encontrar o Rio Gávea Pequena. Segue por este, para jusante, até encontrar o limite da Favela Mata Machado. Segue por este, no sentido Sul e continua, contornando a favela, até encontrar a Estrada de Furnas. Segue pelo eixo desta, no sentido Alto da Boa Vista, até encontrar o limite da Favela Tijuacu. Sobre por este limite até cruzar com a curva de nível de 250 metros. Segue por esta curva de nível, no sentido Sudoeste, pelo lado direito da Estrada de Furnas (sentido Barra da Tijuca), até o ponto em que este limite abandona a curva de nível de 250 metros e desce para a Estrada de Furnas a aproximadamente 250 metros antes do cruzamento desta com o Córrego Santo Antônio. Continua pelo eixo da Estrada de Furnas, no sentido Barra da Tijuca, até o cruzamento desta com o limite da APARU/ABV. Segue pelo limite da APARU, no sentido Sul e continua, até reencontrar o ponto inicial.

## VII) ZOC 4

## 1) Polígono n.º 1 : ( FOLHA 286-F )

Inicia-se no ponto de cruzamento do limite da APARU/ABV com a Estrada de Furnas. Segue por uma reta, no sentido Leste, até o ponto de cota 198,4 metros (ver cadastral escala: 1:2.000, voo 1997 ou escala: 1:10.000, voo 1999). A partir deste, sobre pelo divisor de águas dos rios Itanhangá e Cachoeira até encontrar o limite da Favela Agrícola. Segue por este, no sentido Nordeste e continua, até encontrar a Estrada de Furnas. Segue pelo eixo desta, no sentido Barra da Tijuca, até encontrar o limite da Favela de Furnas. Contorna o limite desta, no sentido anti-horário, até encontrar novamente a Estrada de Furnas. Segue pelo seu eixo até o ponto inicial.

## 2) Polígono n.º 2 : ( FOLHA 286-F )

Inicia-se no ponto de interseção do Rio Itanhangá com a curva de nível de 425 metros. Segue por esta, no sentido Oeste e continua, até cruzar com o Rio Taquara. Segue por este, para montante, até cruzar com a curva de nível de 560 metros. Segue por esta, no sentido Nordeste, até encontrar a coordenada aproximada (horizontal) 7.459.450 metros. Segue por esta, no sentido Leste, até encontrar a coordenada aproximada (vertical) 675.000 metros. Segue por esta, no sentido Sul, até cruzar com o Córrego Santo Antônio. Segue por este, para jusante, até encontrar a Estrada de Furnas. Segue pelo seu eixo, no sentido Barra da Tijuca, até encontrar o limite das comunidades Ricardinho e Biquinha, Segue por este limite, no sentido anti-horário, contornando as comunidades, até retomar a Estrada de Furnas. Segue pelo eixo desta, no sentido Barra da Tijuca, até encontrar o limite da Favela Agrícola. Segue por este, no sentido anti-horário, até cruzar com a curva de nível de 285 metros. Segue por esta, no sentido Noroeste, até encontrar o Rio Itanhangá. Segue por este, para montante, até o ponto inicial.

**OBSERVAÇÃO:** Para a delimitação dos polígonos do zoneamento, foram utilizadas como referência as bases cartográficas do Município do Rio de Janeiro nas escalas 1:2.000 e 1:10.000, Datum Horizontal: SAD 69-MG-BGE, vóos 1997 e 1999 respectivamente.

ANEXO IV  
USOS REFERENTES AO ARTIGO 37**COMERCIAL I**

Açougue, armazém, bomboniere, charutaria/tabacaria, confeitaria, delicatesses, drogaria, farmácia, leitaria, livraria, mercado, mercearia, padaria, papelaria, peixaria, quitanda, perfumaria.

**COMERCIAL II**

Alfaitearia, antiguidade/antiquário, artesanato, artigos de camping/alpinismo, artigos para jardim, artigos regionais, bazar, boutique de roupas e complementos, louças e cristais, objetos de arte, peixes ornamentais, plantas e flores, sapataria, souvenirs/presentes, importadora.

**SERVIÇOS I**

Alfaiate, aluguel/concerto de bicicletas, barbearia, bordadeira, botequim, cabeleireiro, casa de chá, costureira, filmes cinematográficos/vídeo tapes, lanchonete, loteria modista, pastelaria, profissional liberal/autônomo, salão de beleza, sapateiro, sorveteria.

**SERVIÇOS II**

Agência de passagem, agência de publicidade, agência de turismo, asilo e recolhimento, associação de classe e outras organizações, biblioteca, centro de pesquisa, cinema, colônia de férias, consultório médico-dentário, consultório médico-veterinário (sem internação), consultório de outros profissionais de saúde, cópias/reproduções, fisioterapia e terapias alternativas, fotógrafo/atelier, galeria de arte, instituição filantrópica e associação beneficente e cultural, instituto de beleza, lioleiro, pensão, pensionato, processamento de dados, sede administrativa.

**SERVIÇOS III**

Atividades artísticas, bar, centro cultural, associação desportiva e recreativa, culto religioso, museu, restaurante, teatro.

**INDUSTRIAL I**

Fábrica de produtos de padaria e confeitaria, confecção de peças interiores do vestuário, fabricação de acessórios do vestuário.

**CESAR MAIA****JUSTIFICATIVA**

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente

Excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara

Municipal do Rio de Janeiro,

Dirijo-me a Vossas Excelências para encaminhar o incluso Projeto de Lei, que "Regulamenta a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana — APARU do Alto da Boa Vista", com o seguinte pronunciamento.

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfe6/832580830061f318032576a200744f45c?OpenD...> 9/1



18/03/2018

## Projeto de Lei

Inúmeros estudos e propostas foram feitos ao longo dos últimos anos para que se procedesse à Regulamentação da APARU do Alto da Boa Vista. Tais estudos e propostas, entretanto, esbarraram muitas vezes na precariedade dos dados ambientais disponíveis e nos prazos estabelecidos formalmente para o funcionamento de Grupos de Trabalho específicos.

Essas dificuldades foram, em parte, contornadas com a contratação do Laboratório de Geohidroecologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que elaborou aprofundado estudo sobre a Qualidade Ambiental do Maciço da Tijuca (contrato finalizado no ano de 2000), ao mesmo tempo em que estava instituído Grupo de Trabalho específico para tratar do assunto.

Com a expiração do prazo do último GT legalmente instituído, o trabalho prosseguiu internamente na Coordenadoria Técnica de Informações e Planejamento Ambiental, com a particular ajuda da equipe da Secretaria de Urbanismo. Contou-se igualmente com o apoio das Fundações Rio-Águas e Geo-Rio, bem como das Secretarias Municipais das Culturas e da Habitação.

O projeto ora apresentado propõe um novo zoneamento, novas condições de uso e ocupação e contempla as questões de revitalização urbana, respeitando os condicionantes geobiosféricos identificados no trabalho elaborado pelo GEOHECO, garantindo, assim, a manutenção e a recuperação da floresta ali existente, tão marcante na paisagem da Cidade e, conseqüentemente, do Parque Nacional da Tijuca.

Constam do zoneamento ambiental da APARU as Zonas de Vida Silvestre — ZVS, destinadas a garantir espaço e integridade aos ecossistemas da mata Atlântica; as Zonas de Recuperação Ambiental — ZRA, de caráter transitório, compreendem as áreas de ocupação irregular de baixa densidade, e as Zonas de Ocupação Controlada — ZOC, que são áreas onde a ocupação urbana já é consolidada ou as áreas passíveis de ocupação.

Contando, desde já, com o apoio dessa ilustre Casa a esta iniciativa, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

## Legislação Citada

## Atalho para outros documentos

ANEXO II

## Informações Básicas

Código	20030301307	Autor	Poder Executivo
Protocolo		Mensagem	179/2003
Regime de Tramitação	Ordinária		
Projeto			

Link:

## Datas:

Entrada	16/04/2003	Despacho	16/04/2003
Publicação	17/04/2003	Republicação	

## Outras Informações:

Pág. do DCM da Publicação	41 A 49	Pág. do DCM da Republicação	
Tipo de Quorum	MA	Arquivado?	Sim
Motivo da Republicação		Pendências?	Não

## Observações:

▼ Section para Comissões Editar

## Comissões a serem distribuídas

- 01.:Comissão de Justiça e Redação  
 02.:Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público  
 03.:Comissão de Meio Ambiente  
 04.:Comissão de Assuntos Urbanos  
 05.:Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social  
 06.:Comissão de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura  
 07.:Comissão de Educação e Cultura  
 08.:Comissão de Transportes e Trânsito  
 09.:Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira

## ▼ TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 1307/2003

PROXIMO >>	<< ANTERIOR	CONTRAIR	EXPANDIR	BUSCA ESPECÍFICA	
<b>Cadastro de Proposições</b>					
Projeto de Lei					
▼ 20030301307					
<ul style="list-style-type: none"> <li> <ul style="list-style-type: none"> <li> <ul style="list-style-type: none"> <li>REGULAMENTA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO URBANA - APARU DO ALTO DA BOA VISTA. =&gt; 20030301307 =&gt; (Comissão de Justiça e Redação Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público Comissão de Meio Ambiente Comissão de Assuntos Urbanos Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social Comissão de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura Comissão de Educação e Cultura Comissão de Transportes e Trânsito Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira )</li> <li>Envio a Consultoria de Assessoramento Legislativo. Resultado =&gt; Informação Técnico-Legislativa nº1295/2003</li> <li>Ofício Origem: Poder Executivo =&gt; 20030301307 =&gt; Destino: Presidente da CMRJ =&gt; Ver observações =&gt;</li> <li>Arquivo =&gt; 20030301307</li> <li>Despacho =&gt; 20030301307 =&gt; Proposição =&gt; =&gt; Ao arquivo nos termos da Resolução nº 584/89 e Ato do Presidente nº 1/2005.</li> <li>Tramitação de Desarquivamento =&gt; 20030301307</li> <li>Ofício Origem: Poder Executivo =&gt; 20030301307 =&gt; Destino: Presidente da CMRJ =&gt; Desarquivamento =&gt;</li> <li>Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia =&gt; 20030301307 =&gt; PAULO CERRI =&gt; Deferido</li> <li>Discussão Primeira =&gt; 20030301307 =&gt; Proposição =&gt; Encerrada</li> <li>Votação =&gt; 20030301307 =&gt; Proposição =&gt; Aprovado (a) (s)</li> <li>Parecer em Plenário =&gt; 20030301307 =&gt; Comissão de Justiça e Redação =&gt; Relator: JEROMINHO =&gt; Proposição =&gt; Parecer: Pela Constitucionalidade</li> <li>Parecer em Plenário =&gt; 20030301307 =&gt; Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público =&gt; Relator: JORGE FELIPPE =&gt; Proposição =&gt; Parecer: Favorável</li> <li>Parecer em Plenário =&gt; 20030301307 =&gt; Comissão de Meio Ambiente =&gt; Relator: FERNANDO GUSMÃO =&gt; Proposição =&gt; Parecer: Favorável</li> <li>Parecer em Plenário =&gt; 20030301307 =&gt; Comissão de Assuntos Urbanos =&gt; Relator: LUIZ ANTONIO GUARANÁ =&gt; Proposição =&gt; Parecer: Favorável</li> <li>Parecer em Plenário =&gt; 20030301307 =&gt; Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social =&gt; Relator: DR. JAIRINHO =&gt; Proposição =&gt; Parecer: Favorável</li> <li>Parecer em Plenário =&gt; 20030301307 =&gt; Comissão de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura =&gt; Relator: MARCELINO D'ALMEIDA =&gt; Proposição =&gt; Parecer: Favorável</li> <li>Parecer em Plenário =&gt; 20030301307 =&gt; Comissão de Educação e Cultura =&gt; Relator: CLAUDIO CAVALCANTI =&gt; Proposição =&gt; Parecer: Favorável</li> <li>Parecer em Plenário =&gt; 20030301307 =&gt; Comissão de Transportes e Trânsito =&gt; Relator: JORGE MAURO =&gt; Proposição =&gt; Parecer: Favorável</li> <li>Parecer em Plenário =&gt; 20030301307 =&gt; Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>					

http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/ff6d549bf09ac233032579de006bfef6/832580830061f318032576a2007445c?Open... 10/1

18/03/2018

Projeto de Lei

Financeira => Relator: LUIZ HUMBERTO => Proposição => Parecer: Favorável	
Objeto para Apreciação => 20030301307 => Emenda 1 => DR. ADILSON SOARES => =>	08/04/2005
Discussão Segunda => 20030301307 => Proposição => Volta à Mesa Diretora para receber parecer sobre Emendas	08/04/2005
Distribuição => 20030301307 => Comissão de Justiça e Redação => Relator: VEREADOR SAMI JORGE => Emenda 1 => Parecer: Pela Constitucionalidade com voto em separado	25/10/2005
Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia => 20030301307 => PAULO CERRI => Deferido	21/09/2007
Objeto para Apreciação => 20030301307 => Emenda 2 => SAMI JORGE => =>	04/10/2007
Objeto para Apreciação => 20030301307 => Emenda 3 => SAMI JORGE => =>	04/10/2007
Discussão Segunda => 20030301307 => Proposição => Volta à Mesa Diretora para receber parecer sobre Emendas	04/10/2007
Requerimento de de Informações => 20030301307 => LUIZ ANTÔNIO GUARANÁ => Deferido	05/11/2007
Requerimento de de Informações => 20030301307 => ASSUNTOS URBANOS => Deferido	05/12/2007
Ofício Origem: Poder Executivo => 20030301307 => Destino: CMRJ => Ver observações =>	07/12/2007
Ofício Origem: Poder Executivo => 20030301307 => Destino: CMRJ => Ver observações =>	07/01/2008
Ofício Origem: Poder Executivo => 20030301307 => Destino: CMRJ => Resposta de Requerimento de Informações =>	29/02/2008
Requerimento de de Informações => 20030301307 => ASSUNTOS URBANOS => Deferido	13/03/2008
Ofício Origem: Poder Executivo => 20030301307 => Destino: Presidente da CMRJ => Ver observações =>	13/03/2008
Ofício Origem: Poder Executivo => 20030301307 => Destino: CMRJ => Resposta de Requerimento de Informações =>	06/06/2008
Discussão Segunda => 20030301307 => Proposição => Adiada	15/04/2009
Requerimento de Adiamento => 20030301307 => ADILSON PIRES => Aprovado	15/04/2009
Votação => 20030301307 => Requerimento => Aprovado (a) (s)	15/04/2009
Parecer em Plenário => 20030301307 => Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público => Relator: LUCINHA => Emenda 1 => Parecer: Favorável	15/04/2009
Parecer em Plenário => 20030301307 => Comissão de Meio Ambiente => Relator: VEREADOR JOÃO CABRAL => Emenda 1 => Parecer: Favorável	15/04/2009
Parecer em Plenário => => Comissão de Assuntos Urbanos => Relator: ALEXANDRE CERRUTI => Emenda 1 => Parecer: Favorável	15/04/2009
Parecer em Plenário => 20030301307 => Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social => Relator: DR. CARLOS EDUARDO => Emenda 1 => Parecer: Favorável	15/04/2009
Parecer em Plenário => 20030301307 => Comissão de Justiça e Redação => Relator: TERESA BERGHER => Emenda 2 e 3 => Parecer: Pela constitucionalidade	15/04/2009
Parecer em Plenário => 20030301307 => Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público => Relator: LUCINHA => Emenda 1 A 3 => Parecer: Favorável	15/04/2009
Parecer em Plenário => 20030301307 => Comissão de Meio Ambiente => Relator: JOÃO CABRAL => Emenda 1 A 3 => Parecer: Favorável	15/04/2009
Parecer em Plenário => 20030301307 => Comissão de Assuntos Urbanos => Relator: ALEXANDRE CERRUTI => Emenda 1 A 3 => Parecer: Favorável	15/04/2009
Parecer em Plenário => 20030301307 => Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social => Relator: DR. CARLOS EDUARDO => Emenda 1 A 3 => Parecer: Favorável	15/04/2009
Objeto para Apreciação => 20030301307 => Substitutivo 1 => ELIOMAR COELHO => =>	06/05/2009
Discussão Segunda => 20030301307 => Proposição => Volta à Mesa Diretora para receber parecer sobre Substitutivos	06/05/2009
Ofício Origem: Poder Executivo => 20030301307 => Destino: CMRJ => Arquivamento de Projeto =>	22/02/2017
Votação => 20030301307 => Ofício GP Nº 90 => Aprovado (a) (s)	24/02/2017
Arquivo => 20030301307	02/03/2017
Distribuição => 20030301307 => Comissão de Justiça e Redação => Relator: Sem Distribuição => Substitutivo 1 => Parecer:	
Distribuição => 20030301307 => Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público => Relator: Sem Distribuição => Substitutivo 1 => Parecer: Sem Parecer	
Distribuição => 20030301307 => Comissão de Assuntos Urbanos => Relator: Sem Distribuição => Substitutivo 1 => Parecer: Sem Parecer	
Distribuição => 20030301307 => Comissão de Meio Ambiente => Relator: Sem Distribuição => Substitutivo 1 => Parecer: Sem Parecer	
Distribuição => 20030301307 => Comissão de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura => Relator: Sem Distribuição => Substitutivo 1 => Parecer: Sem Parecer	
Distribuição => 20030301307 => Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social => Relator: Sem Distribuição => Substitutivo 1 => Parecer: Sem Parecer	
Distribuição => 20030301307 => Comissão de Transportes e Trânsito => Relator: Sem Distribuição => Substitutivo 1 => Parecer: Sem Parecer	
Distribuição => 20030301307 => Comissão de Turismo => Relator: Sem Distribuição => Substitutivo 1 => Parecer: Sem Parecer	
Distribuição => 20030301307 => Comissão de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática => Relator: Sem Distribuição => Substitutivo 1 => Parecer: Sem Parecer	
Distribuição => 20030301307 => Comissão de Educação e Cultura => Relator: Sem Distribuição => Substitutivo 1 => Parecer: Sem Parecer	

PROXIMO >> << ANTERIOR - CONTRAIR - EXPANDIR - BUSCA ESPECIFICA

Topo



**ANEXO III**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
 INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
 DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
 DOUTORANDO RAFAEL LUIZ LEITE LESSA CHAVES



ASSOCIAÇÃO: \_\_\_\_\_  
 REPRESENTANTE: \_\_\_\_\_

**Levantamento do impacto das ações das organizações sociais na qualidade de vida dos moradores das favelas na APARU-ABV**

**1º bloco: Acesso a moradia**

a) A associação ajuda ou ajudou a aquisição/construção de casas?  
 De que forma?  Sim  Não

b) A associação já ajudou no conserto ou melhoria de casas?  
 De que forma?  Sim  Não

c) A associação ajuda na economia de recursos como água, energia nas casas?  
 De que forma?  Sim  Não

d) A associação já ajudou a reduzir o risco para alguma moradia?  
 De que forma?  Sim  Não

e) A associação regula as novas construções?  
 De que forma?  Sim  Não

f) A associação atua contra remoções?  
 De que forma?  Sim  Não

g) A associação atua pela legitimação da posse?  
 De que forma?  Sim  Não

**2º bloco: Infraestrutura técnica e social**

a) A associação atuou no abastecimento de água potável?  
 De que forma?  Sim  Não

b) A associação atuou no saneamento?  
 De que forma?  Sim  Não

c) A associação ajuda na segurança alimentar (hortas, cestas básicas, leite)?  
 De que forma?  Sim  Não

d) A associação oferece serviços de saúde para a comunidade?  
 De que forma?  Sim  Não

e) A associação oferece ou apoia serviços de educação para a comunidade?  
 De que forma?  Sim  Não

f) A associação construiu infraestrutura (ruas, pontes, escadas, iluminação)?  
 De que forma?  Sim  Não

- g) A associação oferece serviços ou organização do transporte?  
De que forma?  Sim  Não
- 
- h) A associação organiza ou organizou a distribuição de energia?  
De que forma?  Sim  Não
- 
- i) A associação oferece atividades ou espaço de esporte e lazer para a comunidade?  
De que forma?  Sim  Não
- 
- j) A associação atua na organização da coleta de resíduos?  
De que forma?  Sim  Não
- 
- k) A associação disponibiliza tecnologias de informação e comunicação?  
De que forma?  Sim  Não
- 
- l) A associação oferece geração de renda para moradores da favela?  
De que forma?  Sim  Não
- 

### 3º bloco: vida social

- a) A associação age no estímulo ao sentimento de pertencimento dos moradores?  
De que forma?  Sim  Não
- 
- b) A associação age na valorização do espaço público (estético e estrutural)“locais de encontros”?  
De que forma?  Sim  Não
- 
- c) A associação estimula as relações intergeracionais?  
De que forma?  Sim  Não
- 
- d) A associação estimula as manifestações culturais?  
De que forma?  Sim  Não
- 
- e) A associação estimula a participação nos debates e tomadas de decisão sobre assuntos de interesse coletivo?  
De que forma?  Sim  Não
- 
- f) A associação estimula a coesão social (mutirões, atividades coletivas)?  
De que forma?  Sim  Não
- 
- g) A associação age na inclusão de grupos discriminados?  
De que forma?  Sim  Não
- 
- h) A associação tem ações para estimular a participação feminina em papéis de liderança?  
De que forma?  Sim  
 Não
- 
- i) A associação age na geração de renda para mulheres?  
De que forma?  Sim  Não
- 
- j) A associação tem ações para prevenir a violência contra as mulheres?  
De que forma?  Sim  Não
- 
- h) A associação age no aumento da segurança na favela?  
De que forma?  Sim  Não
- 
- i) A associação age na valorização da economia local?  
De que forma?  Sim  Não
- 
- j) A associação atua ou serve de referência para o desenvolvimento de outros lugares?  Sim  Não

De que forma?

k) Como é o processo de eleição dos representantes da associação?

---



---

l) Como é feito o financiamento das ações da associação?

---



---

m) Existe alguma outra organização que seja parceira?  Sim  Não  
Qual e de que forma?

---

n) Existe alguma outra organização que prejudique?  Sim  Não  
Qual e de que forma?

---

o) Existe algum político profissional que seja parceiro?  Sim  Não  
Qual e de que forma?

---

p) Existe algum político profissional que prejudique?  Sim  Não  
Qual e de que forma?

---



---

#### 4º bloco: relação com a floresta

a) Já houve algum desastre ambiental na favela?  Sim  Não  
Como foi?

---

b) A associação tem algum sistema de gestão de risco de desastres?  Sim  Não  
De que forma?

---

c) A associação atua na redução de vulnerabilidades?  Sim  Não  
De que forma?

---

d) A associação atua no desenvolvimento de resiliências?  Sim  Não  
De que forma?

---

e) A associação atua diretamente na proteção do ecossistema?  Sim  Não  
De que forma?

---

f) A associação tem medidas para a redução dos impactos ambientais?  Sim  Não  
De que forma?

---

h) A proximidade com a floresta oferece benefícios para a associação?  Sim  Não  
De que forma?

---

i) Como é a relação da associação com os ecolimites?

---



---

**ANEXO IV**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
 INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
 DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
 DOUTORANDO RAFAEL LUIZ LEITE LESSA CHAVES



ORGANIZAÇÃO: \_\_\_\_\_  
 REPRESENTANTE: \_\_\_\_\_

**Diagnóstico das ações das associações de moradores do Conselho Consultivo - PNT  
 na APARU-ABV**

**1º bloco: A proteção da floresta**

a) A organização considera que a Zona de Amortecimento do PNT também deve ser protegida?

( ) Sim ( ) Não

b) O que exatamente deve ser protegido na Zona de Amortecimento e por quê?

\_\_\_\_\_

c) Contra quais tipos de atividades ela deve ser protegida?

\_\_\_\_\_

d) Quais ações são (ou deveriam) ser exercidas para se efetivar a proteção?

\_\_\_\_\_

e) Quem seriam os mais beneficiados pelas consequências da proteção da Zona de Amortecimento do PNT? De que forma?

\_\_\_\_\_

f) Quais agentes têm a responsabilidade/capacidade de exercer tais ações de proteção?

\_\_\_\_\_

g) A sua organização se relaciona com os agentes acima? Com quais e de que forma?

\_\_\_\_\_

h) Qual é o papel da sua organização para que as ações proteção sejam efetivadas?

\_\_\_\_\_

i) Existe alguma outra organização que seja parceira da sua organização nesse papel? Qual(is) e de que forma(s)?

\_\_\_\_\_

j) Existe alguma outra organização que prejudique a atuação da sua organização? Qual(is) e de que forma(s)?

\_\_\_\_\_

k) Existe algum político profissional que seja parceiro? Qual(is) e de que forma(s)?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

l) Existe algum político profissional que prejudique? Qual(is) e de que forma(s)?

\_\_\_\_\_

---

m) Em relação às atividades da questão “d”, quem são os responsáveis diretos pela sua realização? Como agem?

---

n) Em relação às atividades da questão “d”, existem responsáveis indiretos? Quem são e como agem?

---

**2º bloco: Risco e vulnerabilidade (socio)ambiental**

a) Qual tipo de impacto ambiental proveniente de residências na Zona de Amortecimento é considerado inaceitável pela sua organização?

---

b) Qual é a posicionamento da organização a respeito das residências que causam impactos ambientais na Zona de Amortecimento?

---

c) Em caso de reassentamento, qual seria a forma mais adequada?

---

d) Qual é a postura da organização sobre as residências localizadas em sítios considerados como “área de risco”?

---

e) Em caso de reassentamento, qual seria a forma mais adequada?

---